

Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História



**Espaço em movimento: a  
(Trans)Formação do espaço mineiro  
a partir da análise do sistema  
Sesmarial  
(Minas Gerais, 1701-1836)**

Belo Horizonte  
2020

RODRIGO PAULINELLI DE ALMEIDA COSTA

Espaço em movimento: a (Trans)Formação do espaço mineiro a  
partir da análise do sistema Sesmarial  
(Minas Gerais, 1701-1836)

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em  
História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
da Universidade Federal de Minas Gerais, como  
requisito à obtenção do título de doutor em História.

Linha de Pesquisa: História Social da Cultura

Orientador: Prof. Dr. José Newton Coelho Meneses

Belo Horizonte

2020

981.51 Costa, Rodrigo Paulinelli de Almeida.  
C837e Espaço em movimento [manuscrito]: a (trans)formação  
2020 do espaço mineiro a partir da análise do sistema Sesmarial  
(Minas Gerais, 1701-1836) / Rodrigo Paulinelli de Almeida  
Costa. - 2020.  
195 f. : il.  
Orientador: José Newton Coelho Meneses.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas  
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Inclui bibliografia.

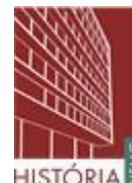
1. História – Tese. 2. Minas Gerais – História – Teses.  
3. Sesmarias – Minas Gerais – Teses. I. Meneses, José  
Newton Coelho. II. Universidade Federal de Minas Gerais.  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



## FOLHA DE APROVAÇÃO

"Espaço em movimento: a (Trans)Formação do espaço mineiro a partir da análise do sistema Sesmarial (Minas Gerais, 1701-1836)"

**Rodrigo Paulinelli de Almeida Costa**

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. José Newton Coelho Meneses - Orientador  
UFMG

Prof. Dr. Marcelo Magalhães Godoy  
UFMG

Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias  
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. José Flávio Morais Castro  
PUC-Minas

Prof. Dr. Mateus Rezende de Andrade  
Universidade Federal de Juiz de Fora

Belo Horizonte, 16 de outubro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Magalhaes Godoy, Professor do Magistério Superior**, em 16/10/2020, às 18:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos de Oliveira Malaquias, Usuário Externo**, em 16/10/2020, às 19:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mateus Rezende de Andrade, Usuário Externo**, em 20/10/2020, às 06:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Newton Coelho Meneses, Professor do Magistério Superior**, em 26/10/2020, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **José Flávio Morais Castro, Usuário Externo**, em 26/10/2020, às 12:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0270610** e o código CRC **259EB4D0**.

---

# Agradecimentos

Ao longo dessa caminhada de 11 anos como historiador, diversas pessoas de alguma forma contribuíram para a minha formação. Agradeço, aos meus pais por todo apoio em quaisquer decisões que tomei; à Nina, por ser meu suporte emocional, meu porto seguro nos momentos de indecisões, inseguranças e por ter sempre me dado forças a seguir em frente em momentos que pensava em desistir.

Ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais por ter me proporcionado necessário ao desenvolvimento da pesquisa. Por isso, dirijo um agradecimento nominal ao Maurício Mainart e o Igor Monção servidores administrativos, sempre simpáticos, me ajudando em qualquer demanda que lhes apresentasse e sempre com um sorriso no rosto meu muito obrigado.

Agradeço ao professor José Newton Coelho Meneses, por ao longo de toda minha caminhada na pós-graduação ter sido um suporte para os meus questionamentos, angústias e aflições. Como orientador, sempre atendo às minhas indagações e problemas de pesquisa, me mostrando possibilidades e caminhos assertivos a serem seguidos. De forma extremamente paciente e zelosa me ajudou refinar a escrita, a pesquisa e minha prática como docente.

Ao professor José Flávio Morais Castro, por ter acreditado no meu trabalho e ter sido um grande parceiro durante o trajeto final da minha caminhada, fornecendo os meios necessários para tornar o resultado dessa pesquisa em algo concreto. Novamente meu muitíssimo obrigado.

Agradeço aos professores Marcelo Magalhães Godoy e Mateus Rezende de Andrade por suas leituras atentas durante o Exame de Qualificação. Com críticas precisas, elogios e sugestões significativas, renovaram as minhas forças e foram essenciais para que eu desse continuidade à pesquisa e escrita da tese.

Um agradecimento mais do que especial ao amigo Mateus Rezende de Andrade. Companheiro que, desde a graduação acompanhou o meu desenvolvimento como historiador e pesquisador, e que em momentos de aflição e de desânimo, nunca permitiu que eu “deixasse a peteca cair”. Muito obrigado pelas parcerias, pelas ideias, e por estar sempre à disposição quando preciso. De um veterano de faculdade, você se tornou um companheiro para toda a vida.

Por fim não poderia deixar de agradecer ao mancebo professor Herberton (Pinta) que em suas aulas no cursinho despertaram meu amor pela História. Aos professores Tarcísio Botelho, Douglas Libby, Mário Marcos Sampaio Rodarte, Luís Carlos Villalta que contribuíram e me ajudaram muito ao longo da minha caminhada acadêmica. Ao colega Igor Tadeu (Nefer) Camilo Rocha por ter lido atenciosamente essa tese apresentando críticas e sugestões e aos colegas da turma de doutorado 2016 o meu muito obrigado.

“Não sei de nada, mas desconfio de muitas coisas” (Riobaldo, *Grande Sertão Veredas*)

**Resumo:** A economia portuguesa, a partir do fim da União Ibérica entrou em crise. Para tentar resolver os problemas econômicos foram promovidas inúmeras expedições ao interior do Brasil à procura de riquezas naturais e minerais. Dentro dessa lógica exploratória se estabelece a ocupação das Minas Gerais no final do século XVII. A partir desse momento, pessoas oriundas de todas as regiões do império, ocuparam paulatinamente as Gerais à procura do ouro, de outras atividades econômicas e do rápido enriquecimento. Para controlar essa exploração e expansão territorial, a Coroa adotou o sistema da distribuição de Sesmarias, que consistia na doação de uma benfeitoria de terra àqueles dispostos a colonizar o território e torná-lo produtivo de alguma maneira. Sob essa perspectiva, essa tese tem como objetivo investigar a formação do espaço mineiro a partir da concessão de Sesmarias. Para isso, foi feita uma análise do *Inventário das Cartas de Sesmarias* disponível no Arquivo Público Mineiro, inventário, este, que contém a descrição de todas as Sesmarias que foram distribuídas em Minas Gerais. Com a criação de um banco de dados feito a partir da transcrição desse inventário, foi possível estabelecer diálogos com a História de Minas, compreendendo cada momento econômico ao longo dos séculos XVIII e início do XIX, relacionando-os com a ocupação espacial da Capitania. Através das técnicas do georreferenciamento e História do Espaço, foi possível estabelecer vertentes importantes sobre as relações entre a História e a Geografia, assim como a compreensão da formação e transformação espacial. Por fim, foi analisado o sistema Sesmarial, avaliando a sua distribuição por períodos, por tipologias de doações, os títulos dos sesmeiros, com o intuito de compreender como esse sistema se relaciona com a formação econômica e social de Minas Gerais e procurando compreender de que forma o espaço se forma a partir das necessidades socioeconômicas de cada região. A partir dessas análises, concluiu-se que o espaço Sesmarial mineiro acompanhou os movimentos das atividades econômicas de cada região ao longo do tempo, percebendo a dilatação das fronteiras da ocupação mineira e a retração das fronteiras do sertão, a partir da compreensão de que essas não são estáticas e estão em constante transformação.

**Palavras – chave:** Minas Gerais; Séculos XVIII/XIX; sistema Sesmarial; História do Espaço; Geo-História

**Abstract:** The Portuguese economy, since the end of the Iberian Union, entered a crisis. To try to solve the economic problems, numerous expeditions were promoted to the interior of Brazil in search of natural and mineral wealth. Within this exploratory logic, the occupation of Minas Gerais was established as of the end of the 17th century. From that moment on, people from all regions of the empire gradually occupied the Gerais in search of gold, other economic activities and rapid enrichment. To control this exploration and territorial expansion, the Crown adopts the Portuguese Crown land concessions, which consisted of the donation of a land improvement to those willing to colonize the territory and make it productive in some way. From this perspective, this thesis aims to investigate the formation of the Minas Gerais space from this kind of land concession. For this, a thorough analysis of the *Inventário das Cartas de Sesmarias* was made available in the Arquivo Público Mineiro, this inventory, which contains the description of all the Portuguese Crown land concession that were distributed in Minas Gerais. With the creation of a database made from the transcription of this inventory, it was possible to establish dialogues with the History of Minas, comprising each economic moment throughout the 18th and early 19th centuries, relating them to the spatial occupation of the Captaincy. Through the techniques of georeferencing and Space History, it was possible to establish important aspects of the relationship between History and Geography, as well as the understanding of formation and spatial transformation. Finally, the Sesmarias system was analyzed, evaluating its distribution over periods, by type of donations, the titles of sesmeiros, in order to understand how this system relates to the economic and social formation of Minas Gerais and trying to understand what shape the space is formed from the socioeconomic needs of each region. From these analyzes, it was concluded that the space of Minas Gerais followed the movements of economic activities in each region over time, realizing the expansion of the frontiers of mining occupation and the retraction of the frontiers of the hinterland, from the understanding that these they are not static and are constantly changing.

**Keywords:** Minas Gerais; 18th / 19th centuries; Portuguese Crown Land Concession system; Space History; Geo-History

# Sumário

Introdução.....	9
Fontes e Métodos .....	13
Capítulo I.....	20
O espaço mineiro na visão historiográfica .....	20
O espaço.....	21
O território e o lugar.....	40
Capítulo II.....	50
A construção do espaço mineiro e o sistema Sesmarial.....	50
O sistema de Sesmarias .....	52
Capítulo III .....	92
As particularidades do sistema Sesmarial mineiro .....	92
A periodização da Ocupação Territorial de Minas Gerais .....	97
1701-1735 .....	100
1736-1770 .....	109
1771-1800 .....	117
1800-1836 .....	124
A caracterização por localização das Sesmarias.....	132
Hidrografia.....	135
Sertão.....	139
Paragem .....	146
Patentes e títulos eclesiásticos .....	153
Sacerdotes .....	160
Considerações Finais.....	166
Referências Bibliográficas.....	174

## Índice de Imagens, Gráficos e Mapas

### Imagens

Imagem 1 – Relação Espaço X Território X Lugar.....	44
---	----

### Gráficos

Gráfico 2.1- Distribuição de Sesmarias por décadas.....	66
Gráfico 2.2 – Distribuição de Sesmarias por comarca, 1700-1830.....	68
Gráfico 2.3 – Caracterização por localização das Sesmarias.....	69
Gráfico 2.4 - Distribuição de Sesmarias na Comarca do Rio das Velhas. Divisão Termo/Década .....	74
Gráfico 2.4.1- Distribuição de Sesmarias no Termo de Sabará: Divisão Freguesia/Década .....	75
Gráfico 2.4.2 - Distribuição de Sesmarias no Termo de Caeté: Divisão Freguesia/Década .....	75
Gráfico 2.4.3 - Distribuição de Sesmarias no Termo de Pitangui: Divisão Freguesia/Década .....	76
Gráfico 2.5 – Distribuição de Sesmarias na Comarca do Rio das Mortes. Divisão Termo/Década .....	78
Gráfico 2.5.1 – Distribuição de Sesmarias no Termo da Vila de São João del-Rei: Divisão Freguesia/Década .....	79
Gráfico 2.5.2 - Distribuição de Sesmarias no Termo de Barbacena: Divisão Freguesia/Década .....	79
Gráfico 2.5.3– Distribuição de Sesmarias no Termo da Vila de São José: Divisão Freguesia/Década .....	80
Gráfico 2.6 – Distribuição de Sesmarias na Comarca de Ouro Preto: Divisão Termo/Década.....	82
Gráfico 2.6.1 – Distribuição de Sesmarias no Termo de Mariana: Divisão Freguesia/Década .....	84
Gráfico 2.7- Distribuição de Sesmarias na Comarca do Serro Frio: Divisão Termo/Década .....	87

Gráfico 3.1 – Distribuição de Sesmarias por Comarca/década (1700-1735).....	103
Gráfico_3.2 – Distribuição de Sesmarias sem identificação de localidade (1700-1735).....	104
Gráfico 3.3 – Distribuição de Sesmarias sem identificação do termo ou freguesia (1700-1735).....	107
Gráfico 3.4- Distribuição de Sesmarias por Comarca/década (1736-1770) .....	113
Gráfico 3.5- Distribuição de Sesmarias sem identificação de localidade (1736-1770).....	115
Gráfico 3.6– Distribuição de Sesmarias sem identificação do termo ou freguesia (1735-1770).....	116
Gráfico 3.7- Distribuição de Sesmarias por Comarca/década (1771-1800) .....	120
Gráfico 3.8- Distribuição de Sesmarias sem identificação de localidade (1771-1800).....	122
Gráfico 3.9 - Distribuição de Sesmarias sem identificação do termo ou freguesia (1771-1800).....	123
Gráfico 3.10- Distribuição de Sesmarias por Comarca/década (1801-1836) ....	128
Gráfico 3.11- Distribuição de Sesmarias sem identificação de localidade (1801-1836).....	130
Gráfico 3.12 - Distribuição de Sesmarias sem identificação do termo ou freguesia (1801-1836).....	131
Gráfico 3.13- Distribuição de Sesmarias por cursos hídricos por Comarca/período (1701-1836).....	138
Gráfico 3.14- Doação de Sesmarias sacerdotes período/Comarca.....	161

## Mapas

Mapa 1 – Doações de Sesmarias (1700-1836).....	72
Coleção de Mapas 1 – Doação de Sesmarias por período .....	102
Coleção de Mapas 2 – Caracterização por localização das Sesmarias .....	134
Coleção de mapas 3 – Fronteiras sertão/períodos .....	144
Coleção de mapas 4 – Fronteiras Paragem/períodos.....	149

Coleção de mapas 5 – Concessão de sesmarias por patente/título eclesiástico .	158
Coleção de mapas 6 – Doação de sesmarias sacerdotes/período .....	162

# **Introdução**

Em 2020, comemora-se os trezentos anos de criação da Capitania de Minas Gerais em 1720. Essa região, considerada um grande espaço vazio para os colonizadores já representava um território ocupado por inúmeros povos indígenas. Gradativamente, a partir do descobrimento do ouro e da expansão da fronteira agrícola baiana, a Capitania começa a ser ocupada. Em menos de um século, na visão europeia, esse sertão foi se territorializando, tendo a distribuição de Sesmarias um papel fundamental. Antes de discutirmos de que forma essa ocupação aconteceu, é necessário compreender a diferença dos conceitos de espaço e território e como estes são trabalhados nas Ciências Humanas.

De acordo com Marc Bloch, um dos seus principais representantes da Escola dos *Analles*, em seu livro *Apologia da História*, afirmava que a “História é a ciência dos homens no tempo”<sup>1</sup>. A segunda geração dos *Analles* vê a História como disciplina mais complexa do que expressa os pensamentos de Marc Bloch. Tendo como um de seus representantes Fernand Braudel, esta geração entende que a História não é uma ciência isolada, mas se relaciona intimamente com outros campos do conhecimento, como a Geografia, a Economia, a Demografia, a Antropologia.

Em vários de seus estudos, Braudel, deixa de lado o conceito de Bloch, entendendo que a História não é feita somente pelos homens. O espaço que ele ocupa determina as relações que ali são construídas. Não sendo possível compreender o homem, sem pensar o espaço em que ele está inserido, Braudel escreveu diversos livros analisando essa relação, como *A identidade da França: Espaço e História* e *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II*.

Apesar do Mar Mediterrâneo ocupar uma extensão territorial muito grande, englobando países e até continentes diferentes, as relações estabelecidas são muito características e próprias. O historiador defende o espaço como um teatro de movimentos, “mas esses fatos e gestos se desenrolam num plano superior, onde a história geral acha seus pontos de encontro e seus terrenos de caça privilegiados”<sup>2</sup>. Ao perceber essa relação de dependência História-Espaço, Braudel pressupõe a História e a Geografia como disciplinas indissociáveis, criando assim, o conceito da Geo-História. Para o autor,

---

<sup>1</sup> BLOCH, Marc. *A apologia da História ou o ofício do historiador*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001 p. 55

<sup>2</sup> BRAUDEL Fernand. *A identidade da França: Espaço e História*; tradução Lygia Araújo Watanabe. – Rio de Janeiro: Globo, 1989. p. 53

há vários modos de pôr em questão a geografia. Pode-se utilizá-la por ela mesma, segundo seus problemas próprios e segundo suas confluências com as outras ciências do homem e com as ciências da natureza. É o que fazem os geógrafos, especialmente atentos para o atual. Mas a geografia, para nós, será sobretudo uma maneira de reler, de ponderar, de reinterpretar o passado da França, evidentemente na direção de nossas próprias preocupações. Ela se prestará a tal jogo, além do mais, sem reticência. As paisagens e espaços não são unicamente realidades presentes, mas também e amplamente sobrevivências do passado. Horizontes passados se desenham se recriam, para nós, por meio dos espetáculos oferecidos: a terra, como nossa pele, está condenada a conservar as marcas das antigas feridas.<sup>3</sup>

Por muito tempo, essa relação entre a História e a Geografia foi deixada de lado, seguindo cada disciplina seu caminho específico, com seus próprios problemas, suas próprias especificidades. No entanto, em meados dos anos de 1990 vários historiadores e geógrafos resgataram essa tradição braudeliana, tratando a questão espacial como algo não “pertencente” somente à geografia. Como o espaço é ocupado e transformado pelo homem, também “pertence” à História, à Antropologia, à Demografia.

Após a apresentação da premissa de que o espaço é objeto da História como o é da Geografia, o objetivo desse trabalho é investigar a formação da Capitania de Minas Gerais, a partir da concessão de Sesmarias, tendo como eixo norteador uma análise braudeliana da região.<sup>4</sup> Diferentemente de outros trabalhos que analisam o sistema Sesmarial, essa tese não tem como objetivo analisar os sesmeiros em si, e sim o espaço e como este vai se modificando ao longo do tempo. Há muitos estudos sobre as Sesmarias em Minas Gerais e no restante do espaço colonial português na América, sem, no entanto, privilegiar a análise da transformação do espaço onde elas se inserem.

Para fazer essa investigação, é necessário atentar-se para as dinâmicas sociais, econômicas que norteiam a construção desse espaço, analisando, conjuntamente, as relações humanas que contribuem para a sua formação. Segundo Rogério Haesbaert, “O

---

<sup>3</sup> BRAUDEL Fernand. *A identidade da França...* p. 25

<sup>4</sup> Em seus livros *A identidade da França* e *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Felipe II*, Fernand Braudel faz uma análise política, econômica e social do período estudado a partir do viés espacial. O autor compreende que o espaço é um dos fatores responsáveis por todas as dinâmicas humanas que ocorrem no local. Através de uma observação macro, ou seja, de todo o mundo mediterrânico, busca compreender os meandros do local dentro de cada região específica do litoral sul europeu. Ao invés de se preocupar com um grupo de atores, ou uma série de acontecimentos, o espaço é estudado, juntamente com tudo o que engloba esse universo. Braudel vincula a História e a Geografia, argumentando que: “a geografia deixa de ser um valor em si mesma para se tornar um meio, ajudando a reencontrar as mais lentas das realidades estruturais, e a organizar uma perspectiva segundo uma linha do mais longo prazo. A geografia passa assim a privilegiar uma história quase imóvel, desde que, evidentemente, aceite seguir as suas lições e aceite as suas divisões e categorias”. BRAUDEL Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo mediterrânico na época de Felipe II* vol. 1. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda. 1983. p. 33

papel do espaço pode ser interpretado tanto como rugosidades ou constrangimentos, que redirecionam os processos sociais e econômicos, quanto como referenciais inseridos na vida cotidiana e que perpassam nossas identidades coletivas”.<sup>5</sup>

Marc Bloch, defende que a “História é a ciência dos homens no tempo”<sup>6</sup>. No entanto, é impossível pensar na relação homem/tempo, sem considerar que ela ocorre em um espaço específico. Posso dizer então, completando a máxima do historiador francês, que a História é a ciência dos homens no tempo, interagindo e modificando o espaço que o circunda. Partindo dessa premissa, e considerando que “toda a divisão territorial é uma divisão social, na medida em que nela se alojava uma sociedade de dimensões variáveis, encontrando nela ao mesmo tempo os seus limites e a sua razão de ser, vivendo prioritariamente de suas próprias ligações internas”,<sup>7</sup> será analisada a forma como o homem interage e modifica esse universo em que está inserido, defendendo a hipótese de que o espaço se transformaria e se expandiria de acordo com as necessidades socioeconômicas da região ocupada por ele.

O espaço em questão é a Capitania de Minas Gerais no período entre 1701 e 1836. O marco cronológico inicial dessa pesquisa é a data da doação da primeira Carta de Sesmarias (1701) pela Monarquia portuguesa e a última doação pelo governo imperial brasileiro (1836) no espaço estudado.

Nosso objeto é pensar uma ocupação populacional colonizadora pelo homem branco europeu e suas estruturas coloniais, pois não consideramos que o espaço trabalhado, a Capitania de Minas Gerais, fosse um “vazio” demográfico.

Essa região foi escolhida devido à importância que Minas Gerais possui dentro da conformação histórica deste período, como espaço de ocupação colonial e, depois do processo de independência, como espaço socioeconômico de importância no projeto do Império do Brasil. Ela foi uma das principais Capitanias durante o período colonial, sendo responsável pela exploração de grande parte do ouro extraído no Brasil, bem como de uma economia diversificada e dinâmica dentro da realidade escravista.

---

<sup>5</sup> HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. Niterói: EDUFF; São Paulo, Contexto. 2002. p.81/82.

<sup>6</sup> BLOCH, Marc. *A apologia da História ou o ofício do historiador*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001 p. 55.

<sup>7</sup> BRAUDEL Fernand. *A identidade da França: Espaço e História*; tradução Lygia Araújo Watanabe. – Rio de Janeiro: Globo, 1989. p. 58/59.

Minas Gerais possui uma dinâmica espacial diferente do restante da colônia. Na região litorânea, o movimento migratório partia da periferia (litoral) para o centro na conformação das urbes. Em Minas, ocorreu o inverso, ocupando-se, majoritariamente, os centros mineradores urbanos para depois ocupar extensivamente as regiões periféricas da Capitania.

Para a realização dessa investigação foi analisado o *Inventário de Cartas de Sesmarias* existentes nos códices do Arquivo Público Mineiro digitalizado no site do arquivo<sup>8</sup>. Foi elaborado um banco de dados e, de forma sistemática, essas Cartas foram transcritas, para poder ter uma ideia da forma como ocorreu a expansão e a ocupação do território mineiro.

#### Fontes e Métodos

Ao longo de todo o século XVIII até a primeira metade do XIX, foram distribuídas Sesmarias na Capitania de Minas Gerais. As Cartas de Sesmarias se localizam nos códices do Arquivo Público Mineiro e foram compiladas para facilitar o trabalho do pesquisador, em um *Inventário das Cartas de Sesmarias*.

Apesar desses códices estarem compilados em um livro e disponível online, não é possível fazer análises estatísticas e/ ou quantitativas neste formato. Em função disso houve a necessidade de sua transcrição. Assim, elaborei uma planilha do Excel com as seguintes colunas (Ano, Sexo, Nome do Sesmeiro, Patente/Cargo Eclesiástico, Categorização por localização das Sesmarias, Local, Freguesia, Termo, Comarca, Códice/Página). Muitas dessas informações já estavam elencadas no inventário, no entanto, para a realização de uma análise mais pormenorizada, algumas informações foram subdivididas para aumentar a gama de variáveis e possibilitar maior detalhamento das análises.

Apesar da riqueza do banco de dados produzido, há nele muitas lacunas. Havia várias linhas em que faltavam informações, apresentando somente o nome do sesmeiro e nada mais. Em relação a esses casos, não havia nada a ser feito. Em outras situações, aparecia o nome do sesmeiro e a localidade sem a freguesia e/ou comarca. Nesses casos, a partir da repetição de localidades completas em Cartas anteriores, ou a partir da

---

<sup>8</sup> Disponível em < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=754&op=1>> e < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=756&op=1>>. Acesso 16 abr. 2018.

utilização do livro *Dicionário histórico e geográfico de Minas Gerais*, de Waldemar de Almeida Barbosa<sup>9</sup>, foi possível fazer a inclusão dessas informações.

No entanto, há lacunas que mesmo após o cruzamento de dados não foi possível precisar a sua localização. Na planilha do Excel, nas linhas onde não havia informações, para não deixar em branco foi colocado o algarismo 0. Para as análises, os zeros foram desconsiderados. No entanto, isso não evidencia vazio demográfico nem que aquele território não foi nomeado. Há algumas hipóteses para essa falta de informação que serão discutidas no capítulo 3.

Juntamente à transcrição do inventário para uma planilha do Excel, foram, gradualmente, preenchidas as lacunas apresentadas. Outra alteração feita foi a apropriação ortográfica. Nomes iguais com grafias diferentes foram padronizadas. Após a finalização dessa etapa de transcrição, foram feitas as análises quantitativas. Concordando com Mateus Andrade,

Um primeiro exercício desenvolvido foi articular as concessões por ano as suas localizações no espaço, de onde sobressaem flutuações que distinguem períodos que extrapolam décadas, os quais, ainda que sem justificativas numéricas (número de concessões por ano e décadas equivalentes entre si), são detentores de aspectos analíticos raros nos trabalhos que enveredaram por temáticas associadas à fronteira agrícola de Minas Gerais. Por último, procuro mostrar, cruzando informações quantitativas com a qualidade das informações geográficas, o longo processo de transformação destes sertões, o qual, enraizando sociedades, capelas, freguesias, paróquias, arraiais e vilas, compôs a constelação eclesiástica, jurídica e administrativa da de província de Minas Gerais<sup>10</sup>.

Em sua tese, Mateus Andrade, se limita ao espaço dos Vales do Rio Doce e Paraíba do Sul. Para a elaboração desta tese, esse espaço foi ampliado, abarcando toda Capitania de Minas Gerais, fazendo uma clusterização<sup>11</sup> desses dados, analisando de forma macro (a Capitania de Minas Gerais) migrando para o micro (as freguesias). Primeiramente analisou-se o movimento de concessões semariais para toda Minas

---

<sup>9</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico e geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte/ Rio de Janeiro: Itatiaia. 1995.

<sup>10</sup> ANDRADE, Mateus Rezende de, “Espaço e sociedade na ocupação dos sertões das minas – vale do rio Piranga, Minas Gerais, séculos XVIII e XIX”. In: *Geográficas*. Vol. 14, nº 1. Belo Horizonte, Jan/Jun 2018. p. 16

<sup>11</sup> A criação de *clusters* é uma técnica muito utilizada pela sociometria. Por essa técnica separa-se em grupos elementos semelhantes, percebendo a maior ou menor incidência de determinadas características. Dessa forma, é possível perceber padrões de repetições dentro de um banco de dados extenso. A partir dessa técnica da *clusterização*, para cada comarca, foi criada uma hierarquia para as divisões eclesiásticas e assim perceber o desenvolvimento do processo de ocupação de Minas Gerais ao longo do período analisado.

Gerais, percebendo as características dos sesmeiros, o sexo e a categorização por localização das Sesmarias doadas, estabelecendo relações com o espaço físico que as rodeava. Em seguida, o foco foram as comarcas, analisando a distribuição de Sesmarias por comarca/década e em seguida por termo/década, com o intuito de observar o movimento da doação e ocupação territorial legal dentro da Capitania ao longo do período de 1700-1836.

É importante frisar que a doação de Sesmarias é um aparato legal cedido pela coroa portuguesa a particulares com o objetivo de ocupar e tornar a terra produtiva. No entanto, antes da legitimação da posse da terra, já havia regiões ocupadas por posseiros, ou por pessoas que de forma ilegal tomavam posse da terra, o que acontece até os dias atuais. Augusto de Lima Júnior, afirma que

Coube a Marcos de Azevedo Coutinho a glória de ser o descobridor indiscutível das esmeraldas. Partindo do Espírito Santo, subiu ele o rio Doce, desviou-se para a margem direita, atravessou uma grande lagoa e ganhou altíssima serra, onde colheu abundantes e belíssimas esmeraldas. Essas foram as principais expedições de cunho histórico. É certo, porém, que inúmeras outras foram desbravando o caminho e fazendo penetrar o povoamento até o baixo rio das Velhas, onde, em pleno território mineiro, já se encontravam currais de gado em meados do século dezessete.<sup>12</sup>

A forma de ocupação desse território, assim como a estrutura fundiária de Minas Gerais não serão discutidas ao longo dessa tese. Como dito anteriormente, o foco é analisar a formação espacial e entender as dinâmicas da ocupação territorial de Minas Gerais de acordo com as mudanças socioeconômicas ao longo dos séculos XVIII e XIX. Para isso, o banco de dados fornece todas as informações necessárias. No entanto, não é possível concluir se a terra foi ou não empossada, ou se realmente se tornou produtiva. O que será feito é um retrato do momento em que essas benfeitorias foram sendo distribuídas, partindo-se do pressuposto que aquele local em que o solicitante pede à coroa portuguesa para tornar produtivo estava desocupado pelo processo colonizador.

Apesar da riqueza de informações contidas no Inventário das Sesmarias, essa pesquisa procurou utilizar outras tipologias documentais subsidiárias para auxiliar na construção interpretativa dos problemas da pesquisa, bem como endossar a hipótese do trabalho. Essas fontes são os Inventários *post mortem*.

---

<sup>12</sup> LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A Capitania de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Editora Zelio Valverde. 1943. p. 30-33.

Os Inventários *post-mortem* são fontes muito ricas para se analisar a vida das pessoas. Nos inventários, principalmente os dos séculos XVII, XVIII e XIX, encontram-se registrados os bens do falecido, desde um pé de meia, até seus escravos, animais, propriedades. Também as dívidas que essa pessoa possuía no momento de sua morte. Tornando possível a análise das atividades econômicas do indivíduo, assim como entender como ele se relacionava com as demais tanto de sua freguesia, como em outras. É necessário, entretanto, um pouco de cautela na utilização dessas fontes. De acordo com o historiador Zephyr Frank, o uso de inventários é complicado por três motivos:

(1) o problema de consistência ao longo do tempo, pois as pessoas falecidas que devem ser inventariadas podem variar de acordo com as mudanças da lei, dos padrões demográficos, ou fatores inexplicáveis tais como as perdas de registros; (2) o problema da idade e seletividade que torna possível que a produção inventariada seja mais velha e mais rica do que aquela que ainda vive; (3) o problema de cobertura, pois em geral não sabemos quantas pessoas entre as que vivem possuem bens.<sup>13</sup>

Após a realização dessas análises, foram elaborados mapas temáticos, pelo professor José Flavio Morais Castro, professor do PPGG-TIE da PUC Minas, sendo os dados organizados por mim. A base municipal e territorial utilizada foi a atual, de forma a padronizar os mapas, para que pessoas “leigas” em cartografia histórica, ou em história de Minas Gerais, possam ler e compreender as informações contidas naquele mapa. A utilização de mapas históricos é problemática, uma vez que o espaço está em constante transformação e, dessa forma, sua leitura pode ser dificultada. Apesar disso, as mudanças no espaço ao longo desse período são lentas, e por isso é possível utilizar na tese, um recorte dilatado. De acordo com José Flávio Morais Castro

Os mapas históricos, por seu turno, apresentam dificuldades adicionais. Entre outras estão fundos de mapas elaborados a partir de bases geodésicas insuficientes, que podem conduzir a incorreções de localização, de identificação de lugares notáveis, de dimensionamentos etc. Dificuldades semelhantes podem surgir quanto ao aspecto topográfico e toponímicos. E é claro que elementos semiológicos igualmente não deixam de acrescentar seus problemas específicos em Cartografia histórica.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> FRANK, Zephyr. *Entre ricos e pobres: o mundo de Antônio José Dutra no rio de janeiro oitocentista*. Belo Horizonte: Annablume. 2012. p.189

<sup>14</sup> CASTRO, José Flávio Morais. *Geoprocessamento de mapas de Minas Gerais nos séculos XVIII-XIX*. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2017. p. 15

Os mapas temáticos das Sesmarias foram elaborados por tipos, patentes e anos de doações, no período de 1700 a 1836. Com bases nos trabalhos de Castro,<sup>15</sup> adotou-se a técnica de representação por meio das Figuras Geométricas Proporcionais do número de doações de Sesmarias por localidades. Nesta técnica, os círculos são proporcionais às frequências de ocorrências das doações. Para isso, foram selecionadas variáveis específicas que serviam para elucidar a análise, utilizando o software *ArcGis*. Segundo Castro,

No processo de confecção e uso dos mapas temáticos, considera-se o valor cognitivo do mapa e estimula-se uma operação mental que permite interações entre o mapa e os processos mentais do usuário (percepção, memória, reflexão, motivação, atenção), operação fundamentada nas propriedades fisiológicas da percepção visual. Dessa forma, os mapas temáticos são entendidos como meio de comunicação.<sup>16</sup>

Na elaboração dos mapas, foram consideradas apenas quatro comarcas (Rio das Velhas, Rio das Mortes, Ouro Preto e Serro Frio). A comarca de Paracatu, apesar de ter sido criada no ano de 1815,<sup>17</sup> não apresenta dados significativos em relação à quantidade de Sesmarias, por isso, por uma questão metodológica, ela não foi incluída, assim como as demais comarcas criadas a partir de 1833.

A tese está constituída de três capítulos. No capítulo 1, *O espaço mineiro na visão historiográfica*, discuto os conceitos de espaço, território e lugar, geralmente utilizados como sinônimos pelos historiadores, sem se atentar para as diferenças conceituais complexas. No início desse capítulo fiz uma explanação sobre esses conceitos a partir do viés historiográfico e geográfico, percebendo como as duas ciências os abordam, percebendo as intercessões e os limites entre eles.

A análise conceitual foi feita juntamente com a revisão historiográfica, tendo como objetivo verificar o processo de formação da Capitania de Minas Gerais a partir da visão historiográfica sobre Minas Gerais.

---

<sup>15</sup> CASTRO, José Flávio Morais. Geoprocessamento de mapas de Minas Gerais... p. 101

<sup>16</sup> CASTRO, José Flávio Morais. Geoprocessamento de mapas de Minas Gerais... p.30

<sup>17</sup> De acordo com Dicionário Geográfico, Histórico e descritivo do Império do Brasil “Durante o século que decorreu depois que foi creada provincia, a margem esquerda do rio de São-Francisco se povouou até as serras que a separão da provincia de Goyáz, a ponto que um alvará de 17 de maio de 1815 fez d’estas povoações uma quinta comarca que teve o nome de Paracatu, villa que é d’ella cabeça. Passados annos e entrando o de 1833, a assembleia geral dividio esta vasta extensão de terriorio em nove comarcas, mas havendo-se creado outras mais, em virtude de diferentes leis provinciaes, consta actualmente esta provincia de quatorze. SAINT- ADOLPHE, J. C. R. Millet. *Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil. Tomo Segundo*. Paris: Quai Voltaire. 1845. p.96

Foram analisadas, dentre outras, as obras de Diogo de Vasconcelos, Augusto de Lima Júnior, João Camilo de Oliveira Torres. Em seguida, avaliamos os textos mais recentes com o objetivo de propor um debate historiográfico acerca da formação do espaço mineiro. Perscrutamos de que forma a historiografia percebe a formação da Capitania de Minas Gerais, tentando apontar quando os estudos historiográficos endossam ou refutam o argumento central desta tese.

No capítulo 2, *A formação de Minas a partir da distribuição de Sesmarias*, objetiva-se entender o processo de formação e ocupação da Capitania de Minas Gerais a partir da concessão de Sesmarias. Para tanto, como explicado acima, foi feito um banco de dados transcrevendo o *Inventário das Cartas de Sesmarias* presente no Arquivo Público Mineiro (APM). O período analisado é o do marco cronológico da distribuição de Sesmarias, 1701 a 1836. Para a análise da construção do espaço mineiro, pressupomos a necessidade de não se deixar de fora da reflexão o movimento pioneiro de ocupação colonial desse território, assim como o seu processo de formação.

Apesar de ser uma região de contato/separação entre locais contínuos, essas fronteiras não são fixas e podem se mover livremente. Para o espaço em questão, de um local “desocupado”, gradualmente essa fronteira vai se expandindo até formar o estado de Minas Gerais como é conhecido atualmente. Para isso, será utilizada o conceito do jogo de escalas, partindo da escolha de um nível de informação que seja pertinente com o nível de organização a ser estudado.<sup>18</sup>

Outro ponto discutido ao longo desse capítulo foi a questão espaço-tempo. José Newton Meneses argumenta que “a perspectiva qualitativa do espaço e do tempo nos indica um percurso de leitura da dinâmica política, econômica e cultural e a perspectiva quantitativa nos aponta uma observação cartográfica e limitada. A somatória desses olhares é necessária para a percepção da complexidade da questão”.<sup>19</sup> Devido a essa complexidade argumentada por Meneses é importante entender que o espaço é fixo, mas, ao mesmo tempo, maleável e móvel. É fixo, no quesito físico, uma vez que ele não cresce nem diminui, mesmo que repleto de transformações. Pode-se citar o exemplo de

---

<sup>18</sup> LEPETIT, Bernard. “Sobre a Escala na História”. IN: : REVEL, Jacques (org.) *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 90

<sup>19</sup> MENESES, José Newton Coelho. “Escala espaço-temporais e história cultural: uma reflexão sobre o espaço como categoria de análise”. IN: PAIVA, Eduardo França Márcia Amantino; Isnara Pereira Ivo. (Org.). *Escravidão, Mestiçagens, Ambientes, Paisagens e espaços*. 1ed.São Paulo: Annablume, 2011, v. 3, p. 77

um rio. O seu tamanho e sua largura mudam pouco (devido a alguma ação antrópica ou a algum fator climático atípico). Por outro lado, é móvel quando se observa a ocupação da região, a velocidade de deslocamento dos homens e a densidade das vias transporte. Quanto maior a integração entre esses fatores menor o espaço entre eles. Quanto menor ela for, maior será sua dimensão.

No terceiro e último capítulo, *As particularidades do sistema Sesmarial de Minas Gerais*, o objetivo é analisar as especificidades desse sistema no processo histórico em tela. A partir da construção de mapas históricos, foram escolhidas, dentro do banco de dados elaborado, algumas variáveis relevantes como período, patente/título eclesiástico; categorização por localização da Sesmaria recebida.

Após essa análise macro, as variáveis mais recorrentes foram destacadas e estudadas separadamente. Assim, será possível perceber as particularidades do processo de formação e ocupação territorial de Minas Gerais. Outras variáveis importantes, como o sertão e as paragens, receberam destaque com o mesmo intuito de analisar a evolução espacial da Capitania.

Foi feita a separação do tempo em períodos. Como a tese abarca cento e trinta e cinco anos, foram elaborados mapas considerando períodos de análise de, aproximadamente, trinta e cinco anos (1701-1735/ 1736-1770/ 1771-1800 e 1801-1836), entendendo quais períodos a distribuição de Sesmarias oscilou mais ou menos e, baseando-se na hipótese do trabalho, os motivos para isso ter ocorrido.

Com isso, observou-se certas particularidades da formação espacial de Minas Gerais, distinguindo das demais Capitânicas do Brasil, assim como compreendeu-se a forma desse espaço na gradual transformação em um território. Foi possível analisar como as especificidades socioeconômicas foram fundamentais para essa formação.

## **Capítulo I**

### **O espaço mineiro na visão historiográfica**

## O espaço

A formação do espaço, de onde hoje é conhecido por, Minas Gerais ocorreu antes mesmo da sua fundação como Capitania no ano de 1720. Em 1701, Domingos Coutto André recebeu uma Sesmarias em Paraopeba, no local onde sediaria a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Congonhas, na comarca do Rio das Velhas. Em seu pedido, o requerente diz:

Eu, Gomes Fernandes de Andrade os faço saber e segue esta carta de Sesmarias a virem que sendo de respeito a mil setecentos e um por sua petição Domingos André Coutto, que me se achava na grande fábrica de escravos e bastante família e como dava sustento de sua carência de terras em que poder plantar mantimentos, procurara manos devolutas e desocupados na Paraopeba freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Congonhas, os guias partiam com roca de Carlos de Abreu David, João Luís Teixeira de Carvalho e posses de Manoel Teixeira Da Cruz aonde surgia fabricas de sua roca, fazendo divisão entre dois córregos pequenos, que estão juntos um do outro por cima do Caminho que vai para a roca de Carlos de Abreu, e porque para reunir as ditas terras conjunto título e sem contradição de pessoa alguma me pedia demanda-se delas passar carta de Sesmarias na forma das ordens de Sua Majestade, ao que atendendo eu, e a atividade que se segue na Fazenda Real legue responsável as terras desta Capitania. Eu por bem fazer mercê ao dito Domingos André Coutto, em nome do dito informo meia légua de terras em quadra na referida margem dentro das confrontações acima mencionadas com declarações porem que seja obrigado dentro de um ano que se conversado com os vizinhos com quem divide *cultivar a terra*.<sup>20</sup>

Um dos principais objetivos da doação de Sesmarias era, além de ocupar o território, tornar essa terra produtiva.<sup>21</sup> Um ano antes da concessão dessa primeira Sesmarias, foi noticiada a descoberta de ouro na região do Rio das Velhas e houve várias expedições para a exploração do local. À Coroa portuguesa era importante ocupar essa região para explorar da melhor forma possível os recursos econômicos ali existentes, uma vez que o açúcar enfrentava a concorrência holandesa nas Antilhas e a economia colonial passava por um momento de relativa crise. De acordo com o Códice de Costa Matoso,

Lançou-se como humilde rato o [Manoel de Borba] Gato aos pés do seu benfeitor [...] animado da certeza com que cumpriria a condição, manifestando o ouro que tinha descoberto no rio das Velhas no tempo em que esteve no lugar em que o acho dom Rodrigo. [...] E partiram no princípio do ano de 1700 para as Minas, que já estavam estas Gerais com bastantes mineiros. E passando por elas, buscando a

---

<sup>20</sup> APM, Seção Colonial. Códice 72 página 186. Grifo meu. A grafia utilizada será a atual. Dessa forma, foram feitas as adequações para a escrita atual.

<sup>21</sup> Nesse momento, não aprofundarei a questão das sesmarias e suas implicações que serão discutidas ao longo da tese.

Itabira, chegaram a rio das Velhas [em um local que os gentios chamavam] Sabará, nome de uma serra que acompanha esse ribeiro que desagua no rio das Velhas.<sup>22</sup>

Oito anos após a concessão da primeira Sesmarias, o Alferes Manoel da Silva Rosa recebe terras no caminho novo das Minas entre a Paraibuna e a roça de Simão Pereira Sa, na comarca do Rio das Mortes. Em sua carta, o oficial da Coroa portuguesa determina:

Traslado de carta de Sesmarias de léguas em faixa de terras no Caminho Novo das Minas dadas por devolutas ao Alferes Manoel da Silva Rosa entre a Paraibuna e Simao Pereira de Sá. 28 de maio de 1709 [...] Diz Alferes Manoel da Silva Rosa que ele tem sua data de terras de Sesmarias de duas léguas distadas entre a Paraybuna e Simao Pereira de Sá, e por ele suplicante que tomar posse judicialmente das ditas terras, e naquele distrito não há tabelião nem escrivão mais que a do registro do ouro, que aliste na Paraibuna. Pede ao comandante ao Doutor Escrivão, pede posse das ditas terras. O escrivão do registro do Ouro Andre Mendes Correia de Onofre reconhece na forma que se pede. Rio de Janeiro 27 de maio de 1710.<sup>23</sup>

Esses são os dois primeiros registros que se têm sobre a ocupação oficial da futura Capitania de Minas Gerais, fundada, inicialmente, após a guerra dos Emboabas e da separação da Capitania de São Paulo no ano de 1720, após decreto real,

Eu El Rei faço saber aos que este me alvará virem que tendo consideração ao que representou o meu Conselho Ultramarino e as representações que também me fizeram o Marquês de Angeja do meu Conselho de Estado [...] e as informações que se tomaram de várias pessoas que todas uniformemente concordam em ser muito conivente a meu serviço e bom governo das ditas Capitánias de São Paulo e Minas e a sua melhor defesa que as de São Paulo se separem das que pertencem as Minas ficando dividido todo aquele distrito que até agora estava na jurisdição de um só Governador em dois governos e governadores; [...] assim como tem o governador das Minas e lhe determino por limites no sertão pela parte que confina com o governo das Minas os mesmos confins que tem a Comarca da Ouvidoria de São Paulo, a Comarca da Ouvidoria do Rio das Mortes. [...] E se registre nos livros das Secretarias e Câmaras de cada um dos governos para que a todo o tempo conste da ereção do governo de São Paulo suas pertenças e anexas declaradas o qual se passou por seis vias. Antonio de Cobelos Pereira o fez em Lisboa Ocidental a 2 de dezembro de 1720. O Secretário André Lopes da Lavre o fez escrever. Rei.<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> CÓDICE COSTA MATOSO; FIGUEIREDO, Luciano; CAMPOS, Maria Verônica. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos, 1999. v.1, p.191

<sup>23</sup> APM, Seção Colonial. Códice 07 página 143

<sup>24</sup> APM. Registro de alvarás, cartas, ordens régias e cartas do governador ao Rei. Disponível em <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/1691.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1691.pdf)>. Acesso em 23 jul. 2018. p. 123/124

O processo de ocupação dessa região ocorreu devido à corrida do ouro, estimulada pela coroa portuguesa, na tentativa de sair da crise econômica que assolava Portugal desde o fim da União Ibérica e da expulsão dos holandeses do Brasil. Francisco Eduardo Andrade argumenta que

Todas as relações constitutivas desse lugar se aglutinam em torno do fato ou do feito de descobrimento de metais e pedras preciosas. [...]. Nesse sentido, os descobrimentos, comportando-se como um rito de instituição social da realidade das Minas, encontram sua significação no meio das tradições culturais, normas político-jurídicas e práticas ordinárias do cotidiano dos coloniais. Nisso reside a fabricação ou a invenção das Minas Gerais do ouro.<sup>25</sup>

Inicialmente ocupado nas regiões mineradoras e suas adjacências, posteriormente a ocupação se expande para as demais regiões da Capitania, formando gradualmente o espaço mineiro. Augusto de Lima Júnior, estudando o processo de formação de Minas Gerais, afirma que a partir das expedições, provenientes da Capitania de São Paulo, gradualmente esse “vazio” começa a ser explorado. Essas incursões tinham como objetivo o apresamento de indígenas e a prospecção mineral. Várias delas foram realizadas, tendo algumas grande destaque para a história mineira. Segundo o autor,

Com a expedição de Fernão Dias, verdadeiramente a desbravadora e fundadora de Minas Gerais, culminou o ciclo das Bandeiras que constitui uma das fases brilhantes na construção do Brasil. Enquanto no norte do território da colônia, o europeu pouco se afastou do litoral, por via de regra, no sul, o colégio dos jesuítas, fundado no planalto da serra do Cubatão, tinha propiciado a formação de um povoado de relevo, que criara, pelo cruzamento do europeu com o aborígine e pela adaptação do próprio branco às condições da terra, menos rude e insalubre que nas regiões nórdicas, uma grande capacidade de penetração e conquista que se traduziu nas bandeiras.<sup>26</sup>

Antes de partir para uma discussão sobre a formação da Capitania de Minas Gerais, é preciso compreender que espaço, território e lugar não são sinônimos, apresentando uma discussão acerca destes conceitos.

O objetivo deste capítulo é, então entender a definição dos conceitos básicos que serão discutidos ao longo da tese, procurando estabelecer as relações entre a História, a Geografia e a historiografia sobre Minas Gerais, partindo dos clássicos até as discussões mais atuais.

---

<sup>25</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo. *A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entrada nos sertões do ouro da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Editora PUC-Minas. 2008. p. 16

<sup>26</sup> LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A Capitania de Minas Gerais...* p. 37

O termo espaço tem sentido amplo e é discutido por várias ciências. Pode significar tudo aquilo que está além da Terra, para os astrônomos e físicos. Pode ser o território necessário para o desenvolvimento de um povo, segundo a teoria do Espaço Vital. Pode ser a área ocupada por determinados cômodos de uma construção. O conceito importante para as discussões presentes na tese são as da História e da Geografia. Apesar de consolidado, ainda se observa, principalmente entre os historiadores, o uso inadequado desse termo. Existem muitos estudiosos que para evitarem repetições, utilizam território, região, lugar como sinônimo de espaço.

O conceito de espaço começou a se constituir na História após a publicação dos livros de Fernand Braudel sobre o mundo mediterrânico e sobre a França. Esses dois livros, da segunda metade do século XX, dão a esse conceito uma posição até então relegada pela História, de ator central das relações humanas, uma vez que é impossível a existência de qualquer tipo de fato sem a existência de um local para este acontecer.

Para Braudel, um ponto crucial para o estudo e análise do espaço é a questão das distâncias. Elas são variáveis, uma vez que a verdadeira medida de distância é a velocidade de deslocamento dos homens.<sup>27</sup> As distâncias, assim como as velocidades de deslocamento, são fundamentais para o domínio e o controle desse espaço. Quanto maior a área ocupada por um povo, maiores os esforços relativos à sua integração e maiores os investimentos em relação aos transportes.

Estudando o mundo mediterrânico, Braudel percebe que para a manutenção do império espanhol, Felipe II teve que fazer investimentos colossais em relação aos transportes tanto marítimo quanto terrestre. Isso foi feito devido ao incessante deslocamento das tropas espanholas, a transmissão diária de ordens régias aos pontos extremos do império, o recebimento de notícias, assim como dos metais preciosos e das letras de câmbio.

Para um Estado, não há uma, mas dezenas de lutas contra o espaço. O Império espanhol, mal colocado, dada a sua dispersão europeia e mundial empregou melhor essas forças. Todavia, melhor que qualquer outro, ter-se-á adaptado e organizado para essas tarefas obrigatórias; seja o que for que se tenha dito em relação aos transportes, transferências e transmissões, igualou, ultrapassou mesmo os melhores.<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> BRAUDEL, Fernand. *Identidade da França...* p.89

<sup>28</sup> BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico...* p. 418

Outra luta incessante contra o espaço é a economia. “Qualquer atividade esbarra com a resistência espacial, encontra aí as suas pressões e suas acomodações. Condenada à lentidão, às preparações laboriosas, a avarias irreparáveis”.<sup>29</sup> As distâncias e a espera são um mal necessário para a economia. Para perder o mínimo de dinheiro possível e driblar ao máximo essa questão, o comerciante deveria investir em várias atividades distintas, ou dividir as entregas em circuitos diferentes, ou ainda escolher os meios mais rápidos para realizar as suas entregas.

Além de ser um teatro de movimentos, o espaço é uma barreira a ser vencida pelo homem. Quanto maior a sua habilidade/destreza para dominá-lo, maior será o seu controle sobre ele e, maior o sucesso de seus empreendimentos.

Partindo das premissas de Braudel, outros historiadores aprofundaram-se nessa questão. Várias interpretações para esse conceito foram criadas, analisando diferentes espaços em contextos diversos. No entanto, essas definições dialogam entre si.

Para Sérgio da Mata, o espaço é o *palco da História*,<sup>30</sup> ou seja, tudo o que acontece na História está inserida em algum espaço específico. A afirmação é feita pelo autor ao analisar o processo de formação de Minas Gerais durante os séculos XVIII e XIX. Como este atua como o palco da História e também das relações que os homens estabelecem entre si e com o ambiente, a sua formação não ocorre de forma aleatória, e sim, com a preocupação, por parte dos homens, de buscar o melhor para si, estabelecendo-se em locais onde as possibilidades de sobrevivência e/ou de acumulação de riquezas se mostram mais promissoras.<sup>31</sup>

O autor argumenta que a formação sociológica influencia a mentalidade e a constituição física de um grupo. Além de interferir na disponibilidade de locais para plantio e habitação, também influenciará na forma de agir e de se relacionar não só com os demais membros da sua sociedade, mas também com o mundo ao seu redor, fazendo com que a unidade do grupo e a do seu espaço se tornem interdependentes.<sup>32</sup>

Essa relação de dependência condiciona, então, que o espaço seja construído de forma simbólica e social. Simbólica, a partir do momento em que este possui significados políticos e/ou religiosos para certos povos. Também adquire dimensão

---

<sup>29</sup> BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico...* p.422

<sup>30</sup> MATA, Sérgio da. *Chão de Deus...* p. 16

<sup>31</sup> MATA, Sérgio da. *Chão de Deus...* p.19

<sup>32</sup> MATA, Sérgio da. *Chão de Deus...* p. 39

social ao longo do processo em que determinados grupos de pessoas ali vivem e interagem de forma específica com aquele local. Isso acontece devido às interações religiosas, econômicas, sociais e espaciais, fazendo com que a “análise da produção do espaço permite identificar não só a visão de mundo do grupo que o preenche, mas também das relações de poder que aí se desenrolam”.<sup>33</sup>

Entendendo o espaço a partir dessa visão sociológica e como um local em que se estabelecem relações de poder, Sérgio da Mata, apresenta a sua definição do termo. Segundo ele,

O espaço é, pois, *uma realidade social e histórica a partir do momento em que é produzido pela ação transformadora do homem e preenchido por uma determinada forma de socialização.* [...] A constituição do espaço é um processo social e este há de espelhar as relações de poder que se verificam no grupo que o preenche. A experiência espacial não se reduz, porém, aos ditames das relações de poder. Ela se baseia na percepção elementar de uma extensão que nunca é completamente homogênea que nunca é totalmente racionalizada.<sup>34</sup>

O autor afirma que a unidade formadora do espaço mineiro é o arraial. Além dos fatores econômicos muito estudados pela historiografia sobre Minas Gerais (mineração, comércio, agricultura), esses arraiais teriam se constituído, também, em virtude do campo espiritual, ligando-se diretamente às ordens religiosas. Muitos deles se formaram a partir da doação, por parte de grandes fazendeiros, de faixas de terras para as irmandades religiosas. Nesses locais eram erguidas capelas e ao redor delas formavam-se os aglomerados.

Cláudia Damasceno Fonseca também observa que na formação do espaço mineiro os fatores religiosos tiveram um papel preponderante. Para a historiadora, o papel desempenhado pelos edifícios religiosos na formação dos arraiais, são considerados centros de polarização da vida social e até mesmo, um elemento criador do espaço urbano.<sup>35</sup> Fazendo a junção com fatores políticos, econômicos e sociais. Diz a autora:

[...] a distribuição espaço-temporal dos arraiais em relação às principais atividades econômicas que lhes deram origem – mineração e agropecuária. Ora, tais atividades produzem estruturas fundiárias bastante distintas: de um lado, as datas minerais; de outro, as

---

<sup>33</sup> MATA, Sérgio da. *Chão de Deus...* p. 238

<sup>34</sup> Grito meu. MATA, Sérgio da. *Chão de Deus...* p. 45

<sup>35</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas d'el Rei: espaço e poder nas Minas Setecentistas.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 429

Sesmarias. Convém, portanto, observar de que maneira estes dois tipos de concessão são conjugados aos patrimônios religiosos na estruturação da propriedade fundiária urbana.<sup>36</sup>

Outra interpretação para o desenvolvimento dos arraiais nas Minas setecentistas foi apresentada por Francisco Eduardo Andrade. Diferentemente de Sérgio da Mata e de Cláudia Fonseca, Andrade defende que a instauração das capelas não foi uma estratégia religiosa, em que grandes proprietários de terras doavam terras à Igreja como uma forma de devoção. Para ele, essa foi mais uma das estratégias da elite agrária para a manutenção e perpetuação do seu poder político, econômico e social. Juntamente a isso, geralmente o capelão e os padres eram pessoas próximas, quando não parentes desses grandes senhores. Andrade argumenta que

a administração dos rendimentos da capela era geralmente controlada pelo instituidor e sua família que, sendo reconhecido pelo bispo ou pela Coroa, obtinha o privilégio do padroado local, figurando como administrador/patrono da capela. Isso conferia prestígio ao senhor e garantia para o grupo familiar uma posição destacada a localidade que induzia ou reforçava alianças.<sup>37</sup>

Essa estratégia já era utilizada nos planaltos paulistas e, a partir da fundação dessas capelas, os senhores garantiam a administração do patrimônio e do rendimento evitando a fragmentação da divisão da herança e das terras.<sup>38</sup>

Pensando em uma hierarquia urbana, após a instauração da capela, vem o arraial, unidade básica da formação do espaço das Minas setecentista e oitocentista, apresentando-se como “o típico embrião da cidade mineira, um ponto de cristalização, um espaço não racionalizado de convívio coletivo. É a expressão das necessidades econômicas, religiosas e lúdicas de um grupo de vizinhança”.<sup>39</sup> Ou ainda, segundo Cláudia Fonseca, é um lugar ocupado de maneira estável e que não possui o título de vila.<sup>40</sup>

Augusto de Lima Júnior avalia a evolução espacial de Minas, aliando não só a questão religiosa como também a questão comercial. Segundo o autor, os povoados surgiam a partir de um entroncamento comercial, ao redor deste surgiam as capelas, que se evoluíam para os arraiais.

---

<sup>36</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas d'el Rei...* p. 432/433

<sup>37</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo. “A conversão do sertão: capelas e governamentalidade nas Minas Gerais”. In: *Revista Vária História*. Belo Horizonte. Vol. 23, nº 37 p. 156

<sup>38</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo. “Fronteiras e instituição de capelas nas Minas, América Portuguesa”. In: *América Latina em la Historia Economica*. num. 35, p. 273- 296. Jan/jun. 2011

<sup>39</sup> MATA, Sérgio da. *Chão de Deus...* p. 51

<sup>40</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas d'el Rei...* p. 78.

Os povoados mineiros foram-se constituindo rapidamente. Excetuados os antigos pousos de bandeiras, começavam por um rancho de tropas onde os mineradores iam fazer suas compras em mãos de comboieiros que levavam da Bahia, do Rio ou de São Paulo, as mercadorias de consumo. Em redor desses ranchos fixavam-se casas de venda e como era certa a afluência de gente, sobretudo aos domingos, os religiosos iam ali ter, celebrando missas, fazendo batizados e casamentos, iniciando-se assim as capelas a que sucediam faustosas igrejas.<sup>41</sup>

O desenvolvimento do espaço mineiro apresentou essa particularidade em relação às demais Capitânicas do Brasil. Primeiramente, houve a concentração populacional na área urbana em detrimento da rural. Esse espaço urbano mineiro teria sido construído, segundo a visão de Alexandre Mendes Cunha, a partir da sobreposição de processos distintos, mas complementares. Sendo que estes vão se superpondo na construção dos primeiros arraiais auríferos, se constituindo a partir da soma dos lugares de sociabilidade, com a vivência das irmandades laicas, das estruturas próprias da institucionalização do poder e o estabelecimento dos instrumentos de justiça.<sup>42</sup>

Apesar do arraial ser a unidade básica de desenvolvimento espacial de Minas Gerais e a urbanidade serem a característica particular dessa Capitania em relação às demais no Brasil colonial, no entanto, a demarcação dessa fronteira entre o rural e urbano<sup>43</sup> nunca foi algo fácil de se delimitar. José Newton Coelho Meneses argumenta que

se falamos de uma vila setecentista de Minas Gerais, não temos como nos limitar à sua demarcação arruada sem considerar o diálogo com o entorno rural ou mesmo com a ruralidade presente no interior do seu traçado urbano. O limite entre o rural e o urbano, aliás é algo pouco percebido ou de difícil caracterização para as Minas setecentistas. Casas e quintais, formas de trocas e de relações de vizinhanças, enfim,

---

<sup>41</sup> LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A Capitania de Minas Gerais...* p. 87

<sup>42</sup> CUNHA, Alexandre Mendes. “O urbano e o rural em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX”. In: *Caderno da Escola do Legislativo*. Belo Horizonte. Vol. 11 nº. 16. Jan/jun. 2009. p. 63

<sup>43</sup> A oposição entre o rural e o urbano pode ser vista também no artigo escrito por Pedro de Almeida de Vasconcelos “A cidade, o urbano e o lugar”. Nesse artigo, Vasconcelos apresenta um breve estado da arte sobre esses três conceitos que apresenta no título. Para o autor, “a cidade é uma aglomeração de objetos e indivíduos, um território particular, uma sociedade específica” (p. 12). O urbano por sua vez aparece como antônimo de rural. O autor determina que “o urbano é utilizado em oposição ao rural e por extensão, indica a qualidade de um comportamento controlado e designa o habitante das cidades”. (p.13) Para finalizar seu texto, ele ainda argumenta que “com o desenvolvimento das novas formas dos aglomerados urbanos, seja através de nebulosas urbanas, seja através do crescimento de aglomerações desmesuradas como Los Angeles, os conceitos de urbano e de cidade estão sendo cada vez mais contestados: é quase impossível constatar onde termina uma grande cidade, e mesmo estabelecer a especificidade do urbano neste final de século [XX]” (p.15). VASCONCELOS, Pedro de Almeida. “A cidade, o urbano e o lugar”. In: *Revista GEOUSP*. nº 6. São Paulo, 1999. A parte da historiografia que estuda a história das cidades e da construção do espaço urbano é um ramo muito estudado atualmente. No entanto, não é meu interesse, nesse momento, me aprofundar nessas discussões. Fiz esse adendo para demonstrar a complexidade e a particularidade do espaço mineiro.

formas de viver, distinguem pouco esses dois espaços que artificialmente separamos.<sup>44</sup>

Antes da formação de Minas Gerais, com suas fronteiras e limites demarcados, as regiões do Norte e Sul da Capitania já estavam previamente ocupadas, em virtude da expansão da fronteira agrícola, com pessoas provenientes tanto da Bahia quanto de São Paulo. A penetração do espaço mineiro, teve duas frentes, apresentando características distintas. A da Bahia, tinha como objetivo o aumento das fazendas de gado, onde “esta região era devassada pelos fazendeiros baianos que traziam suas boiadas pelo rio São Francisco e iam ocupando os belos campos das margens do rio”<sup>45</sup> para o abastecimento das vilas e cidades como Salvador, Recife, Olinda. A expansão da fronteira de São Paulo rumo ao que seria o território de Minas Gerais, tinha múltiplas funções. Diogo de Vasconcelos afirma que

Já temos dito assaz para se não confundirem os conquistadores com os simples aventureiros caçadores de índios. Àqueles cabia propriamente o título de bandeirantes. Cada potentado desta classe contraía obrigações em troca de direitos. Defendiam a civilização contra os bárbaros; e acudiam aos governadores com o seu corpo de armas disciplinado. Senhores de vastos latifúndios, suas fazendas eram imensas oficinas de trabalho. Cultivavam toda espécie de cereais e criavam toda casta de gado. Tinham em casa oficinas de misteres mecânicos e tecelagens completas de algodão de linho e de lã, graças aos milheiros de escravos e de índios, sujeitos como servos da gleba nos seus aldeamentos (reduções). As fazendas eram de fato vilas, em que tinham o *jus necis et vitae* sobre os subalternos; praças de armas em que se armazenavam materiais de guerra.<sup>46</sup>

Dentro da visão histórica, José D’Assunção Barros, ao estudar as relações entre a História, o espaço e o tempo, vai construindo uma definição para esse termo, entendendo o espaço como um lugar que se estabelece na materialidade física, gerado através das relações sociais, “ou como realidade que se vê estabelecida imaginariamente em resposta aos dois fatores anteriores. E pode ser abordado como uma área indeterminada que existe previamente na materialidade física”.<sup>47</sup> Assim como Braudel e

---

<sup>44</sup> MENESES, José Newton Coelho. Escalas espaço-temporais... p. 64.

<sup>45</sup> TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record. 1963. p.14.

<sup>46</sup> VASCONCELOS, Diogo Luiz de Almeida Pereira de. *História Antiga das Minas Gerais*. Prefácio de Francisco Iglésias. Belo Horizonte: Itatiaia. 1999. p.88.

<sup>47</sup> BARROS, José D’Assunção. “História, espaço e tempo: interações necessárias”. In: *Vária História*. Belo Horizonte. Vol. 22, nº 36. Jul/Dez 2006. p.462/463.

Sérgio da Mata, Barros também compreende o espaço<sup>48</sup> como sendo um local em que ocorrem a integração entre os fatores políticos, econômicos e sociais.

Barros analisa a maneira em que são construídas ali as relações humanas. Essa interação se dá mediante à ocupação do espaço físico e sua modificação, mas, também, com a criação de espaços políticos a partir da demarcação de territórios, de fronteiras e limites. “Na superfície do globo terrestre formam-se nações e dentro delas estados, províncias, unidades administrativas. Todas estas divisões foram criadas pelo homem e acabam por se superpor de um modo ou de outro às divisões impostas naturalmente”.<sup>49</sup>

Outro fator importante para a compreensão do conceito espacial é o tempo. Assim como Braudel analisa a questão das distâncias, que são flexíveis a partir da conquista do espaço, do desenvolvimento das tecnologias do transporte e das condições climáticas do local, Barros entende que o espaço se contrai ou se mantém de acordo com o tempo analisado. Percebendo uma longa duração, este pode sofrer uma retração, ao se tornar efetivamente ocupado e integrado com os meios de comunicação. Analisando um curto período praticamente não sofrerá alterações, mantendo-se assim constante.

Um fator crucial para o encurtamento dessas distâncias foi a criação das estradas e caminhos. Em Minas Gerais, no momento inicial da sua ocupação, o transporte de mantimentos era todo feito no lombo de muares, que atravessavam as terras do planalto da Mantiqueira, devastando os matos por onde passavam para a abertura de trajetos que facilitassem a travessia, criando, assim, o Caminho Velho. Havia também, o caminho da Bahia, que permitia a travessia de uma “considerável massa de gente, atraída pelos fantásticos negócios que se estavam fazendo com os paulistas, que pagavam altos preços por todos os artigos de necessidade”.<sup>50</sup>

A partir da relação espaço X tempo, José Newton Coelho Meneses defende a impossibilidade de se separar essas duas variáveis. Para o autor, elas

devem ser refletidas na indissociabilidade entre a dimensão geográfica (espacial) e a histórica (temporal). São múltiplos os ritmos da temporalidade no diálogo com a igual multiplicidade das escalas da

---

<sup>48</sup> O termo espaço até então referido, é relativo ao conceito que esses autores estão construindo. Até agora, não tratei de uma região específica e sim analiso a forma como esse conceito vai sendo construído pela historiografia.

<sup>49</sup> BARROS, Jose D’Assunção. “História, espaço e tempo...” p.465.

<sup>50</sup> LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A Capitania de Minas Gerais...* p. 75

espacialidade<sup>51</sup>. [...] A perspectiva qualitativa do espaço e do tempo nos indica um percurso de leitura da dinâmica política, econômica e cultural e a perspectiva quantitativa nos aponta uma observação cartográfica e limitada.<sup>52</sup>

A partir da relação, é possível ver como o primeiro vai se modificando concomitantemente ao segundo. Em Minas Gerais, por exemplo, observa-se como este foi sofrendo inúmeras modificações em um curto período. Isso ocorreu devido à efetiva ocupação da Capitania, à distribuição das Sesmarias e à ampliação de sua fronteira. Em um período de cem anos, houve uma dilatação espacial, assim como na sua urbanização, além do aumento demográfico e das relações políticas, sociais e religiosas.

Dialogando com Braudel e com Meneses, percebe-se, a existência diversas temporalidades que se relacionam ao espaço. As mercadorias levam tempo para chegar em diferentes pontos do espaço, mas existem os diferentes tempos de cada atividade em desenvolvimento, como o tempo do plantio e colheita da cana de açúcar, o tempo da produção da aguardente, o tempo da construção e implantação de um prédio público, o tempo do tropeiro, o tempo do escravo.

Para a compreensão dessa relação do espaço com o tempo, é preciso entender que ele é móvel e está constantemente se modificando. Nesse momento, os conceitos de fronteiras e limites se tornam fundamentais para a nossa discussão. As fronteiras podem ser tanto físicas (uma serra, um rio), psicológicas (medo), temporais (diferentes temporalidades que separam determinados acontecimentos). Elas podem designar tanto a separação ou a barreira entre dois elementos, como também continuidades, pontos de contato entre eles. O tempo e o espaço são, ao mesmo tempo, íntimos nas continuidades e nas rupturas.

Cássio Hissa, em seu livro *Mobilidade das Fronteiras*, analisa de que forma as fronteiras físicas e as do conhecimento são construídas. O argumento central de seu livro é o de que elas são móveis e que só é possível compreendê-las no diálogo interdisciplinar. Por sua vez, a existência desse diálogo se possibilita a partir do momento em que sejam bem definidos os espaços (intelectuais) de cada disciplina e quais os limites e as barreiras existentes entre elas.

---

<sup>51</sup> MENESES, José Newton Coelho. “Escalas espaço-temporais...” p.76

<sup>52</sup> MENESES, José Newton Coelho. Escalas espaço-temporais... p.78

As fronteiras remetem a uma ideia de finitude, sendo uma linha imaginária que divide os territórios.<sup>53</sup> No entanto, não trazem a ideia de algo intransponível, mas que devem ser transpostas, ampliadas. No espaço mineiro constantemente se observa a mobilidade dessas fronteiras. A separação entre a urbe e o sertão foi se alterando ao longo de todo o século XVIII e XIX. No códice de Costa Matoso, o que é chamado de sertão incógnito em 1703, em pouco mais de 30 anos se constituirá uma importante freguesia do termo de Mariana, a freguesia de Guarapiranga.

Nestes mesmos princípios, que foram na era de 1702 para o de 1703 não descansando o dito coronel com diligências de ampliar descobrimentos, mandou a seu filho Bento Fernandes Furtado a bandeirar para a parte do sul do ribeirão do Carmo, pelo sertão incógnito que se achava entre o Ribeirão e Guarapiranga, e gastando meses nesta diligência descobriu várias "faisqueiras pelos lugares chamados Pinheiro, Rocha, Bacalhau, Pirapetinga; e voltando com soldados e escravos em rede., picados de cobras e bichos venenosos, com muito trabalho, fomes e riscos de vida, não deu a partilhas estes descobrimentos por serem as pintas limitadas. Seguindo, porém, as suas picadas, foram entrando outros mineiros que, lavrando estas faisqueiras, foram achando aumento nelas, razão por que foram povoando sítios, arraiais, capelas, freguesia, com muita utilidade dos povos e da Real. Fazenda de Sua Majestade.<sup>54</sup>

Um importante historiador que também analisou essa a questão foi Sérgio Buarque de Holanda. Em seu livro *Caminhos e Fronteiras*, estudou o processo de formação do espaço paulista, fazendo um diálogo entre as tradições indígenas, os conhecimentos portugueses e a miscigenação dos conhecimentos transmitida pelos bandeirantes. Um argumento central para a escrita do livro foi a questão da fronteira. Para o autor,

Se o aceno ao caminho que convida ao movimento, quer apontar exatamente para a mobilidade característica das populações do planalto paulista o fato é que essa própria mobilidade é condicionada entre elas e irá condicionar a situação implicada na ideia de fronteira. Fronteira bem entendido entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterogêneos que aqui se defrontavam, ora a abastecer-se para deixar lugar à formação de produtos mistos ou simbólicos, ora a afirmar-se, ao menos enquanto não superasse a vitória final dos elementos que se tivessem revelado mais ativos, mais robustos ou melhor equipados.<sup>55</sup>

---

<sup>53</sup> HISSA, Cássio Eduardo Viana *A mobilidade das fronteiras...* p. 34

<sup>54</sup> Bento Fernandes Furtado, Minas Gerais, 1750. "Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios" In: CÓDICE COSTA MATOSO. Op. Cit. p. 182

<sup>55</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio; Departamento de Cultura da Guanabara 2ª Edição. 1975. p.8

A mobilidade das fronteiras da colonização portuguesa em Minas Gerais também foi estudada por Cláudia Fonseca. Em pouco tempo o sertão ocupado somente por índios de diversas nações foi profundamente transformado por homens em busca do enriquecimento rápido. “Na região mineira, bastaram alguns decênios para que se desenrolassem processos de grande complexidade, que em outras fronteiras da colônia levaram muito mais tempo para se realizar: a gênese e o desenvolvimento das cidades, a constituição de fluxos comerciais”.<sup>56</sup>

É importante frisar, que a ocupação que será retratada ao longo da tese, é a ocupação colonizadora europeia, uma vez que o território, onde se formaria a Capitania de Minas Gerais já estava previamente ocupado por inúmeros povos indígenas.

Cássio Hissa, cria comparações entre os termos fronteira e limite. Para ele, na questão territorial, o limite está voltado para dentro, ou seja, a área ocupada pelo território, enquanto a fronteira está voltada para fora, ou seja, está “olhando” até onde poderá se expandir. O limite estimula a ideia de distância e separação, enquanto a fronteira movimenta a reflexão sobre o contato e a integração.<sup>57</sup>

As fronteiras e os limites possuem significados diferentes. O limite remete a uma ideia de separação entre dois elementos que estão em contato e que existe uma linha divisória entre eles. Essa linha pode ser um marco físico (o rio que separa duas propriedades), ou algo que remeta também ao cerceamento da liberdade (uma lei, uma regra, uma imposição).

O limite é um conceito criado pelo ser humano para facilitar o domínio dos espaços, remetendo a uma ideia de barreira. Na natureza, não existem limites definidos para o clima, para o relevo ou para a vegetação. Na separação entre o cerrado e a caatinga, por exemplo, existem as zonas de transição, em que se observa, gradualmente a mudança de um tipo de vegetação para o outro.

Na ocupação das Minas Gerais, as barreiras naturais foram fatores condicionantes para a formação desse território e para conformação física das vilas e arraiais, tendo cada região da Capitania uma configuração geográfica específica. De acordo com Augusto de Lima Júnior,

A cadeia de montanhas, geograficamente considerada como principal e de onde se desenvolvem as demais, orograficamente tido por

---

<sup>56</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas d'el Rei...* p. 57

<sup>57</sup> HISSA, Cássio Viana. *A mobilidade das fronteiras...* p. 34

secundárias, é a serra denominada de “Espinhaço”, que corre de norte a sul por uma linha mais ou menos meridiana, que, passando pelo Rio de Janeiro, Ouro Preto até Diamantina, separa as águas da bacia do rio Doce a Leste, das do São Francisco a Oeste. Foi nos flancos desta cordilheira que se encontraram o ouro e os diamantes. Região de clima temperado e salubre, foi nela que despontou e se desenvolveu a civilização do ouro que prontamente se irradiou pelo Brasil. No Ouro Preto e no vale do Ribeirão do Carmo, que lhe fica vizinho, a paisagem é rude, o solo pedregoso, de aspecto ameaçador e selvagem, abrindo-se em vales estreitos e profundos. No Sabará e através do rio das Velhas, o aspecto vai se diferenciando, não tanto pela configuração do terreno, mas sobretudo pela natureza da vegetação. Os campos começam a apresentar o tipo médio, alternando-se com o denominado cerrado e os coqueirais de macaúbas assinalam as margens dos rios e vales vizinhos, graças às temperaturas mais elevadas da região. Na região do rio das Mortes, os vales são amplos, abrindo-se em vargedos ou planícies, mas as montanhas e os campos distanciam em natureza aos das demais regiões. O Paraopeba e o Pitangui têm bacias mais largas e os seus montes se espaçam, dando lugar a planaltos carrasquentos, cortados por serras abruptas e rochosas. O Serro e a antiga Demarcação Diamantina guardam semelhanças com o Ouro Preto pela natureza pedregosa e áspera de suas serras, mas já se distinguem por configurações peculiares mais estéreis e selvagens. Daí decorre o vale do Jequitinhonha, que escorrega em declive, acentuado até o Oceano Atlântico, já fora de nossas divisas políticas.<sup>58</sup>

A partir dessa perspectiva, percebe-se que a História e a Geografia são ciências auxiliares. Enquanto uma provoca reflexões acerca das inúmeras relações que o homem estabelece com aquele espaço, a outra permite entender qual é esse espaço, quais elementos físicos e naturais ali o homem encontra (um rio, uma planície, uma serra), compreender por que determinadas relações se constituem em um local e em outros não.<sup>59</sup>

Milton Santos escreveu uma série de artigos e livros sobre esta questão. O autor analisa o conceito de espaço propriamente dito, a formação espacial em países subdesenvolvidos, a sua relação com a economia local, além de estabelecer as dinâmicas existentes entre o espaço e a sociedade.

Santos critica a forma da construção do saber geográfico, uma vez que essa ciência se atenta mais pela forma das coisas do que com a sua formação,<sup>60</sup>

---

<sup>58</sup> LIMA JUNIOR, Augusto de Lima. *Vila Rica do Ouro Preto: síntese histórica e descritiva*. Rio de Janeiro: EGL, 1996. p.28-29

<sup>59</sup> Ao longo da tese será mais bem discutida a relação entre a História e a Geografia. Como não há muitos trabalhos que discutam essa interdisciplinaridade, essa discussão poderá ser uma contribuição relevante ao debate historiográfico.

<sup>60</sup> SANTOS, Milton. “Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método”. IN: *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: AGB. nº54. Junho 1977. p.81

argumentando que os geógrafos se preocupam mais com o solo, as rochas, o relevo do que com a sociedade. Por esse motivo, para o autor, a geografia social caminhará lentamente. No entanto, acreditava que a História Social e a Geografia Social estão intimamente relacionadas. Afirma que o espaço é um teatro das ações humanas, ele é algo social.<sup>61</sup>

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem.<sup>62</sup>

A construção do espaço se dá a partir da interação indissociável entre o social e o econômico. Este é determinante e o maior influenciador na formação de uma sociedade. É impossível a formação de um povo sem a existência de um espaço. Santos argumenta que

O espaço reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos.<sup>63</sup>

A sua formação se dá mediante às necessidades de um povo, das necessidades externas (as relações que eles estabelecem com os demais vizinhos, os produtos que irão comprar), e das internas (organização política, a econômica e a social). A partir da sua união são produzidos espaços particulares, com características próprias, totalmente distintas dos seus vizinhos.

Essa análise precisa ser feita a partir de escalas, uma vez que, dentro de um espaço geral, podem existir diversos espaços particulares. Para fazer essa análise, será utilizado o pressuposto elaborado por Haesbaert que argumenta:

---

<sup>61</sup> Para a Santos, o entendimento do espaço e da forma como ele se relaciona com a sociedade se dá a partir do entendimento da Formação Econômica e Social (F.E.S). Esse conceito foi criado por Marx e Engels e discutido amplamente por vários teóricos. Após breve discussão bibliográfica, Santos argumenta que “esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhe provém o impulso. A base mesmo da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas o espaço com o qual o grupo se confronta”. SANTOS, Milton. *Espaço e Sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes 1979 p. 10. Além disso, a FES permite o conhecimento/entendimento de uma sociedade como um todo, entendendo suas frações, as suas particularidades, e as nuances de sua evolução, entendendo a estrutura produtiva e as estruturas técnicas dessa sociedade.

<sup>62</sup> SANTOS, “Sociedade e espaço” ... p. 81

<sup>63</sup> SANTOS, Milton. *Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método*. Op. Cit. p. 91

É importante diferenciar pelo menos duas formas de interpretar o conceito de escala: para alguns partidários de uma visão de espaço e tempo absolutos, homogêneos e estáveis, a escala pode ser reduzida à dimensão física, estanque, quantificável, do real; para outros, que veem o espaço e o tempo como relativos, instáveis e qualitativamente heterogêneos, a escala expressa esta dimensão relativa, mutável do real. Numa perspectiva dialética, o espaço e tempo, embora determinados pelo seu caráter mutável, são concomitantemente absolutos e relativos, estáveis e dinâmicos, numa interação que alguns autores denominam relacional.<sup>64</sup>

Baseando-se nessa concepção dialética do espaço, é possível compreender a forma como o homem se relaciona com ele. Partindo do macroespacial, será analisado o processo de ocupação de Minas Gerais. Para isso, com base no banco de dados citado anteriormente, será possível perceber como ocorreu essa ocupação do território mineiro. O ponto de partida será a tese defendida por vários historiadores, entre eles Mário Marcos Sampaio Rodarte de que a ocupação de Minas ocorreu de forma centrífuga.<sup>65</sup>

Pensemos no mundo das Minas Gerais colonial. A Capitania, em si, é um espaço específico, com suas características próprias, com a sua Formação Econômica e Social (F.E.S) própria. Em sua totalidade, ela se difere das demais Capitânicas do Brasil. Observando as escalas menores, percebe-se que a formação do espaço das comarcas do Rio das Mortes, de Ouro Preto, Rio das Velhas e Serro Frio possui particularidades próprias. Segundo Carlos Magno Guimarães e Liana Reis, “cada região da Capitania apresenta um comportamento diferente, pois diferentes são suas composições físicas e as atividades a que dedicam”.<sup>66</sup> A união dessas comarcas e desses espaços particulares formam um espaço geral. Sobre a questão das escalas, Lepetit afirma:

O processo cartesiano de conhecimento supera a resistência ligada à complexidade do objeto, dividindo-o previamente em elementos que são submetidos separadamente a uma análise particular: o saber sobre o todo passa por um saber prévio sobre suas partes. [...] O modelo reduzido é construído e manifesta sua artificialidade. Nesse sentido, não é um homólogo passivo do objeto, e sim o resultado de uma experimentação, controlável, renovável, modificável, em função dos parâmetros escolhidos e de ponto de vistas particulares. Ele ostenta ao mesmo tempo seu caráter raciocinado, seu poder de inteligibilidade e sua natureza artificial.<sup>67</sup>

---

<sup>64</sup> HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos...* p. 104

<sup>65</sup> RODARTE, Mário Marcos Sampaio. *O caso das Minas que não se esgotaram: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais Oitocentista*. Dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Ciência Econômicas da UFMG. Belo Horizonte. 1999.

<sup>66</sup> GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana M. “Agricultura e caminhos em Minas Gerais (1700/1750)”. In: *Revista do Departamento de História*. Nº 4. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG. 1987. P.86

<sup>67</sup> LEPETIT. “Sobre a Escala na História”. 1998, p.93

A comarca de Ouro Preto foi uma das primeiras regiões da Capitania de Minas a se desenvolver e sua ocupação se dirigiu para as fronteiras com o passar do tempo. Reduzindo a escala, dentro dessa comarca, as freguesias possuíam características próprias de desenvolvimento socioeconômico.

A freguesia de Guarapiranga, por exemplo, era uma das maiores e das mais influentes da região até o início do século XIX, vizinha da freguesia do Pomba em que até esse mesmo período possuía um desenvolvimento inferior a primeira. Se reduzido ainda mais as escalas, a Vila de Piranga era a mais desenvolvida desta freguesia, enquanto as mais periféricas, como Dores do Turvo e Manja Léguas eram menos desenvolvidas economicamente<sup>68</sup>.

As constantes mudanças sofridas pelo espaço, assim como as diferentes interações que ocorrem em seu interior/exterior, fazem com que ele a todo momento se transformasse. Como nos diz Milton Santos,

A realização prática de um dos momentos da produção supõe um local próprio, diferente para cada processo ou fração do processo; o local torna-se assim, a cada momento histórico, dotado de uma significação particular. A localização num dado sítio e num dado momento das frações da totalidade social depende tanto das necessidades concretas de realização da formação social, quanto das características próprias do sítio. O uso produtivo de um segmento de espaço num momento é, em grande parte, função das condições existentes no momento. *De fato, o espaço não é uma simples tela de fundo inerte e neutro.*<sup>69</sup>

Milton Santos argumenta sobre a importância do espaço para a formação dos Estados-Nação como se conhece hoje. Argumentando que, para a formação dessas nações, o espaço atua como um aglutinador de fatores demográficos, populacionais, das classes sociais, econômicos, políticos e tecnológicos. A interação entre todos esses fatores constrói, transforma e modifica esse espaço.

Os fatores históricos influenciam também a formação desse espaço. Como dito anteriormente, a relação tempo X espaço atua de forma decisiva na construção desses Estados Nacionais assim como na construção de uma identidade social e coletiva. Milton Santos argumenta que

---

<sup>68</sup> Para melhor compreensão da formação espacial da freguesia de Guarapiranga analisar os trabalhos: ANDRADE, Mateus Rezende de. *Compadrio e posse da terra: da produção do espaço às hierarquias sociais (Vale do Rio Piranga, Minas Gerais, 1804 – 1856)*. Tese doutorado UFMG – 2018; COSTA, Rodrigo Paulinelli de Almeida. *“Devo e não nego; pago quando puder” : demografia, economia e sistema creditício na freguesia de Guarapiranga- MG (1831-1865)*. Dissertação mestrado UFMG – 2015.

<sup>69</sup> SANTOS, Milton. *Espaço e Sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes 1979 p. 16. (grifo meu)

Através do tempo, o espaço se comporta como um todo. A transformação do espaço natural em espaço produtivo é o resultado de uma série de decisões e escolhas, historicamente determinadas. Cada porção de espaço é apropriada, reutilizada ou deixada intacta. Em cada caso, o valor de cada subespaço se transforma com relação a outros subespaços dentro do espaço nacional. Cada um dos subespaços é submetido a uma série de impactos de natureza diversa, que o diferencia dos demais, mas sua explicação deve ser buscada na dinâmica global que é a mesma para todos. Se cada porção do espaço controla alguns aspectos de sua evolução, a evolução de suas estruturas dominantes não é controlada localmente.<sup>70</sup>

A sua formação e transformação fazem com que determinadas áreas ganhem e percam relevância econômica, administrativa, populacional de forma significativa. A ocupação, transformação e interligação desse espaço faz com que as aglomerações menores passem a não ter mais necessidade de recorrer às grandes cidades para conseguirem aquilo que necessitam, e podem recorrer aos núcleos urbanos imediatamente superiores.

Em Minas Gerais, durante os séculos XVIII/XIX, é possível observar isso no caso da freguesia de Guarapiranga. À medida que a Zona da Mata vai se desenvolvendo, a Freguesia começa a ganhar relevância, se tornando a principal freguesia no início do século XIX. Porém, à medida que as fronteiras da região da Zona da Mata mineira vão se expandindo, esse polo começa a perder prestígio, e outros até então menores começam a ganhar força. Percebe-se que esse espaço a todo momento vai se transformando e se resignificando. Aquele que antes era ponto de referência, se torna apenas mais uma vila dentre tantas outras.

A professora Iara Bonin entende o espaço como uma categoria social. A partir dele é possível pensar nas relações sociais e nas formas de organização da vida individual e coletiva. Assim como Milton Santos, Braudel e Meneses, ela entende que a noção de espaço e tempo são históricas, ou seja, “são construções que explicam a materialidade de um certo contexto, são produtos das distintas percepções e formas de explicar a existência das coisas e dos seres”.<sup>71</sup>

No entanto, a relação entre tempo X espaço é distinta para diferentes povos e culturas, e isso pode ser observado na variedade de calendários que existem no mundo atualmente. Para a autora,

---

<sup>70</sup> SANTOS, Milton. *Espaço e Sociedade...* p. 32

<sup>71</sup> BONIN, Iara Tatiana, “Territórios e espaços de viver”. Encartes Pedagógicos III. Edição BONILHA, Patrícia. Publicação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Abril 201. p. 1

As ideias que cada povo ou cultura tem de espaço e de tempo não são universais, nem absolutas. Elas dependem de acervos culturais, de saberes e conhecimentos tidos como válidos e relevantes em cada tempo e contexto. No caso da cultura ocidental contemporânea, a noção de espaço é produzida especialmente pelas abordagens científicas da física, da ecologia, da biologia.<sup>72</sup>

Partindo para um outro foco de análise, Douglas Santos observa que o conceito de espaço é criado pelo homem, uma vez que este em si não existe. O clima, o relevo e as distâncias, por exemplo, são concepções que na natureza não existem por si mesmas. Eles surgiram da necessidade do homem em classificar e procurar conceitos para tudo. O espaço, então, passa a ser uma categoria abstrata, com seu conceito sendo totalmente móvel e flexível. Diz o geógrafo:

O que pensamos de espaço jamais poderá ser compreendido sem que se reflita sobre o próprio movimento que cria, recria, nega e, pela superação, redefina a espacialidade dos próprios homens. Espaço e tempo, considerados aqui como as categorias básicas da ciência moderna, são, na verdade, redimensionados na medida em que as sociedades se redimensionam. Imaginamos aqui que a relação social com a distância, cuja identidade cultural deve ser o resultado da simbiose entre esforço físico e identidade paisagística, está na origem da humanização do homem (cultura).<sup>73</sup>

Para que o espaço deixe de ser um substantivo e passe a ser um conceito, é necessária a aplicação de parâmetros matemáticos/geométricos (escalas e mapas), assim como as concepções territoriais onde está inserido (a geografia do local, os limites, as fronteiras e o seu contexto). A criação desse termo não pode ser feita de forma isolada, ela tem de ser construída em concomitância com vários outros elementos. Douglas Santos também entende que para a reinvenção do espaço é impossível dissociá-lo da História, dos acontecimentos políticos, econômicos e sociais que ocorrem nele. Esses fenômenos reinventam e redefinem esse espaço a todo momento.<sup>74</sup>

O espaço também pode ser analisado pelo viés metafísico, como demonstra Yi Fu Tuan. Para ele, tudo aquilo que fornece a sensação de liberdade e de mobilidade ao homem é compreendido como espaço, sendo um símbolo comum da liberdade, permanecendo aberto, sugerindo o futuro e convidando à ação.<sup>75</sup>

---

<sup>72</sup> BONIN, Iara Tatiana, "Territórios e espaços de viver". p. 1

<sup>73</sup> SANTOS, Douglas. *A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria*. São Paulo: Editora UNESP. 2002. p.23

<sup>74</sup> SANTOS, Douglas. *A reinvenção do espaço...*

<sup>75</sup> TUAN, Yi Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução: Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel. 2013. p.72

Rogério Haesbaert partilha da concepção defendida pelos geógrafos citados acima. Para ele, na construção do espaço se observam continuidades e rupturas, vividos nos ritmos da ordem e do caos. Ao mesmo tempo que este é particular, também segue alguns padrões de repetição em várias outras regiões do planeta, até mesmo em épocas distintas, sendo impossível analisar apenas os aspectos físicos. Para entendê-lo é necessário compreender a estreita relação que se estabelece entre o natural/social/temporal.

O espaço nunca é transformado a partir de uma intenção perfeitamente determinável e direcionado a uma “função” estanque. Assim, quando analisamos o espaço econômico ou o espaço político, na verdade estamos tratando de faces de um mesmo e indissociável fenômeno que, do mesmo modo que corresponde à materialização objetiva de uma produção ou de um poder, envolve também, e simultaneamente, leituras simbólicas suficientemente abertas para incluir a possibilidade permanente de criação de novos significados.<sup>76</sup>

A partir das análises, conclui-se que o espaço é um conceito interdisciplinar, não sendo possível discuti-lo sem pensar na questão geográfica e histórica. É o palco das ações humanas, sendo extremamente maleável quando analisado a partir das concepções temporais e das relações humanas ali estabelecidas. É construído a partir do entendimento do conceito de escalas. Pode ser um macro, a partir da repetição de padrões, construindo as suas características próprias, ou pode ser um micro, analisando cada localidade, entendendo e conhecendo cada minúcia, nuance e características próprias, que, ao serem analisadas conjuntamente, formam esse macro.

### O território e o lugar

O território, por sua vez, é um local definido a partir das relações políticas entre os indivíduos, da criação e demarcação de fronteiras. Dentro do território ocorrem relações sociais específicas, que muitas vezes se limitam a ficar dentro daquelas quatro linhas. De acordo com José Newton Meneses, o território é o espaço “concreto entre si (com seus atributos naturais e socialmente construídos) apropriado e ocupado por um grupo social. É definido por e a partir de relações de poder da perspectiva dos grupos sociais, do cotidiano, da vivência”.<sup>77</sup>

O território também pode servir para construir relações hierárquicas dentro de uma sociedade, impondo limites e barreiras, muitas vezes intransponíveis, para determinados grupos sociais. Um grupo de jovens roqueiros por exemplo, cria seu

---

<sup>76</sup> HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. p. 87

<sup>77</sup> MENESES, José Newton Coelho. “Escalas espaço-temporais... p. 62

território, com seus próprios códigos, símbolos, gestos e muitas vezes impedem que outras “tribos urbanas” penetrem naquele espaço. Dessa forma, mesmo que simbolicamente, dentro de uma cidade, existem territórios demarcados para cada grupo. Segundo Haesbaert, “este é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou o controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados”, envolvendo múltiplas formas de apropriação do espaço.<sup>78</sup>

Dentro do território, há um domínio da identidade cultural, simbólica e afetiva dos povos que ali vivem. Sérgio Baptista da Silva entende que esse conceito é formado a partir de uma série de relações criadas com o espaço vivido, vivenciado por grupos que ali constroem e estabelecem suas relações, interações e experiências com o mundo, aliando as memórias de seus antepassados com as ressignificações das tradições do cotidiano, de acordo com as necessidades daquele momento. Para ele,

Um território pode ser pensado a partir de raízes pessoais (o lugar do nascimento), de raízes grupais (lugar de pertencimento, crescimento, socialização, convivência, relações familiares, sociais), e ainda a partir de vinculações simbólicas (lugar de tradições, lugar dos antepassados; lugar ritual, onde vivos e mortos, homens e seres convivem). A relação de um povo com seu território é variável e se estabelece em um constante diálogo com as marcas materiais e imateriais nele inscritas. Cada território é o palco de uma organização social diferenciada, fruto das relações estabelecidas entre grupos de pessoas que compartilham uma identidade e bens simbólicos.<sup>79</sup>

Esses territórios podem ser vistos, ainda, a partir de duas vertentes de pensamento: a naturalista e a etnocêntrica. A primeira entende o território apenas a partir do viés físico, como “algo inerente ao próprio homem, como se ele tivesse raiz na terra. Ocorre também uma ligação afetiva, emocional do homem com o seu espaço”.<sup>80</sup> A etnocêntrica ignora a existência do natural, das relações homem/natureza, entendendo que a construção do território é algo puramente social.

O território atua como o local em que existem relações humanas ali estabelecidas. Ele pode ser compreendido como uma evolução de um espaço desocupado, como por exemplo a transformação do sertão (espaço) em uma vila

---

<sup>78</sup> HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos...* p. 121

<sup>79</sup> BAPTISTA DA SILVA, Sérgio. O território negro do Rincão dos Martimianos. In: ANJOS, José Carlos; BAPTISTA DA SILVA, Sérgio. (Org.). São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004, p. 204.

<sup>80</sup> HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos...* p. 118.

(território). Pensando no diagrama de Venn,<sup>81</sup> o espaço seria o conjunto global e o território estaria inserido dentro desse conjunto. Hissa nos esclarece:

Espaço e território são termos utilizados, frequentemente, para designar equivocadamente apenas o *chão* ou o *terreno* das coisas e da vida, mas não são termos equivalentes. Uma transição ou uma fronteira espraia-se entre os dois conceitos. O território é subsequente ao espaço e estabelece a partir dele. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si.<sup>82</sup>

Dentro da questão do território, inclui-se o conceito “sertão”. Para Cláudia Damasceno Fonseca, este “designa o interior do desconhecido, selvagem e mítico da colônia,” e “pode ser considerado como um dado preexistente da colonização, ou ainda como o negativo do processo de povoamento e urbanização.”<sup>83</sup> É o espaço global, que ali está, mas ainda não está sendo modificado pelo ser humano.

Pode-se entender o território como uma fronteira entre o urbanizado, o colonizado e o desocupado a ser desbravado. Pensando na dicotomia espaço X território, percebe-se como ocorreu a territorialização de Minas Gerais. No Códice de Costa Matoso, há a descrição do sertão mineiro, como um local agro, sem víveres silvestres, péssimo para a fixação humana. Mas com o descobrimento do ouro o interesse muda, fazendo com que os habitantes desse local convocassem parentes e amigos para ali se fixarem, como se observa na citação a seguir.

E vendo que o sertão da Casa da Casca era muito agro e falta de víveres silvestres, por serem tudo matos e aspérrimas brenhas, e falta do mais favorável género de caças, como veados, antas, emas, porcos monteses e mais gêneros de animais, e mel silvestre, que pelos campos gerais eram mais abundantes do que pelos sertões de matos incultos montanhosos e penhascosos, se resolveram a passar a tropa para a parte do rio das Velhas, onde podiam passar à montaria com mais descanso e menos trabalho, enquanto vinham as novidades do triste alqueire de milho que haviam plantado com alguns legumes. Chegado que fosse o tempo em que consideravam os mantimentos em termos de suprir, para fazerem mais experiência no mesmo lugar e continuar a diligência principal, que era a da Casa da Casca, e chegados que fossem de volta ao lugar da Itaverava, depois, de passados seis meses de montaria, já no ano de 1698, colhendo ós mantimentos, fizeram mais reforçadas experiências no mesmo lugar e, achando ouro com mais conta, fizeram novas roças e avisaram a seus parentes e amigos a São Paulo e às vilas para que viessem par a

---

<sup>81</sup> Diagrama de Venn é um sistema de organização de conjuntos numéricos, em que os elementos são agrupados em figuras geométricas, geralmente círculos, o que facilita a visualização da divisão feita entre os diferentes grupos de elementos.

<sup>82</sup> HISSA, Cássio Viana. *A mobilidade das fronteiras...* p. 37

<sup>83</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas d'el Rei...* p. 51

estabelecer em minas e ampliarem os descobrimentos e continuando com as diligências de socavar e lavrarem alguns bocados.<sup>84</sup>

Com a descoberta do ouro e, mais tarde, com a decadência da mineração, esse espaço do sertão vai gradualmente se transformando em território de relações humanas. A partir da distribuição de Sesmarias, para promover a efetiva ocupação da nova Capitania que se forma em 1720, ou como forma de investimentos em maior diversificação das produções econômicas com a diminuição da atividade mineradora.

Gradativamente, esse sertão vai se modificando, e as fronteiras entre a urbe o sertão, entre o espaço e o território vão sendo transformadas, até o momento em que esse espaço passa a se constituir totalmente por territórios. De acordo com João Camilo de Oliveira Torres,

O aumento da população no interior do país, e o aparecimento de uma sociedade rica, necessitando ademais de elementos importantes para o desenvolvimento da indústria aurífera, como ferramentas, animais de carga e, triste contingência dos tempos – os escravos, isto criaria uma área de comércio no interior do Brasil, ligando regiões por vezes muito distantes umas das outras mas interessadas em vender seus produtos para Minas Gerais. Para que se tenha uma ideia exata da importância deste comércio para Minas, basta lembrar que, no sul do Brasil, surgiu uma intensa criação de muars para vender em Minas – ou, então o caso do Rio de Janeiro que, de repente tornou-se o porto de Minas, por onde entravam as mercadorias vindas da Europa para serem consumidas pelos homens que tiravam o ouro do fundo dos riachos.<sup>85</sup>

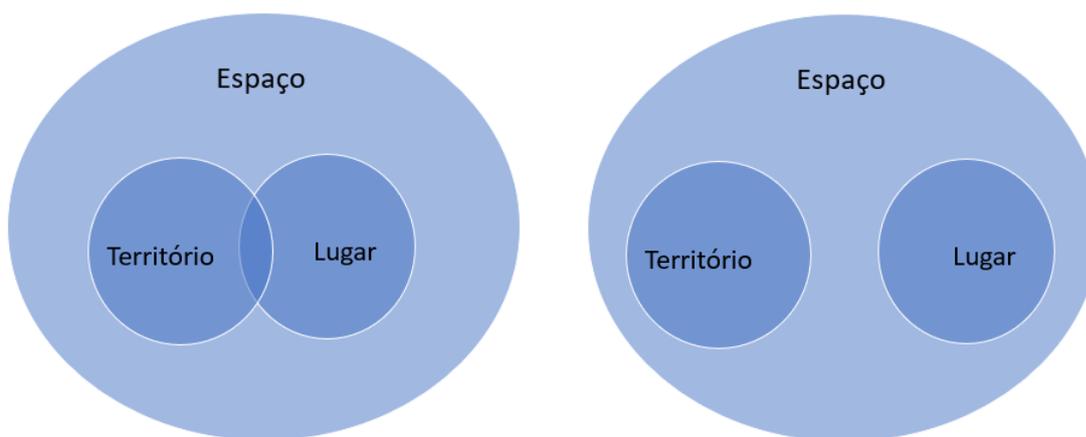
Outro conceito importante que merece destaque nessa discussão é o de *lugar*. Yi Fu Tuan, em seu livro *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*, analisa a relação entre o espaço e o lugar. Pensando ainda no diagrama de Venn citado anteriormente, consideramos o espaço como o conjunto global, o território e o lugar como conjuntos separados inseridos dentro desse grande conjunto espacial, que podem ou não estabelecer relações de intercessão, como se observa na imagem abaixo:

---

<sup>84</sup> CÓDICE COSTA MATOSO; FIGUEIREDO, Luciano. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas...* p. 170/171

<sup>85</sup> TORRES, João Camilo de. *A História de Minas...* p. 32

Imagem 1 – Relação Espaço X Território X Lugar



O lugar pode ser entendido a partir de duas análises: como oposição ao espaço; ou como aquilo que possui significado para alguém. Pensando no primeiro viés, Tuan argumenta que o espaço é algo que permanece aberto, fornecendo a sensação de liberdade, mas também deixa o indivíduo exposto, vulnerável. “O espaço aberto não tem caminhos trilhados nem sinalização. Não tem padrões estabelecidos que revelem algo, é como uma folha em branco na qual se pode imprimir qualquer significado”.<sup>86</sup>

O lugar, por sua vez, é o espaço fechado, no qual se estabelecem relações humanas e afetivas. Dentro desse lugar o homem encontra a paz, a tranquilidade e os limites que tanto precisa. Apesar de desfrutar da liberdade, é necessário ao homem saber que existe um lugar onde ele pode se amparar e se confortar. Dialogando com Fu Tuan, Renato Ortiz argumenta que cada lugar é uma entidade particular, com suas descontinuidades espaciais, no qual se desenvolvem a vida de um grupo ou conjunto de pessoas que ali se encontram acolhidas. Para o autor “cada entidade espacial constituiria um elemento específico, cuja lógica exprimiria uma identidade. Teríamos desse modo a existência de espacialidades distintas se confrontando entre si”.<sup>87</sup>

Dentro desses limites, o lugar também pode atuar de forma opressiva, criando relações de poder, hierarquizando os territórios de acordo com a função social de cada indivíduo dentro de uma sociedade. É possível citar, por exemplo, a prisão como o lugar dos criminosos, um lugar de repressão e opressão, ou a igreja como o lugar dos religiosos, um lugar de fé, caridade e bondade. Nesse ponto há uma confluência entre os

<sup>86</sup> TUAN, Yi Fu. *Espaço e lugar...* p. 72.

<sup>87</sup> ORTIZ, Renato. *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Editora Olho d'água. 1999. p.56

conceitos de lugar e território, uma vez que possuem significado e são estabelecidas relações de poder perante os grupos envolvidos.

No entanto, ao analisar a segunda concepção criada por Tuan, percebe-se a distinção entre esses dois conceitos. O lugar é aquilo que capta a nossa atenção, possuindo uma relação de significado, afetividade entre o indivíduo e o espaço. Dessa forma, retomando o exemplo dos roqueiros acima, o território que eles ocupam na cidade é o seu lugar, no entanto, para as demais tribos urbanas, aquele pedaço da cidade não lhes representa nada, portanto não é um lugar para eles. Os lugares específicos são representativos somente para uma cultura específica.

Para Haesbaert, a noção de lugar envolve características subjetivas na relação estabelecida entre o homem e o espaço, envolvendo processos de construção de identidades coletivas.<sup>88</sup> Indivíduos com interesses semelhantes se reúnem para partilhar suas experiências.

Dentro de uma cidade, percebe-se existência de vários lugares, com diversas manifestações culturais, onde cada grupo, cada tribo urbana, possui seu lugar específico de manifestação e identificação. “Cada lugar, estabelecimento ou comunidade possui uma individualidade que lhe é própria. Ela se exprime pela sua localização”.<sup>89</sup>

Outro exemplo de lugar é a casa. Para os seus moradores, ela possui um significado, uma relevância. É o local onde as relações familiares e as relações afetivas são construídas e mantidas. Mas para as demais pessoas que por ali passam, aquela casa representa apenas mais uma dentre as milhares de construções dentro daquela cidade. Dessa forma, pode-se afirmar que o lugar é relativo.<sup>90</sup> Percebe-se então que o lugar não é estático, não possuem fronteiras no sentido de divisões democráticas e possuem sua especificidade internalizada em cada indivíduo.<sup>91</sup>

Para Doreen Massey o lugar está intimamente relacionado à questão do espaço-tempo. O aumento da velocidade de deslocamento das pessoas, a padronização no modo de se vestir, de agir, as redes de restaurantes presentes ao redor do mundo, as questões econômicas alteram cada vez mais as experiências com os lugares. A globalização padroniza os ambientes e as pessoas, descaracterizando os lugares. Para a autora,

---

<sup>88</sup> HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos...*

<sup>89</sup> ORTIZ, Renato. *Um outro território*. p.46.

<sup>90</sup> TUAN, Yi Fu. *Espaço e lugar...*

<sup>91</sup> MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio A. (org). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000

De que modo, no contexto de todas essas mudanças tempo-espaciais socialmente variadas, pensemos sobre lugares? Numa época em que, como se afirma, as “comunidades locais” parecem cada vez mais rompidas, quando se pode ir ao exterior e encontrar as mesmas lojas e a mesma música de seu país, ou comer sua comida estrangeira favorita no restaurante perto de sua casa, como então podemos pensar sobre a “localidade”?<sup>92</sup>

Apesar dessa homogeneização cultural, as pessoas buscam um local de refúgio, onde possam ter paz e tranquilidade. É nesse sentido que aparece o lugar individual, lhes fornecendo a segurança de sua identidade. Um espaço em que há uma afeição (casa, o bairro, a cidade), em que são construídas redes de afetividade (familiar, de amizades). Massey entende

O que dá ao lugar sua especificidade não é uma história longa e internalizada, mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num *locus* particular. [...] Trata-se de um lugar de encontro. Assim, em vez de pensar os lugares como áreas com fronteiras ao redor, pode-se imaginá-los como momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais, mas onde uma grande proporção dessas relações, experiências e entendimentos sociais se constroem numa escala muito maior do que costumávamos definir para esse momento como o lugar em si, seja uma rua, uma região ou um continente. Isso permite um sentido do lugar que é extrovertido, que inclui uma consciência de suas ligações com o mundo mais amplo, que integra de forma positiva o global e o local.<sup>93</sup>

A explanação acerca desses termos evitará que equívocos conceituais sejam cometidos ao longo desta tese. O seu entendimento torna clara a ressignificação espacial de Minas Gerais ao longo do período em questão. De um local “vazio” com sertões ocupados por índios bravios, na concepção do colonizador, a partir da expansão das fronteiras agrícolas do Norte, das migrações de colonizadores do Sul, vai gradualmente se tornando um território. Diogo de Vasconcelos entende que

O distrito de Minas, descoberto num sertão bravio e devoluto, a primeira propriedade, que se nele constituiu, nenhuma outra origem teve, que a título de datas minerais. O chão, as casas, as benfeitorias compreenderam-se nessas datas. A guarda-moria, portanto, no exórdio do povoamento resumiu em si a única autoridade necessária e com razão de ser. Nenhuma lei também se respeitou, senão a deste instituto, mantida e observada por interesse de cada um, temendo a anarquia dos donatários.<sup>94</sup>

O descobrimento do ouro provocou grande alvoroço tanto nas demais Capitânias da colônia, quanto em Portugal. Para ordenar essa ocupação, segundo Francisco

---

<sup>92</sup> MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar... p. 181

<sup>93</sup> MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar... p. 184

<sup>94</sup> VASCONCELOS, Diogo Luiz de Almeida Pereira de. *História Antiga das Minas Gerais...*p. 138

Eduardo Andrade, a Coroa nomeava guardas-mores para fiscalizar, ordenar e legitimar a ocupação territorial.<sup>95</sup>

Por mais que a mineração foi o cerne para a colonização do território Minas Gerais, a agricultura de abastecimento interno e a pecuária tiveram papel fundamental nessa ocupação espacial, com o objetivo de abastecimento das zonas mineradoras. Há duas vertentes que discutem a economia das Gerais: a que acredita na sua decadência após o fim da exploração aurífera e a mais recente que percebe a dinamicidade do mercado mineiro.

Na década de 1970, muitos historiadores acreditavam que após a decadência da mineração a Capitania entrou em decadência econômica, havendo apenas a existência de uma pequena produção de alimentos destinada à subsistência da população. Mafalda Zemella defendia que a aridez do solo e o desprezo pelas atividades agrárias fizeram com que Minas tivesse que importar alimentos de outras regiões para se abastecer.<sup>96</sup>

No entanto, essa visão da decadência das Gerais, assim como a questão da subsistência foram desmentidas por vários historiadores a partir das décadas seguintes. Carlos Magno Guimarães, Liana Reis,<sup>97</sup> Carla Maria Carvalho de Almeida<sup>98</sup> e Cláudia Chaves,<sup>99</sup> analisando o mercado interno de Minas Gerais concluem que desde o início da colonização a agricultura e a pecuária eram atividades essenciais à economia da Capitania, assim como essas atividades foram responsáveis pelo desenvolvimento de um circuito mercantil independente do mercado externo, criando um mercado consumidor forte, enraizado e capaz de superar as lacunas deixadas pela mineração.

Na década de 1990, Ângelo Alves Carrara endossa que o espaço econômico mineiro era formado pela interação de diversos fatores: a agropecuária escravista voltadas para o abastecimento interno, assim como a existência de pequenas lavouras de e pequenas criações de gado que garantiam, níveis de rendimento agrícola e

---

<sup>95</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo. *A invenção das Minas Gerais...*p. 41

<sup>96</sup> ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1990.

<sup>97</sup> GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana M. “Agricultura e caminhos em Minas Gerais (1700/1750)...”; GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana M. Inconfidência, Estrutura Agrária e Escravidão. In: Revista do Departamento de História, nº6. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1988.

<sup>98</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras: Mariana – 1750-1780*. Niterói: ICH/UFF, 1994 (Dissertação de Mestrado)

<sup>99</sup> CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes: Mercadores das Minas Gerais Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999

agropastoris tais que permitiam não só o crescimento ininterrupto da população como o consequente avanço da fronteira”.<sup>100</sup>

José Newton Meneses, dialogando com os autores citados anteriormente, também corrobora a importância do mercado interno para o desenvolvimento de Minas Gerais. Para o historiador, “o abastecimento de alimentos está inserido no sistema de produção de excedente alimentar para suprir as necessidades da aglomeração urbana e, por isso, este fator aproximaria os objetivos de camadas sociais envolvidas na produção e consumo desses alimentos”.<sup>101</sup> Diferentemente do sistema latifundiário escravista, exportador e monocultor, nas Gerais o mercado interno divide sua importância com o mercado externo, promovendo o desenvolvimento econômico da Capitania.

No entanto, territorialização de Minas ocorreu de forma distinta. Enquanto no Norte da capitania houve a formação de potentados, usuários de grandes porções de terra No Sul a dinâmica de ocupação ocorreu a partir do descobrimento do ouro e do sistema Sesmarial. Apesar a existência de uma elite portuguesa participando das entradas e da ocupação inicial da Capitania, como Borba Gato, Dom Braz Baltazar, Fernão Dias, Antônio Rodrigues Arzão, entre outros, a distribuição de terras e a concessão de Sesmarias ocorreu de forma mais heterogênea, concedendo terras àqueles dispostos a cultivar e a tornar a terra produtiva. Isso cria outra particularidade do espaço mineiro, a existência de uma grande gama de classes sociais, indo desde grandes proprietários de terras até negros forros donos de pequenas vendas. Segundo João Camilo de Oliveira Torres,

As Minas Gerais conheceram um fenômeno social de singular importância na vida brasileira – o aparecimento de uma sociedade composta de classes sociais. Nas fazendas e nos engenhos, cada unidade era isolada e não havia quase comunicação entre eles. Nas Minas, os vários componentes de uma sociedade brilhante de pessoas exercendo profissões diferentes – senhores de minas, profissionais liberais, clero, magistratura, militares, funcionários públicos, operários livres, comerciantes, escravos, se encontravam nas ruas e nas igrejas, vivendo em constante comunicação.<sup>102</sup>

A Igreja também teve papel fundamental dentro da formação do espaço mineiro. Conforme discutido por Sérgio da Mata, Cláudia Damasceno Fonseca as capelas eram

---

<sup>100</sup> CARRARA, Ângelo Alves. Minas e Currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais (1674-1807). Juiz de Fora: Editora UFJF. 2007. p. 66

<sup>101</sup> MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico: abastecimento alimentar nas Minas Setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça. 2000

<sup>102</sup> TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas...*p. 23

as pedras fundamentais para a construção e formação de um arraial. No entanto essa relação Coroa e Igreja, inicialmente foi um pouco conflituosa, uma vez que

A valorização do fato do descobrimento dependeria da negociação política que se pudesse alinhar para resolver o impasse com a Coroa e a Igreja, envolvendo a proibição de descimento e as restrições ao uso da mão de obra indígena. Da parte da Coroa, parece que se chegou à conclusão, depois de muitas explorações malogradas que [...] era ilegal e imoral a prática da escravização indígena.<sup>103</sup>

Após esses embates religiosos, políticos e sociais, a Capitania de Minas Gerais começa a ganhar forma. São criadas as primeiras vilas (Sabará, Ouro Preto, Mariana, Pitangui), são feitas as demarcações administrativas (comarcas Rio das Velhas, Ouro Preto, Rio das Mortes e Serro Frio) e as relações político/administrativas começam a se tornar mais complexas, criando uma hierarquia (capela, arraial, vila, freguesia, termo, comarca). Isso tudo aconteceu de forma muito rápida e em aproximadamente trinta anos o território mineiro já estava delimitado. Com muitas regiões desconhecidas, muitos sertões a serem explorados, mas com suas fronteiras e limites bem demarcados, evidenciando que o desejo de controle e exploração faz com que o processo de legitimação e ocupação sejam imediatistas. Diogo de Vasconcelos relata como essa ocupação inicial ocorreu

D. Brás Baltasar, entrando a governar a Capitania em 1713, achou o termo nesta disparidade e, para atalhar os inconvenientes, alargando os institutos de autoridade, criou vilas da Rainha do Caeté, do Príncipe do Serro, em 1714, bem como a do Infante, no Pitangui, em 1715. Com estas medidas o prudente governador teve, bem se vê, o intento de criar segundos núcleos da ordem nessa vasta nebulosa quase bárbara, pois fracionando em quatro partes o todo, circunscreveu cada elemento dominante em seu círculo, evitando os choques que os adversários poderiam provocar entre si, renovando o triste episódio dos Emboabas. Criando, enfim a Comarca do Rio das Velhas, constituiu o vínculo forte do poder geral sobre aquelas vilas e termos separados.<sup>104</sup>

Gradualmente, esse espaço, com suas particularidades próprias vai se territorializando. No próximo capítulo será compreendido de que forma as dinâmicas do sistema Sesmarial foi fundamental para a formação do espaço mineiro e para as suas constantes reformulações.

---

<sup>103</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo. *A invenção das Minas Gerais...*p.63

<sup>104</sup> VASCONCELOS, Diogo de. *História Média das Minas Gerais*; prefácio Francisco Iglesias; introdução de Basílio de Magalhães. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999. p.134/135

## **Capítulo II**

### **A construção do espaço mineiro e o sistema Sesmarial**

A partir do entendimento dos conceitos básicos que permeiam a geo-história,<sup>105</sup> apresentado no capítulo anterior, iremos discutir a forma com a qual o espaço mineiro foi sendo construído até se tornar “efetivamente” ocupado no processo colonial. Para isso, serão analisadas as Cartas de Sesmarias, a fim de perceber os movimentos de ocupação e a mobilidade das fronteiras mineira.

Este capítulo tem como objetivo analisar somente o processo de ocupação das terras a partir da distribuição das Sesmarias. O objetivo não é analisar a estrutura fundiária, nem a posse de terras, mas sim as estratégias da Coroa portuguesa para a ocupação efetiva dessa Capitania, mediante as atividades econômicas que se desenvolveram nessa região, tais como a mineração, a agricultura e a pecuária. Dessa forma, evidenciar-se-á a forma com a qual as necessidades socioeconômicas do período fizeram com que a distribuição de Sesmarias fosse maior ou menor para determinada região.

Ao longo do capítulo será feita uma revisão bibliográfica acerca do sistema Sesmarial no Brasil, analisando as diferenças entre esse sistema no Norte da colônia e em Minas Gerais, assim como as questões que perpassam esse sistema na Capitania mineradora. Após a transcrição do *Inventário das Cartas de Sesmarias* presentes no APM, foi feita uma análise quantitativa, procurando entender em quais períodos houve maior distribuição dessas terras e a classificação por localização das Sesmarias que foi doada. Em seguida, será feita uma análise partindo do jogo de escalas, analisando a comarca e as freguesias que tiveram maior representatividade.<sup>106</sup>

---

<sup>105</sup> Geo-história é um conceito utilizado por Fernand Braudel, Milton Santos e outros estudiosos. Para o autor, a História e a Geografia são ciências indissociáveis, não sendo possível estabelecer certos tipos de análise sem considerar essas duas ciências. Em seu livro *Identidade da França*, Braudel afirma “Evidentemente, há vários modos de pôr em questão a geografia. Pode-se utilizá-la por ela mesma, segundo seus problemas próprios e segundo suas confluências com as outras ciências do homem e com as ciências da natureza. É o que fazem os geógrafos, especialmente atentos para o atual. Mas a geografia, para nós, será sobretudo uma maneira de reler, de ponderar, de reinterpretar o passado, evidentemente na direção de nossas próprias preocupações. Ela se prestará a tal jogo, além do mais, sem reticência. As paisagens e espaços não são unicamente realidades presentes, mas também e amplamente sobrevivências do passado. Horizontes passados se desenharam se recriam, para nós, por meio dos espetáculos oferecidos: a terra, como nossa pele, está condenada a conservar as marcas das antigas feridas. BRAUDEL Fernand. *A identidade da França: Espaço e História*. p. 25

<sup>106</sup> O georreferenciamento das sesmarias e a análise das particularidades do sistema sesmarial em Minas Gerais será discutido ao longo do capítulo 3.

### O sistema de Sesmarias

A partir do final do século XVII, ocorreram mudanças significativas na economia luso-brasileira. “Entre 1693 e 1695, foram descobertas jazidas de ouro no interior do Brasil, a cerca de trezentos quilômetros da costa do Rio de Janeiro. Seguiu-se a corrida do ouro e, em menos de vinte anos, 20 mil brancos e 80 mil escravos negros foram trabalhar na região mineradora”.<sup>107</sup> Com esse *boom* migratório para a região, a Coroa portuguesa precisava criar mecanismos para a ocupação efetiva desse espaço, de modo a garantir a exploração da terra e sua produtividade. É, então, adotada uma prática muito recorrente em outras regiões do Brasil e em Portugal desde o século XIV: a distribuição de Sesmarias. Ruy Cirne Lima afirma que

a constituição de Sesmarias não se fazia, sem preceder a divisão e repartição de terras incultas; a pensão ou renda estipulada consistia na sexta parte dos frutos, e por último, a que atendia para constitui-las, era o roteamento das terras abandonadas. E os sesmeiros eram os magistrados municipais encarregados da repartição e distribuição das terras.<sup>108</sup>

As Ordenações Filipinas definem as Sesmarias como propriamente as doações de “terras, casas ou pardieiros, que foram ou são de alguns Senhorios, e que já em outro tempo foram lavradas e aproveitadas e agora o não são. As quais terras, e os bens assim danificados, podem e devem ser dados, aos Sesmeiros que para isto forem ordenados”<sup>109</sup>.

Esse sistema foi implantado em Portugal após a Crise do Século XIV, quando milhares de pessoas morreram em decorrência de fome, da Peste Negra e das Guerras de Reconquista contra os mouros. A Coroa precisava encontrar mecanismos para tornar, novamente, as terras produtivas e fazer com que a produção de alimentos aumentasse e, assim, tentar diminuir a mortalidade da população.

Deveria ser bastante grave, no Portugal quinhentista, a situação da agricultura, a miséria e o despovoamento das zonas rurais, para justificar as medidas que com tanta frequência aparecem nos forais e ordenações da época. As leis cominavam penas aos proprietários que não mantivessem suas terras cultivadas. Advertidos, se não voltassem a produzir dentro de um certo tempo (6 meses, um ou dois anos)

---

<sup>107</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo Companhia das Letras, 1988. p. 166

<sup>108</sup> LIMA, Ruy Cirne. *Pequena História Territorial do Brasil: Sesmarias e Terras Devolutas*. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura. 1990. p.19/20

<sup>109</sup> Ordenações Filipinas, Livro 4, título 43 “Das Sesmarias”. Edição de Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro de 1870. p. 622.

perderiam por completo o domínio sobre suas terras, as quais passariam a pertencer a quem cultivasse.<sup>110</sup>

O *Dicionário da Língua Portuguesa* publicado em Ouro Preto em 1832, define Sesmarias como “As dadas das terras, casas etc. que foram de algum senhor”.<sup>111</sup> Raphael Bluteau define “são as dadas das terras, casas, ou pardieiros, que foram de alguns senhores, e se lavravam noutra tempo, e estão incultas ao tempo da dada”.<sup>112</sup> De acordo com o *Dicionário Histórico do Português do Brasil – Séculos XI, XVII e XVIII*, Sesmarias era um “lote de terra não cultivado ou abandonado e que era dado a uma pessoa para o seu cultivo”.<sup>113</sup> O sesmeiro, por sua vez, é aquele que “dividia as Sesmarias; “a quem se deu uma Sesmarias para cultivar”; “que foi eleito para dividir e distribuir as Sesmarias”.<sup>114</sup> A partir das definições acima, percebe-se que as Sesmarias eram lotes de terras devolutas, cedidas a um terceiro. Complementando a definição, com objetivo de torná-las produtivas.

Para Minas Gerais, durante os séculos XVIII e XIX, essas terras não eram, obrigatoriamente, devolutas. Em alguns casos, já havia uma ocupação prévia e o sesmeiro como forma de legitimar a sua posse fazia a solicitação à Coroa portuguesa. Houveram situações nas quais o solicitante morava na Corte ou muito longe do local onde se localizava a terra, mas fazia o pedido como forma de aumentar o seu prestígio social.

Hélio Viana, ao estudar a legislação das Sesmarias ao longo da História portuguesa, afirma que “é publicada, a 28 de maio de 1375, a famosa Lei das Sesmarias (de sesmar, repartir), na qual se determina a obrigação, para quem não possa cultivar todas as suas propriedades, de as fazer cultivar por outrem, se procura facultar gado aos lavradores que dele necessitem para as lides agrícolas”.<sup>115</sup> Nelson Nozoe complementa as ideias de Viana argumentando que no reinado Fernando I, esse sistema foi instituído,

---

<sup>110</sup> GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra LTDA. 1968. p. 44

<sup>111</sup> Pinto, Luiz Maria da Silva, 1775-1869. *Dicionário da língua portuguesa*. Ouro Preto: Typographia de Silva. 1832. Disponível em < <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5414>>. Acesso 20 jan. 2020. p.986

<sup>112</sup> BLUTEAU, Rafael; SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 2: L - Z)*. Lisboa : Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira. 1789. p.402

<sup>113</sup> BIDERMAN, Maria Tereza Camargo; MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo (org). *Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII (CNPq)*. Laboratório de Lexicografia. Faculdade de Ciências e Letras UNESP. Araraquara. 2012. Vol. XVII SEM-TER. p. 94

<sup>114</sup> BIDERMAN, Maria Tereza Camargo; MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo (org). *Dicionário Histórico do Português do Brasil...* Vol. XVII SEM-TER. p. 94 - 97

<sup>115</sup> VIANA, Hélio. “As sesmarias no Brasil”. In: *II simpósio dos professores universitários de História. (Anais)*. ANPUH. Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná. Curitiba, outubro de 1962. p. 248

“como uma lei agrária de fomento da produção agrícola e do cultivo de terras ermas – reconquistadas aos mouros ou deixadas ao abandono por conta do declínio da população rural dizimada pela peste negra ou rarefeita pelo êxodo em direção às cidades”.<sup>116</sup>

Esse sistema foi transplantado para as colônias portuguesas na África e nas ilhas da Madeira, de São Tomé e Açores. Devido à pequena extensão territorial de Portugal, e à efervescência do mercantilismo durante os séculos XVI e XVII, a Coroa tenta transplantar para suas colônias no litoral africano e na região insular atividades econômicas que lhes rendessem lucros, como o tráfico de escravos e o plantio do açúcar.<sup>117</sup> Com o objetivo, não só de proteger o território, mas também de torná-lo produtivo e ocupado, Portugal institui, na ilha da Madeira e nos Açores o sistema de Capitanias donatárias e o de doação de Sesmarias.

A Madeira serviu como um laboratório para os demais territórios conquistados portugueses. Para lá foram levados os escravizados africanos e a cana de açúcar, mas devido às condições climáticas e econômicas dos colonos e ao relevo muito montanhoso, esse sistema não foi muito eficiente. Somando-se a isso,

o povoamento da Madeira através da distribuição de Sesmarias foi um modelo para as futuras colonizações de outras áreas. Sendo conhecido como o grande laboratório da empresa expansionista portuguesa. Salienta-se aí a importância do sistema Sesmarias que, juntamente com o exercício de cargos na administração da Coroa, bem como da função militar, complementavam-se, formando a tríade para a constituição da nobreza fundiária, fato que também ocorreria em outras regiões.<sup>118</sup>

O arquipélago dos Açores servia como um entreposto comercial para as viagens oceânicas portuguesas. As suas ilhas nunca despertaram muito interesse da metrópole, devido ao seu solo vulcânico e poucas reservas de água. No entanto, a região era propícia para o plantio de trigo, fundamental para complementar a produção portuguesa, sendo nomeado um donatário responsável pela distribuição de Sesmarias. Esses sesmeiros, além de serem donos de terra, possuíam cargos administrativos da Coroa e função de proteger o território. A soma desses três fatores, como afirmou Carmen

---

<sup>116</sup> NOZOE, Nelson. “Sesmarias e apossamento de terras no Brasil Colônia”. In: *Revista Economia*. Brasília: Distrito Federal, v. 7; nº 3. Set./Dez. 2006. p. 1

<sup>117</sup> Para mais detalhes sobre a exploração econômica da Ilha da Madeira e Açores, ler SCHWARTZ, Stuart. “A grande lavoura açucareira: do Velho para o Novo Mundo”. In: \_\_\_\_\_. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1988. p.21-39

<sup>118</sup> ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. “A Construção do Império Atlântico Oriental: o processo de ocupação e as sesmarias em Cabo Verde, São Tomé e Angola”. In: Tânia Lima; Izabel Nascimento; Andrey Oliveira. (Org.). *Griots culturas africanas: linguagem, memória, imaginário*. 1ed. Natal: Lucgraf, 2009, v. 1, p. 39/40

Alveal, contribuiu para a criação de uma nobreza fundiária açoriana. No início, esse sistema foi bem-sucedido, mas logo surgiu a figura do foreiro, pessoas que arrendavam as terras em troca de um pagamento de um foro anual,<sup>119</sup> fortalecendo ainda mais o poderio e a influência política e econômica dessa nobreza fundiária.

Com a colonização do Brasil e a incapacidade do governo lusitano de tornar efetiva a ocupação da nova colônia, o sistema de Sesmarias foi aqui implantado. Essa transposição ocorreu do desejo da Coroa de promover o povoamento e o aproveitamento da terra por particulares, para que não tivesse de se preocupar em gastar seus recursos próprios nessa empreitada colonial. De acordo com Maria Thereza Petrone,

Desde os primórdios da colonização, a concessão de Sesmarias, que devesse presidir a distribuição da terra e a sua apropriação, nunca houve uma nítida preocupação com as terras do Estado, ou da Coroa, ou melhor, com as terras devolutas. Desde o início a terra era distribuída através de Sesmarias, concessões baseadas em antiga instituição portuguesa para cá transplantada, adquirindo aqui características bem distintas. A concessão de Sesmarias, entretanto, nunca obedeceu a critérios rígidos e bem definidos, sendo uma legislação bastante confusa e contraditória.<sup>120</sup>

No Brasil, o sistema de Sesmarias foi a principal forma de ocupação e de distribuição de terras. Elas eram concedidas a partir de Cartas, que possuem uma estrutura padrão, contendo informações sobre o pedido do sesmeiro com justificativas, a localização da terra e a resposta das autoridades responsáveis, juntamente com as exigências a serem cumpridas por ele.<sup>121</sup>

Carlos Magno e Liana Reis afirmam que “o interesse da Coroa fica demonstrado na condição básica imposta ao sesmeiro, e que ele deveria cumprir para não perder a terra, ela deveria ser ocupada com povoamento de animais e plantações de roças num prazo que, geralmente, era estipulado em dois anos”.<sup>122</sup> No pedido de Sesmarias abaixo, é possível observar esses elementos. O requerente afirma que possui escravos e todos os meios necessários para tornar a terra produtiva. Em seguida,

---

<sup>119</sup> ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. “A Construção do Império Atlântico Oriental”...

<sup>120</sup> PETRONE, Maria Thereza Schorer. “Terras devolutas, posses e sesmarias no Vale do Paraíba paulista em 1854”. In: *Revista de História*. Ano XXVI, nº 103; vol LII. Jul./Set. 1975. p. 378.

<sup>121</sup> PEREIRA, Elenize Trindade. “Geoprocessamento das sesmarias das Capitanias do Norte do Estado do Brasil, Plataforma Semarias do Império Luso Brasileiro (1650-1750)”. In: VILLA, Carlos Valencia & GIL, Tiago. *O retorno dos mapas: sistema de informação Geográfica em História*. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016.

<sup>122</sup> GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana M. “Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750). In: *Revista do Departamento de História*. Nº 2. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG. 1986. p.24

aparece a resposta oficial concedendo essas terras ao requerente, como no exemplo abaixo:

Diz Luiz Jose de Godoy Torres, que ele sendo senhor e possuidor de mais de vinte escravos e de terras minerais e possuindo de terras de culturas das quais possa se subir mantimentos necessários para os seus escravos, pediu se lhe demarcasse na Aplicação de Santa Anna dos Ferros, Freguesia de Guarapiranga, e no Ribeirão denominado Tavoassu, uma Sesmaria, e com efeito venha demarcar com as confrontações constantes do instrumento junto e para que as terras demarcadas são dos novamente consegui todas, ou foram tiradas do poder dos Índios e o suplicante as que possuir por título legítimo para isso.

Ao Doutor Luiz Jose de Godoy Torres demarqueei e reparti uma Sesmaria de terra de meia légua em quadra, restaurada dos Índios inimigos no Ribeirão chamado Tovoassu na Aplicação de Santa Anna dos Ferros, Freguesia de Guarapiranga, servindo de ramo uma cachoeira grande que está por cima da estrada que vai para o Quartel de São Lourenço, confrontando pela parte do Nascente com terras do falecido Antônio Lourenço, e os mais com quem haver de confrontar, e por todas as mais partes fica confrontando com o Sertão, e por esta forma fica demarcada a Sesmaria do suplicante que possui vinte escravos, onze bestas, quarenta cabeças de gado, lavras em Arrepiados. Por me autorizar a Carta Regia de 2 de Dezembro de 1808, recomendado no Ofício d' 31 de Janeiro de 1809 pelo Ilustríssimo Exímio Senhor Pedro Maria Xavier d' Ataíde Mello. Hoje Cachoeira do Tovoassu, Aplicação de Santa Anna dos Ferros, Freguesia de Guarapiranga, aos 20 de Março de 1809. João do Monte da Fonseca. Alferes Comandante da 2ª Divisão.<sup>123</sup>

Até final o século XVII, o tamanho das Sesmarias era muito variável. Nos primórdios da aplicação do sistema em terras brasileiras, a capacidade do beneficiário aproveitar a doação definia, de modo vago e impreciso, o tamanho da gleba, podendo chegar até a 10 léguas.<sup>124</sup> A partir de 20 de janeiro de 1699, essa legislação sofre alterações “assinada por El-Rei, e dirigida àquele governador Dom João de Alencastre, enquanto estabelece que as Sesmarias não excedam três léguas de comprimento, e uma de largo, ou légua e meia em quadro, como se achava já ordenado por esta Carta Régia”.<sup>125</sup> Com a descoberta do ouro em Minas Gerais, em 15 de junho de 1711, outra determinação real modifica o tamanho das Sesmarias.

---

<sup>123</sup> Pedido de Sesmaria Luiz José de Godoy Torres. Arquivo Público Mineiro. SC – Códice 305 página 42.

<sup>124</sup> NOZOE, Nelson. “A aplicação da legislação sesmarial em território brasileiro”. In: *Estudios Historicos*. CDHRPyB Año VI – Julio 2014 n° 12. Uruguai p. 13

<sup>125</sup> PORTO, Augusto. (org.) *Documentos Históricas (1663-1677). Correspondência dos governadores geraes – Conde de Obidos; Alexandre de Souza Freire e Affonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. 1928. p. 363

El-Rei atendendo à representação do Governador Francisco da Costa de Moraes, sobre as terras de Sesmarias que seus antecessores haviam dado com largueza aos moradores do Caminho Novo, que vai desta cidade [Rio de Janeiro] para as Minas, foi servido resolver se dessem de Sesmarias as tais terras, com declaração, que cada uma fosse de légua em quadra, e que se não desse a cada pessoa, mais de uma data, e que este possuidor não pudesse adquirir outra por qualquer título que fosse por compra, ou herança.<sup>126</sup>

No norte da colônia, esse sistema foi amplamente utilizado, principalmente na região litorânea, para o cultivo da cana-de-açúcar entre os séculos XVI- XVII. Stuart Schwartz, analisando a formação da economia e da sociedade colonial, principalmente a açucareira baiana, argumenta que, na Bahia, cada donatário havia distribuído terras aos colonos para serem exploradas na forma de roças, fazendas (propriedades maiores, em geral dedicadas ao cultivo da cana ou agricultura de produtos exportáveis) e, finalmente, engenhos, nas quais instrumento de posse eram as Cartas de Sesmarias.<sup>127</sup>

Uma das obrigatórias para se deter uma Sesmarias era tornar a terra produtiva. No entanto, a Coroa não possuía oficiais suficientes para verificar todos os lotes doados. No final do século XVII, foi implantada a cobrança de um foro para as Sesmarias da região Norte do Brasil. Como a disponibilidade de terras era muito grande, os sesmeiros aproveitavam dessa vastidão para se empossarem de terras além do que a sua carta determinava. Para conter essa ocupação desenfreada, foi criada uma ordem régia que “era uma tentativa de controlar o tamanho das terras concedidas em Sesmarias, ou seja, a cobrança do foro colocava-se como um limite natural, à grande extensão, no sentido que o ônus total que incidia sobre a sua doação acabava por tornar-se um custo não desejado pelo sesmeiro”.<sup>128</sup>

Dessa forma, a Coroa para de se preocupar se a terra está ou não ocupada efetivamente, se está sendo ou não produtiva, desde que o foro anual fosse pago corretamente. Quanto mais próximo aos grandes centros urbanos, mais caro era o foro, sendo cobrado seis mil réis para as Sesmarias distas em até 30 léguas do Recife, e quatro mil réis para as que estivessem numa distância superior.<sup>129</sup>

Elenize Pereira, estudando a distribuição de Sesmarias no período de 1650 a 1750 nas Capitânicas da Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco, também endossa a

---

<sup>126</sup> PORTO, Augusto (org.) *Documentos Históricas (1663-1667)* ... p. 363

<sup>127</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos...* p. 36.

<sup>128</sup> ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. “Transformações na legislação sesmarial, processos de demarcação e manutenção de privilégios nas terras das Capitânicas do Norte do Estado do Brasil”. *Estudos Históricas* (Rio de Janeiro), v. 28, 2015. p. 250

<sup>129</sup> ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. “Transformações na legislação sesmarial...”. p. 251

distribuição relatada acima. Ela argumenta que enquanto as Sesmarias no litoral eram doadas com o objetivo de expandir a produção açucareira, o sertão, servia como base de apoio para o abastecimento dessas regiões.<sup>130</sup>

Na região amazônica, essa distribuição ocorreu a partir da divisão de áreas de vocação econômica, cada uma com uma exploração diferente. Nas áreas de várzeas e grandes campinas, como Marajó, criava-se gado. Às margens dos rios cultivava-se a cana e construía-se os engenhos. Nas regiões de terras mais férteis, o cacau nativo. Dos sertões vinham as especiarias.<sup>131</sup>

O sistema Sesmarial era um prolongamento da sociedade de corte portuguesa, em que a concessão de terras representava um interesse da Coroa em agradar a nobreza de Portugal, concedendo-lhes grandes propriedades para manter seu prestígio político.

Considerando a concessão de terras e de mercês, Maria de Fátima Gouveia argumenta que a Coroa portuguesa utilizava de estratégias administrativas como forma de facilitar a monopolização da memória por parte de um restrito grupo de indivíduos que conseguiam se movimentar através altos escalões do circuito administrativo português. Isso era feito a partir da concessão de favores, de títulos de nobreza e de mercês, como retribuição a algum serviço prestado.<sup>132</sup> António Espanha argumenta que o cumprimento de deveres de gratidão na sociedade de Antigo Regime é o das mercês régias, como forma de remuneração aos serviços prestados pelos vassallos. “Estes serviços não eram estritamente devidos, importando alguma componente graciosa, algum favor, que constituía o beneficiário em gratidão. A mercê era, então, o pagamento do dever de gratidão, um dever não estritamente legal, mas quase jurídico”.<sup>133</sup>

As Sesmarias também representavam uma extensão das relações de vassalagem, uma vez que o sesmeiro recebendo 50 até 100 léguas de terra, não dando conta de torná-la produtiva, concedia o direito de exploração a terceiros. Felisbello Freire, em seu livro *História territorial do Brasil* observa que

---

<sup>130</sup> PEREIRA, Elenize. “Geoprocessamento das sesmarias....”.

<sup>131</sup> SOUZA FILHO, Durval de. “Geoprocessamento de sesmarias na Amazônia colonial”. In: VILLA, Carlos Valencia & GIL, Tiago. *O retorno dos mapas: sistema de informação Geográfica em História*. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016. p. 51

<sup>132</sup> GOUVEIA, Maria de Fátima Silva; FRAZÃO, Gabriel Almeida; SANTOS, Marília Nogueira dos. “Reder de poder e conhecimento na governação do Império Português”. *Topoi* Vol.5 no.8 Rio de Janeiro Jan. Jun. 2004. p.104.

<sup>133</sup> HESPANHA, António, Manuel. *Imbecillitas: As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. Belo Horizonte: UFMG. 2008 p. 183.

Precisamos tirar conclusões [acerca do sistema de Sesmarias] de ordem econômica que afetam não só o direito de propriedade particular sobre o território, como as relações sociais em se colocavam os detentores desse direito, perante o Estado. Em geral, os concessionários eram a nobreza capital da Capitania, muitos deles órgãos e representantes do próprio governo, [...] [muitos deles possuindo] Sesmarias, pela sua grande extensão territorial, eram verdadeiras donatarias. Iniciou-se o regime de arrendamento aos pequenos colonos [...] em que se subdividia a doação, criando-se assim a classe dos agregados agrícolas, que tanto contribuiu para a propriedade do agricultor.<sup>134</sup>

O sistema de doação de terras contribuiu para a formação de uma classe latifundiária muito forte, que além de ser detentora do capital financeiro era, legalmente, dona de enormes extensões territorial. Analisando-se comparativamente, enquanto nas Capitanias de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba, entre 1650 e 1750 foram distribuídas 754 Sesmarias, compreendendo a quase a totalidade territorial dessas três Capitanias,<sup>135</sup> em Minas Gerais, entre 1701 e 1836, foram distribuídas 7952 Sesmarias. Apesar do território mineiro ser quase cinco vezes maior do que o dessas três Capitanias juntas, observa-se maior concentração de terra na região norte colonial. Nessas províncias a maneira de se apossar das terras acabou criando os chamados “senhorios coloniais”. Voltando à Carmen Alveal,

O senhorio colonial seria um instituto surgido na colônia que faria parte de um conjunto maior de institutos no qual se destacam as formas de construção e manutenção de um patrimônio e de um certo *ethos* senhorial, semelhante ao *ethos* aristocrático do reino, mas diferindo deste uma vez que não estava vinculado necessariamente a uma titulação nobiliárquica nem a privilégios institucionais pela Coroa. Tal *ethos* senhorial era caracterizado por privilégios concedidos excepcionalmente pelas autoridades ou mesmo pelo rei, mas principalmente algumas vezes autoinstituídos.<sup>136</sup>

Essa forma de dominação perpetuou a permanência de determinadas famílias como detentoras de grandes extensões de terra ao longo de todo o período colonial, imperial e republicano brasileiro. Principalmente, onde hoje é a região nordeste, observa-se a presença de famílias que são donas de grandes extensões territoriais em estados como Bahia, Alagoas, Maranhão, sendo resultado dessa herança colonial.

---

<sup>134</sup> FREIRE, Felisbello. *História territorial do Brasil*. 1º volume (Bahia, Sergipe e Espírito Santo). Rio de Janeiro: Typ do “Jornal do Comércio” de Rodrigues & C. 1906. p. 21.

<sup>135</sup> PEREIRA, Elenize. “Geoprocessamento das sesmarias....”.

<sup>136</sup> ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. “As vexações e opressões dos senhores coloniais e a constituição da Carta Régia de 1753 no Brasil colonial: a tradição da posse e o justo título”. *Outros Tempos*. V.14, p.159, 2017.

A elite portuguesa, em decadência na metrópole, ao chegar no Brasil se sentia como grandes senhores feudais, que ao invés de terem servos, tinham escravos e pequenos arrendatários a seu serviço e mando. Tinham, também, o respaldo do governo às suas enormes possessões de terras graças às Cartas de Sesmarias. Esses “senhorios coloniais” pouco a pouco iam dominando cada vez mais o interior das terras do norte, e como no início do século XVII a ocupação do interior da colônia era pequena, a Coroa portuguesa não via problemas em conceder grandes extensões de terras a esses particulares dispostos a colonizar o território. “Havia ainda a questão da compensação por parte das autoridades coloniais que vinham do Reino. Ao premiar estas pessoas como forma de reconhecimento, dava-se a estes colonos, solidamente enraizados na colônia, a possibilidade de aliar a posse da terra à ocupação de cargos políticos e/ou militares junto à administração colonial”.<sup>137</sup>

Esse sistema era uma legitimação da propriedade da terra, o que não significa que esse local era desocupado. Desde o início da colonização do Brasil observa-se a figura dos posseiros, aqueles homens que ocupavam e se fixavam na terra de forma ilegal. Observa-se, tanto no norte quanto no sul da colônia, famílias que se apossaram das terras, e pediam as Sesmarias como forma de legitimar a sua posse. No entanto, a relação entre os sesmeiros e os posseiros, muitas vezes, gerava tensões e conflitos. Recorrendo novamente à Alveal, ela nos diz:

E é justamente o argumento de “descobrir” terras é que levariam posseiros a ocupar terras que acreditavam ser devolutas e desocupadas nos sertões do Brasil. O problema gerado resultava em duas questões de ordem prática: 1) às vezes as terras ocupadas pelos posseiros, embora sem eles saberem que já haviam sido concedidas, eram algo de cobrança de foro ou renda por parte dos sesmeiros originais; 2) outras vezes, sesmeiros ao redor aproveitavam-se da ignorância dos posseiros e os enganavam afirmando que aquelas terras eram suas Sesmarias, e, portanto, deveriam pagar uma renda. Ambas as situações ocorreram ao longo do século XVIII. Uma vez que as Sesmarias eram tão extensas, não era difícil que um posseiro passasse a cultivar em uma área que acreditava ser devoluta. O problema era quando alguém ligado ao sesmeiro o avisava e esse imediatamente enviava alguém para forçar a cobrança, ou quando alguém se aproveitava do fato de não se saber ao certo de quem eram as terras e com subterfúgios, que poderia incluir o uso da violência, passava a cobrar rendas.<sup>138</sup>

---

<sup>137</sup> ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. “Senhores de pequenos mundos: disputas por terras e os limites do poder local na América Portuguesa”. *Saeculum* (UFPB), v. 26, 2012. p.66/67

<sup>138</sup> ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. “As vexações e opressões dos senhores coloniais...” . p. 161/162

Já no sul da colônia, a distribuição de Sesmarias foi para a ocupação efetiva desse território, principalmente para a conquista do sertão e para a prospecção mineral. Além disso, com a mudança da legislação, de acordo com a Carta Régia de 15 de junho de 1711, as Sesmarias não podiam ter mais de uma légua de extensão. Diferentemente do Norte, em que as terras eram concedidas aos nobres portugueses, no Sul predominavam lavradores que se estabeleciam nos lotes doados onde se dedicavam à atividade agrícola. Freire afirma que

Para a Bahia afluía a nobreza de Portugal, como parte integrante do governo central. No Rio, em São Paulo e Espírito Santo, é o próprio lavrador *per se* vai fazer o trabalho agrícola. [...] um simples arrendatário irá colonizar as regiões do sertão, cheia de índios e das mais dificuldades, perante as quais escasseavam os recursos.<sup>139</sup>

Estudando a vila de Curitiba, Leonardo Barleta observa que a concessão de Sesmarias esteve relacionada não só à ocupação territorial, mas também à sedimentação das instituições portuguesas no solo americano, de estratégias de ascensão social de grupos familiares, a busca pelo ouro e a formação da grande propriedade rural que marcou o regime fundiário do período colonial.<sup>140</sup>

Apesar das Sesmarias não ultrapassarem uma légua, a questão da grande propriedade pode ser observada quando membros de uma mesma família conseguem Sesmarias uma ao lado da outra. É possível observar, por exemplo, que membros da família do diplomata português Dom Rodrigo de Sousa Coutinho – o Conde de Linhares – receberam Sesmarias na região da margem esquerda do rio Doce em 1825.<sup>141</sup> Alguns anos antes, em 1766, seu pai, Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho recebeu uma Sesmarias no rio Paraibuna<sup>142</sup>. Além de todo prestígio político que essa família possuía – Dom Francisco fora governador de Angola e embaixador de Portugal em Madri, D. Rodrigo fora Ministro da Corte em Turim, Secretário de Estado da Marinha, presidente do Real Erário – eram também detentores de grandes extensões de terras na Capitania de Minas Gerais. A partir de concessões senhoriais e dos pedidos de Sesmarias fortaleceram seu poder nas várias instâncias sociais e econômicas. Ângelo Carrara afirma que

---

<sup>139</sup> FREIRE, Felisbello. *História territorial do Brasil...* p. 21-22.

<sup>140</sup> BARLETA, Leonardo. “Sertão repartido: sesmarias e formação do espaço colonial. (Curitiba, séculos XVII e XVIII). In: VILLA, Carlos Valencia & GIL, Tiago. *O retorno dos mapas: sistema de informação Geográfica em História*. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016. p. 71.

<sup>141</sup> APM, Seção Provincial Códice 36, páginas 47v., 50, 52, 53 e 54v.

<sup>142</sup> APM, Seção Colonial, Códice 146, página 122.

Foi no sertão que outra forma ocorreu com mais frequência, isto é, a monopolização das terras por meio das concessões senhoriais, sem que se alegasse necessariamente o lançamento da posse. [...] É-se mesmo tentado a pensar que a justificativa das posses lançadas não passasse de fórmula. Quanto às escrituras de compra e venda de imóveis rurais, é pouco comum a menção à forma como se obteve a terra.[...] A possibilidade de ocupação de terras devolutas ou em áreas de fronteira foi a solução estrutural encontrada por muitos que, no interior de um sistema agrário que demandava certa extensão de matos virgens e capoeiras, ao lado das terras lavradas.<sup>143</sup>

A partir da descoberta do ouro em Minas Gerais, ocorreu um *boom* demográfico na região, com pessoas provenientes das diferentes partes da colônia e do reino português. A Capitania de Minas apresentou inúmeras particularidades em relação às demais Capitânicas da colônia: desenvolveu-se um estilo urbano específico; era uma sociedade mais miscigenada; com uma economia diversificada (comércio, agricultura, mineração); com um perfil escravista de pequeno porte (com a média de 10 a 15 escravos por propriedade). O sistema Sesmarial, em Minas Gerais, também se enquadrava nessas particularidades. Ângelo Carrara afirma que

As concessões de Sesmarias têm um significado distinto nas minas – nos núcleos mineradores originais – e nos currais. Nas primeiras, as Sesmarias foram instrumentos secundários de legitimação da propriedade, visto que a velocidade com que as terras eram compradas e vendidas diminuía a necessidade de recurso às petições. O ritmo da mudança dos proprietários das terras ocupadas se dava em grau máximo devido à máxima circulação de moeda nessa região. Já nos currais, mesmo que participassem ativamente de diversos espaços econômicos internos da Capitania, a circulação monetária era relativamente muito menor. [...] Daí o lugar diferente ocupado pelas Sesmarias nessas regiões: elas consolidavam um domínio mais duradouro, na falta de outros instrumentos, como as escrituras de compra e venda.<sup>144</sup>

A compra e venda de terras próximas aos núcleos mineradores explica, em certa medida, por que no princípio da colonização de Minas Gerais a quantidade de Sesmarias distribuídas não foi tão elevada. A partir da análise do gráfico 2.1, observa-se que entre 1700-1750 houve, praticamente, crescente número de doação em relação ao número de concessões sesmariais. Isso ocorre devido a um primeiro movimento de ocupação territorial. Como diz Carrara,

Há, contudo, um ritmo geral, não obstante as Cartas concedidas entre 1710 e 1714 apenas cadastrarem alguns proprietários rurais da Capitania, e flagrarem o primeiro movimento, isto é, o da ocupação

---

<sup>143</sup> CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais...* p. 160/161

<sup>144</sup> CARRARA, Ângelo Alves. *Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais*. Ouro Preto: Edufop. 1999. p. 14

dos distritos mineradores (Ouro Preto, Mariana, Caeté, Sabará, em menor grau São João e São José del Rei), também conhecidas como “minas gerais”, do Caminho Novo, (por onde transitava em número crescente pessoas e mercadorias em demanda das minas), o Caminho Velho, a região da serra das Vertentes e os currais situados especialmente nos vales dos rios das Velhas e Paraopeba. O Serro, por seu turno, só conheceu os primeiros registros Sesmarias a partir de 1717. A esse primeiro movimento, seguiram-se os processos ordinários e rotineiros do mercado de propriedades rústicas, e do lançamento de posses nas áreas de fronteira (como por exemplo, nos vales do rio Piranga, Piracicaba, Xopotó, Verde). Além desse movimento de rotina, há outro, determinado pelas descobertas minerais: o das ocupações de Minas Novas e da Demarcação Diamantina, a partir de 1727, e de Paracatu, desde 1744.<sup>145</sup>

No entanto, é importante frisar que essas doações eram uma legitimação da posse da terra por meio da Coroa portuguesa. Assim como Maria de Fátima Gouveia e António Espanha discutem sobre a concessão de mercês, Francisco Eduardo Andrade, para as Minas Setecentistas argumenta que

a estratégia de governo da Coroa baseava-se na economia do favor e dos prêmios aos súditos que, com gratidão, retribuía com mais amor, fidelidade e serviços. [...] O poder, para subsistir, fazia as redes clientelistas do espaço social, que do centro do Estado monárquico se estendiam até os núcleos periféricos ou locais (Câmaras, ordenanças) e até cada um dos súditos. O mecanismo régio consistia, então em manter essas redes ativas através da economia do favor, retirando dela ganhos políticos e econômicos não só para a Coroa, mas para todos os agentes.<sup>146</sup>

Ângelo Carrara discute em seu livro *Minas e Currais* observa que no sertão outra forma de ocupação da terra ocorreu com mais frequência. A monopolização das terras a partir de concessões senhoriais sem que se recorresse à alegação da posse. O autor segue afirmando, “quanto às escrituras de compra e venda de imóveis rurais, é pouco comum a menção à forma como se obteve a terra”.<sup>147</sup>

A partir da segunda metade do século XVIII, havia uma variação em relação a essas doações e isso pode ser explicado tanto pela ocupação cada vez maior do território, seja através da compra de terras ou da ocupação ilegal do território.

A década de 1780 é marcada por instabilidades diante de movimentos políticos como a Inconfidência Mineira, além de outros problemas político-administrativos. No início dessa década, assume o governo da Capitania, Dom Rodrigo José de Menezes,

---

<sup>145</sup> CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais...* p. 170/171

<sup>146</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo. *A invenção das Minas Gerais...* p. 86/87

<sup>147</sup> CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais...* p.159/160.

que procurou não só conhecer a realidade da capital mineira, como também das demais localidades, procurando realizar melhorias na Capitania.

Logo depois de chegar a Vila Rica, Dom Rodrigo começou as visitas às diversas regiões da Capitania, procurando informar-se das necessidades de cada uma, ele próprio afrontando as viagens aos pontos mais distantes e selvagens, com o intuito de estimular o encontro de novos jazigos de ouro. Abriu caminho para os vales dos rios Preto e Peixe, nas divisas da Capitania do Rio de Janeiro, penetrou nas terras pelos índios Arrepiados, no Alto Manhuaçu, povoando essas regiões que, embora não produzissem o outro esperado, começaram a ser cultivadas, para alimentos, consagrando-se como de grande fertilidade. Penetrou no bravo sertão do Cuieté, região da antiga Casa da Casca, onde o pioneiro Arzão encontrara as primeiras pintas de ouro que foi manifestado, passou à Demarcação Diamantina, comandando uma expedição à Serra da Itamarandiba, invadida por uma multidão de aventureiros que ali promoviam desordens, deixando em todos os recantos da Capitania, por onde andou, traços de suas providências e iniciativas de resultados indiscutíveis.<sup>148</sup>

Diferentemente dos demais governadores, Dom Rodrigo, percebendo do potencial econômico que Minas possuía, procurou estimular o desenvolvimento agrário local, pedindo à Coroa portuguesa que se retirasse a proibição da existência de engenhos e que se valorizasse a produção local, não obtendo resposta da metrópole ao seu pedido. Diferentemente dos outros Capitães-Mores que permaneciam pelo menos cinco anos no poder, Dom Rodrigo José de Menezes em três anos foi retirado do seu cargo e enviado à São Paulo, por medo da Coroa portuguesa que ele questionasse e até mesmo descumprisse as determinações da rainha Dona Maria.

Em seu lugar, foi empossado Luís da Cunha Meneses, antigo governador da Capitania de Goiás. Este fora escolhido por governar de forma tirânica e extremamente controladora em relação à cobrança dos impostos. De acordo com a visão de Augusto de Lima Júnior, ao invés da Capitania possuir um alguém preocupado com o seu desenvolvimento, Minas Gerais passa a ser controlado por um déspota, preocupado apenas em cumprir as determinações reais. Diz ele:

Era assim Cunha Meneses, coronel de infantaria da primeira plana de Lisboa, um homem rústico, ignorante, lúbrico, grosseiro e desonesto. Afinal, depois de alguns dias de espera, foi empossado a 10 de outubro de 1783, no governo da Capitania, partindo Dom Rodrigo Menezes com sua família, da qual havia agora dois filhos nascidos em Vila Rica. Passava a Capitania de Minas Gerais a ser ocupada por uma

---

<sup>148</sup> LIMA JUNIOR, Augusto de. *História da Inconfidência de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada. 1968. p. 17

tirania abrutalhada e humilhante, que a história consagrou como um dos mais torvos períodos da formação brasileira.<sup>149</sup>

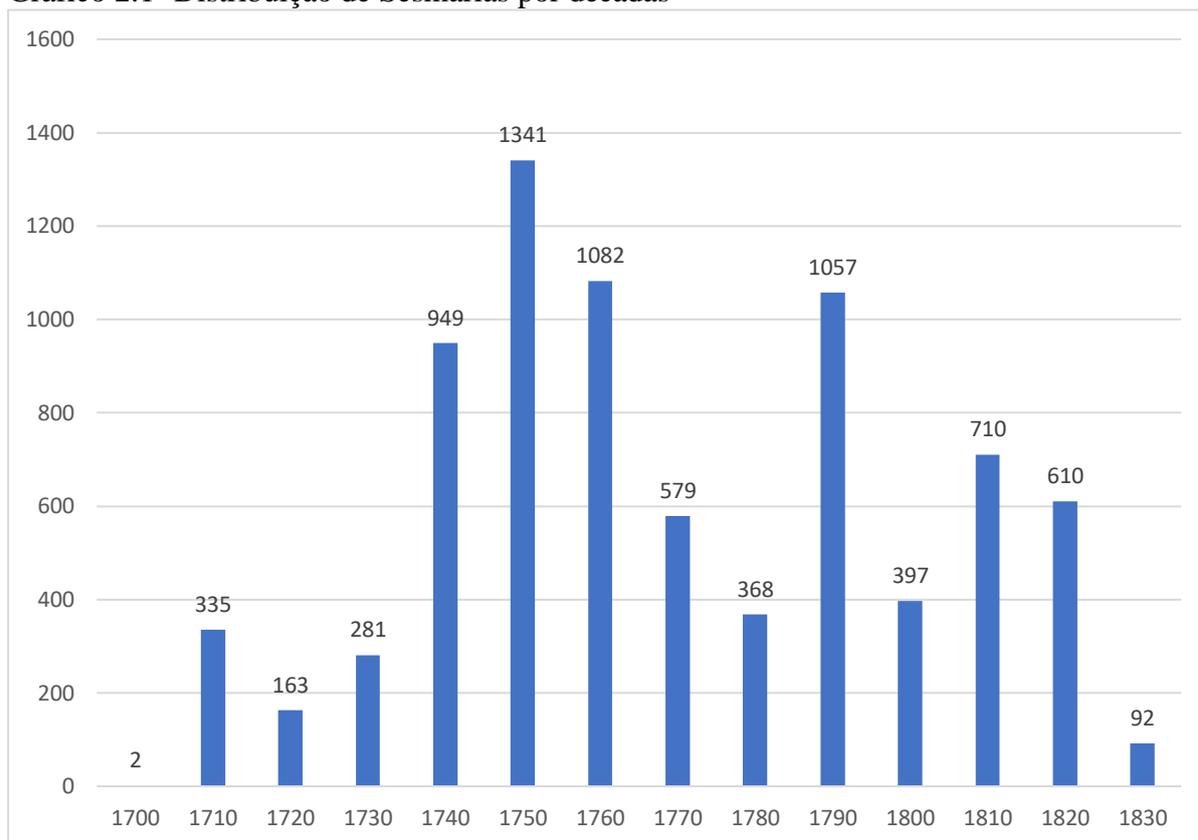
Ao se tornar governador, Luís da Cunha de Meneses (1783-1788) exigiu que todos os esforços se voltassem para a extração de pedras e metais preciosos (que já demonstravam sinais claros de decadência), fazendo com que a agricultura e a pecuária assumissem um papel secundário na economia, obrigando os mineiros a se dedicarem à uma “cultura de quintal”, cultivando alimentos que não necessitavam de grandes cuidados, como a mandioca, quiabo e abóbora.<sup>150</sup> Dessa forma, o sistema Sesmarial e a expansão da fronteira são colocados em segundo plano, o que pode explicar a queda na distribuição de Sesmarias na década de 1780.

---

<sup>149</sup> LIMA JUNIOR, Augusto de. *História da Inconfidência de Minas Gerais...* p.25

<sup>150</sup> CAMPOS, Luciana. “Os (des)mandos do Fanfarrão: uma análise histórico-literária da administração em Minas Gerais durante o Setecentos”. In: VI JORNADA SETECENTISTA, 2005, CURITIBA. 2005.

Gráfico 2.1- Distribuição de Sesmarias por décadas



Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial).

Ao analisar esse movimento, é possível perceber a “fuga” da zona mineradora central (gráfico 2.2). Considerando a decadência da mineração e a diversificação econômica da Capitania e maior ocupação das áreas centrais, houve um intenso deslocamento da concessão de Sesmarias e econômico para as regiões periféricas da Capitania, expondo um movimento contrário ao inicial. No primeiro momento da ocupação das Minas, priorizou-se a ocupação central da Capitania, englobando as regiões de Ouro Preto, Mariana, Sabará, nas comarcas de Ouro Preto e Rio das Velhas, respectivamente. Ângelo Carrara afirma que

Há de se considerar um fato fundamental: as concessões de Sesmarias têm um significado distinto nas “minas” – isto é, os núcleos mineradores originais – e nos currais. Nas primeiras, as Sesmarias foram instrumentos secundários de legitimação da propriedade, visto que a velocidade com que as terras eram compradas e vendidas diminuía a necessidade de recurso às petições. O ritmo da mudança dos proprietários das terras ocupadas se dava em grau máximo devido à máxima circulação de moeda nessa região. Já nos currais, mesmo que participassem ativamente de diversos espaços econômicos internos da Capitania, a circulação monetária era relativamente muito

menor. [...] Daí o lugar diferente ocupado pelas Sesmarias nessas regiões: elas consolidavam um domínio mais duradouro, na falta de outros instrumentos legais, como as escrituras de compra e venda.<sup>151</sup>

A partir dessa decadência da atividade mineradora, ocorreu essa ocupação centrífuga, principalmente na comarca do Rio das Mortes. Nesse momento, se torna visível a mobilidade e o alargamento das fronteiras da Capitania. Ao longo desse período de análise (1701-1836), foram distribuídas 2621 Sesmarias na Comarca do Rio das Mortes, 1983 na Comarca de Ouro Preto, 1093 na Comarca do Rio das Velhas e 336 na Comarca do Serro Frio.<sup>152</sup>

No entanto, nas décadas de 1810 e 1820, o número de concessões na comarca de Ouro Preto aumentou consideravelmente. Isso ocorreu devido à chegada da família real ao Brasil, fazendo com que a fronteira agrícola se expandisse para a região da zona da mata mineira. Além de se preocupar com o abastecimento interno, também voltam suas atividades para o abastecimento alimentar da corte e, concomitantemente, ocorre o início do plantio do café nessa região. Seguindo Carrara,

Uma mudança importante ocorreu um século mais tarde [início do século XIX], quando as terras destinadas à cafeicultura na zona da Mata sul foram monopolizadas por um pequeníssimo número de pessoas muito bem relacionadas ao governo da Capitania. Como a fronteira fechou-se num primeiro tempo exatamente nos distritos mineradores, em razão do grande fluxo de população para eles atraída, foi natural que aí se estabelecesse primeiramente um mercado de terras, intensificando, além do mais, pelo volume do ouro em pó disponível.<sup>153</sup>

Em 1812, por exemplo, João Procópio Lopes Monteiro, português e bacharel, solicitou uma Sesmarias na freguesia do Pomba, na nova estrada que se abriu em direção ao Campo dos Goitacazes, sendo agraciado com esse lote pela Coroa. Logo após essa concessão, João Procópio se mudou para o Rio de Janeiro e em 1832 foi consagrado pelo governo regencial como cidadão brasileiro, “e como tal está no gozo de todos os direitos, que lhe competem pela Constituição do Império”.<sup>154</sup>

A Sesmarias que pede João Procópio Lopes Monteiro, é vista na nova estrada aberta pela margem do Rio do Pomba, e compreendida em terras devolutas no Ribeirão do Santo Antônio e composta por uma parte com a Sesmarias do Doutor Joaquim Jose Lopes Mendes, e por outros com terras do Cartão: Não se acha cultivados desta Sesmarias

---

<sup>151</sup> CARRARA, Ângelo Alves. Minas e Currais... p.164/165

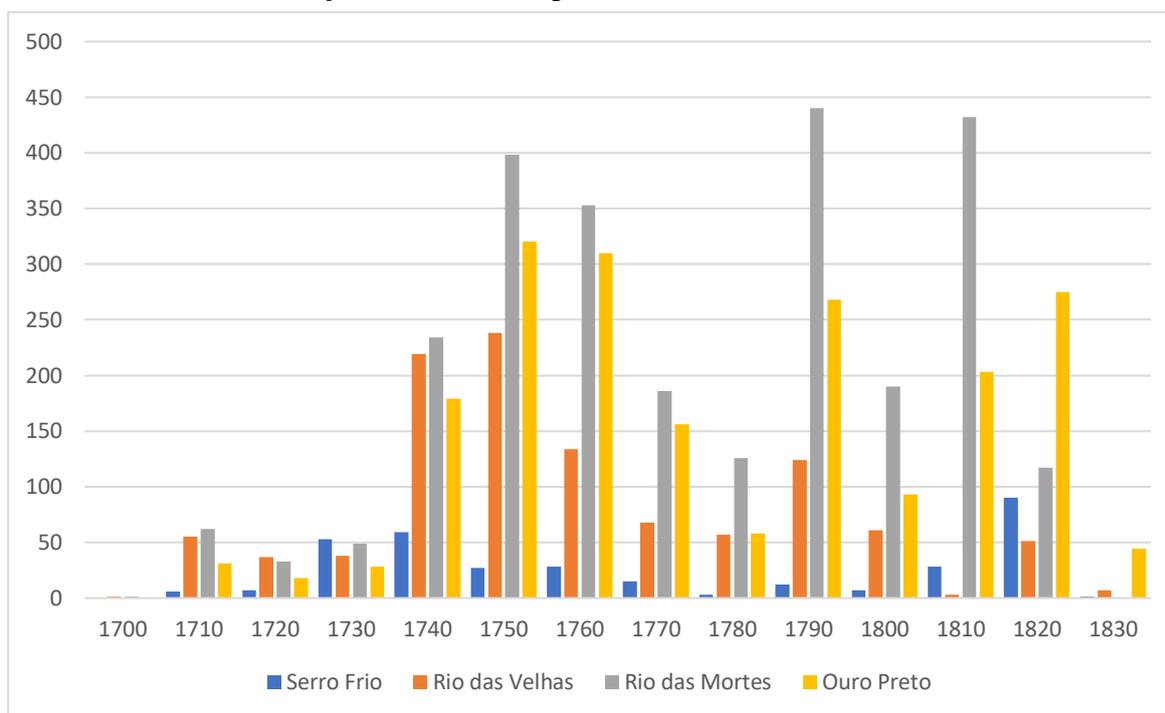
<sup>152</sup> Para melhor esclarecimento sobre a localização das comarcas de Minas Gerais durante o período analisado, vide Mapa 1.

<sup>153</sup> CARRARA, Ângelo Alves. Minas e Currais... p. 159

<sup>154</sup> *Coleção de leis. Império do Brasil de 1832. Parte Primeira.* Rio de Janeiro: Thipographia Nacional 1874. p. 112

por outra pessoa, e desta Capitania mais de trinta e duas léguas, e o suplicante não tem outra Sesmarias que conste ser lhe concedida por este governo. Mariana em Câmara de 29 de agosto de 1812.<sup>155</sup>

Gráfico 2.2 – Distribuição de Sesmarias por comarca, 1700-1830.<sup>156</sup>



Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial).

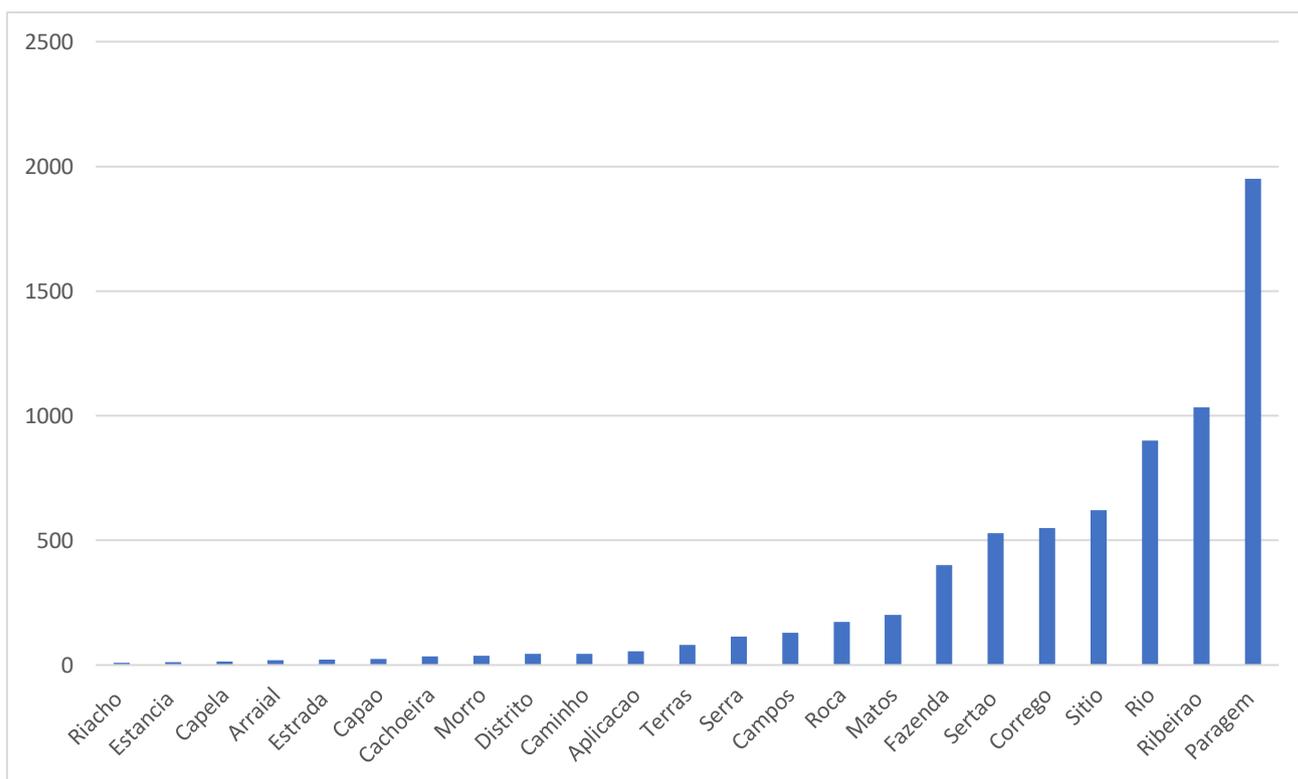
Ao ser oficializado o pedido, a Coroa portuguesa especificava a caracterização por localização de Sesmarias que o requerente recebia, sendo observado no gráfico no gráfico 2.3. No entanto, para a sua elaboração, só foram computadas possuíam uma frequência maior do que 10 repetições, para que a visualização no gráfico fosse possível.<sup>157</sup>

<sup>155</sup> APM, CC- Cx 43- Rolo 513- Planilha 30213- Item 1

<sup>156</sup> As sesmarias em que não apresentam informações sobre a Comarca não foram incluídas nesse gráfico. Dessa forma, ao se somar as sesmarias distribuídas o total encontrado será 6033 e não os 7951 descritos anteriormente.

<sup>157</sup> As caracterizadas como açude, barreiro, brejo, chapada, enseada, fortaleza, lavras, pasto, porto, território aparecem uma vez cada. Barra, data, picada aparecem duas vezes cada. Ilha, quilombo, vargem e vila, aparecem 3 vezes cada. Engenho 5 vezes. Curral e lagoa aparecem 7 vezes cada. E ponte aparece 8 vezes.

Gráfico 2.3 – Caracterização por localização das Sesmarias<sup>158</sup>



Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial).

Para se entender a ocupação espacial da Capitania de Minas Gerais, é necessário conhecer alguns termos que aparecem com mais recorrência nas Cartas de doação de Sesmarias (Sertão, Sítio, Paragem). Aqui será feita uma breve explanação sobre alguns deles, e, no capítulo 3, eles serão melhor explorados.

Cláudia Damasceno Fonseca define paragem como “termo genérico que designa as terras situadas em torno de um marco geográfico – natural ou artificial. Este termo designa lugares ou regiões menos extensas que uma ‘conquista’ e que já contavam com um povoamento estável”.<sup>159</sup> Essas paragens se localizam em locais próximos a vilas, distritos ou arraiais. À medida que essas regiões foram sendo ocupadas, assim como as fronteiras dos sertões foram sendo deslocadas, o termo paragem se torna um ponto de referência para a população local. Em 1719, Guilherme Mainarde da Silva recebe uma Sesmarias na paragem do ribeirão do Gualaxo do Sul, na comarca de Ouro Preto.<sup>160</sup> Essa foi a primeira Sesmarias doada nessa região. Em seguida, o termo ribeirão acaba se

<sup>158</sup> As caracterizações mais relevantes serão analisadas de maneira pormenorizadas ao longo do Capítulo 3.

<sup>159</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas D’el Rei...* p. 77.

<sup>160</sup> APM, Seção Colonial, Códice 12, página 15v.

perdendo e o local passa a ser conhecido como Paragem do Gualaxo do Sul, sendo distribuídas mais 7 Sesmarias na região, sendo essa paragem ponto de referência.

A roça e o sítio referem-se, também, a lugares ocupados de maneira estável, no entanto de forma mais circunscritos à essa lógica de domínio territorial. Os sítios e as roças, geralmente, localizavam-se próximos aos arraiais. No entanto, a sua densidade demográfica e/ou seu desenvolvimento urbano não evoluíram suficientemente para se tornar um arraial.<sup>161</sup>

O arraial, por sua vez, surgiu a partir do desenvolvimento das fazendas ao redor dos polos mineradores e dos caminhos que ligavam esses polos aos maiores centros urbanos em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Alguns fazendeiros, situados ao longo desses caminhos, tornavam-se proprietários de pousos e comércios, que à medida que se desenvolviam, permitiam o desenvolvimento de arraiais em suas terras.<sup>162</sup>

Pensando numa hierarquia de ocupação, o sertão seria o desocupado, a página em branco a ser preenchida, colonizada, povoada; o limite do espaço povoado à fronteira indefinida e movente.<sup>163</sup> A paragem é o primeiro foco embrionário do povoamento, seguido pelo sítio/roça. Com um maior desenvolvimento urbano, aparecem os arraiais que evoluem nas vilas e na cidade de Mariana. Segundo Maria Efigênia Lage, “vendas, roças, estalagens e capelas, localizadas nos entroncamentos dos caminhos, funcionarão como lugares de suporte infra-estrutural da ocupação para descanso e provimento, tornando-se, com o tempo, arraiais movimentados, alguns deles origens das primeiras vilas de Minas”.<sup>164</sup>

Outro ponto importante a ser discutido em relação às caracterizações por localização das Sesmarias é a questão hídrica. Do total de Sesmarias distribuídas, 2540 (32%) estão relacionadas à hidrografia. É impossível pensarmos na História do Brasil e até mesmo na toponímia das cidades brasileiras (Cachoeira do Campo, Rio Paranaíba, Rio de Janeiro, Rio Casca, Rio Grande do Sul, entre inúmeras outras) sem pensarmos na água. José Alípio Goulart argumenta que “a mata, em luta de vida e morte contra o machado desvirginador, impelia para os cursos d’água quantos estivessem determinados

---

<sup>161</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas D’el Rei...* p. 77

<sup>162</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas D’el Rei...* p. 446

<sup>163</sup> ANDRADE, Mateus Rezende de. “Espaço e sociedade na ocupação dos sertões das minas...” p. 11

<sup>164</sup> LAGE, Maria Efigênia de Resende. “Itinerários e interditos na territorialização das Gerais”. In: VILLALTA, Luiz Carlos & LAGE, Maria Efigênia de Resende. (orgs.) *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica. 2007. p. 30

a desbravar regiões inóspitas ou estabelecer-se onde lhes fosse mais propícia a acumulação de riquezas. Pelos caminhos líquidos, foram eles se internando. Não fossem os rios, o Brasil não seria esse mundão de terra”.<sup>165</sup>

Mateus Rezende de Andrade demonstra a importância dos rios para a ocupação dos chamados Sertões do Leste em Minas Gerais. A partir da análise minuciosa das Bacias do Rio Doce e Paraíba do Sul, a maior concentração populacional se dava nas margens dos rios, principalmente Piranga, Casca, Xopotó e Pomba. Andrade argumenta que nesses locais “surgiram localidades de passagem daqueles que buscavam encontrar lavras auríferas ou que ali rumavam guiados pelos discursos do descobrimento. [...] O relevo e a hidrografia guiaram os movimentos de entrada nos sertões das minas, tornando-se atrativos naturais ao estabelecimento populacional”.<sup>166</sup>

A hidrografia se relaciona diretamente com a política territorial em Minas. A Coroa tinha como finalidade determinar as fronteiras e as demarcações para essas regiões recém “descobertas”. No entanto, em um contexto de “fronteira aberta”, de desbravamento dos sertões, era praticamente impossível delimitar com precisão os limites de cada região. A primeira estratégia utilizada para a demarcação dessas fronteiras foi a partir das bacias hidrográficas – Bacia do Rio Doce (comarca de Ouro Preto), Bacia do Rio São Francisco (comarca do Rio das Velhas), Bacia do Rio Grande (comarca do Rio das Mortes) e Bacia do Rio Jequitinhonha (comarca do Serro Frio).<sup>167</sup>

Após essa explanação sobre o sistema Sesmarial em Minas Gerais, evidenciaremos de que forma ocorreu esse movimento de distribuição de Sesmarias em cada comarca. No mapa 1, observa-se as freguesias onde foram concedidas Sesmarias ao longo desse período. A base utilizada para a realização do mapa foi a atual, utilizando as nomenclaturas atuais das cidades, da mesma forma que o contorno do estado, para que qualquer pessoa, independentemente de conhecer a história de Minas, seja capaz de analisar o mapa. Para tal, também foi considerado somente quatro comarcas (Rio das Velhas, Rio das Mortes, Ouro Preto e Serro Frio), uma vez que a comarca de Paracatu foi criada apenas em 1815 e não há dados relevantes sobre ela, para as análises que se propõem a fazer nesta tese.

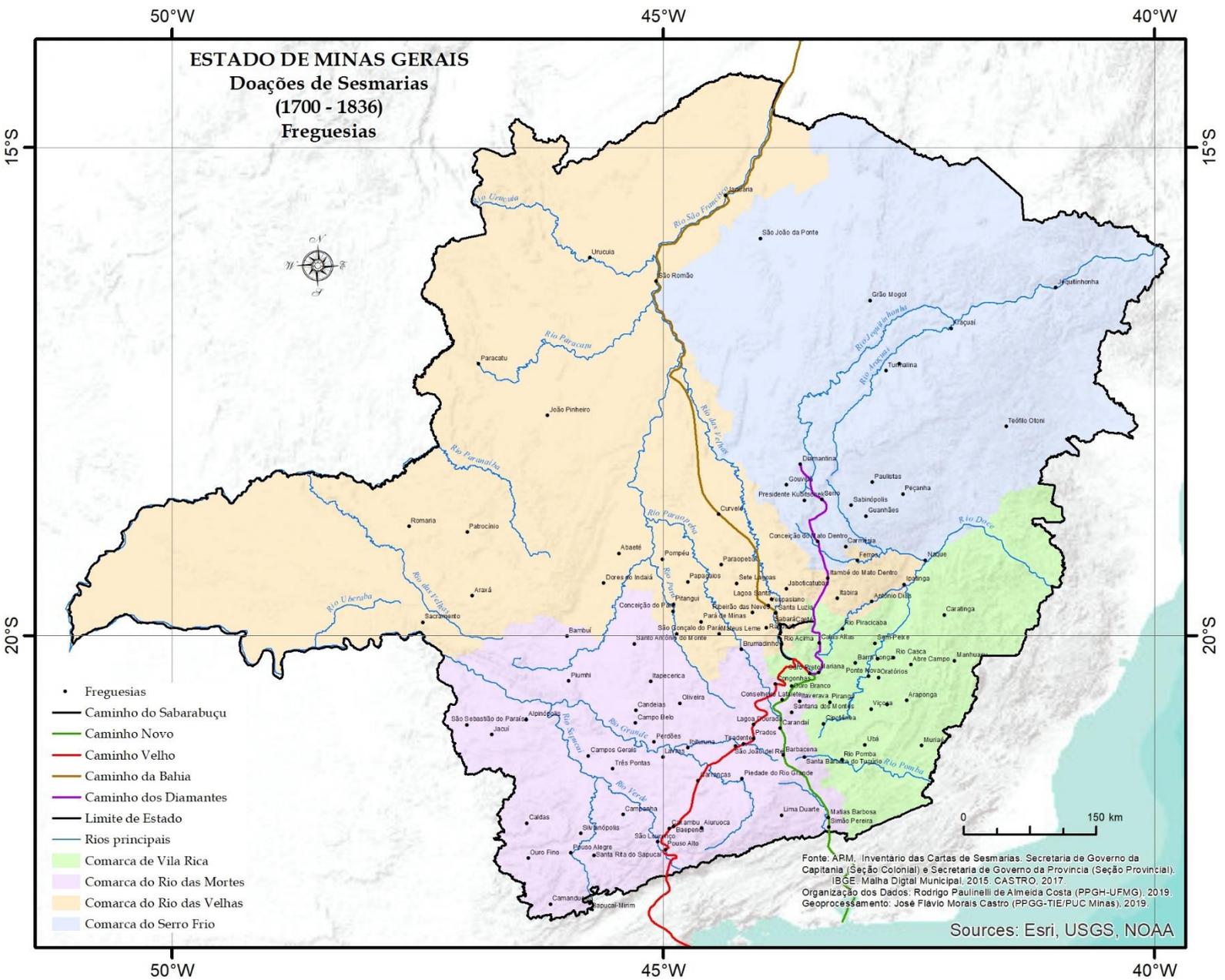
---

<sup>165</sup> GOULART, José Alípio. *Meios e instrumentos de transporte no interior do Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. 1959. p.15

<sup>166</sup> ANDRADE, Mateus Rezende de. *Compadrio e posse da terra: da produção do espaço às hierarquias sociais*. p. 27/28.

<sup>167</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas d'el Rei...*

Mapa 1 – Doações de Sesmarias (1700-1836)



Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial).

A comarca do **Rio das Velhas** foi a primeira a começar a ser povoada em Minas Gerais. Conforme ressaltado anteriormente, em 1701, Domingos André Couto recebeu uma sesmaria no rio Paraopeba e a partir daí inicia-se a ocupação da região. Essa ocupação inicial se dá na Vila de Sabará. De acordo com Waldemar Barbosa,

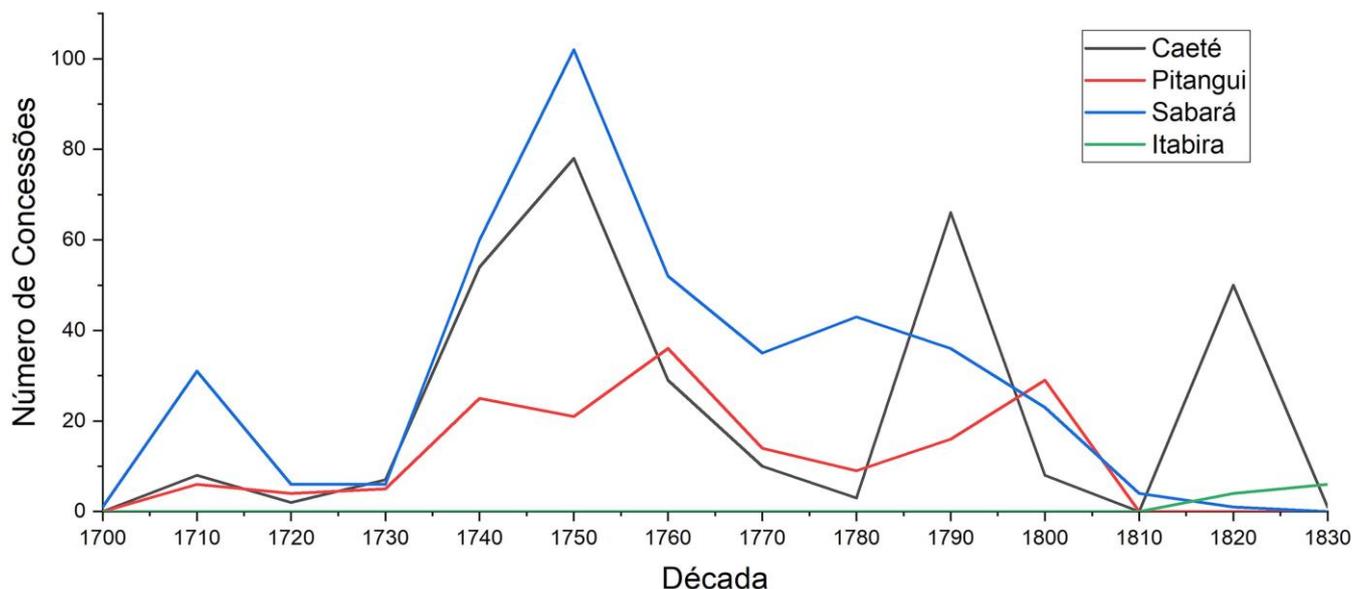
Sabarabuçu foi o nome encantado, que atraiu tanta gente à procura de prata. Foi o El-Dourado famoso, que povoou de sonhos a cabeça dos bandeirantes audazes. Quando a bandeira de Fernão Dias Pais perlustrava os sertões de Minas Gerais criaram-se feitorias com plantações, onde a leva de gente encontrava alimento. Dessas feitorias, apenas duas criaram raízes mais duradouras: Roça Grande e Sumidouro. Roça Grande tornou-se arraial e, aí, Borba Gato fazia pão, nas suas andanças pelo sertão. [Nessas andanças] encontrou ouro. Não fora encontrada a prata, mas ouro em abundância surgiu no legendário rio das Velhas. [...] Nessa época, já o arraial de Sabará, surgido próximo à Roça Grande, era o mais populoso de Minas Gerais. [...] Em 1711 o arraial de Sabará é elevado à condição de Vila.<sup>168</sup>

A partir da descoberta de ouro e da elevação do arraial à condição de vila em 1714, a comarca do Rio das Velhas começa a prosperar. No início, essa ocupação foi tímida. Nos primeiros 50 anos, houveram, apenas 352 Sesmarias distribuídas. Com o desenvolvimento da Capitania, a partir de 1750, essa realidade muda, aumentando consideravelmente a doação de Sesmarias. O termo de Sabará fora aquele que recebera o maior número de concessões sesmarias (400). Mas a partir dos esgotamentos das lavras em Sabará, decaem no número de doações, e os termos de Itabira e Caeté passam a ter maior relevância nesse cenário.

---

<sup>168</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico...* p. 419.

Gráfico 2.4 - Distribuição de Sesmarias na Comarca Rio das Velhas. Divisão Termo/Década<sup>169</sup>.



Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial).

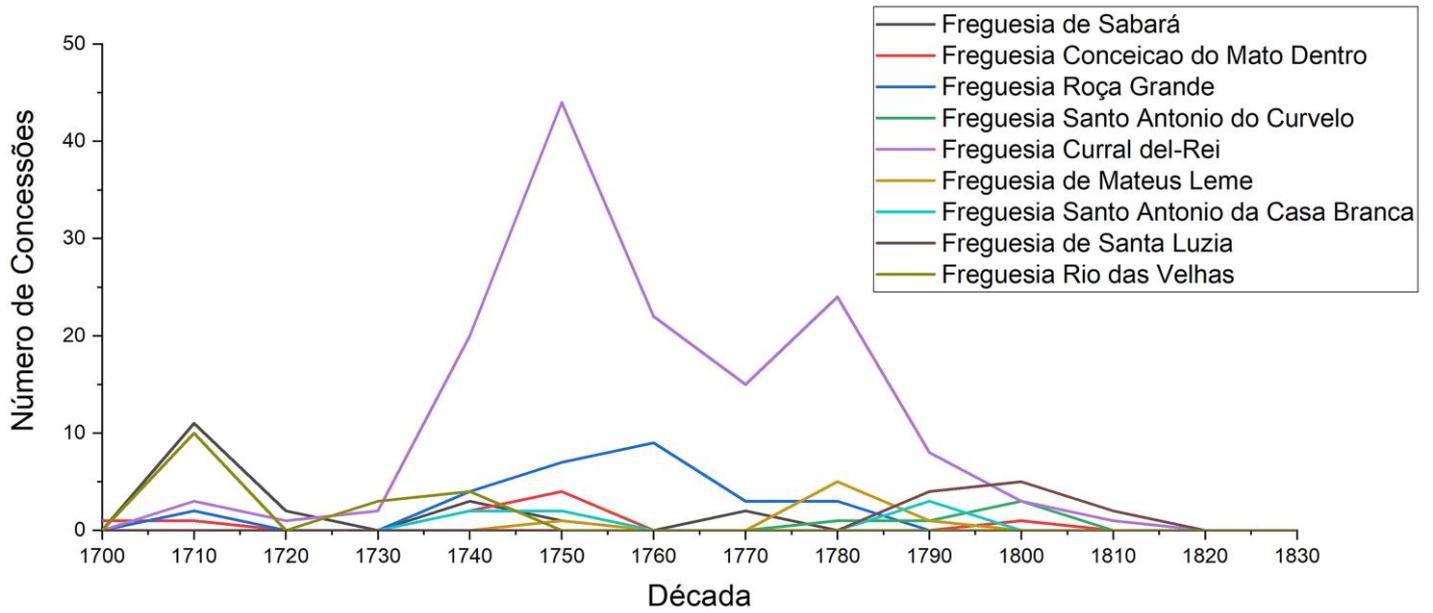
Essa ocupação espacial pode ser mais bem visualizada a partir dos termos,<sup>170</sup> especificamente. A Comarca do Rio das Velhas era formada pelos termos de Vila Nova da Rainha, Pitangui, Sabará e Itabira, de acordo com as Cartas de Sesmarias doadas de 1701-1836. Dentro de cada termo, foram selecionadas as freguesias, separando por décadas. No entanto, é preciso ressaltar que as linhas que não apresentavam informações a respeito da freguesia foram desconsideradas, para uma melhor visualização dos gráficos.<sup>171</sup>

<sup>169</sup> Itabira era uma freguesia pertencente ao termo de Caeté e na década de 1820 passa a ser um termo da Comarca do Rio das Velhas. De acordo com Waldemar de Almeida Barbosa “Itabira do Mato Dentro foi elevada a termo por alvará de 20 de dezembro de 1825. O município de Itabira foi criado por ato de 30 de junho de 1833, desmembrado do de Caeté. A vila foi instalada solenemente a 7 de outubro do mesmo ano. Foi elevada a cidade com a denominação de Itabira do Mato Dentro por lei nº374, de 9 de outubro de 1848”. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico e geográfico de Minas Gerais...* p.223

<sup>170</sup> De acordo com o *Dicionário do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII*, termo é “Região ou território que se estende em torno de uma cidade, vila etc.; circunvizinhança.” BIDERMAN, Maria Tereza Camargo; MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo (org). *Dicionário Histórico do Português do Brasil...* p.569. Na hierarquia urbana, têm-se as vilas, as freguesias, os termos (conjuntos de freguesias) e as comarcas (conjunto de termos) delimitados por uma fronteira que pode se expandir ou regredir.

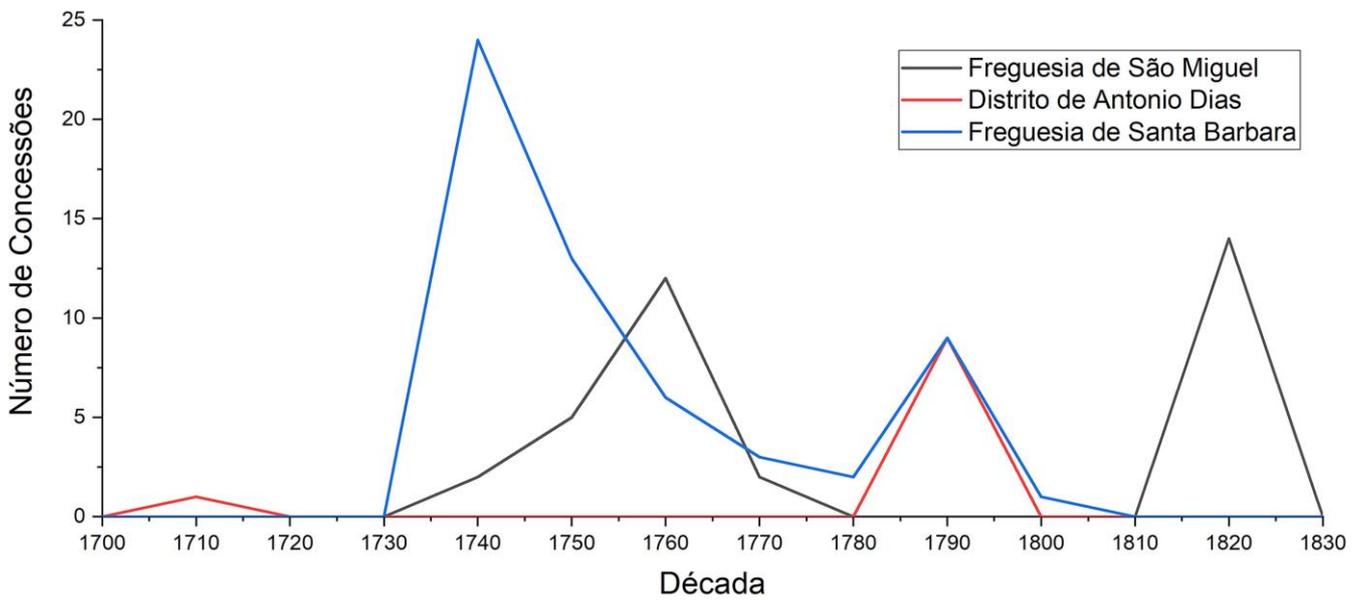
<sup>171</sup> Uma possível explicação para a ausência de informação a respeito dessas localizações é a construção gradual desse espaço, sendo, aos poucos transposta a barreira do sertão.

Gráfico 2.4.1- Distribuição de Sesmarias no Termo de Sabará: Divisão Freguesia/Década



Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial)

Gráfico 2.4.2 - Distribuição de Sesmarias no Termo de Caeté: Divisão Freguesia/Década



Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial)

Gráfico 2.4.3 - Distribuição de Sesmarias no Termo de Pitangui: Divisão Freguesia/Década



Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial).

Analisando os gráficos acima, percebe-se uma dispersão territorial dentro da comarca do Rio das Velhas. Observando os termos de Sabará, de Caeté e de Pitangui, conclui-se que as regiões próximas aos núcleos mineradores foram rapidamente povoadas no início do século XVIII, mas com o esgotamento das lavras a partir de 1760, ocorre uma migração em direção às regiões periféricas dessa freguesia, ocupando a região Leste de Minas Gerais (freguesia de Antônio Dias e São Miguel).

Dentro do termo de Sabará, a freguesia de maior destaque foi a Freguesia Cural del-Rei. Localizada próxima a Sabará, “a paróquia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Cural del-Rei foi criada em 1748, por provisão episcopal, e tornada colativa por alvará de 1752”.<sup>172</sup> No entanto, desde 1718 há concessões de sesmarias na região. A partir de 1740, o número de Sesmarias concedidas aumenta consideravelmente, tendo seu ápice na década de 1750. Esses dados ajudam a perceber a mobilidade das fronteiras, elucidando a forma como o espaço vai ser remodelando de acordo com as necessidades socioeconômicas da região.

Clotilde Paiva argumenta que a região de Pitangui a Tamanduá desenvolveu, ao longo do século XIX, importantes produtos para abastecer o mercado interno da

<sup>172</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico...* p. 67

Capitania, como tabaco e os suínos. Era uma das regiões de Minas Gerais em que havia o maior número de vilas e aglomerados urbanos, sendo uma das frentes pioneiras de povoação. No entanto, a economia mineradora perdera o foco, por isso o ouro era uma parte bem pequena da sua “balança comercial”.<sup>173</sup>

A ocupação da Comarca de Sabará ocorreu a partir de grandes freguesias mineradoras. Contudo, de 1760 adiante, ocorre uma mudança de foco, iniciando-se um processo de ocupação das regiões periféricas que, até então, possuíam a distribuição de Sesmarias quase insignificante, como Caeté, São João Batista do Morro Grande (atual Barão de Cocais), Santa Bárbara e São Miguel,

A comarca do **Rio das Mortes** foi criada a partir do alvará de 06 de abril de 1714 e destacou-se por ser uma área abastecedora de alimentos da província do Rio de Janeiro. Além de a mineração ter sido ali a principal atividade econômica desde os primórdios de sua ocupação, as suas atividades agrárias estiveram associadas às lavras como nas demais comarcas.<sup>174</sup> No entanto, com a decadência da mineração, a vocação agrícola da região se manifestou, provocando um enorme desenvolvimento dessa região.<sup>175</sup> Essa comarca foi a que apresentou o maior número de Sesmarias distribuídas, com aproximadamente 30% do total.

Suas fronteiras eram definidas pela serra da Mantiqueira, que a separava da comarca de Ouro Preto e, ao sul, a Capitania de São Paulo. Ao analisar os relatos de viajantes e traçar perfis da regionalização de Minas Gerais ao longo do século XIX, Marcelo Godoy constata que essa comarca era “a porção mais densamente povoada da província. A população branca respondia por um terço dos habitantes, a maior proporção de Minas Gerais, decorrência do predomínio do comércio e da criação de gado, que necessitavam em menor escala do recurso à mão de obra escrava”.<sup>176</sup>

---

<sup>173</sup> PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese de doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

<sup>174</sup> Francisco Andrade, Carla Almeida e José Newton Meneses discutem o desenvolvimento agrário concomitante à produção aurífera em suas obras, cada um analisando uma região específica da Capitania de Minas Gerais. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras: Mariana 1750-1850*. Niterói: ICHF/UFF. 1994 (Dissertação de Mestrado); ANDRADE, Francisco Eduardo de *A Enxada Complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1994 (Dissertação de Mestrado); MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico...*

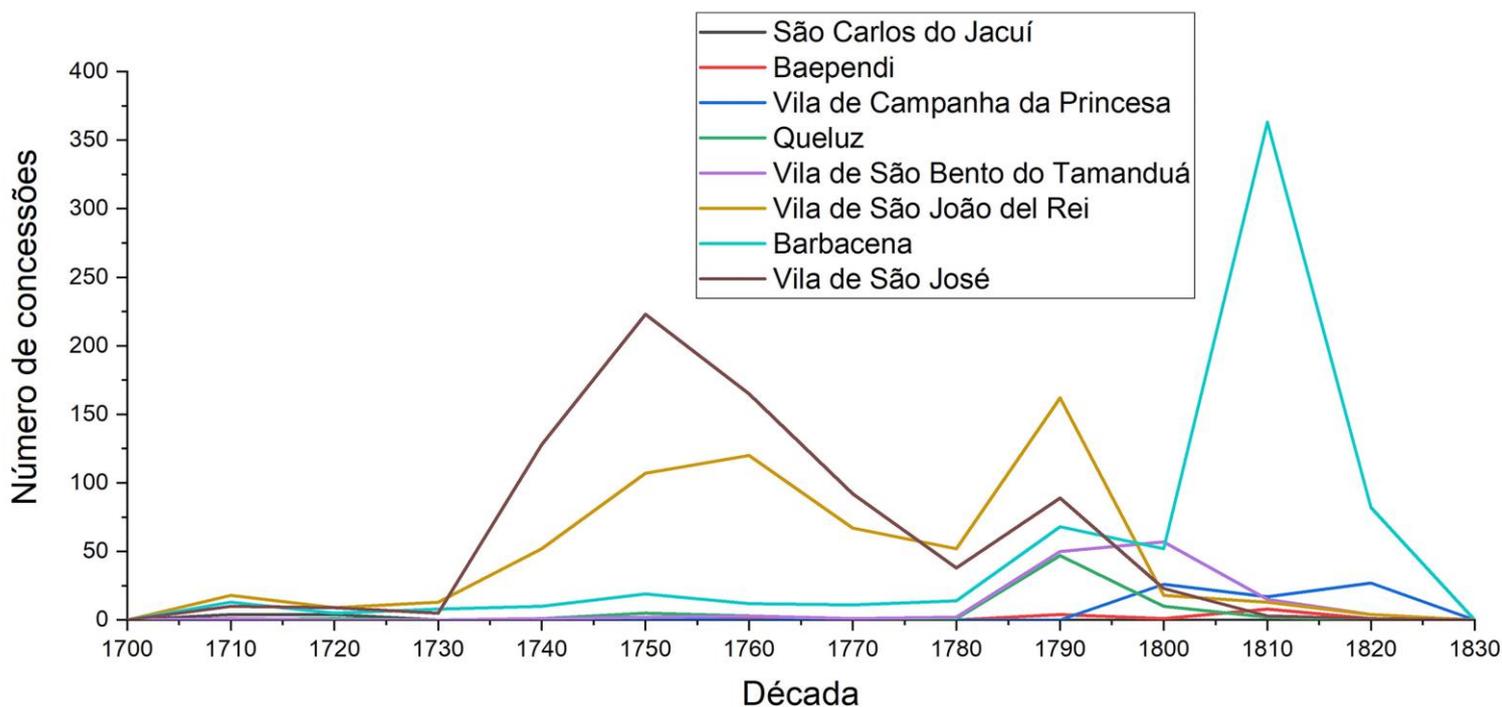
<sup>175</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume. 2002.

<sup>176</sup> GODOY, Marcelo Magalhães. *Intrépidos Viajantes e Construção do Espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais no Século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG. 1996 p. 59

Diferentemente da comarca do Rio das Velhas, a distribuição de Sesmarias na comarca do Rio das Mortes se intensificou em 1730. A partir de 1750, essa distribuição cresceu consideravelmente nas vilas de São José e São João del-Rei, importantes núcleos mineradores. Além disso, era uma importante região de abastecimento de víveres para o Rio de Janeiro e para as demais regiões da Capitania.

No final do século XVIII, a comarca do Rio das Mortes ganhou importância significativa. “Das sete vilas erigidas no último quartel do século XVIII até o fim do período colonial, seis pertenciam à Comarca do Rio das Mortes”.<sup>177</sup> Houve um deslocamento populacional muito grande para essa região devido ao esgotamento das lavras na região central e à disponibilidade de terras férteis e ao comércio. Assim, ocorre a expansão da fronteira da urbe e do sertão, ocupando diferentes regiões dentro dessa comarca. Por ter sido o local em que se houve o maior número de Sesmarias distribuídas e com o maior número de termos, foram analisados apenas os termos mais importantes, considerando a dispersão espacial.

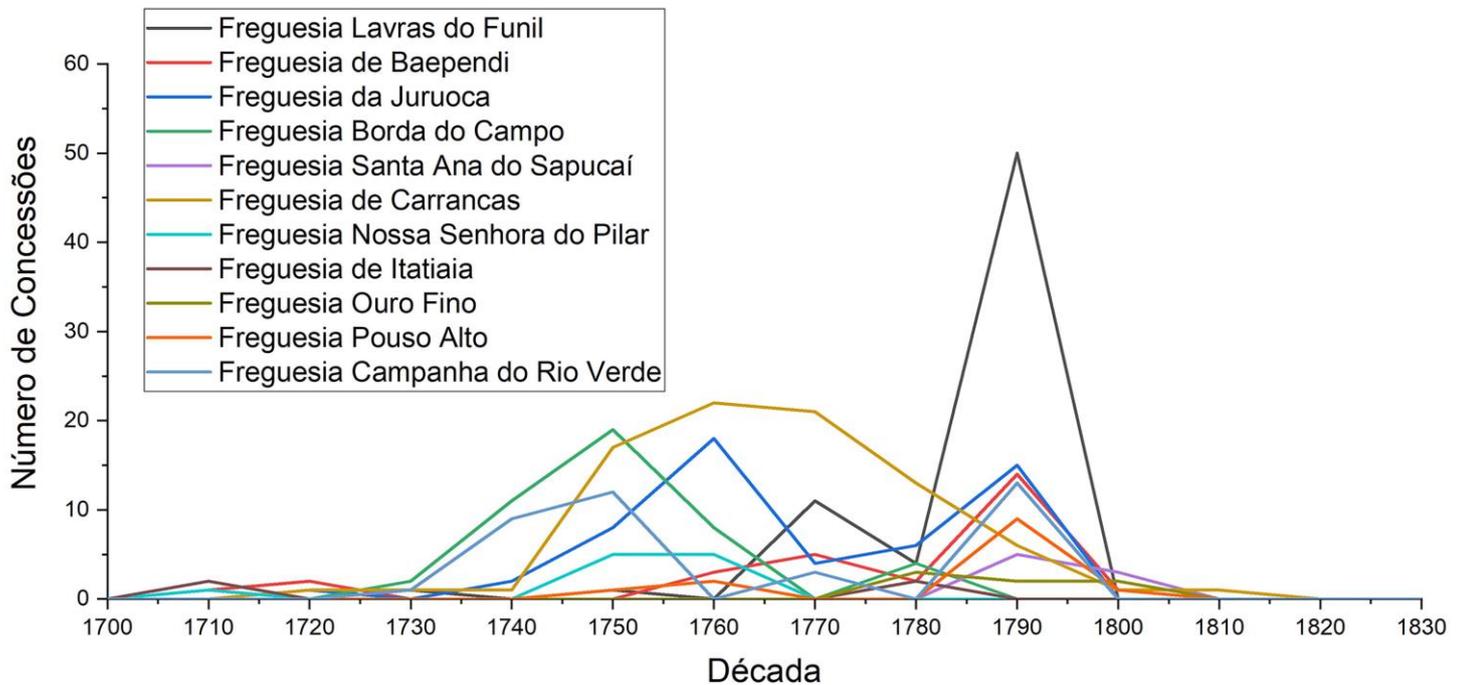
Gráfico 2.5 – Distribuição de Sesmarias na Comarca do Rio das Mortes. Divisão Termo/Década



Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial).

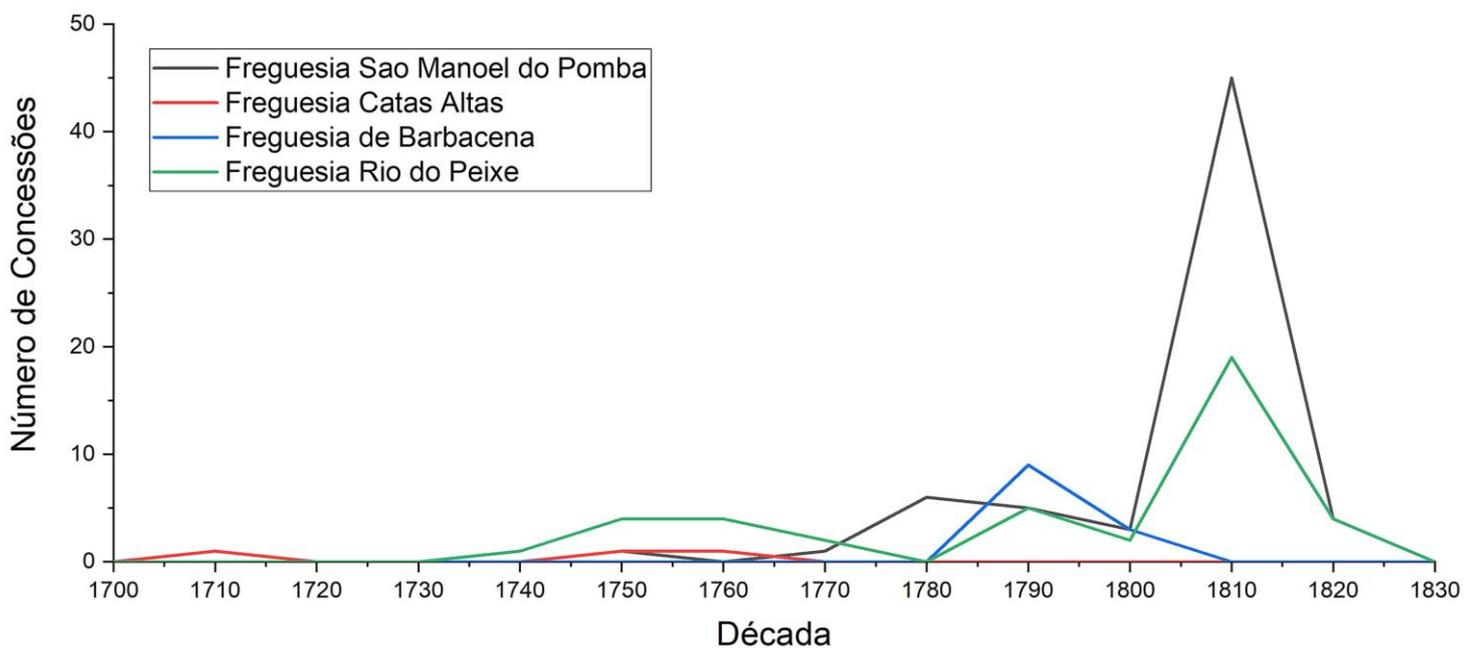
<sup>177</sup> MORAES, Fernanda Borges de. “De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais”. In: In: VILLALTA, Luiz Carlos & LAGE, Maria Efigênia de Resende. (orgs.) *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica. 2007. p. 80

Gráfico 2.5.1 – Distribuição de Sesmarias no Termo da Vila de São João del-Rei: Divisão Freguesia/Década



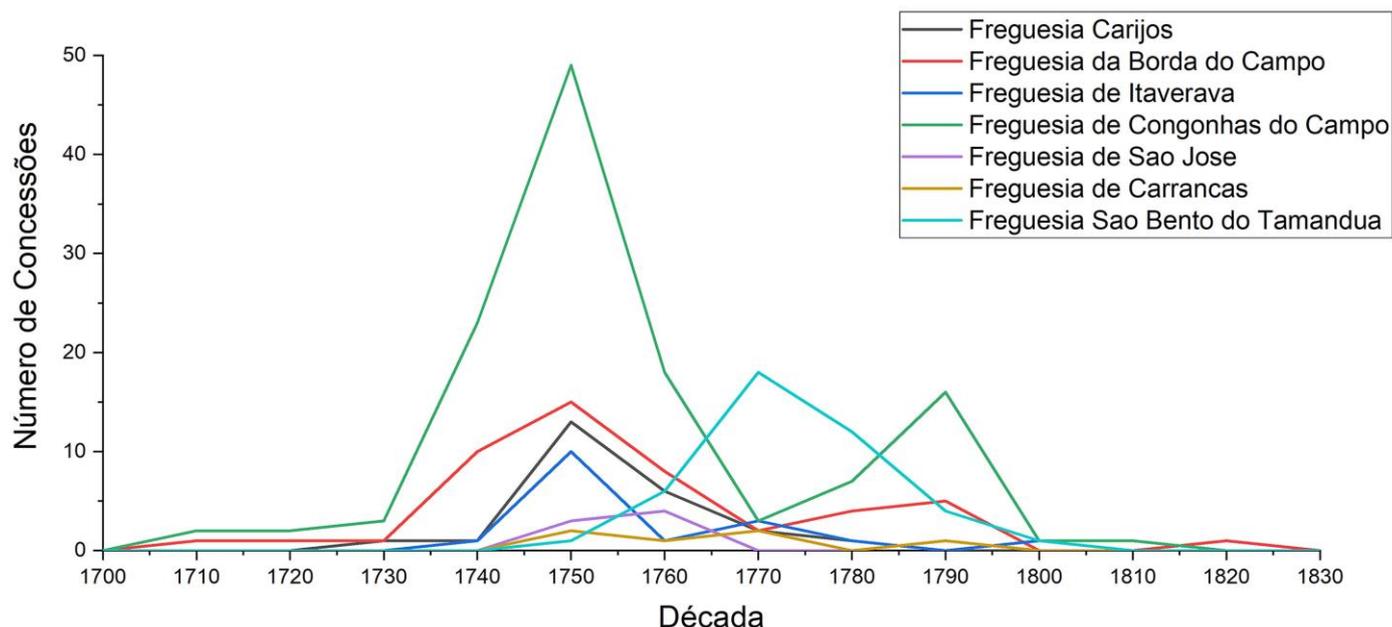
Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial).

Gráfico 2.5.2 - Distribuição de Sesmarias no Termo de Barbacena: Divisão Freguesia/Década



Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial).

Gráfico 2.5.3– Distribuição de Sesmarias no Termo da Vila de São José: Divisão Freguesia/Década



Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial).

A presença de Congonhas do Campo nesse gráfico merece atenção. De acordo com Waldemar Barbosa, “Congonhas foi um dos centros de mineração das Minas Gerais. [...] Numa lista secreta feita em 1746, dos homens mais abastados da Capitania, constam dez nomes da freguesia de Congonhas, termo de Vila Rica”.<sup>178</sup> No entanto essa freguesia se encontrava em uma região de fronteira entre as comarcas de Ouro Preto e do Rio das Mortes. Isso evidencia a mobilidade das fronteiras, por ser uma área de divisa entre duas comarcas e a Capitania de Minas Gerais estava em processo de construção, ainda não havia delimitações tão precisas a respeito dos territórios. Segundo Cássio Hissa,

fronteiras e limites: o seu significado convencional especialmente trabalhado pelo senso comum, é o de delimitação político-administrativa. Limitar é partilhar para governar. Limites ou fronteiras são manifestações de exercícios de poder. Limitar é dividir. E, seguramente, o ato de dividir está associado à intenção de controlar. Outros significados estão associados à ideia, decorrendo do conceito básico: extremo, fim, contorno, separação.<sup>179</sup>

Como Congonhas se encontrava nesse extremo, acabou-se definindo que ela pertencia ao termo de São José. No inventário das sesmarias, Congonhas aparece como

<sup>178</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico e geográfico de Minas Gerais...* p. 134.

<sup>179</sup> HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras...* p. 36.

pertencente ao termo de São José, por isso, para ser o mais fiel possível às informações coletadas no banco de dados, essa freguesia foi mantida na comarca do Rio das Mortes

Assim como na Comarca do Rio das Velhas, inicialmente, houve um adensamento na distribuição de Sesmarias para os principais termos da Comarca do Rio das Mortes. No entanto, percebe-se uma grande dispersão dessa distribuição a partir das últimas duas décadas do século XVIII, fazendo com que a ocupação se direcionasse para suas bordas, expandindo essa fronteira, indo em direção ao sul da Capitania de Minas Gerais (Lavras do Funil, Baependi, Aiuruoca) e em direção aos chamados sertões do leste, próximo à bacia do Rio Doce (Barbacena e São Manuel do Pomba), concentrando, no início do século XIX, mais de dois terços da sua população nessa região.<sup>180</sup> Fernanda Moraes afirma:

O desenvolvimento expressivo das atividades agropecuárias nessa comarca contribuiu notavelmente na redefinição de algumas das linhas da política administrativa da Capitania, bem como na reestruturação de rotas e hierarquias de sua rede urbana. Ao criar vilas, tanto o termo de São João quanto o de São José sofreram expressivas perdas territoriais, o que certamente enfraqueceu o poder das elites locais, desconcentrando-o espacialmente.<sup>181</sup>

Apesar de não ser a comarca com maior número de Sesmarias distribuídas, a comarca de **Ouro Preto** era a mais povoada e constituiu o mais importante centro político e religioso da Capitania de Minas Gerais. Assim como a comarca do Rio das Velhas, Ouro Preto teve seu primeiro fluxo migratório no início do século XVIII, também impulsionada pelo descobrimento de ouro na região. Segundo Cláudia Fonseca, a partir desta descoberta em 1693 na bacia do Rio Doce, enormes fluxos de aventureiros para lá migraram. Nesse contexto surgem as primeiras vilas mineiras: Vila Rica e Vila de Nossa Senhora do Carmo.<sup>182</sup> Fonseca ainda relata o motivo da escolha dessas localidades para se tornarem o centro da municipalidade mineira:

No arraial do Carmo e nas suas vizinhanças, viviam pessoas importantes do Reino, mas a maior parte dos habitantes era paulista; apesar da presença de ambas as facções, a localidade não havia participado de conflitos armados [a guerra dos Emboabas]. Em razão dessa neutralidade, o arraial foi escolhido por [Álvaro da Silveira e] Albuquerque [governador da Capitania do Rio de Janeiro], primeiramente para sede de uma junta organizada em novembro de 1710. O governador se reunia com o clero, os “principais” da terra, representantes de cada zona mineradora, a fim de escolher três

---

<sup>180</sup> GODOY, Marcelo Magalhães. *Intrépidos Viajantes e Construção do Espaço...*

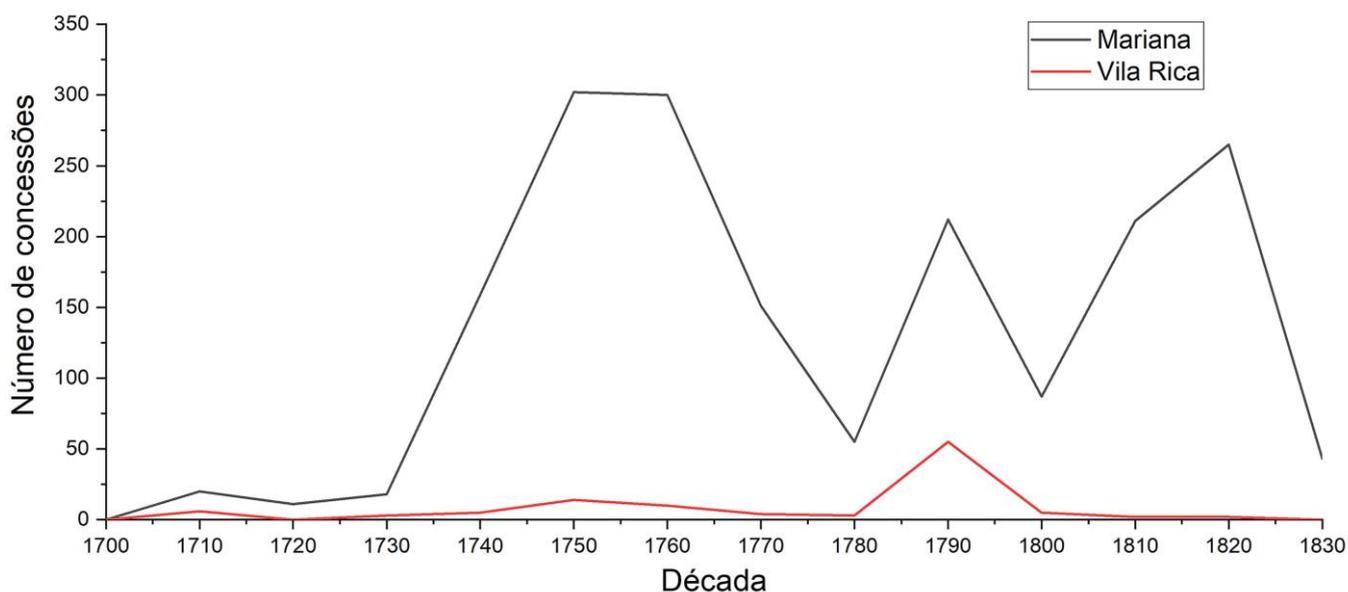
<sup>181</sup> MORAES, Fernanda Borges de. “De arraiais, vilas e caminhos...” p. 80.

<sup>182</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas d’el Rei...* p.65

localidades que seriam elevadas à condição de vila. [...] A comodidade dos “sítios”, o potencial econômico, a quantidade de minas promissoras e uma atividade comercial bastante dinâmica e sua posição central em relação a outras regiões auríferas e sua proximidade com o caminho de ligação com as Minas do Rio das Mortes e Rio das Velhas e do Serro, determinaram a escolha de Vila Rica.<sup>183</sup>

A concessão de Sesmarias, no entanto, diferentemente da região do Rio das Velhas, que teve um pico em Sabará nas duas primeiras décadas do século XVIII, em Ouro Preto, essa distribuição se avoluma a partir de 1730, tendo seu ápice em 1740. Diferentemente do Rio das Mortes, a comarca de Ouro Preto não contava com muitos termos. Além disso, conforme se observa no gráfico 2.6, somente o termo de Mariana teve importância significativa na quantidade de Sesmarias distribuídas. Isso pode ser explicado pela afirmação de Ângelo Carrara, discutida anteriormente.

Gráfico 2.6 – Distribuição de Sesmarias na Comarca de Ouro Preto: Divisão Termo/Década.



Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial).

A Comarca de Ouro Preto localizava-se próximo à região do chamado Sertões do Leste. Com a decadência da mineração e dessa “fuga” das regiões mineradoras, é possível observar uma efetiva ocupação desses sertões. O termo de Mariana englobava toda a região da Zona da Mata mineira, contendo as freguesias de Barra Longa, Furquim, Guarapiranga, Itaverava, Inficionado, Ouro Branco, São Manuel do Pomba, São Caetano do Xopotó e Ouro Branco.

<sup>183</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas d’el Rei...* p. 145 e 148.

A ocupação dessa região dos sertões do leste tinha um grande dificultador na colonização, que era a presença dos índios bravios/selvagens. Em várias Cartas de Sesmarias, se observa o relato da disputa dessas terras com os indígenas. Em 1817, Domingos Leonel Abreu de Lima recebe uma “Sesmarias terras de meia légua em quadra no Ribeirão d’Santa Anna do Casca, subindo Ribeirão a [sesma], resgatados dos Índios Selvagens, cuja Sesmarias fica confrontando pela parte do Poente com o Capitão Miguel Antônio Gonçalves Leal, e por outras mais partes com o Sertão”.<sup>184</sup> Dessa forma, pouco a pouco, esse sertão vai sendo “ocupado” e conquistado, tendo a sua fronteira expandida até finais do século XIX. Marcelo Godoy, ao analisar a regionalização de Minas Gerais, afirma que

a mudança da fronteira coincide com a linha de ocupação não indígena, com os distritos mais orientais dos municípios da Vila do Príncipe, Caeté e Mariana, resultando na retirada de todos os territórios em processo de colonização. A região do Sertão do Rio Doce passou a compreender territórios quase que completamente à margem do processo civilizatório.<sup>185</sup>

A ocupação dessa região se deu em grande parte com o objetivo de servir como fronteira agrícola à zona da mineração. Os arraiais e as freguesias que se estabeleciam ao redor desse núcleo central tinham a função de fornecer os gêneros agrícolas necessários para o abastecimento de Vila Rica e Vila do Carmo.

Novamente pensando na imprecisão da demarcação das Comarcas, conforme argumentado por Cláudia Fonseca, a freguesia de São Manuel do Pomba aparece pertencendo tanto à comarca de Ouro Preto, quanto à comarca do Rio das Mortes. Devido ao desconhecimento e desocupação do sertão, não havia tanta preocupação com as áreas de fronteira. Como há dualidade nessas informações, foi realizado um trabalho de verificação minucioso para não haver duplicação de informações. Essa região começou a ser efetivamente ocupada pelos europeus, mineiros e pessoas provenientes de outras regiões da colônia, como se observa nos gráficos 2.5.3 e 2.6.1 a partir do final do século XVIII e início do século XIX, devido a presença dos índios selvagens. Endossando a hipótese dessa tese é possível observar a reformulação do espaço a partir das necessidades econômicas: expansão e mobilidade da fronteira, ocupação do território e aumento da produção agrícola. De acordo com Waldemar de Almeida Barbosa,

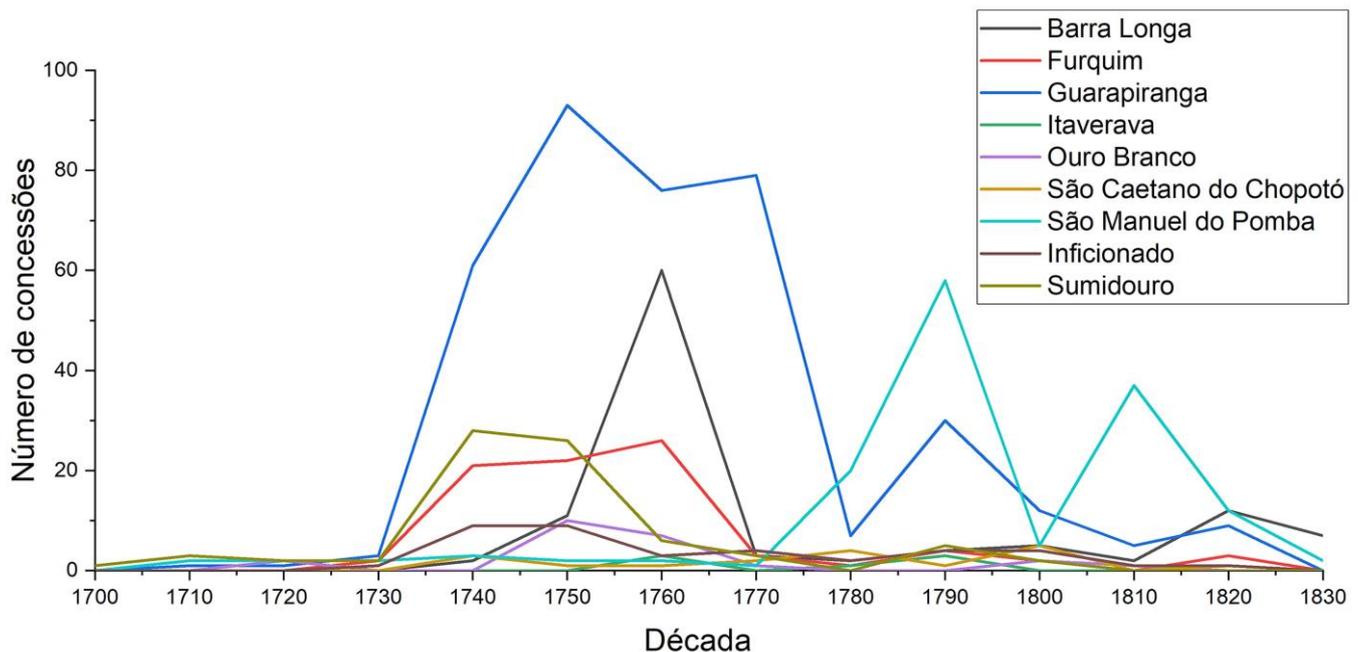
---

<sup>184</sup> APM, Seção Colonial, Códice 377, página 243.

<sup>185</sup> GODOY, Marcelo Magalhães. *Intrépidos Viajantes e Construção do Espaço*. p. 107

Durante muitos anos, verificaram-se encontros sangrentos entre expedições exploradoras e índios Coroados e coropós na região do rio Pomba. [...] A paróquia foi declarada colativa por alvará de 15 de junho de 1771. Com o apostolado do vigário, junto aos índios, muito brancos foram sendo atraídos e, em 1799, cerca de 3000 já existiam na paróquia. [...] Resolução assinada em 13 de outubro de 1831, elevou a povoação de São Manuel do Pomba a vila, compreendendo seu termo a freguesia do mesmo nome e a do Presídio de São João Batista.<sup>186</sup>

Gráfico 2.6.1 – Distribuição de Sesmarias no Termo de Mariana: Divisão Freguesia/Década



Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial).

A freguesia de Guarapiranga possui destaque dentro do termo de Mariana. Conforme analisado no gráfico 2.6.1, foi a freguesia em que houve maior distribuição de Sesmarias ao longo do período analisado (477), representando quase 30% do total desse termo. Essa freguesia foi extremamente importante durante o século XVIII e início do século XIX, uma vez que servia como fronteira agrícola para a região da mineração, fornecendo de gêneros alimentícios, com destaque para a aguardente e o açúcar, sendo a maior freguesia da Zona da Mata mineira com quase 11 mil habitantes em 1830<sup>187</sup>.

<sup>186</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. p. 412

<sup>187</sup> Mateus Andrade e Gustavo Lemos em suas dissertações de mestrado analisam a importância da produção agrícola da freguesia de Guarapiranga no contexto econômico de Minas Gerais. ANDRADE, Mateus Rezende de. *Compadrio e Família em zona de fronteira agrícola: as redes sociais da elite*

A região localizada nos sertões do Leste começou a ser ocupada no início do século XVIII, uma vez que servia de passagem entre o Rio de Janeiro e os principais núcleos mineradores de Minas Gerais. De acordo com Waldemar de Almeida Barbosa, a freguesia de Guarapiranga foi oficializada pelo alvará de 16 de fevereiro de 1824 e passou a ser intensamente povoada entre os anos de 1753 e 1756.<sup>188</sup>

Seu povoamento inicial está atrelado ao descobrimento do ouro na região, conforme demonstra Ângelo Carrara, seguindo o curso dos rios que penetravam nos sertões do Leste (Piranga, Doce, Pomba). Estimulados pela sede do ouro, os desbravadores começaram a ocupar essa região.<sup>189</sup> Nas primeiras décadas do século XVIII, há um boom migratório para a região. No entanto, devido à escassez e à baixa liquidez das lavras da região, a mineração perde rapidamente o papel de destaque, passando a agricultura a ocupar o topo da economia local.

Clotilde Paiva argumenta que a presença de vendas situadas ao longo dos caminhos, voltadas para o abastecimento das inúmeras tropas que passavam pelo local, provocou um redimensionamento da estrutura produtiva local, passando a ter maior destaque o comércio.<sup>190</sup> A partir da análise das listas nominativas, observa-se que além da agricultura, o comércio fixo e de tropeiros e as atividades mecânicas possuíam relevância dentro desse universo.<sup>191</sup> Por ser uma região de passagem, ao longo do Caminho Novo que ligava o Rio de Janeiro à Ouro Preto, as atividades vinculadas ao comércio ganham muito destaque. Ao longo dos caminhos que ligam essa região, observa-se um número considerável de paragens e vendas, locais responsáveis não só por abrigar as tropas, como também para a realização de comércio. As listas nominativas e os Inventários *post-mortem* demonstram a importância do comércio volante dentro da freguesia. Nessa praça comercial, muitos dos grandes proprietários de terras, eram também grandes comerciantes, possuindo lojas não só dentro da freguesia, como também em outros locais da província e até mesmo na Corte.

---

*escravista, freguesia de Guarapiranga (c1760-c1850)*. Dissertação [Mestrado em História]. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG. 2014. LEMOS, Gusthavo. *Minas da Terra: família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola*. Minas Gerais, 1800-1856. São Paulo: Annablume, 2014

<sup>188</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. p. 362/63

<sup>189</sup> CARRARA, Angelo Alves. “Paisagens Rurais do Termo de Mariana”. In: GONÇALVES, Andrea Lisly; OLIVEIRA, Ronaldo Polito. (orgs.). *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 2004.

<sup>190</sup> PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. p. 125

<sup>191</sup> Listas nominativas 1831/1832. Disponível em < <http://poplin.cedeplar.ufmg.br/>>. Acesso 20 ago. 2018.

Com o crescimento e fortalecimento da freguesia de Guarapiranga, e com sua efetiva ocupação a partir de meados do século XVIII, ocorre também a formação de uma elite muito forte não só para a região, mas também para o contexto colonial/imperial. Detentora de capital político, econômico e social da região, eram os maiores agentes de crédito, grandes proprietários de terra, juizes de paz e personalidades políticas, como as famílias Vidigal de Barros, Carneiro, Coelho Duarte e Teixeira Guimarães.

Com a expansão da fronteira, em meados do século XIX, a freguesia de Guarapiranga perde, gradualmente, seu papel de destaque. Com o desenvolvimento de Juiz de Fora e Ponte Nova, as elites agrárias da região começam a se dispersar, especialmente ocupando esses novos polos econômicos, exatamente para não perder o seu prestígio nem a sua importância econômica.<sup>192</sup>

A freguesia de Barra Longa, por sua vez, teve relevância no processo de abertura dos sertões do Leste, localizada ao longo do rio Doce, próxima aos rios Gualaxo do Norte e do Sul. Essa freguesia foi responsável para dispersão populacional, tanto em direção à Zona da Mata mineira, quanto para a região do nordeste de Minas, atuando como o “meio do caminho” entre Ouro Preto e Espírito Santo. Segundo Waldemar de Almeida Barbosa, Barra Longa foi criada pelo grande potentado Matias Barbosa da Silva, sendo uma das paróquias mais antigas de Minas fundada em 1718. No entanto, só se tornou freguesia a partir do alvará de 16 de fevereiro de 1752.<sup>193</sup> Assim como Guarapiranga, essa região era um importante entreposto comercial, servindo como suporte de abastecimento para a região mineradora de Ouro Preto e Mariana.

A comarca do **Serro Frio**, em relação à distribuição de Sesmarias, foi a que possuiu o menor destaque. Ao longo do período analisado, foram distribuídas apenas 353 Sesmarias, demonstrando que, como era uma região de expansão de fronteira agrícola e baixo controle administrativo, os dados são mais escassos. Ao analisar a distribuição dessas terras, é interessante notar a quantidade de Sesmarias sem informação do local onde ela se localizava (45%), demonstrando o grande sertão que ali havia.

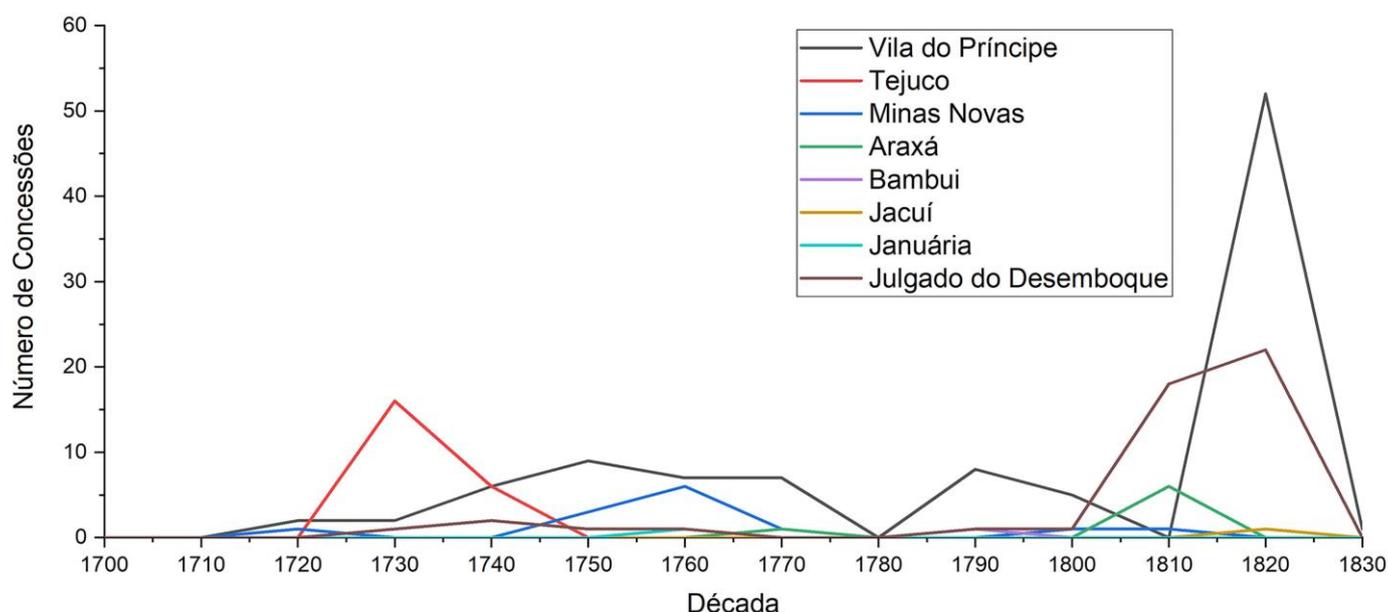
---

<sup>192</sup> ANDRADE, Mateus Rezende de. *Compadrio e Família em zona de fronteira agrícola...*; LEMOS, Gusthavo. *Minas da Terra...*; COSTA, Rodrigo Paulinelli de Almeida. “Devo e não nego; pago quando puder”...

<sup>193</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. P 64/65.

A Comarca de Paracatu foi a última ser criada em Minas Gerais, no ano de 1815. No entanto, nas Cartas de Sesmarias, essa comarca não aparece. Por isso, ela não foi discutida/analísada. Para a comarca do Serro Frio, também não serão analisadas especificamente as freguesias, devido à falta de informações em relação aos locais das Sesmarias distribuídas. Nos dois principais termos da Comarca, Julgado do Desemboque<sup>194</sup> e Vila do Príncipe, foram doadas 48 e 99 Sesmarias, respectivamente. No entanto, em mais de 50% dessas Sesmarias não havia a especificação do local. Por isso, a partir dos dados analisados, não seria possível fazer uma análise precisa desses locais, uma vez que nas freguesias desses termos foram distribuídas, quando muito, 4 Sesmarias por década.

Gráfico 2.7- Distribuição de Sesmarias na Comarca do Serro Frio: Divisão Termo/Década



Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial).

A comarca do Serro Frio se localizava na região norte/noroeste da Capitania de Minas Gerais e era “porta de entrada” vindo da Bahia e do Espírito Santo. Essa região era banhada por importantes rios, como o São Francisco e o Rio Doce. De acordo com Marcelo Godoy, “as características mais importantes dessa região relacionam-se à sua

<sup>194</sup> Na comarca do Serro Frio durante o século XVIII até a sua subdivisão com a criação da comarca de Paracatu (1814) havia, administrativamente, apenas dois termos: Vila do Príncipe e Vila do Fanado. No entanto, as referências ao Julgado do Desemboque no Inventário das Sesmarias, deve-se a sua situação administrativa após 1814. Em relação à Vila do Fanado, no Inventário das Sesmarias não aparecem dados referentes a esse termo.

localização estratégica e recursos naturais. Ali havia a produção de víveres em geral e a criação bovina”.<sup>195</sup> Sobre essa região, José Newton Meneses afirma

A análise da produção de alimentos sugere um dinamismo da economia. A atividade mineradora dividia espaço e mão de obra com a agricultura, a pecuária e as atividades manufatureiras, em uma mesma fazenda, sítio ou chácara.<sup>196</sup>[...] O homem dessa [região] sabia conciliar atividades e associar conjunturas físicas, humanas e sociais, para produzir alimentos, prestar serviços, minerar, confeccionar panos e ferramentas e, enfim, viver em consonância com os objetivos da busca e consolidação social. Assim no tempo “da seca” minerava e no “das águas” amainava a terra e plantava.<sup>197</sup>

Esta comarca teve importantes centros mineradores, como a Vila do Príncipe (Serro) e o arraial do Tejuco (Diamantina). Sua ocupação ocorreu seguindo a mesma lógica mineradora discutida anteriormente. Era a comarca menos populosa de Minas Gerais, contando com quase 60.000 habitantes, o que representava 18,4% da população total da Capitania.<sup>198</sup> Essa região também possuía “caráter especial em termos de legislação, população e atividade, o ‘caminho novo dos Goiazes’ foi importante via de circulação entre duas áreas minerais”.<sup>199</sup> A pecuária na região foi uma importante atividade econômica, e de acordo com Antônio Barros de Castro,

Os grandes vales, São Francisco e Jequitinhonha e outros, mantiveram-se na pecuária extensiva, a qual, com densidade variável, segundo a qualidade das pastagens e a distribuição dos rios, se irradiaria em direção ao Planalto Central – donde refluíam remanescentes de outros núcleos mineradores decadentes. Praticamente à margem da economia de mercado, esta diluída atividade criatória manteria suas características de fechamento e marcado atraso tecnológico de sua permanente expansão resultava a ocupação do vasto *hinterland* a constituição de grande rebanho, escassamente aproveitado, e a implantação de uma estrutura agrária caracterizada pelo latifúndio, que avançava à frente da efetiva ocupação das terras.<sup>200</sup>

Parte da ocupação se deu a partir da criação de gado. Como era um local de fronteira aberta, com disponibilidade de terras e falta de interesse por parte do governo central, a sua ocupação, ao longo do século XVIII, ocorreu de forma independente ao sistema de Sesmarias. A partir do final desse século, com a transformação do espaço mineiro, houve relativa preocupação com a distribuição de benfeitorias na comarca.

---

<sup>195</sup> GODOY, Marcelo Magalhães. *Intrépidos Viajantes e Construção do Espaço*. p. 42.

<sup>196</sup> MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico*.... p. 159

<sup>197</sup> MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico*.... p. 167

<sup>198</sup> MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico*.... p. 103

<sup>199</sup> GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana M. “Agricultura e Caminhos de Minas (1700/1750). In: Revista do Departamento de História. Nº 4. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG. 1987. p. 86

<sup>200</sup> CASTRO, Antônio Barros de. "A Herança Regional no Desenvolvimento Brasileiro". In: \_\_\_\_\_. 7 Ensaio sobre a Economia Brasileira, vol. II, Rio de Janeiro, Florense, 1971, p.39.

A região do Julgado do Desemboque era conhecida pela presença marcante de quilombos<sup>201</sup> e índios caiapós que, durante muito tempo, dificultaram os exploradores. Somente em 1759 os quilombos foram destruídos, estimulando a ocupação de fato da região. No entanto, por se localizar na fronteira, tinha ligação administrativa dúbia a Minas e a Goiás. Para Antônio Borges Sampaio,

Esta grande área de cerca de 93.3000 quilômetros quadrados, em tempos idos pertenceu à comarca de Paracatu do Príncipe, da antiga província do bispado de Goiás; foi desmembrada por Alvará de 4 de abril de 1816 e anexada à província de Minas Gerais, somente na parte civil e administrativa. Os incultos e desertos até 1807, conheciam entretanto a estrada que, na Espinha atravessava o Rio Grande, de São Paulo a Goiás, e nela residiam alguns índios saídos da aldeia de Santana do Rio das Velhas [...] Por esse tempo prosperava a povoação do Desemboque [...] fundada à margem esquerda do rio deste nome, por aventureiros captadores de ouro; remontando a edificação de sua matriz ao ano de 1743, a povoação foi elevada à categoria de Julgado em 1766. Foi deste povoado que, em 1807, partiram *Januário Luiz da Silva*, Pedro Gonçalves da Silva, José Gonçalves Eleno, *Manoel Francisco*, Manoel Bernardes Ferreira, e outros penetraram no Sertão. Tendo descoberto lindas campinas e ótimas matas, apossavam algumas fazendas, regressando, tanto por falta de mantimentos, como pelo terror que lhes inspirava o gentio Cayapó, do qual encontravam vestígios em diversos lugares.<sup>202</sup>

Em 1816, a pedido dos moradores, D. João VI transferiu toda a região para Minas.<sup>203</sup> O termo do Julgado do Desemboque foi fundamental para a conquista dos sertões que ali perto se localizavam, como o sertão da Farinha Podre (a região do Triângulo Mineiro). Com o estabelecimento das fronteiras e a instituição do termo, houve um aumento considerável no número de Sesmarias distribuídas. De acordo com Estevão de Melo Marcondes Luz,

---

<sup>201</sup> Carlos Magno Guimarães e Liana Reis em seu artigo “Quilombos e Brecha Camponesa” analisam o papel dos quilombos na sociedade mineira do século XVIII, defendendo a ideia de que esses locais tiveram relativa importância para a ocupação do território e para o abastecimento alimentar da região em que estava inserido. Os autores argumentam que “Em suma, o quilombo está, de alguma forma (direta ou indiretamente) inserido no mercado constituído pela sociedade escravista mineira do século XVIII[...] Os quilombos mineiros desenvolveram tanto atividades agrícolas quanto de mineração.”. GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana M. “Quilombos e Brecha Camponesa – Minas Gerais (Século XVIII). In: *Revista do Departamento de História*. Nº 8. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG. 1989 (B). p. 31. Essa ideia também pode ser verificada no trabalho do historiador Donald Ramos. RAMOS, Donald. “O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais”, In: REIS, João José; GOMES, Flávio S. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.;

<sup>202</sup> SAMPAIO, Antônio Borges “Sertão da Farinha Podre Actual Triangulo Mineiro: Esboço Histórico”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. vol. 14 1909 p. 265/266. Em itálico estão marcados os desbravadores do sertão da farinha podre que foram agraciados com sesmarias. Januário Luiz da Silva recebeu em 1820 uma sesmaria na Paragem do Ribeirão São Félix (APM SC. Códice 384, pág. 05) e Manoel Francisco recebeu em 1818 uma sesmaria no distrito do Julgado do Desemboque (APM SC. Códice 377, pág. 66)

<sup>203</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. p. 160/61.

A partir do ano de 1807 passaram a ser organizadas expedições regulares naquela região [Sertão da Farinha Podre]. Suas terras foram mapeadas, Sesmarias foram concedidas e possibilitaram que novos colonos se instalassem. Estas expedições eram organizadas por moradores do Desemboque, dentre os quais merece destaque o *major Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira*. Ao longo do século XIX novos caminhos foram abertos, outros povoados surgiram, o comércio intensificou-se e a região se consolidou na agropecuária e na política de Minas Gerais. [...] A partir desse momento o sertão passou a ser efetivamente inserido ao contexto político e econômico enquanto região produtiva.<sup>204</sup>

O espaço se transforma e se remodela a todo instante. Enquanto os marcos físicos são fixos, o espaço político, econômico e social é constantemente remodelado. Em pouco tempo, um sertão perde essa denominação, se tornando povoado, com papel importante dentro da economia local. A análise das Cartas de Sesmarias sugere que houve a remodelação desse espaço, sendo perceptível as mudanças de foco e das estratégias para tornar a Capitania de Minas Gerais efetivamente ocupada, produtiva e lucrativa para os interesses da Coroa.

Além disso, confirma-se a hipótese apresentada no início do capítulo de que o espaço se expande e se transforma de acordo com as necessidades econômicas da região em que ele está inserido. A região central de Minas Gerais, ao longo das comarcas do Rio das Velhas e de Ouro Preto foi a primeira a ser povoada, devido à descoberta do ouro na região. As necessidades de abastecimento das regiões mineradoras, fizeram com que outras comarcas, termos e freguesias se desenvolvessem, como é o caso da Comarca do Rio das Mortes, ou das freguesias ao redor da zona mineradora, como Guarapiranga.

Antes mesmo da decadência da mineração, houve uma expansão da fronteira de Minas Gerais. O argumento tão discutido pela historiografia de que a ocupação de Minas Gerais ocorreu de forma centrífuga pode ser observado. Várias freguesias, que durante o século XVIII tiveram pouca expressividade na distribuição de Sesmarias, passaram a ocupar papel de destaque, como São Manuel do Pomba, Barbacena, Lavras do Funil, Julgado do Desemboque, Vila Nova da Rainha, ao final desse século e no início do XIX.

---

<sup>204</sup> LUZ, Estevão de Melo Marcondes. “Paisagens de uma região em transformação: o Sertão da Farinha Podre”. In: n: Bruno Costa de Faria; Mildred Regina Gonçalves; Angela Maria Pimenta. (Org.). *Museus e paisagens culturais*. 1ed.Franca: Associação Paulo Duarte, 2016, v. p. 6 e 11. O major Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira, apesar de morador do Julgado do Desemboque e um dos desbravadores do Sertão da Farinha Podre, recebe em 1818 uma sesmaria na Paragem do Ribeirão da Cachoeira, pertencente ao distrito de São Carlos do Jacuí no Sul de Minas.

É importante frisar que essa distribuição de Sesmarias não implica obrigatoriamente numa ocupação efetiva da região, nem que essas estavam desocupadas. Como dito anteriormente, a concessão de Sesmarias era um mecanismo legal de posse das terras. No entanto, havia regiões em que, de forma ilegal, já havia a ocupação por parte de posseiros ou de latifundiários, sem a fiscalização efetiva do governo, que foram expandindo suas propriedades. Para Carmen Alveal,

Aliado ao fato de que a Sesmarias era uma propriedade condicionada, estava a questão da administração portuguesa e seu sistema jurídico bastante complexo. A Coroa muitas vezes agiu com ortodoxia, embora fosse evidente seu casuismo perante as distintas situações vivenciadas na colônia. A distribuição de terras, por meio do sistema de Sesmarias, foi mais um privilégio, talvez o maior de todos, no sentido de ser “senhor de terras” a aspiração dos fidalgos e candidatos a fidalgos do império português. A conexão entre a propriedade de terras e a ocupação de cargos políticos e militares nos postos de administração imperial portuguesa formou uma intrincada rede de compromissos e lealdades políticas, vivenciada pela própria Coroa diante de sua dificuldade de minar o poder dos grandes senhores de terra.<sup>205</sup>

Um fator que não se pode descartar foi a compra e venda das terras. Em Minas Gerais, devido à intensa circulação monetária proveniente da extração aurífera, ocorreu a compra e venda de terras nas duas primeiras décadas do século XVIII, conforme afirma Ângelo Carrara, “Mas, para além das Sesmarias, desde o primeiro momento constitui-se em Minas um extenso mercado de terras. De fato, em meio aos registros de operações de compra e venda de propriedades é possível ser encontrados lavradores que pagavam foro ou algum tipo de obrigação ao sesmeiro ou ao proprietário da terra”.<sup>206</sup>

---

<sup>205</sup> ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. “Senhores de pequenos mundos...”. p.76

<sup>206</sup> CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais...* p. 156

## **Capítulo III**

### **As particularidades do sistema Sesmarial mineiro**

A doação de Sesmarias, como já dissemos anteriormente, foi uma prática realizada em quase todo o Império português. Seu principal objetivo era povoar o território e torná-lo produtivo. Esse sistema apresentava diferenças, entre si, em Portugal, nas ilhas Atlânticas, no Brasil e em Minas Gerais. Este capítulo tem como objetivo analisar as particularidades do sistema Sesmarial mineiro, procurando entender de que forma este espaço foi se remodelando a partir das necessidades socioeconômicas da Capitania. Para isso, foram elaborados mapas utilizando a divisão territorial atual do estado, considerando as divisões das Comarcas durante o século XVIII e início do XIX, sendo referenciados os principais rios e caminhos que atravessavam a Capitania (Caminho Novo, Caminho Velho, Caminho da Bahia, Caminho dos Diamantes).

A elaboração dos mapas foi realizada devido à inexistência de trabalhos historiográficos que abordem o sistema Sesmarial relacionando-o ao espaço em que estão inseridas as Sesmarias, contribuindo para uma discussão sobre essa questão em Minas Gerais de forma georreferenciada. É importante frisar que este não é um capítulo que discutirá a cartografia histórica nem a história da cartografia, e sim a cartografia temática, uma vez que o objeto de estudo é o espaço mineiro, conforme discutido ao longo da tese.

A Cartografia Temática é uma técnica muito utilizada por geógrafos, mas que vêm sendo utilizada por historiadores muito recentemente.<sup>207</sup> Essa metodologia consiste na “elaboração de mapas concebidos como um dos métodos de alfabetização cartográfica e que podem atuar como elementos estratégicos no processo de organização espacial e como importantes instrumentos de pesquisa, permitindo identificar padrões e dinâmicas espaciais”.<sup>208</sup>

A utilização dessa metodologia foi fundamental para o conhecimento das dinâmicas espaciais mineiras ao longo dos séculos XVIII e XIX, tornando possível estabelecer padrões e algumas conclusões sobre a formação da Capitania de Minas Gerais a partir da distribuição de Sesmarias. Novamente, no momento da elaboração dos

---

<sup>207</sup> Pode-se citar como exemplo os trabalhos ANDRADE, Mateus Rezende de. *Compadrio e posse da terra: da produção do espaço às hierarquias sociais (Vale do Rio Piranga, Minas Gerais, 1804 – 1856)*. Tese doutorado UFMG – 2018; MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. *Remediados senhores: pequenos escravistas na freguesia de São José do Rio das Mortes*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014; CARRARA, Ângelo Alves ZAIDAN, Ricardo Tavares; PAULA, Lucas Pinheiro de “Geoprocessamento aplicado à História Agrária: o vínculo do Jaguará”. In: *Revista História*. vol. 144. 2018. p.01-28 entre outros.

<sup>208</sup> CASTRO, José Flávio Morais. *Atlas digital da cartografia histórica de Minas Gerais*. 1ª ed. – Curitiba: Appris, 2019. p.11

mapas, foi feita a adequação dos nomes das localidades para a nomenclatura atual (por exemplo, Vila do Carmo – Mariana; Cural Del Rei – Belo Horizonte; Vila Nova da Rainha – Caeté). Para fazer essa adequação, foi utilizado o *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*<sup>209</sup> de Waldemar de Almeida Barbosa e outros autores que abordam a história de Minas Gerais, como Diogo de Vasconcelos e Augusto de Lima Júnior.

Como o espaço estava e ainda está em constante transformação, não é possível precisar com total certeza a localização de cada uma dessas Sesmarias. Consideramos ainda que durante esse período não havia limites municipais iguais aos contemporâneos e, então, por questões metodológicas, foi escolhido georreferenciá-las como pertencentes ao município em que aparece no pedido. Por exemplo, no dia 02 de dezembro de 1808 foi concedida uma Sesmarias ao Coronel José de Magalhães “que tem escravos, e como lhe faltam terras, e na Freguesia do Pomba se acham terras devolutas abaixo da Capoeira Alta e além do terreno que ocupa Lauriano Augusto de França, que o tem pedido por uma Sesmarias, requer por isso a Vossa Excelência se digne permitir-lhe meia légua de terras naquela paragem”.<sup>210</sup> Dessa forma, além das variáveis coronel (patente) e paragem (caracterização por localização), foi referenciada a Sesmarias localizada na cidade de Rio Pomba. No entanto, essa análise apresenta uma gama de desafios, entre eles o de identificar e tratar adequadamente as informações geográficas encontradas nos documentos, como os casos das escritas dos topônimos (de acordo com o que foi analisado no capítulo anterior), da precisão geográfica. A leitura de fontes históricas com o olhar contemporâneo é um exercício complexo, que requer forte base geo-histórica<sup>211</sup> para evitar anacronismos. Complementando o argumento de Castro, Ângelo Carrara afirma que

Não pode ser negligenciado o que talvez seja o primeiro desafio enfrentado por todos quantos participem deste esforço: as dificuldades de conciliar a acurácia das representações cartográficas contemporâneas requerida pelas geotecnologias com a natureza da

---

<sup>209</sup> O dicionário foi elaborado na década de 1960 em comemoração aos 200 anos de Minas Gerais. Nele há informações sobre todos os municípios mineiros, com a data de criação, os nomes que este já possuiu, a sua evolução urbana (capela à cidade). Além disso, são elencados os principais documentos que nortearam sua criação. Por exemplo Gorutuba: distrito do município de Porteirinha. São José do Gorutuba era a denominação do antigo povoado de Grão Mogol. Foi elevado a paróquia por decreto da Regência, de 14 de junho de 1832. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico e geográfico de Minas Gerais*... p. 203.

<sup>210</sup> APM, CC- Caixa 43- Rolo 513- Planilha 20214- Item 4

<sup>211</sup> CASTRO, José Flávio Moraes. *Geoprocessamento de mapas de Minas Gerais nos séculos XVIII-XIX*... p. 26

documentação histórica. O georreferenciamento de uma determinada área só pode ser feito nos dias de hoje com base em coordenadas geográficas exatas; já a demarcação da propriedade rural feita no século XVIII, contudo, ainda que pela mão de um engenheiro militar com domínio das convenções geográficas da sua época, não preenche os requisitos contemporâneos. Isto não significa que o resultado do esforço no passado possa ser considerado impreciso, porque os conceitos de precisão-imprecisão só podem ser aplicados a objetos de mesma natureza.<sup>212</sup>

A elaboração dos mapas foi feita utilizando o *software ArcGis*, que cruza os dados fornecidos pelo IBGE com aqueles inseridos pelo pesquisador. Inicialmente, foram elaborados mapas temáticos, considerando apenas as localidades, marcadas com pontos, com o objetivo de perceber onde foram distribuídas Sesmarias em Minas Gerais ao longo do período analisado. Após essa análise, foram elaborados mapas utilizando Figuras Geométricas Proporcionais<sup>213</sup> à quantidade de Sesmarias doadas a partir de uma variável específica.

Este capítulo será dividido em três partes: 1) período de doações: serão analisadas a quantidade de Sesmarias doadas por período (1700-1735/ 1736-1770/ 1771-1800/ 1801-1836), tendo essa divisão sido feita considerando em média 35 anos para facilitar o estudo, uma vez que, ao longo desses períodos, mudanças políticas, econômicas e sociais relevantes ocorreram dentro da Capitania. Assim, poderá ser feito um cruzamento com os dados apresentados no gráfico 1.1 do Capítulo 2; 2) caracterização por localização das Sesmarias: ao ser doada uma Sesmarias, o oficial da coroa portuguesa especificava a característica da Sesmaria que o solicitante recebia, contribuindo para uma análise espacial pormenorizada. Dentre as tipologias destacadas, será discutida a importância da hidrografia, das paragens e do sertão para o sistema Sesmarial mineiro; 3) patentes e cargos eclesiásticos: será feita uma discussão sobre as patentes militares dentro do sistema Sesmarial, elucidando, principalmente os sacerdotes, procurando entender a importância da Igreja na formação da Capitania de Minas Gerais.

As linhas do banco de dados onde havia a variável zero foram desconsideradas. Para as patentes, isso indica que o sesmeiro que recebeu essa benfeitoria não possuía

---

<sup>212</sup> CARRARA, Ângelo Alves. *Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais*. Ouro Preto: Edufop. 1999. p. 15

<sup>213</sup> As Figuras Geométricas Proporcionais podem usar quaisquer figuras geométricas que são maiores ou menores de acordo com a quantidade de elementos presentes da variável analisada. Quanto maior a quantidade de elementos daquela variável, maior será o tamanho da figura, assim como o inverso também.

nenhum tipo de patente ou título eclesiástico. No entanto, para as localidades, os zeros não indicam que aquele local não estava ocupado. Isso pode evidenciar duas coisas: 1) aquele local estava em zona de fronteira, e que ainda não recebera denominação oficial. 2) no momento da elaboração da carta de Sesmarias, não foi especificado o local onde fora doada a terra, mostrando apenas a Comarca em que estava localizada. Isso pode indicar que ou o sesmeiro já tinha propriedades naquele local e estava apenas oficializando a posse, ou que o sesmeiro era uma pessoa de relativo prestígio social para a Coroa portuguesa<sup>214</sup> e queria terras para consolidar e/ou endossar a sua relevância, visto que a terra era sinônimo de poder. No entanto, como não há informações precisas sobre onde se localizam essas Sesmarias, não foi possível referenciá-las espacialmente.

No momento da transcrição do *Inventário das Cartas de Sesmarias*, foi preciso muito cuidado e atenção, pois havia topônimos iguais localizados em Comarcas diferentes. Por isso, foi necessário recorrer ao documento para ver se não houve erro de transcrição e ao *Dicionário* da Waldemar Barbosa para identificar ou não o erro. Todo esse processo foi feito de forma muito minuciosa para evitar ao máximo erros históricos e geográficos.<sup>215</sup>

O espaço mineiro “não é um fato inerte na natureza. Os recortes geográficos, as regiões, [as Comarcas] são fatos humanos, são pedaços da história, são ilusórios ancoradouros da luta social que um dia veio à tona e escorreu sobre esse território”.<sup>216</sup> Durante o século XVIII e XIX, este espaço era fluido, sendo formado a partir de interesses particulares, aliados aos interesses da Coroa portuguesa. E para a construção da Capitania e da identidade de Minas Gerais, existia uma realidade múltipla de vidas, histórias, práticas e costumes. A necessidade da construção territorial leva a um exaustivo levantamento da natureza, bem como da história econômica e social da área, ao lado de todo um esforço de elaboração de georreferências que pudessem servir de base para sua instituição como Capitania.<sup>217</sup>

Minas Gerais, como conhecemos hoje, possui quase 587 mil quilômetros quadrados, sendo o quarto maior estado do país em termos territoriais, segundo os dados

---

<sup>214</sup> A partir da independência do Brasil em 1822, os sesmeiros continuam sendo pessoas com relativo prestígio social.

<sup>215</sup> A cidade de Aiuruoca, por exemplo, localizada no Sul de Minas, na Comarca do Rio das Mortes, possui 7 grafias diferentes (Iuruoca, Juruoca, Jeruoca, Ieruoca, Ioruoca, Ajuruoca e Aiuruoca).]

<sup>216</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 3ª ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006. p.66

<sup>217</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes...* p. 66-68

do IBGE.<sup>218</sup> Devido a esta vastidão territorial, encontram-se diferentes culturas, sotaques e costumes de acordo com cada região. E esse processo da construção da identidade mineira foi feita de forma lenta e gradual. À medida que o território ia se constituindo, essas identidades foram se consolidando. Com o descobrimento das minas no início do século XVIII, essa regionalização vai sendo estabelecida, tendo como principais características a formação das vilas mineradoras e a vastidão do sertão a ser explorado.

### A periodização da Ocupação Territorial de Minas Gerais

Minas Gerais foi sendo gradualmente construída, iniciando sua ocupação colonizadora efetiva a partir do descobrimento do ouro. As fronteiras desse território conhecido, no início do século XVIII, como Capitania de São Vicente, foram pouco a pouco sendo remodeladas, até que, no final de 1720, é constituída como a Capitania das Minas do Ouro.

Conforme argumenta Cássio Hissa, a fronteira é uma *extremidade de um país ou uma região do lado onde confina com outro*.<sup>219</sup> As fronteiras das Minas foram criadas com o objetivo de evitar novos confrontos entre paulistas e “estrangeiros” e para endossar a posse da Coroa portuguesa sobre esse novo território “descoberto”. A partir de então, novas legislações para a ocupação e exploração, seja aurífera, seja com outras atividades econômicas, foram criadas para a nova Capitania. A demarcação do território mineiro foi uma questão que gerou problemas à Coroa Portuguesa. No dizer de Fernanda Moraes,

Problemas de jurisdição marcaram a configuração e as tentativas de estabelecimento dos limites do território mineiro ao longo de todo o período colonial, estendendo-se ainda até meados do século XIX. Inicialmente, as áreas mineradoras estavam subordinadas à jurisdição da Capitania do Rio de Janeiro, cujo território abarcava enormes extensões do Centro-Sul da América Portuguesa. Tal situação perdurou até 1709, quando houve o desmembramento desse território com a criação da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro. Figurando como um dos desdobramentos da Guerra dos Emboabas, esse novo recorte territorial marcou a tentativa de, ao mesmo tempo, instaurar a ordem, apaziguar os paulistas e estabelecer maior controle sobre a região das minas.<sup>220</sup>

No capítulo anterior, foi observada a forma como o espaço mineiro foi sendo construído década a década e onde havia maior ou menor concentração de Sesmarias

---

<sup>218</sup> IBGE. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/panorama>>. Acesso em 27 jan. 2020

<sup>219</sup> HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras...* p.36

<sup>220</sup> MORAES, Fernanda Borges de. “De arraiais, vilas e caminhos” ... p.76

dentro de cada comarca/termo/freguesias. Nessa seção, será discutida, a partir dos períodos selecionados, de que forma essa dispersão espacial ocorreu, percebendo de que forma esse espaço foi sendo remodelado a partir das necessidades socioeconômicas do governo central.

Mesmo tendo sido criada em 1720, desde o início do século XVIII ocorria a doação de Sesmarias para a região das Minas. Conforme dito no capítulo 2, isso não quer dizer que o território estava desocupado, uma vez existia grande população ameríndia antes da efetiva ocupação colonial, nem que não havia posseiros que já desenvolviam atividades agropecuárias no local.

De meados do século XVII até o início do século XVIII, a região do vale do rio São Francisco e do rio Jequitinhonha era utilizada como zona de expansão da fronteira agrícola da Bahia, sendo estes rios utilizados como meio de penetração no sertão. Segundo Ângelo Carrara, durante esse período, a região noroeste de Minas, juntamente com extremo sul do Piauí e oeste da Bahia tinham como “centro de gravidade” a produção aurífera em Goiás. Desse momento em diante, a ocupação da região começou a se intensificar, tendo ali grandes proprietários de terra, como Matias Cardoso de Almeida que, somente em 1743, recebe uma Sesmarias no sertão do São Francisco,<sup>221</sup> local onde, provavelmente, já exercia suas atividades econômicas. O potentado já ocupara a região, que anos mais tarde receberia o seu nome com a criação do arraial, pois nessa época o lugar já contaria com bastante ocupação populacional.<sup>222</sup> Aliando-se às ideias de Carrara, Fernanda Borges de Moraes afirma que

A Bahia apresentava condições particularmente favoráveis para se consolidar como um importante centro abastecedor das Minas: facilidades geográficas de comunicação, tanto por via fluvial quanto pelos caminhos mais amenos abertos pelo gado; uma posição consolidada de centro importador em razão de sua proximidade da Europa e do acesso aos portos do Sul da Colônia; ser de povoamento antigo, já com um comércio bem aparelhado; e ainda vivenciando os reveses da economia açucareira em decorrência da concorrência antilhana, o que impunha a necessidade de se buscarem alternativas econômicas.<sup>223</sup>

Diogo de Vasconcelos também já analisara esse movimento pioneiro de expansão pelo norte da Capitania, afirmando que cada potentado contraía obrigações em troca de direitos. Eram senhores de vastos latifúndios, fazendas de gado e plantavam

---

<sup>221</sup> APM, SC, Códice 80 página 80.

<sup>222</sup> CARRARA, Ângelo Alves. “Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos sertões mineiros”. *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 23, nº 38. p. 575, 586-587.

<sup>223</sup> MORAES, Fernanda Borges de. “De arraiais, vilas e caminhos” ... p.68

toda espécie de cereais. Tinham em casa oficinas, com misteres mecânicos, tecelagens completas de algodão, linho e lã, graças à presença da mão de obra escrava.<sup>224</sup>

As regiões Norte e Nordeste de Minas já estavam ocupadas antes mesmo da criação da Capitania e da descoberta do ouro. Havia um intenso mercado de terras, com a criação de muares e dos mais variados tipos alimentícios. Para Ricardo Ribeiro,

Os sertões do São Francisco, durante o século XVIII, se firmaram como um dos centros de abastecimento das vilas mineradoras e como importante via de ligação com o Nordeste do Brasil. Ao lado da consolidação das atividades agropecuárias, expande-se o comércio e surgem, em suas margens, vários núcleos urbanos importantes, que vão se sucedendo como polos administrativos regionais, disputando com os demais também a sua condição de portos fluviais e entrepostos comerciais, que crescem na medida em que se intensifica a navegação.<sup>225</sup>

Essa foi uma das frentes de expansão do território mineiro. João Camilo de Oliveira Torres afirma que esta região era amplamente utilizada pelos pecuaristas baianos que “traziam as suas boiadas pelo rio São Francisco e iam ocupando os belos campos das margens do grande rio. Esta dupla penetração, na linha sudeste-nordeste, pelos paulistas e norte-sul pelos baianos terminaria tendo as mais importantes consequências”.<sup>226</sup>

A expansão da fronteira agrícola baiana, aliada à formação de uma elite local, exemplificada pelo mencionado caso de Matias Cardoso de Almeida, pode ser uma hipótese para explicar por que nessa região houve poucas Sesmarias distribuídas ao longo de todo período estudado. Apesar de ser um instrumento régio de confirmação da posse da terra, a vastidão do território e a falta de controle e fiscalização da Coroa permitiram a ocupação e o apossamento de grandes propriedades, o que tornou possível o estabelecimento de uma elite local. Essa região que, desde finais do século XVII, já estava ocupada, serviu como fonte de abastecimento de muares e de alimentos tanto para a região da Bahia como para a região mineradora.

Conforme dito anteriormente, a doação de Sesmarias é um mecanismo régio de legitimação da posse da terra, mas isso não implica dizer que a região estava

---

<sup>224</sup> VASCONCELOS, Diogo Luiz de Almeida Pereira de. *História Antiga das Minas Gerais*. Prefácio de Francisco Iglésias. Belo Horizonte: Itatiaia. 1999. p.88

<sup>225</sup> RIBEIRO, Ricardo Ferreira. “‘Torpor invencível’: história ambiental e urbanização nas povoações do São Francisco”. In: VILLALTA, Luiz Carlos & LAGE, Maria Efigênia de Resende. (orgs.) *História de Minas Gerais: A Província de Minas*. Belo Horizonte: Autêntica. 2013. p.97

<sup>226</sup> TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record. 1963. p.14

desocupada, ou que o sesmeiro, ao receber essa benfeitoria, irá ocupá-la e torná-la produtiva (conforme dita a legislação real). Essas questões precisam ser problematizadas para que não se cometam erros históricos ou se façam análises simplistas acerca do processo de formação da Capitania de Minas Gerais. A análise do banco de dados, considerou a forma como as Sesmarias foram doadas e as estratégias adotadas pela Coroa portuguesa para tentar tornar efetiva a ocupação das Gerais. Com a divisão em períodos, pretende-se analisar a remodelação do espaço a partir das necessidades socioeconômicas mineira a cada trinta e cinco anos, percebendo-se as especificidades de cada período, assim como a formação e reformulação territorial. O debate historiográfico aliado à leitura documental servirá para compreender a hipótese central desta tese.

### 1701-1735

A descoberta do ouro e das pedras preciosas em Minas, além da ocupação de seu território, conforme já foi visto, foram anteriores à criação da Capitania. No entanto, desde finais do século XVII, havia expedições na região à procura de indígenas e de pedras preciosas. De acordo com o Códice Costa Matoso,

A esse tempo [1694] saíam o coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, o capitão Manuel Garcia Velho e outros sertanistas conquistadores dos mesmos gentios e povoadores das vilas seguintes da de São Paulo para o leste desta parte, pela mesma paragem da Itaverava, onde os descobridores estavam com bastantes gentios que traziam conquistados de outras partes do mesmo sertão do Cuieté e rio Doce, em largueza de muitos centos de léguas até a costa do mar, que corre desde o Rio de Janeiro até a Bahia. [...] Deu-se a busca ao ouro, que havia a pouca experiência e menos agilidade daquele tempo extraído entre os intervalos do divertimento da caça e outros empregos necessários aos sertanejos para o alimento e conservação da vida, e se não achou senão doze oitavas de ouro que recebeu o dito coronel de volta das armas, que deixava satisfeito mineiro. [...] Deixando a divina providência ao desvelo daqueles animosos vassallos da Coroa portuguesa, que pretendia enriquecer com os haveres ocultos por aquelas largar e aspérrimas montanhas, que a poder de perigos, fomes, sedes e trabalhos romperam aqueles fragosos montes e incultas brenhas, não só para utilidades deles como também para o grande aumento da monarquia portuguesa, foi servido para guia-los e deparar-lhes os haveres que se encobriam tão dilatado mapa, como é a grande extensão de sertão tão dilatado da povoação dessas Minas<sup>227</sup>.

Iniciou-se, então, uma rápida migração para as Gerais com o objetivo de procurar as riquezas ali disponíveis e na esperança do rápido enriquecimento. Reinóis e

---

<sup>227</sup> “Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios” *CÓDICE COSTA MATOSO*. p.167-172

pessoas vindas de toda colônia se dirigiram para esta região. Inicialmente encontradas próximas a Sabará, depois de Ouro Preto e Mariana, a partir do início do século XVIII, percebe-se uma rápida ocupação dessas localidades. Com a descoberta do ouro pelos paulistas nessa região “de passagem para as Capitânicas do Norte, até então sem limites determinados, constrói-se, um território a partir da ocorrência do ouro nos entornos do Caminho Geral do Sertão, cuja fronteira vai sendo progressivamente deslocada no decorrer do período colonial”.<sup>228</sup>

Utilizando-se do Caminho Velho, do Caminho da Bahia e do Caminho do Sertão, esses desbravadores foram rapidamente se aglutinando próximo aos núcleos mineradores, surgindo, assim, as primeiras vilas. Nas duas primeiras décadas do século XVIII, foram erigidas oito vilas (Vila Rica, Vila do Carmo, Pitangui, Sabará, São João del Rei, Vila do Príncipe, São José e Vila Nova da Rainha) e ao redor desses núcleos mineradores se concentraram a distribuição de Sesmarias, como se pode observar na coleção de mapas 1, (primeiro mapa). Conforme Maria Efigênia Resende,

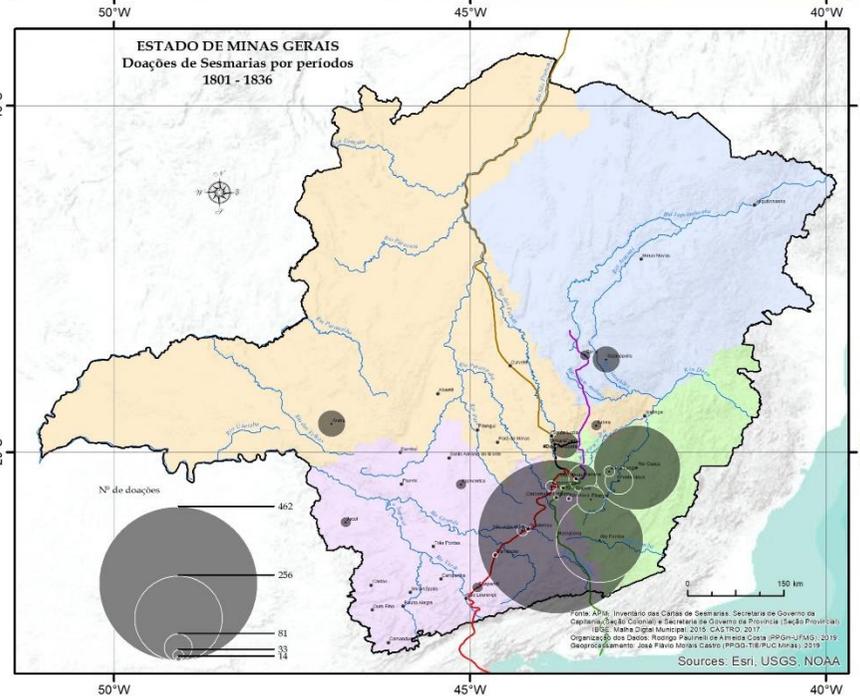
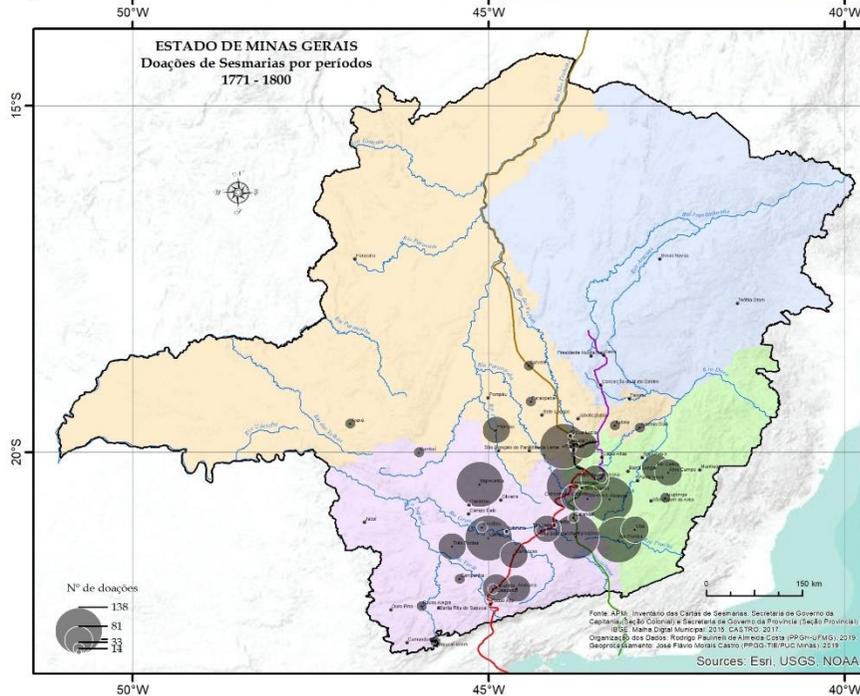
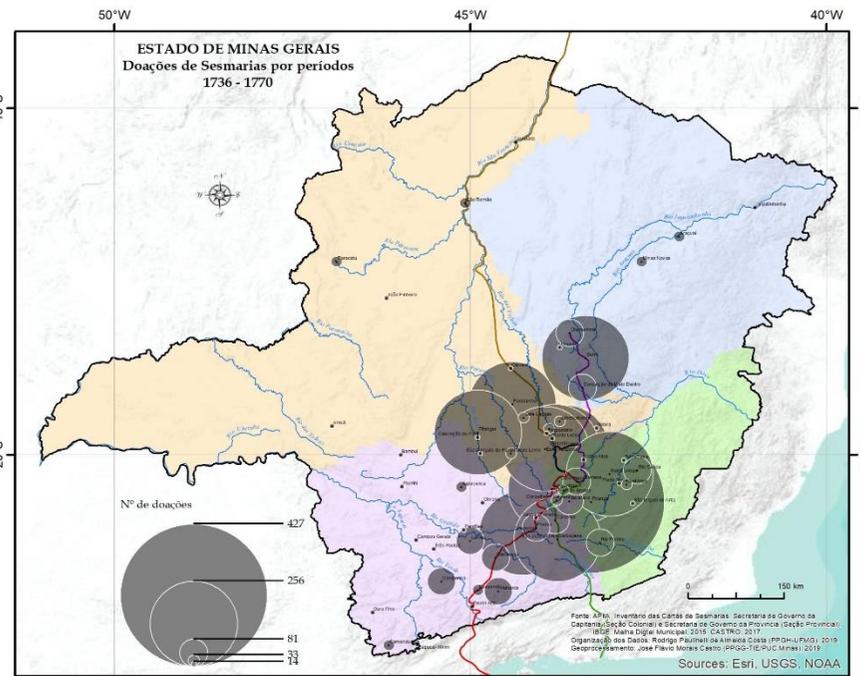
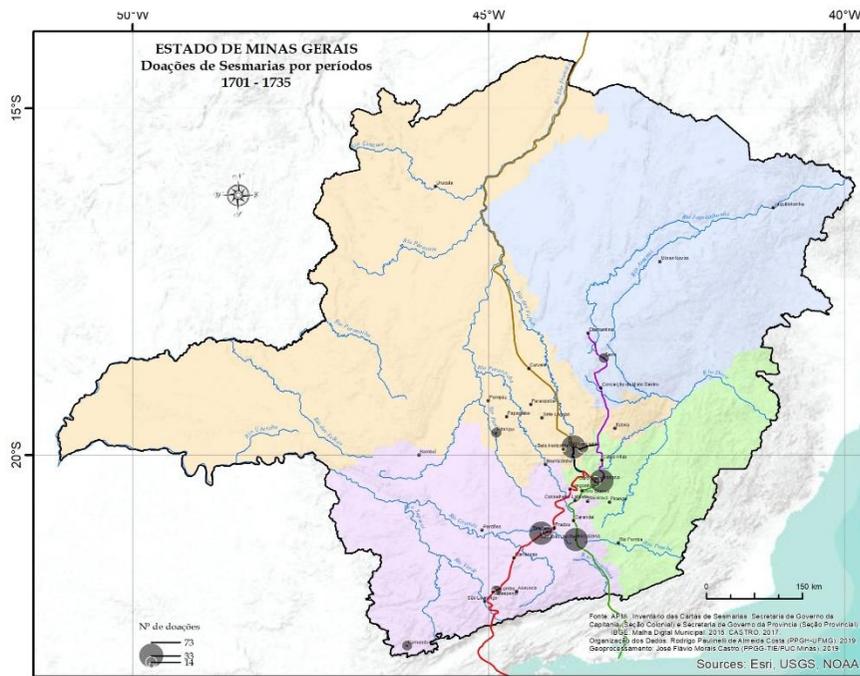
A entrada descontrolada de pessoas e o desafio dos contrabandistas de ouro, gado escravos e outras mercadorias – lugar comum desde o momento inicial do *rush* minerador – são questões que se colocam como fundamentais para o domínio e o controle da região mineradora pela Coroa portuguesa. Primeiramente porque a economia de mineração implicará formas típicas de comportamento bastante diferenciadas dos padrões da economia açucareira. Em segundo lugar, é preciso considerar que, sobretudo nos primeiros tempos, “as minas” retratam realidades geográficas diversas, sendo percebidas mais como um espaço em que imperam os desmandos dos potentados locais que um território em formação. Este entre-lugar espaço/território pode ser bem definido em suas origens como uma “terra sem lei e sem rei”. Essa situação, que foge a qualquer controle, mantém-se até que se afirme a noção de uma individualidade e de uma territorialidade das minas que se imporá a partir de 1711 – quando começam a ser instaladas as primeiras vilas – até 1720, ano em que ocorre a criação da Capitania de Minas Gerais, por alvará de 2 de dezembro.<sup>229</sup>

---

<sup>228</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de. “Itinerários e interditos na territorialização das Geraes”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *As Minas Setecentistas I*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo 2007. p. 26/27

<sup>229</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de. “Itinerários e interditos na territorialização das Geraes”. p. 32/33

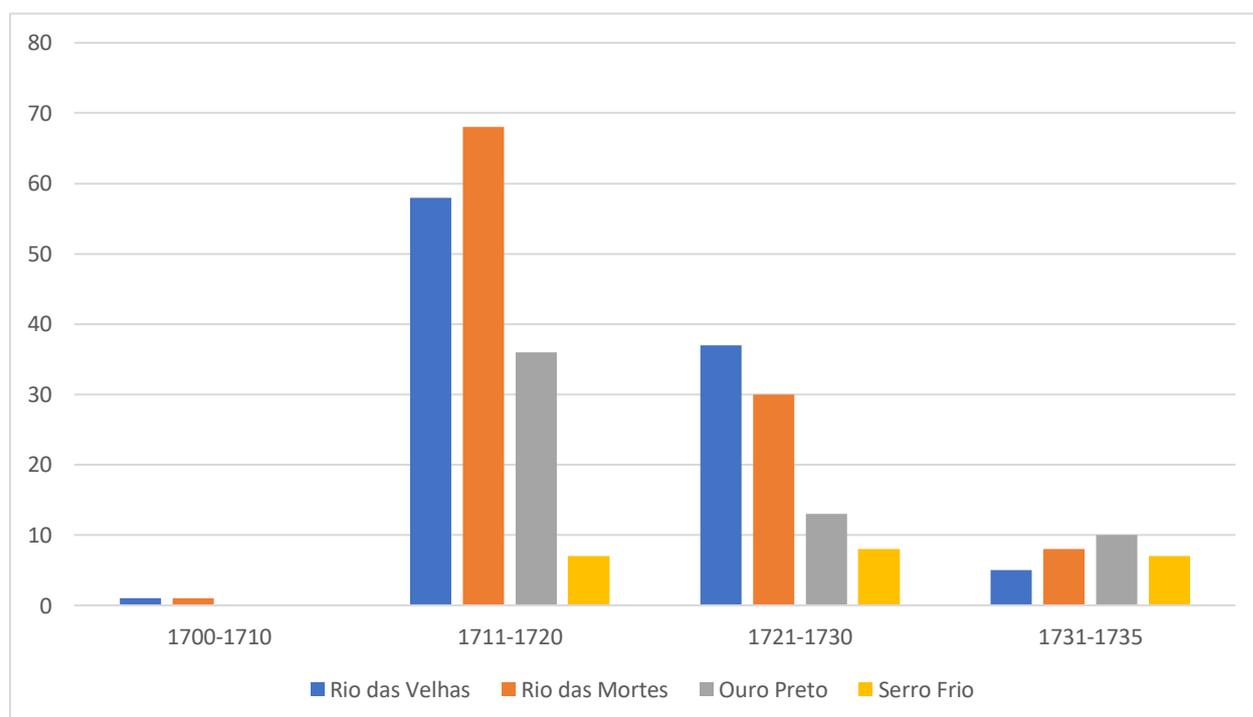
# Coleção de Mapas 1 – Doação de Sesmarias por período



Durante esses trinta e cinco anos iniciais, foram distribuídas 550 Sesmarias, sendo 99 na Comarca do Rio das Velhas, 105 no Rio das Mortes, 58 em Ouro Preto e 20 no Serro Frio. Dessas 550, 272 não possuem localização precisa. Como é um território em construção/expansão, essas fronteiras ainda estão sendo delimitadas. O “desconhecido” ainda é predominante ao longo desses caminhos.

Como a zona de expansão é proveniente, principalmente, da Capitania de São Paulo, as Sesmarias vão se concentrando na região do Rio das Mortes devido à proximidade com essa Capitania, como se pode observar no gráfico 3.1. Gradualmente a fronteira entre o conhecido e o desconhecido vai se movendo rumo ao norte da Capitania. Essa frente de expansão sulista faz com que, pouco a pouco, o território comece a ser modelado, de forma muito tímida. A região do Rio das Velhas, por ter sido o local onde foram encontradas as primeiras jazidas minerais e devido à intensa migração, foi rapidamente ocupada e a posse da terra foi legitimada pela doação de Sesmarias.

Gráfico 3.1 – Distribuição de Sesmarias por Comarca/década (1700-1735)



Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial).

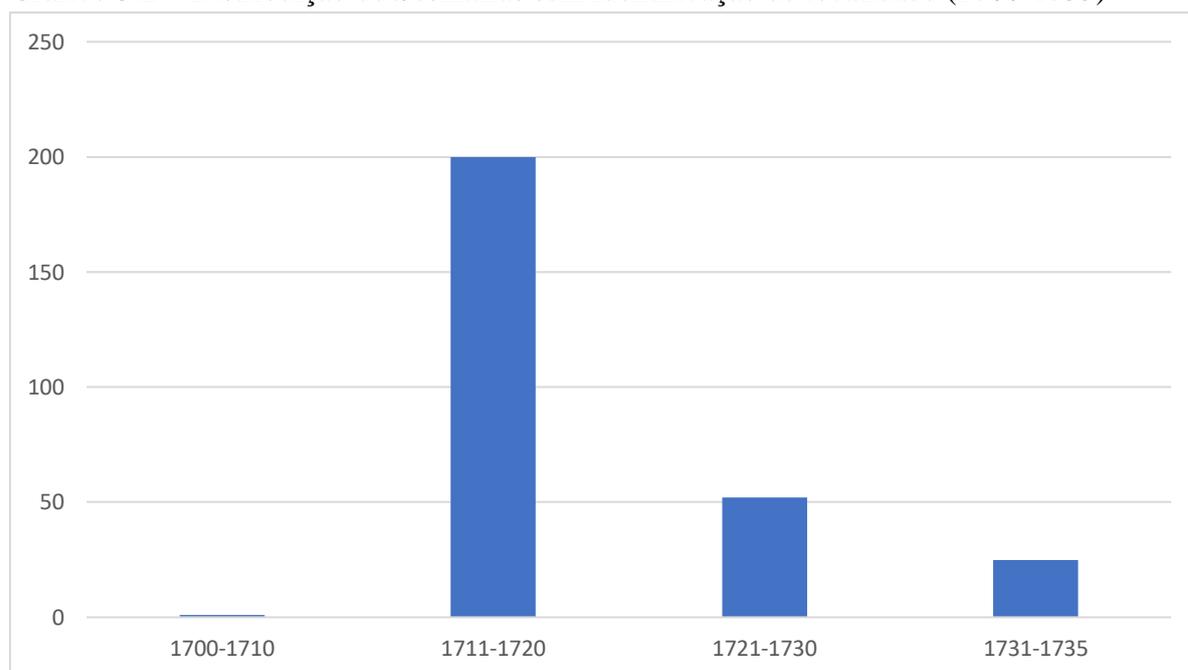
Paralelamente à distribuição de Sesmarias, surgiu um mercado de compra, venda e aluguel de terras, conforme relata Ângelo Carrara, no qual, principalmente em Ouro

Preto e Mariana, mineiros e lavradores pagavam algum tipo de obrigação ou foro ao proprietário da Sesmarias para a exploração da terra.<sup>230</sup> Esse mercado de terras é percebido, ainda em outros estudos sobre a economia de abastecimento no período setecentista, em Minas.<sup>231</sup>

Cruzando os dados da coleção de mapas 1 e o gráfico 3.1, observa-se que grande parte dessas Sesmarias foram distribuídas ao longo dos caminhos<sup>232</sup>, o que facilitou a ocupação do território a ser desbravado. Fernanda Borges Moraes afirma que

Esses movimentos de concentração/descentralização do poder também se reproduziam nas demais escalas do território, alcançando os níveis mais locais. Nos momentos de maior intensificação do esforço de povoamento, a ereção de vilas e cidades figurava como importante estratégia na qual a implantação de uma estrutura de organização administrativa, jurídica, fiscal, militar e territorial possibilitava à Coroa Portuguesa impor sua ordem e garantir maior controle fiscal sobre suas riquezas produzidas<sup>233</sup>.

Gráfico 3.2 – Distribuição de Sesmarias sem identificação de localidade (1700-1735)



Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial).

<sup>230</sup> CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Minas e Currais...* p. 156

<sup>231</sup> GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana M. “Agricultura e caminhos em Minas Gerais (1700/1750)...”; GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana M. Inconfidência, Estrutura Agrária e Escravidão. CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes...*; ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII...* CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais...* MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico...*

<sup>232</sup> A questão da caracterização por localização será discutida mais adiante

<sup>233</sup> MORAES, Fernanda Borges de. “De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais” ... p.61

Na segunda década do século XVIII, o número de Sesmarias doadas aumenta consideravelmente em relação à primeira, evidenciando essa preocupação da Coroa em tornar a terra ocupada e produtiva. No entanto, 200 delas estão sem identificação de localidade. Na terceira década foram distribuídas 136 Sesmarias, sendo apenas 52 sem identificação. Percebe-se que houve maior conhecimento do território, assim como uma gradual ocupação e nomeação daquilo que antes eram apenas espaços “desocupados”. Nesse período inicial da ocupação, a Coroa vai oficializando a posse de sua “nova” terra. Diogo de Vasconcelos afirma que

Passando a criar as três Comarcas, elegeu uma comissão composta dos procuradores da Câmara, e de dois peritos, para determinar quais os limites, que deviam ser estabelecidos entre elas, as quais foram as de Vila Rica, a do Rio das Velhas com sede em Sabará, e a do Rio das Mortes com a sede em São João d’El Rei, eretas todas pela provisão de 6 de abril de 1714. Não se deve perder de vista, como os limites da do Rio das Mortes sobre o termo de Guaratinguetá ficaram designados expressamente pela Serra da Mantiqueira ao sul, mas para o oeste não se determinaram por ser o sertão desconhecido.<sup>234</sup>

Complementando as ideias de Diogo de Vasconcelos, Cláudia Fonseca afirma que no início do século XVIII ouvidores haviam sido nomeados para cada um dos três principais distritos mineradores da Capitania – o de Ouro Preto, o de Rio das Velhas e o de Rio das Mortes – que adquiriam, assim, o estatuto de Comarcas. Mais tarde, em 1720, o território do ouvidor do Rio das Velhas seria desmembrado para criar uma quarta Comarca: o Serro Frio. Já é possível perceber a transformação espacial a partir das necessidades econômicas. A delimitação das fronteiras é uma forma de controle que a Coroa portuguesa precisava estabelecer sobre a região.

Essa delimitação espacial tinha como objetivo demarcar a quais Comarcas pertenciam cada um dos núcleos mineradores e, conseqüentemente, facilitar o controle sobre a extração aurífera. Além das concessões de Sesmarias, ainda havia o privilégio do descobridor das datas auríferas de ficarem com a terra, o que explica, também, um rápido crescimento das vilas citadas durante esse primeiro período. Segundo Francisco Andrade,

Nas décadas de 1720 e 1730, embora ocorressem alterações no Regimento de 1702 com o objetivo de atender às novas necessidades de exploração das minas de ouro nas montanhas e regular o uso intensivo das águas de lavagem, permaneceram intocados o privilégio e a proeminência do descobridor nas concessões das terras minerais. Assim, em linha gerais, o significado dos descobrimentos e as práticas

---

<sup>234</sup> VASCONCELOS, Diogo Luiz de Almeida Pereira de. *História Antiga das Minas Gerais...* p. 310/311

de exploração aurífera acabaram prevalecendo durante todo o período colonial.<sup>235</sup>

As fronteiras das Comarcas foram criadas com o intuito de facilitar o controle da Coroa sobre o território. No entanto, estas ainda estavam em formação e grande parte desse território ainda estava sendo desbravado. A análise do banco de dados, evidencia que houveram muitas Sesmarias doadas, já com a demarcação da Comarca, mas sem a precisão do termo e/ou freguesia, conforme se vê no gráfico 3.3. O que chama atenção é o fato de a Comarca de Ouro Preto praticamente não possuir Sesmarias sem a referência de sua localização, e isso pode ser explicado pelo fato de ali estar concentrado o poder político e eclesiástico da Capitania.

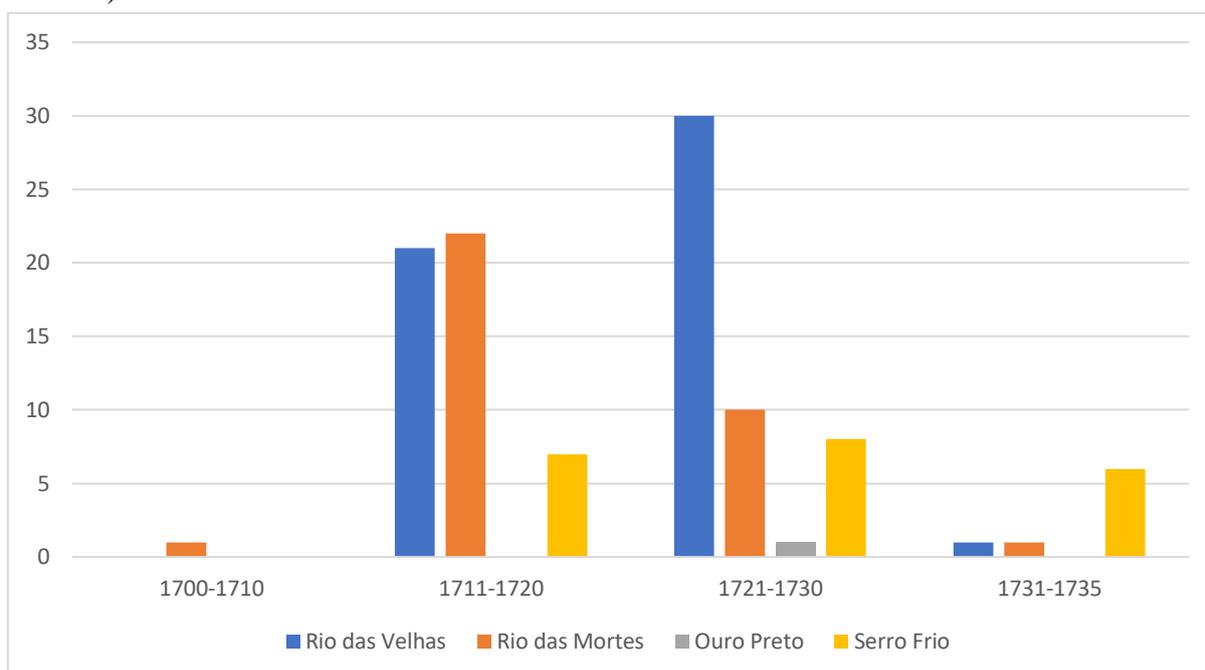
Tanto a Comarca do Rio das Velhas, quanto a do Serro Frio, por se encontrarem em locais de expansão da fronteira desse novo território colonial, mesmo com os limites demarcados, o “desconhecido” ainda prevalece. Esse espaço, gradualmente vai sendo formado e modelado. A antiga divisão territorial, somada a seus isolamentos e “vazios demográficos” favoreceu todas as tentativas de dominação, tanto locais quanto gerais, conforme afirma Fernand Braudel. A superestrutura de dominação torna esse espaço efetivamente controlado de acordo com seus interesses locais e gerais,<sup>236</sup> ou seja, quanto maior o interesse da Coroa em ocupar e controlar esse território, mais rápido isso ocorrerá e, conseqüentemente, os “vazios” e os isolamentos desaparecerão. A Comarca do Serro Frio, por ser fronteira agrícola da Capitania da Bahia, demonstra a instabilidade e a maleabilidade das fronteiras.

---

<sup>235</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo. *A invenção das Minas Gerais...*p. 103

<sup>236</sup> BRAUDEL, Fernand. *Identidade da França...* p. 96

Gráfico 3.3 – Distribuição de Sesmarias sem identificação do termo ou freguesia (1700-1735)<sup>237</sup>



Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial).

A partir da análise da coleção de mapas 1, percebe-se que foram distribuídas Sesmarias em quarenta localidades diferentes. Dessas quarenta, quinze estavam diretamente relacionadas à extração aurífera, como Vila Rica, Vila do Carmo, Vila do Príncipe, São João del Rei e São José. As demais possuíam uma economia diversificada, sendo a maioria dessas freguesias localizadas estrategicamente ao longo das estradas e caminhos, para facilitar o comércio. Cláudia Damasceno Fonseca afirma que

Os fazendeiros instalados nestes pontos estratégicos muitas vezes se convertiam também em vendeiros e estalajadeiros, criando pousos para os viajantes e tropeiros que faziam o abastecimento das Minas. De fato, o comércio e o povoamento formaram, na história mineira, um binômio complementar. Foi através destes dois processos que surgiu a malha de relações sociais, econômicas e políticas que contribuíram para dar origem a Minas Gerais. Nas décadas de 1720 e 1730, as rotas comerciais terrestres e fluviais se intensificaram passando a interligar diferentes regiões da colônia. Em torno destes pontos de comércio formaram-se muitos arraiais.<sup>238</sup>

<sup>237</sup> É importante destacar que, diferentemente do gráfico anterior, essas sesmarias possuem a identificação da Comarca a qual pertence. No inventário das sesmarias, há aquelas em que não foram referenciadas em relação à sua localização. Então, só temos informação do tipo de sesmaria recebida e o sesmeiro que a recebeu (gráfico 3.2) e aquelas em que especificam tudo, menos a freguesia e/ou termo que pertence aquela sesmaria (gráfico 3.3).

<sup>238</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei...* p. 70

É impossível pensarmos na história de Minas sem pensar na evolução das estradas e dos caminhos. Eles tinham a função de diminuir as distâncias entre as principais regiões produtoras de metais e as cidades localizadas na costa do sudeste brasileiro, como o Rio de Janeiro, além de facilitar o escoamento do ouro e evitar contrabandos. Nesse primeiro período, os caminhos foram fundamentais, também, para a formação das vilas. Daí vem a especificidade da sociedade mineira, uma sociedade tipicamente urbana, formada ao redor das rotas comerciais ou dos núcleos minerais. Para Kátia Campos,

No início do século XVIII, a vila mineira típica se funda por um processo inteiramente distinto dos que norteavam as vilas coloniais antecedentes, instaladas no litoral, desde o início da colonização, cuja ocupação sempre se fez em função do campo, onde realmente se concentravam as atividades básicas da existência humana. Neste aspecto, a cidade era um complemento secundário e dependente destas atividades, como ponto de convergência de relações comerciais e prestadora de serviços e no exercício eventual da vida social e religiosa. [...] As primeiras datas ocuparam as margens dos ribeirões, funcionando como um loteamento urbano; as habitações eram construídas lado a lado, na margem mais adequada, com os fundos para o córrego, onde se processava a extração e a lavagem do ouro.<sup>239</sup>

João Camilo de Oliveira Torres elenca três fatores para a formação das vilas mineiras: 1) os garimpeiros que se reuniam à beira dos rios e ali mesmo instalavam suas casas, próximas umas às outras; 2) os senhores das datas e das minas, como não podiam morar no alto das serras, juntos das minas, iam para os vales, formando as cidades; 3) a necessidade de comércio para a manutenção do povo, forçando o aparecimento de centros urbanos ativos.<sup>240</sup>

A presença de um mercado interno também foi fundamental para a consolidação dessa sociedade mineira. José Newton Coelho Meneses, estudando a região do Serro Frio, argumenta que “a agricultura de abastecimento alimentar foi uma forma de acesso à riqueza e uma resposta econômica à necessidade de sobrevivência das populações crescentes da área mineradora.” Nas Minas Gerais do setecentos “[...] a diversificação da economia se dava em direção à produção agrícola, ao comércio.”<sup>241</sup>

---

<sup>239</sup> CAMPOS, Katia Maria Nunes. “Vila Rica: formas espontâneas num traçado urbano setecentista”. IX Jornada Setecentista: os domínios ibéricos e suas fronteiras. Universidade Federal do Paraná. Curitiba 2012 p. 2 e 7

<sup>240</sup> TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas...* p. 21/22

<sup>241</sup> MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais Setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça. 2000 p. 151

Nesse momento da formação das Minas Gerais já se percebe a concomitância entre a mineração e a agricultura. A historiografia mais antiga defende a tese de que durante o primeiro quartel do século XVIII não havia produção agrícola e que as crises de fome e de abastecimento eram constantes. No entanto, estudos recentes discordam dessa interpretação. Carlos Magno Guimarães e Liana Reis afirmam que “a agricultura foi a solução para a implantação e crescimento da empresa e da sociedade mineradoras, bem como foi a solução para a crise que se apresentou com a decadência da mineração”,<sup>242</sup> como se pode observar também no pedido do Alferes Manoel da Silva Rosa, que solicita, em 1712, uma Sesmarias na Paraibuna com o intuito de produzir e ocupar as terras.

É dada no Caminho Novo das Minas para povoar, cultivar fazenda nela entre a Paraibuna e a casa de Simão Pereira de Sá. Suas terras que seguiam de suas lutas seguem em quadra sem prejuízo de terceiro nem do direito que algumas pessoas podiam ter nelas. Caso e do mesmo modo que dão sem dúvida alguma que esta minha carta de Sesmarias seja posta em consideração que se cultivarão e povoarão as ditas terras fazendo nelas fazendeiro, agricultor das ordens de Vossa Majestade<sup>243</sup>.

Nesse primeiro período, as Sesmarias são doadas, principalmente, próximas aos núcleos mineradores e ao redor dos caminhos, principalmente daqueles vindos da Capitania de São Paulo. Pensando na mobilidade das fronteiras, observa-se que alguns dos “vazios” das Comarcas começam a ser nomeados e que, gradualmente, esse território, até então desconhecido, passa a ter grande relevância para a Coroa. No entanto, a distribuição de Sesmarias nesse momento ainda é muito tímida, intensificando-se a partir de 1735.

### 1736-1770

Na terceira década do século XVIII, a ocupação espacial da Capitania se torna mais efetiva. Analisando a coleção de mapas 1 (segundo mapa), há, nesse segundo período estudado, maior concentração da distribuição das Sesmarias nas Comarcas de Ouro Preto, Rio das Mortes e Rio das Velhas.

Além das frentes de exploração aurífera, a legitimação da posse da terra no norte e nordeste de Minas aumenta. Observa-se o aumento do número de Sesmarias doadas nas regiões próximas à Goiás, onde encontram-se os municípios de Paracatu, João Pinheiro, Araxá, São Romão e Januária. São poucas Sesmarias nessa região

---

<sup>242</sup> GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana. Agricultura e Escravidão em Minas Gerais (1700/1750). *Revista do Departamento de História*, Fafich/UFMG, n. 2, 2, junho. 1986. p. 42

<sup>243</sup> APM, SC Códice 007 pg. 143

comparativamente à região central, no entanto, comparando com o período anterior, percebe-se uma nova frente de expansão dessa fronteira.

Além de ser fronteira agrícola com a Bahia, com área mineradora e com Goiás, Paracatu ganha relativo destaque na mineração. No entanto, essa região já era ocupada antes do *boom* aurífero. O vale do rio Paracatu era ocupado por pecuaristas e agricultores anteriormente, o que endossa a ideia de que a questão Sesmarial não indica que o local em destaque representava um vazio demográfico e sim de legitimação da posse da terra. Até a década 1740, o que prevalecia era a pecuária de abastecimento para o mercado baiano e a zona mineradora de Goiás. A partir da exploração das jazidas minerais, há um intenso deslocamento de pessoas para a freguesia de Paracatu e “inicia-se” o processo de concessão de terras.

Em 1750, Diogo de Mendonça Corte-Real escreve uma carta a Gomes Freire de Andrade reclamando sobre o sistema de capitação, da instalação das casas de fundição, assim como da ocupação descontrolada da freguesia de Paracatu e da falta de fiscalização em relação à cobrança dos impostos.

Ultimamente, para desengano dos prejuízos que a Sua Majestade resulta do estabelecimento da capitação, ponderemos a utilidade que o dito senhor teve afora no novo descobrimento das minas do Paracatu, distrito da Comarca do Sabará (Rio das Velhas). Dizem pessoas que lá se acharam nas ditas minas se extraiu ouro em tanta abundância que no decurso de um ano passou de oitocentas arrobas; destas pelos quintos da lei, pertenciam a Sua Majestade cento e sessenta arrobas. Agora pergunto se será possível acreditar-se que o dito senhor não teve rendimento algum da referida extração de ouro. Eu mostro e provo clarissimamente. Todos os mineiros que concorreram para o dito descobrimento com os seus escravos haviam de ser moradores dos que existiam nas Minas, porque em havendo notícia de algum novo descobrimento com fama de muito ouro a cobiça dele move logo os ânimos daqueles habitantes a irem buscar a sua maior convivência. Estes, levando consigo os seus escravos, haviam de pagar a capitação deles no distrito do novo descobrimento, e esta importância havia de diminuir-se nas partes ou nas intendências de cujos distritos saíram estes mineiros, e assim é sem dúvida que para a Real Fazenda de Sua Majestade ficou este descobrimento como se o não houvera, porque dele não lhe resultou acréscimo algum no rendimento da capitação, e por causa desta vem Sua Majestade a perder, só naquela parte mais de dois milhões e quase dois e meio, dos quais lhe tocavam oitocentas arrobas de ouro que se extraíam<sup>244</sup>.

Durante 1736-1770 são distribuídas 33 Sesmarias na freguesia de Paracatu. 15 se concentram na década de 1745-1755, o que pode significar maior preocupação por parte

---

<sup>244</sup> APM, SC, Códice 93 rolo 20 p. 215-216

da Coroa em controlar a região. Em 1753, o capitão-mor Clemente Simões da Cunha recebe uma Sesmarias no arraial de Paracatu. Além de minerador e possuidor de mais de cem escravos,<sup>245</sup> o capitão-mor passa a ter uma função de fiscalizar a extração aurífera e garantir os interesses da Coroa sobre o local. A expansão da fronteira mineira para uma região longe dos núcleos mineradores, é um sinal dessa mobilidade territorial discutida ao longo da tese

Segundo Celso Furtado, “o decênio compreendido entre 1750 e 1760 constituiu o apogeu da economia mineira, e a exportação [de ouro] se manteve então em torno de dois milhões de libras”.<sup>246</sup> Aliada à intensa atividade mineradora desse período, houve intenso desenvolvimento do mercado interno. A distância dos grandes centros urbanos (Rio de Janeiro e Salvador), além da distância do litoral, fazia com que os gêneros importados fossem muito caros na Capitania, estimulando assim uma produção endógena, responsável por abastecer não só os núcleos mineradores, como também as demais regiões de Minas.

Durante esse período em que se tem a maior concentração das Sesmarias distribuídas em áreas urbanas (vila, arraial, distrito) – 200, aproximadamente 10% da totalidade distribuídas ao longo desses trinta e cinco anos. Segundo Kenneth Maxwell,

Os centros urbanos estavam relativamente próximos uns dos outros e dispostos dos arredores de São João d’el Rei ao sul, até Sabará e Tejuco, ao norte. Devido à grande altitude, o clima das cidades era estável, havendo nevoeiros e nuvens baixas. [Ouro Preto] já há muito deixara de ser um acampamento mineiro sem atrativos. Havia muitas construções urbanas de dois pisos, com jardins terraceados onde as espécies vegetais cresciam profusamente. [...] Do espinhaço central de Minas, o Rio São Francisco corre para o norte rumo a Bahia e Pernambuco; e o Rio Grande e o Rio das Mortes partem para a Bacia do Rio da Prata. As cidades do ouro percorrem esta linha divisória e tais vales fluviais proporcionam intercomunicações vitais entre a América portuguesa do norte e do sul.<sup>247</sup>

A concentração de Sesmarias distribuídas nesse período se dá principalmente ao redor dos grandes núcleos mineradores – Sabará, Vila Nova da Rainha, Vila Rica, Mariana, São João d’el Rei, São José, Pitangui, Vila do Príncipe e Tejuco (atual

---

<sup>245</sup> APM, SC, Códice 106, pág. 59

<sup>246</sup> FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 18ªed. São Paulo: Ed. Nacional. 1982. p.78

<sup>247</sup> MAXWELL, Kenneth R. *A Devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977. p.109

Diamantina). Entre 1735 e 1770 foram extraídos 61.250 quilos de ouro,<sup>248</sup> despertando o interesse cada vez maior da população em relação a essa atividade econômica.

Essa dinâmica de distribuição, também ocorreu ao redor dos caminhos que ligavam não só os grandes centros mineradores entre si, como também que ligavam Minas Gerais às Capitanias de São Paulo e do Rio de Janeiro. Isso se deu, em grande parte, devido à intensificação do transporte do ouro e do comércio entre as Capitanias. Guimarães e Reis indicam que

O crescente movimento de passageiros pelos caminhos que ligavam o Rio de Janeiro e São Paulo às Minas Gerais fez com que esses se tornassem também importantes vias de comércio. Circulavam por essas vias comerciantes [...] que eram abastecidos pelos produtores rurais e pelos artesãos de Minas e eram representados por tropeiros, comboieiros, boiadeiros [...] circulavam também viajantes, comissários régios, tropas de soldados.<sup>249</sup>

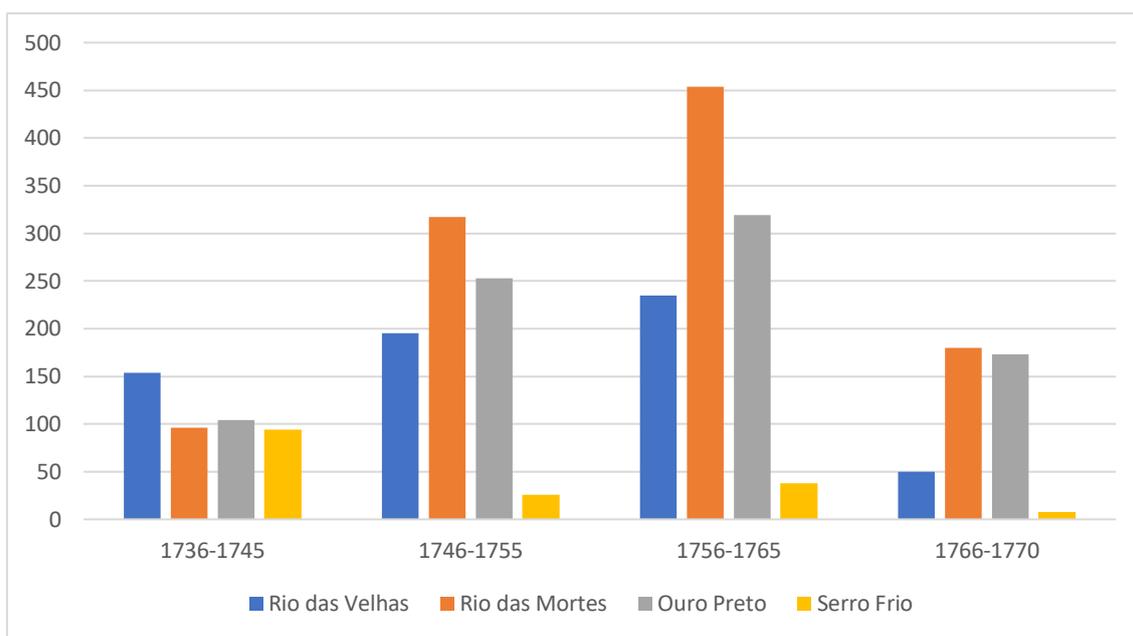
Em termos comparativos, esse foi o período em que houve maior distribuição de Sesmarias (1701-1735: 567 Sesmarias; 1736-1770: 3673 Sesmarias; 1771-1800: 2000 Sesmarias; 1801-1836: 1712 Sesmarias), representando 40% do total das concessões. Isso ocorreu, principalmente devido à imensa disponibilidade de terras devolutas ao longo da Capitania, ao desejo de se encontrar ouro e de explorar a terra e de legitimar a posse de terras já ocupadas anteriormente.

---

<sup>248</sup> PAULA, João Antônio de. A mineração do ouro em Minas Gerais do século XVIII. In: VILLALTA, Luiz Carlos & LAGE, Maria Efigênia de Resende. (orgs.) *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica. 2007. p.294.

<sup>249</sup> GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Flávia Maria da Mata. Agricultura e mineração no século XVIII. In: VILLALTA, Luiz Carlos & LAGE, Maria Efigênia de Resende. (orgs.) *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica. 2007. p.326

Gráfico 3.4- Distribuição de Sesmarias por Comarca/década (1736-1770)



Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial).

Ao redor das zonas mineradoras, na década de 1746- 1755, percebe-se também o aumento do número de Sesmarias destinadas ao setor agrícola (fazenda, terras, sítio, roça). Das 1265 Sesmarias distribuídas nessa década, 180 receberam essa classificação, sendo distribuídas 40 no Rio das Velhas, 24 em Ouro Preto, 39 em Rio das Mortes e 11 no Serro Frio. Ângelo Carrara argumenta que

Os circuitos internos de abastecimento, organizados à roda dos núcleos mineradores, já se achavam consolidados. Eram eles que definiam as “regiões” da Capitania, seus ‘espaços econômicos regionais’: Minas Novas (Tocambira, Itacambira, Itamarandiba); Demarcação Diamantina (Serro e Conceição do Mato Dentro e Rio Vermelho). Pitangui e as “minas gerais” (Ouro Preto, Mariana, Sabará e Caeté), onde se efetuava a mais ampla articulação, entre a zona curraleira sanfrancescana, o sul de Minas e o Rio de Janeiro.<sup>250</sup>

Considerando a Comarca do Rio das Mortes na década de 1756-1765, houve um considerável aumento na distribuição de Sesmarias. Conforme dito anteriormente, esse era um local de entrada das Capitânicas de São Paulo e Rio de Janeiro e, apesar de haverem núcleos mineradores importantes (São João del Rei, Vila de São José, entre outros) assim como a prática agrícola na região, responsável pelo abastecimento, não só das zonas mineradoras, mas como também pela articulação dos circuitos internos da Capitania. Nessa região, o auge da produção agrícola corresponde ao pico da

<sup>250</sup> CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais ...* p. 249

mineração, sendo que algumas dezenas de lavradores monopolizavam o mercado de gênero de alimentos. Ângelo Carrara afirma que

A situação do sul de Minas [Rio das Mortes] é de fato bem peculiar. O crescimento da agricultura e pecuária de exportação não se vinculou de maneira alguma à crise da mineração, em primeiro lugar, porque a mineração nunca foi aí importante e, em segundo, porque sua articulação mercantil não se dava com a região das minas [e sim com os circuitos comerciais de São Paulo e do Rio de Janeiro].<sup>251</sup>

Na década de 1776-1785, ocorre uma redução da quantidade de Sesmarias distribuídas, principalmente na região dos Rio das Velhas. Isso pode, em parte, ser explicado, pelo fato de no centro dessa Comarca estarem situadas as principais vilas mineradoras (Sabará, Vila Nova da Rainha, Pitangui) e ser uma das regiões mais povoadas da Capitania de Minas. Foi também a Comarca que apresentou o segundo menor crescimento demográfico, depois da Comarca do Ouro Preto. A diminuição da exploração aurífera, aliada a uma ocupação efetiva da região, fez com que as pessoas que para Minas se dirigiam procurassem outras regiões para se estabelecerem e se desenvolverem, como por exemplo a Comarca do Serro Frio, que teve um crescimento de quase 100% entre 1767-1776.<sup>252</sup>

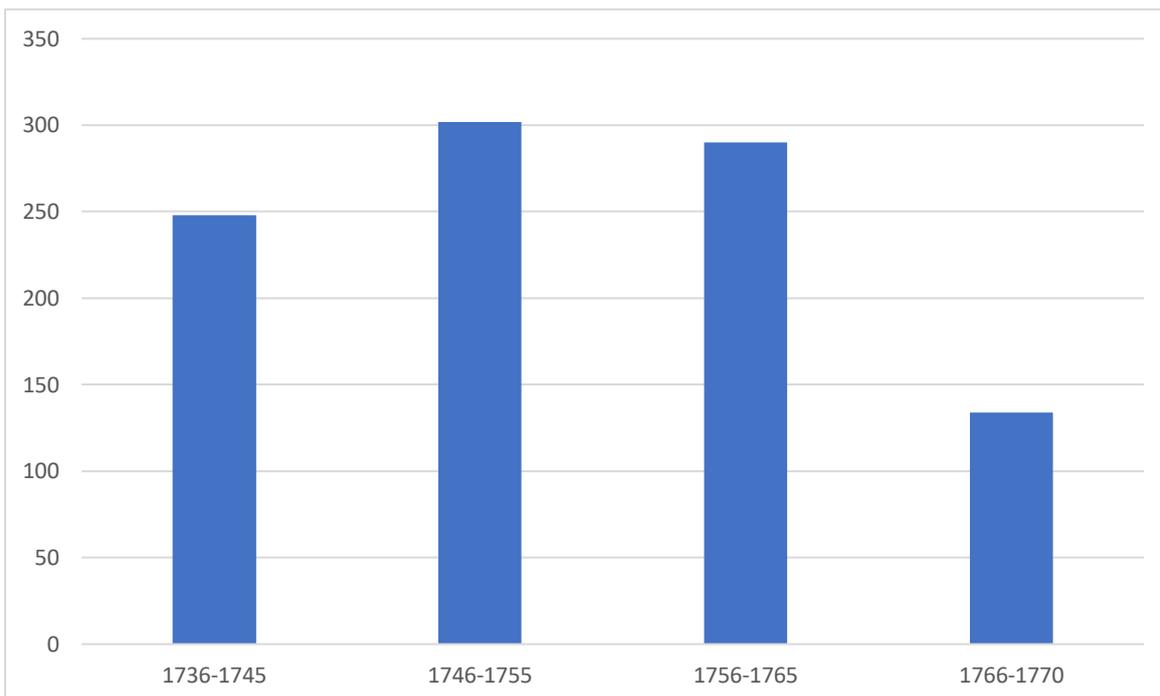
No gráfico 3.5, percebe-se, também, que houve um crescimento em relação à quantidade de Sesmarias distribuídas sem a identificação da localização – 974, enquanto no período anterior foram 278. Isso pode ser explicado a partir da associação de alguns fatores: a preocupação da Coroa em tornar o território ocupado de forma legítima, além da necessidade de procura por novas fontes minerais e a necessidade do aumento de gêneros agrícolas para o abastecimento do mercado interno. Cruzando os dados dos gráficos 3.2 com 3.3, as décadas em que houve maior distribuição de Sesmarias foram exatamente aquelas em que houve um *boom* na produção aurífera.

---

<sup>251</sup> CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais ...* p. 256/257

<sup>252</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e Pobres em Minas Gerais...* p.48

Gráfico 3.5- Distribuição de Sesmarias sem identificação de localidade (1736-1770)



Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial).

Outro ponto de destaque desse período é que, das 1005 Sesmarias distribuídas sem identificação de localidade, aproximadamente 10% (133) dos sesmeiros possuíam alguma patente.<sup>253</sup> Isso pode evidenciar que essas pessoas já ocupavam previamente a região e, possivelmente, fizeram o pedido de Sesmarias para legitimar a sua posse na região ou para ampliar o seu domínio sobre o local. Esses dados, apesar de “concretos”, precisam ser relativizados, uma vez que não se possuem as cifras completas das arrecadações de dízimos e impostos para todas as freguesias e, sendo assim, é difícil precisar os dados da produção rural para esse período.<sup>254</sup>

A quantidade de Sesmarias doadas por Comarca, ainda que sem a identificação da freguesia ou termo, é maior nas décadas iniciais desse período demonstrando a transformação gradual desse espaço. Ângelo Carrara diz que nas regiões de fronteira da Comarca do Rio das Mortes, na medida em que o século XVIII progride, observa-se um aumento no recolhimento dos dízimos, evidenciando uma ocupação do local, assim

<sup>253</sup> Nos séculos XVIII e XIX as patentes possuíam relações aos cargos militares (tenente, coronel, capitão, entre outros). Apesar de não ser um título de nobreza, era uma forma de distinção social dentro dessa “sociedade de corte”.

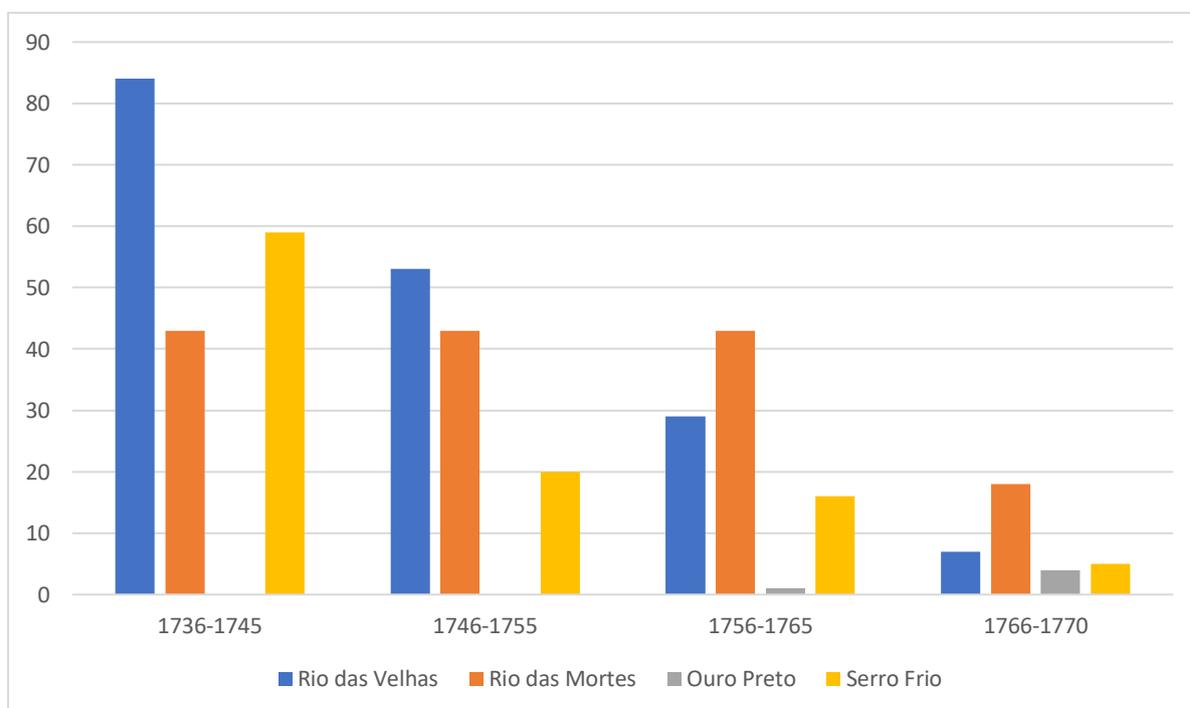
<sup>254</sup> CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais ...* p.243

como uma articulação com os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro.<sup>255</sup> No entanto, o “desocupado” nessa região ainda é muito marcante.

O que chama mais atenção nesse gráfico é a Comarca de Ouro Preto. Por concentrar os poderes políticos e religiosos da Capitania de Minas, assim como as principais vilas mineradoras, o controle sobre o local era maior. Dessa forma, o desconhecido nessa região era praticamente inexistente. A partir da década de 1770, com a decadência da mineração e a expansão da fronteira, houve um deslocamento em direção ao sudeste do território, até então “desconhecido”. Apesar da mineração ser predominante nessa região, a prática da agricultura também se fazia importante, tendo como polo a freguesia de Guarapiranga, por exemplo, dentre outros. Carla Almeida afirma que

Na região de Vila Rica, contrariamente ao declínio das unidades produtivas com a presença da mineração, o número de propriedades agropecuaristas [cresce consideravelmente entre 1750-1780] de 11,4% para 29,1% e as agrícolas de 17,1% para 29,8%. Esses dados apontam de forma contundente para o declínio da atividade mineradora na região e para a definitiva mudança do eixo principal da economia da Comarca em direção à agropecuária<sup>256</sup>.

Gráfico 3.6– Distribuição de Sesmarias sem identificação do termo ou freguesia (1735-1770)



Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial).

<sup>255</sup> CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais...*

<sup>256</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e Pobres em Minas Gerais...* p. 83

A partir do cruzamento dos dados e da análise do segundo mapa da coleção de mapas 1, pode-se concluir que a distribuição de Sesmarias nesse período foi a mais expressiva devido ao auge da mineração. Essa distribuição se concentrou, principalmente, na região central da Capitania, com foco nas vilas mineradoras, mas também teve uma relativa expressividade na Comarca do Rio das Mortes e do Serro Frio, com o intuito de abastecer e fortalecer o mercado interno na região. Houve também uma expansão das fronteiras em várias frentes (no Noroeste – Paracatu; no Sul – Carrancas, Aiuruoca, na Zona da Mata – Rio Pomba e no Nordeste – Araçuaí), freguesias que aliaram a questão mineradora com a agricultura de subsistência.

### 1771-1800

A partir da queda da extração aurífera, percebe-se que a dinâmica da distribuição de Sesmarias sofre uma mudança brusca. Enquanto no período anterior priorizou zona mineradora, agora o foco tornou a expansão da fronteira agrícola e das atividades agropastoris. Analisando a coleção de mapas 1, no terceiro mapa percebe-se que a maior concentração das Sesmarias distribuídas foi na região central da Comarca do Rio das Mortes, na Zona da Mata mineira, na Comarca de Ouro Preto e avançando em direção ao triângulo mineiro, na Comarca do Rio das Velhas. Somado a esses fatores, durante esse período a Inconfidência Mineira (1789) e o governo de Luís da Cunha de Meneses<sup>257</sup> tornaram com que as dinâmicas políticas e sociais em Minas Gerais um pouco conturbadas. Patrício Carneiro informa que

Na Comarca do Rio das Mortes, diferentemente, o crescimento da produção agropastoril mercantil e do comércio ao longo da segunda metade do Setecentos levou ao surgimento e à formação de um novo grupo de elites cujos interesses principais eram distintos daqueles tradicionalmente vinculados à mineração. A Comarca constituía um espaço periférico do ponto de vista do poder político na Capitania, mas, aos poucos, se tornava a área mais importante de Minas, tanto em termos econômicos quanto demográficos. [...] A atividade

---

<sup>257</sup> Renato Pinto Venâncio argumenta que Luís Cunha de Meneses foi um dos governantes de pior reputação das Minas Colonial. Luciana Campos analisa de que forma Cunha de Meneses, era representado no livro *Cartas Chilenas* de Cláudio Manoel da Costa, sendo criado um personagem chamado “Fanfarrão Minésio” que representava uma caricatura do governador. Sobre as representações desse governador como corrupto no contexto do século XVIII ver em: CAMPOS, Luciana. “Os (des)mandos do Fanfarrão: uma análise histórico-literária da administração em Minas Gerais durante o Setecentos”. *VI Jornada Setecentista*, 2005, Curitiba. 2005. p. 348-355; VENÂNCIO, Renato Pinto; SOUSA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. “Compadre Governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. v.26. nº 52. 2006. p. 273-294. ROMEIRO, Adriana. *Corrupção e Poder no Brasil – Uma História, séculos XVI a XVIII*. Belo Horizonte: Editora Autêntica. 2017

agropecuária e a condição de pouso e de entreposto comercial de alguns lugares promoveram ainda a expansão de arraiais antigos, surgidos desde a época áurea da mineração, os quais se tornaram notáveis em termos de centralidade regional a partir da segunda metade do Dezoito.<sup>258</sup>

A partir de 1770, além da Capitania já estar mais povoada do que no período anterior, há também a implantação do Alvará de 3 de março que determina que antes de se conceder qualquer Sesmarias é necessário que se apure “o estado e natureza do terreno, ou terras que se estenderem e finalmente ajuste o que se opõe”.<sup>259</sup> Houve, então maior controle por parte dos governadores e capitães-gerais em relação a esse espaço.

Ao longo dos setenta anos de análise a diversidade econômica na Capitania de Minas Gerais, promoveu um movimento constante das fronteiras, a partir uma expansão centrífuga, ou seja, uma dispersão da distribuição de Sesmarias contrário ao movimento do período anterior, que ficou concentrada na região central da Capitania. Nesse momento, essa distribuição se dirige para as regiões “desocupadas” da Comarca do Rio das Mortes e para a região da Zona da Mata mineira, localizada na Comarca de Ouro Preto (coleção de mapas 1, mapa 3), fato este relacionado à expansão não só das fronteiras espaciais como também da fronteira agrícola.

Segundo Ângelo Carrara, se observa um aumento considerável na produção de gêneros agrícolas nas freguesias fronteiriças da Comarca de Ouro Preto, como Barra Longa, Piranga e Furquim, fato este diretamente relacionado à expansão da fronteira agrícola.<sup>260</sup> Nesse período, são distribuídas 508 Sesmarias no termo de Mariana, sendo 15 (3%) em Barra Longa; 10 (2%) em Furquim; 124 (24%) em Piranga e 75 (15%) Rio Pomba. Considerando a mobilidade das fronteiras dentro dessa Comarca, percebe-se um deslocamento em direção ao leste, sendo que 44% das Sesmarias distribuídas localizavam-se em regiões periféricas da mesma Comarca. Foi nessa época que o governador de Minas, Dom Rodrigo José de Menezes, viaja para a região fronteiriça da Comarca de Ouro Preto (conforme discutido no capítulo 2) para conhecer os potenciais econômicos da região. Enquanto no período anterior as doações se concentravam próximas à zona mineradora, agora prioriza-se as doações nas regiões periféricas, para a produção de gêneros agrícolas.

---

<sup>258</sup> CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Do Sertão ao território das Minas e das Gerais: entradas e bandeiras, política territorial e formação espacial no período colonial*. Tese [doutorado em História]. Belo Horizonte: faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFMG, 2013. p.267

<sup>259</sup> PINTO JUNIOR Joaquim Modesto e FARIAS Valdez (ORG), *Coletânea de Legislação e Jurisprudência Agrária e Correlata*, Brasília: MDA, 2007. Vol. IIIº. p. 45-46

<sup>260</sup> CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais...* p. 210

A circulação de produtos vindos da Bahia, passando pela Comarca do Serro Frio, também é um indicador da dinamização econômica das Gerais. Apesar da pequena quantidade de Sesmarias distribuídas ao longo desse período (apenas 35), a circulação de pessoas e produtos por ali era expressiva. Segundo José Newton Meneses, pela Comarca circulavam gêneros e pessoas provenientes de várias regiões da colônia, havendo a importação de vários produtos não alimentares e agropecuários, além de tabaco vindos de Salvador pelo caminho da Bahia.<sup>261</sup> A agricultura de abastecimento interno, aliada ao comércio inter e intra Capitânicas, fez com que Minas Gerais criasse dinâmicas econômicas e sociais próprias.<sup>262</sup> Pra Maxwell,

Na década de 1780, contradiziam tudo o que o conceito de dependência colonial, então corrente entre os estadistas lisboetas, tinha por axiomático. A contradição era transitória – pois, com o tempo, predominaria uma economia agrícola que debilitaria o foco urbano do século XVIII e faria com que o poder da singular plutocracia mineira viesse a ser superado pelo dos patriarcas rurais, mais característicos do restante do Brasil. Nem mesmo o regionalismo econômico mineiro e a ânsia de autossuficiência eram representativos em toda a América portuguesa: especialmente nas Capitânicas do Norte, com a orientação exportadora de suas economias algodoeiras e açucareiras. Assim, o desenvolvimento verificado em Minas era a antítese daquilo que a mentalidade oficial de Lisboa acreditava constituir a função de uma Capitania colonial, e especialmente a de uma que por tanto tempo fora a fonte mais vital da riqueza colonial portuguesa.<sup>263</sup>

Em relação ao período anterior, houve uma queda próxima a 55% na concessão Sesmarial. Como se pode observar no gráfico 3.7, nas duas primeiras décadas desse período houve menos de 200 Sesmarias distribuídas por Comarca, predominando a Comarca do Rio das Mortes.

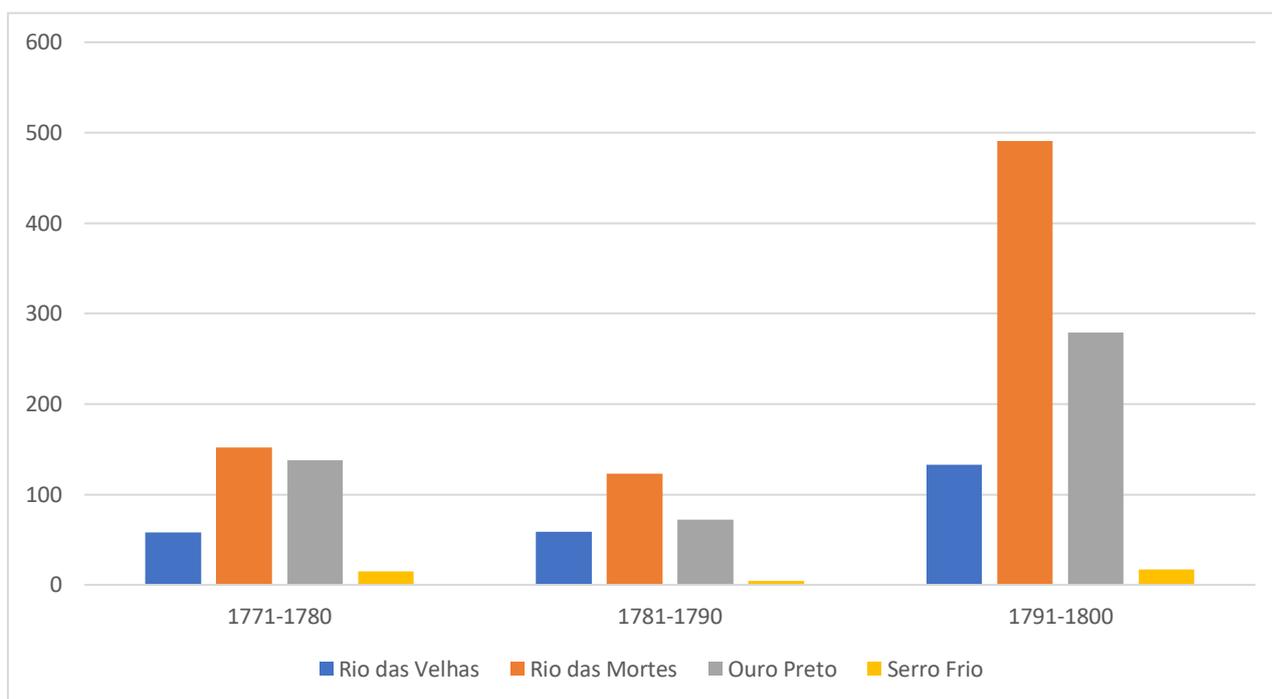
---

<sup>261</sup> MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico...* p.169/170

<sup>262</sup> Aliada a esse sistema, Celso Furtado argumenta que, a partir da década de 1770, a economia brasileira apresentava uma “constelação de sistemas” que se articulavam entre si e outros que permaneciam isolados. A articulação se dava entre o sistema açucareiro e a pecuária nordestinos, e a pecuária do Rio Grande e de São Paulo com a região de Minas. E esses dois sistemas se interligavam através do rio São Francisco, que atuava quase como uma espinha dorsal que ligava São Paulo à Bahia. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil...* p. 90

<sup>263</sup> MAXWELL, Kenneth R. *A Devassa da devassa: a Inconfidência Mineira...* p. 119

Gráfico 3.7- Distribuição de Sesmarias por Comarca/década (1771-1800)



Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial).

Durante o governo de Luís da Cunha Meneses, a situação política na Capitania ficou tensa, uma vez que o governador tentou aumentar as receitas portuguesas e a exploração do ouro e diminuir o contrabando do metal e das pedras preciosas. “Com a chegada de Cunha de Meneses essas harmoniosas e, sem dúvida, lucrativas relações entre a magistratura e os contrabandistas foram perturbadas, pois entrava em cena outro grupo de especuladores”.<sup>264</sup> Dessa forma, o foco do governo português deixa de ser a legislação da terra e sim o controle sobre a produção aurífera.

Na década de 1790, houve um aumento na quantidade de Sesmarias doadas. Contribuiu para isso a vigência do Alvará de 05 de outubro de 1795, durante o governo de D. Maria I. Composto de vinte e nove artigos, esse documento tem como objetivo tornar a ocupação do território brasileiro efetiva, criando limites para o tamanho das terras concedidas, assim como as condições necessárias para essas doações. Diz a letra da norma:

Eu a rainha, faço saber aos que esse Alvará virem: que sendo-me presentes em consulta do Conselho Ultramarino os abusos, irregularidades, e desordens, que têm grafado, estão, e vão grafando em todo o Estado do Brasil, sobre o melindroso objeto das Sesmarias, não tendo estas até agora regimento próprio, ou particular, que as

<sup>264</sup> MAXWELL, Kenneth R. *A Devassa da devassa: a Inconfidência Mineira...* p. 122

regule, quanto às suas datas, antes pelo contrário têm sido até aqui concedidas por uma sumária, e abreviada Regulação [...] resultando da falta de legislação, e de providências, por uma parte prejuízos, e gravíssimos danos aos direitos da Minha Real Coroa; e por outra parte consequências não menos danosas, e ofensivas do público benefício, e da igualdade, com que devem, e deviam ser em todo o tempo distribuídas as mesmas terras pelos seus moradores, chegando a estado tal esta irregular distribuição, que muitos destes moradores não lhes têm sido possível conseguirem as sobreditas Sesmarias, por mercê minha, ou dos governadores e capitães gerais do dito Estado, à força de objeções oposta por que sem algum direito não deveria impugná-las.<sup>265</sup>

A criação desse alvará foi uma tentativa, também, de tentar impedir a compra e venda das terras doadas pela Coroa, assim como a ocupação ilegal das terras que era prática bastante comum em toda a colônia. Segundo Márcia Maria Menendes Motta, “a administração lusa está ciente que muitas terras possuídas com o nome de Sesmarias são o resultado do processo de transmissão do patrimônio, compras e vendas de terras”,<sup>266</sup> criando essa legislação na tentativa de impedir ou retardar esse movimento. A Coroa portuguesa buscava se organizar administrativamente a partir de mecanismos para dinamizar ao máximo a exploração colonial. Foram, então, incentivadas atividades de pesquisa e informação para dinamizar a economia portuguesa, como as “viagens filosóficas” (objetivando a descoberta de novas riquezas minerais e novas culturas para se desenvolver a agricultura nas colônias lusas) e a criação da tipografia do Arco do Cego, que tentava difundir técnicas mais eficientes de produção na colônia. Buscava-se o estreitamento da exploração colonial, algo experimentado, aí sim, desde o tempo de Pombal, almejando a superação da decadência econômica. Segundo o artigo XI,

Sendo justo que cada sesmeiro não tenha mais terra de Sesmarias que aquela, que pode cultivar por si, e seus escravos, não lhes concedendo mais que uma só Sesmarias, e esta quando muito de três léguas; também o é por outra parte, que acontecendo haverem tão poderosos lavradores, que uma só Sesmarias de três léguas são insignificante terreno, para adiantarem, e argumentarem as suas culturas, maiormente quando aquela Sesmarias se verificar dentro naqueles limites, e Capitánias, em que cada uma Data não pode exceder de meia légua, de sorte que tanto em um, como em outro caso vêm a impedirem as Minhas Reais Ordens o fim, e argumento da mesma cultura, na certeza de ser, como é, proibido que cada sesmeiro possua mais de uma data, ainda que seja por Título de Herança, ou compra.<sup>267</sup>

---

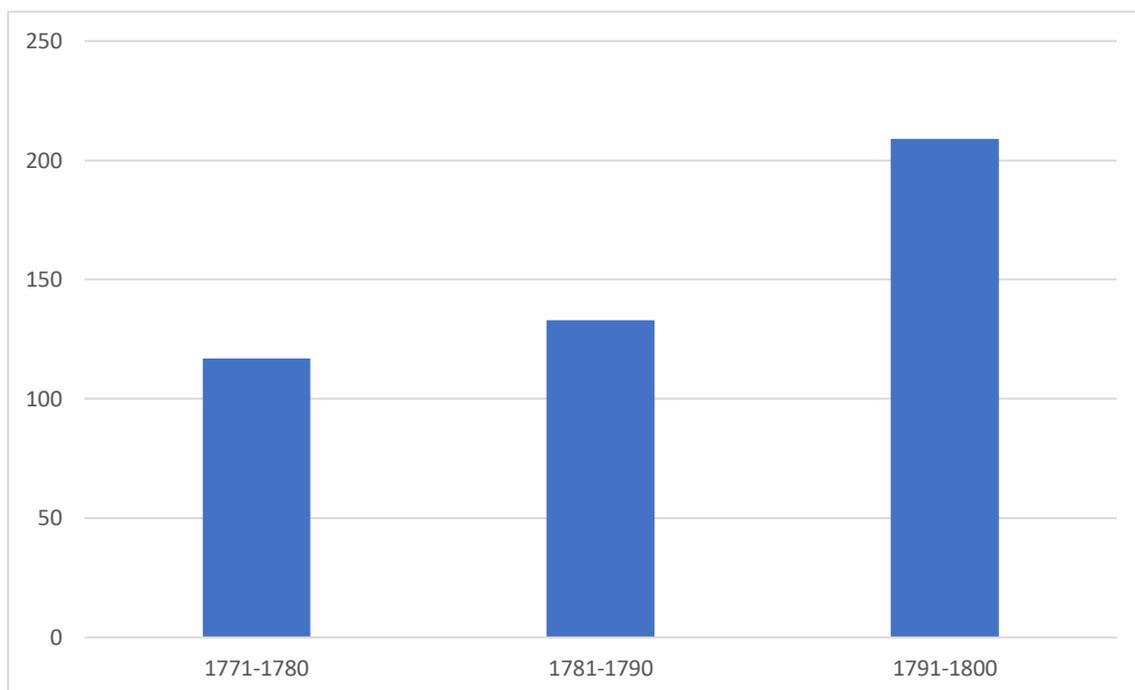
<sup>265</sup> Alvará de 5 de outubro de 1795. Disponível em < <https://arisp.files.wordpress.com/2010/02/alvara-de-5-de-outubro-de-1795-dig.pdf>>. Acesso 14 mar. 2020. p. 1

<sup>266</sup> MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito (1795-1824)*. São Paulo: Ed. Alameda. 2012. p.90

<sup>267</sup> Alvará de 5 de outubro de 1795...p. 5

Com a chegada de Dom Rodrigo de Souza Coutinho ao Conselho Ultramarino em 1797, esse alvará foi suspenso. Márcia Motta defende que essa suspensão tenha sido em virtude da criação de uma política mais consubstanciada para o Brasil, procurando “encontrar meios mais eficazes para estabelecer um projeto de regularização fundiária das colônias que não colocassem em risco os pilares constitutivos do Império que tanto defendia”.<sup>268</sup>

Gráfico 3.8- Distribuição de Sesmarias sem identificação de localidade (1771-1800)



Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial).

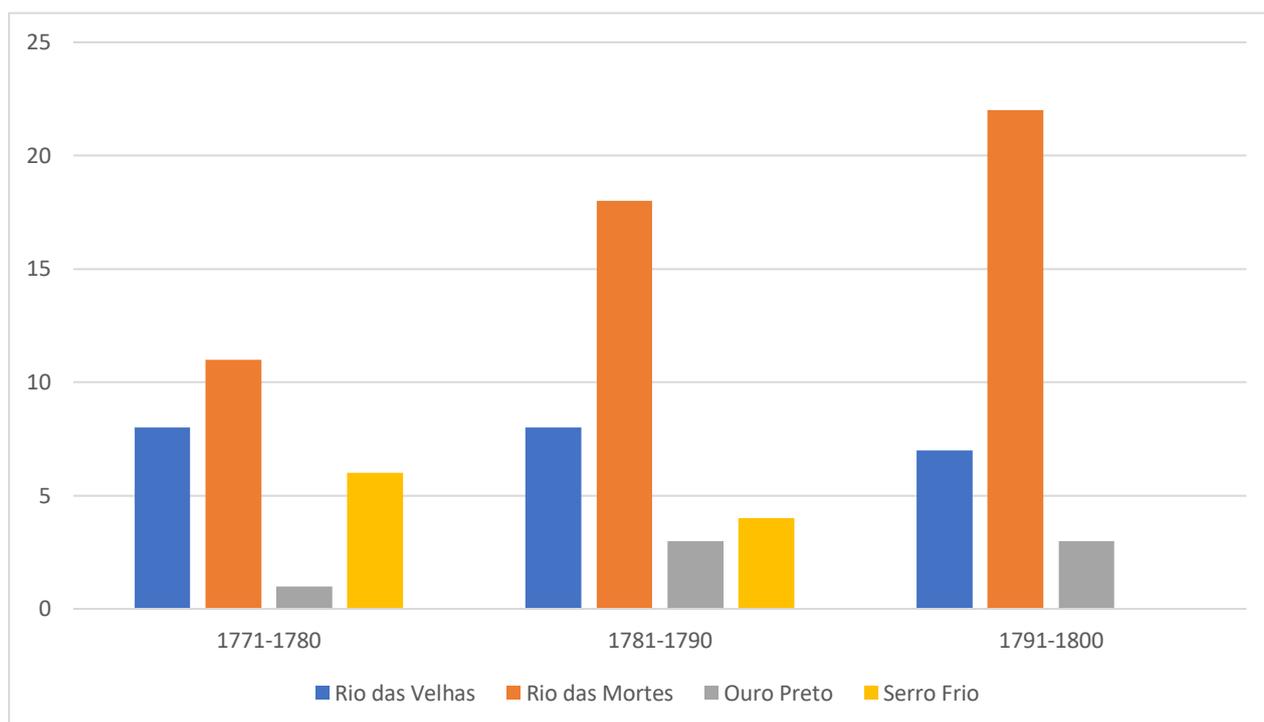
Comparando o gráfico 3.8 com o gráfico 3.5, o número de Sesmarias sem identificação de localidade reduz de 974 para 458. Esse espaço, gradualmente, vai se territorializando e as áreas desconhecidas pelos colonizadores, diminuindo. Braudel afirma que a divisão territorial nada mais é do que uma divisão social, na medida em que coloca as sociedades em dimensões variáveis, dentro de espaços e tempos definidos, sendo que dentro de cada uma dessas sociedades há ligações internas e dinâmicas próprias.<sup>269</sup> Analisando a divisão temporal estabelecida, a construção do espaço mineiro vai seguindo essas lógicas e dinâmicas próprias.

<sup>268</sup> MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Direito à terra no Brasil...* p. 100

<sup>269</sup> BRAUDEL, Fernand. *Identidade da França...* p. 58/59

Dentro desse período, nas duas primeiras décadas houve uma redução na concessão de Sesmarias, mas a partir de 1790 esse número aumentou. Comparativamente ao período anterior, a quantidade de Sesmarias sem identificação de localidade concedidas entre 1790-1800 é menor do que em todas as décadas anteriores, demonstrando a territorialização dessas regiões, havendo uma dilatação das fronteiras.

Gráfico 3.9 - Distribuição de Sesmarias sem identificação do termo ou freguesia (1771-1800)



Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial).

Cruzando dos dados do gráfico 3.9 com a coleção de mapa 1, é perceptível a mobilidade das fronteiras. Essa expansão ocorreu em direção ao sul de Minas Gerais, dentro da Comarca do Rio das Mortes, na Comarca de Ouro Preto, por sua vez, houve a expansão em direção às freguesias fronteiriças. Segundo Cláudia Fonseca,

Enquanto existissem “terras despovoadas” nos confins das circunscrições, não seria preciso estabelecer uma delimitação precisa entre estas últimas: os sertões funcionavam como fronteiras espessas, situando-se nos interstícios dos espaços povoados e controlados pelas autoridades das Comarcas e das vilas. A necessidade de se realizar demarcações precisas dos territórios só se fazia sentir quando surgiam conflitos de jurisdição, resultantes da progressiva ocupação dos sertões residuais<sup>270</sup>.

<sup>270</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei...* p. 270

Gradualmente, esse desconhecido/ “desocupado” vai sendo ressignificado, aumentando sua importância política, econômica, social e territorial dentro da Capitania de Minas Gerais. Até então, esse “vazio” foi visto como um espaço em formação entre 1700 e 1770, foi remodelado. A partir das necessidades e dinâmicas econômicas sofreu transformações, passando a ter destaque as regiões periféricas em detrimento às regiões centrais (que até então eram o foco da distribuição Sesmarial). É possível inferir que houve, não só uma preocupação em controlar o vazio, como também de se encontrar novas formas de geração de riquezas. O micro (Minas Colonial) remete a uma conjuntura maior, que é a tentativa portuguesa de se recuperar economicamente, dinamizando sua política de exploração colonial, que passava por delimitar fronteiras, abrindo novas frentes de exploração.

### 1800-1836

O último período a ser retratado representa mudanças, não só nas dinâmicas do sistema Sesmarial (coleção de mapas 1, mapa 4), como também relacionadas à política e economia em Minas e no Brasil (a vinda da família real para o Brasil, o processo de independência, o início e expansão da lavoura cafeeira na região da zona da mata mineira). Essas questões fazem com que o foco da economia mineira, além de se preocupar com o processo econômico interno, também se volte para o abastecimento da capital da colônia, o Rio de Janeiro. Diferentemente do período anterior, se vê um deslocamento da frente sesmeira da Comarca do Rio das Mortes para a Comarca de Ouro Preto, considerada uma região de fronteira aberta.

Nos vales dos rios Doce e Pomba foi um estímulo à busca de liberdade e independência para o agricultor familiar por meio da posse da terra. As características do solo e da topografia, se comparadas às das *minas*, eram favoráveis ao desenvolvimento e à implantação de atividades agropastoris e a área estava “acessível” a quem se dispusesse a devassá-la e ocupá-la. Esse espaço foi conquistado paulatinamente ao longo do princípio e do auge da exploração e se tornou uma das áreas preferidas pelo movimento migratório no declínio da mineração.<sup>271</sup>

---

<sup>271</sup> CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Do sertão ao território das Minas e das Gerais...* p. 354. Essa frente migratória também foi estudada por Mateus Rezende de Andrade em sua tese de doutorado. Nela, Mateus Andrade analisa o processo de formação territorial dos vales do Rio Doce e Piranga, assim como as dinâmicas políticas, econômicas e sociais que perpassaram por essa região, que se tornou, ao longo final dos séculos XVIII até primeira metade do século XIX, fronteira agrícola da zona mineradora, fornecendo açúcar, aguardente e gêneros alimentícios, assim como houve a presença de figuras com importante proeminência social, não só para Minas Gerais, como para o Brasil, defendendo a hipótese de que a topografia e formação espacial influenciaram diretamente na formação dessa sociedade. ANDRADE, Mateus Rezende de. *Compadrio e posse de terra: da produção do espaço às hierarquias sociais ...*

Essa região de fronteira aberta também provoca uma remodelação no espaço mineiro. As freguesias situadas nas “bordas” das Comarcas começam a possuir um padrão para sua definição em relação a localização. Até então, freguesias como Congonhas do Campo, Rio Pomba e Barbacena, que em momentos aparecem pertencentes ora a Ouro Preto, ora Rio das Mortes, agora já possuem uma definição clara. O século XIX também marca a formação de Minas Gerais como conhecemos hoje. Em 1816, o Triângulo Mineiro, até então conhecido como o Sertão da Farinha Podre e pertencente a Goiás é anexado ao território mineiro. Nas considerações de Haruf Espíndola,

A distribuição de Sesmarias foi importante fator de controle sobre os sertões intermédios [região do vale do rio Doce], propiciando a constituição das fazendas, cujos proprietários também exploram “vendas” de beira de estrada negócio de poaia. Nas três [primeiras] décadas do século XIX, a concessão de Sesmarias cresceu em zonas de floresta (Zona da Mata, Rio Doce e Jequitinhonha) e diminuiu nas demais regiões de Minas, principalmente depois que o regime jurídico das Sesmarias foi extinto pela Resolução n.76 do Príncipe Regente D. Pedro, em 1 de julho de 1822. A suspensão de todas as Sesmarias futuras até a convocação da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa foi um ato definitivo, porém não atingiu a zona do Rio Doce, onde se continuou a fazer concessões até 1836.<sup>272</sup>

No início do século XIX, a economia aurífera praticamente se esgotara e a fuga dos centros mineradores era cada vez maior. A particularidade mineira, até então, com a predominância dos núcleos urbanos, começa a ser dissolvida, tendo, agora, o campo como sua principal fonte de renda e de unidade produtiva.

Minas apresentava outra particularidade em relação, principalmente, às Capitanias do Nordeste: a predominância de pequenas e médias unidades produtivas, da diversificação da agricultura de exportação, com pequenos plantéis de escravos por unidade. De acordo com Roberto Borges Martins, a partir do início do século XIX, as atividades auxiliares à mineração ganharam destaque e o mercado interno e a diversificação econômica se intensificam.<sup>273</sup> Na segunda década do século XIX, a concessão de Sesmarias sofre um *boom* nas Comarcas de Ouro Preto e Rio das Mortes. Diferentemente do período anterior, em que o foco da distribuição no Rio das Mortes estava direcionado para as regiões próximas à Capitania de São Paulo, agora ele se

---

<sup>272</sup> ESPINDOLA, Haruf Salmen. Caminhos para o mar: a expansão dos mineiros para o Leste. In: VILLALTA, Luiz Carlos & LAGE, Maria Efigênia de Resende. (orgs.) *História de Minas Gerais: A Província de Minas*. Belo Horizonte: Autêntica. 2013. p. 67

<sup>273</sup> MARTINS, Roberto Borges; MARTINS, Maria do Carmo Salazar. As exportações de Minas Gerais no século XIX. *Seminário sobre a economia mineira*. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG. 1982

voltou para as Freguesias próximas à Capitania do Rio de Janeiro, como Barbacena (462 Sesmarias distribuídas). Robert Slenes, dialogando com Roberto Borges Martins, demonstra a importância do mercado exportador para a economia mineira. Diz Slenes:

Esse setor exportador teve um impacto sobre a economia interna. As pessoas nele envolvidas precisavam comer e provavelmente compravam pelo menos uma parte dos mantimentos. Além disso, o transporte de produtos de algodão para as regiões cafeeiras criava empregos para tropeiros, livres e escravos, que, por sua vez, estimulavam o mercado doméstico para milho, ferraduras, pregos. A produção de queijo, gado e toucinho para as áreas cafeeiras e seus centros urbanos também tinha ligações primárias e secundárias com a economia interna, aumentando a procura por mantimentos, ferragens e têxteis e estimulando o emprego de pessoas nesses setores e no transporte, o que por sua vez dava mais um incentivo ao mercado interno para produtos agrícolas e manufaturados.<sup>274</sup>

Dialogando com Roberto Borges Martins e Robert Slenes, Clotilde Paiva analisa a economia mineira ao longo do século XIX. Para a autora, a decadência da mineração aurífera afetou a dinâmica demográfica de Minas Gerais, provocando um reordenamento espacial e demográfico, tanto de pessoas livres quanto de escravos, tendo uma descentralização das Comarcas de Ouro Preto, Serro Frio e Sabará, além de uma intensa migração para o Rio das Mortes. Enquanto Roberto Martins foca na importância do mercado interno e Robert Slenes na do mercado externo, Clotilde Paiva entende que ambos foram essenciais para o pleno desenvolvimento econômico da Capitania de Minas Gerais. Segundo ela,

Os fluxos comerciais internos e externos de Minas nos sugerem a presença de um importante setor exportador, tomado aqui no seu sentido mais amplo, formado de unidades produtivas que enviam parcela considerável de sua produção para fora dos limites provinciais. Além disto, parece haver uma relação, mas não uma dependência, entre as relações comerciais intra e inter-regionais, que variavam no mesmo sentido. Quanto mais fortes os vínculos com o mercado externo mais intensas eram as relações comerciais internas.<sup>275</sup>

Endossando essa questão da importância do mercado interno para o desenvolvimento econômico de Minas Gerais no século XIX, Douglas Libby afirma que

O grande sustentáculo da economia mineira no século XIX foi a agricultura mercantil de subsistência, ou seja, a produção de alimentos básicos destinados ora ao autoconsumo, ora ao mercado interno, dentro e fora da província. É difícil determinar em que grau as várias

---

<sup>274</sup> SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*. vol. 18 nº 3. São Paulo. Set/Dez 1988. p. 460. Esse artigo faz parte de uma discussão historiográfica entre Robert Slenes e Roberto Borges Martins, na qual os autores discordam em relação à economia de exportação e ao mercado interno mineiro.

<sup>275</sup> PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX...*p.113

camadas da população participavam da mercantilização de excedentes, mas é de se supor que os agricultores sem escravos dela participassem apenas ocasionalmente. Enquanto isso, fazendeiros senhores de escravos nela se inseriam regularmente. [...] São os componentes da indústria mineira do século XIX, indústria essa entendida na sua acepção mais ampla, isto é, como um conjunto de atividades produtivas visando à transformação de matérias primas em artigos acabados [fios, panos, oficinas artesanais, manufaturas, até de verdadeiras fábricas de ouro e tecidos]<sup>276</sup>.

A reordenação econômica e demográfica, proporcionou um redimensionamento espacial. Analisando a coleção de mapas 1, juntamente ao gráfico 3.10, houve uma mudança no padrão de distribuição de Sesmarias em relação ao período anterior. Enquanto entre 1771-1800 há uma retração na quantidade de Sesmarias distribuídas e uma dispersão espacial dentro da Comarca do Rio das Mortes, entre 1801-1836 há uma concentração próxima às áreas periféricas das Comarcas de Ouro Preto (freguesias do Pomba, Piranga, Furquim e Rio Casca) e do Rio das Mortes (Barbacena). É importante frisar que Barbacena localiza-se na fronteira entre essas duas Comarcas citadas anteriormente, e por isso dizemos que se encontra na periferia, pois, se analisarmos espacialmente, ela não está muito próxima das fronteiras mineiras quanto as freguesias citadas anteriormente.

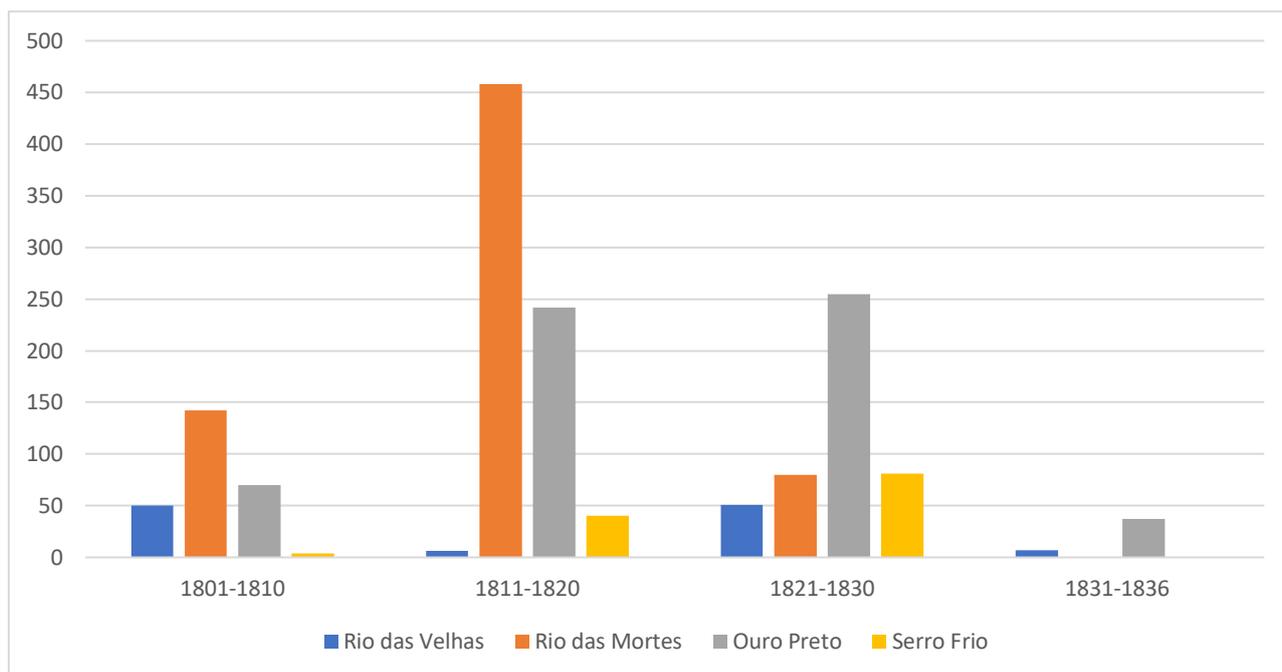
Cruzando os dados da coleção de mapas 1 e do gráfico 3.10, das 680 Sesmarias distribuídas ao longo desses 35 anos na Comarca do Rio das Mortes, 68% foram em Barbacena. Na Comarca de Ouro Preto, das 604 Sesmarias doadas, 26% foram em Rio Casca, 43% estão localizadas em Rio Pomba e 14% foram em Piranga. Novamente, percebe-se o espaço se movimentou de acordo com as necessidades socioeconômicas regionais. Na primeira década do século XIX, a quantidade de Sesmarias doadas é menor compara às décadas de 1810 e 1820. Segundo Márcia Maria Motta, isso ocorre devido a busca por terras livres ou da busca por terras devolutas. No entanto, a ocupação ilegal e os intensos conflitos com os indígenas atrasam esse processo.<sup>277</sup>

---

<sup>276</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1988. p.14

<sup>277</sup> MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Direito à terra no Brasil*. p.166.

Gráfico 3.10- Distribuição de Sesmarias por Comarca/década (1801-1836)



Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial).

Analisando, especificamente a economia em cada uma das Comarcas durante esse período, Clotilde Paiva afirma que a região da Comarca do Rio das Mortes atuava como importante região de entreposto comercial, fazendo a ligação entre os mercados mineiro e do Rio de Janeiro, exportando gêneros de abastecimento e articulando os mercados internos e regional.

Na chamada região “mineradora Central Oeste” estavam localizados os centros urbanos mais importantes (Ouro Preto e Mariana), havendo um bom número de casas de negócios e artesãos. Na região da Zona da Mata, predominavam as vendas situadas ao longo dos caminhos, voltadas para o abastecimento das inúmeras tropas que passavam pelo local. Estas vendas estavam vinculadas a ranchos responsáveis pelo fornecimento de alimentos. O café se encontra na região limítrofe entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais. As fronteiras nessa região eram extremamente fluidas, não havendo um consenso sobre onde terminava uma Capitania e começava outra. Xavier da Veiga, já em 1889, afirmava que

Durante muitos anos continuou tranquila e respeitada a posse e domínio do governo mineiro nessa região limítrofe, exercitando ele livremente sua plena ação administrativa, concedendo Cartas de Sesmarias, etc., mas em 1833 começaram os conflitos de jurisdição entre as autoridades mineiras e fluminenses, podendo se assinalar esse ano como o início da fase [ilegível] da província do Rio de Janeiro em

território de Minas Gerais. Surgiram esses conflitos entre as autoridades da Aldeia da Pedra (Cantagalo) e do distrito de Santa Rita da Meia Pataca (hoje Cataguazes) em razão de dúvidas e incertezas quanto aos limites das duas Províncias. Questões semelhantes foram sucessivamente aparecendo: entre as câmaras da cidade de Campos dos Goitacazes e da vila, hoje cidade do Pomba (1836); entre os juízes de paz da Aldeia da Pedra e do Distrito de Feijão Cru (atual Leopoldina) e outras sucessivamente, até 1842, coincidindo nelas, nos últimos anos, com repetidas desordens ocorridas na região conflitante das Províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, mal povoadas nessa época e, pela distância e falta de boas vias de comunicação, muito afastadas da ação governativa.<sup>278</sup>

Houve uma expansão das fronteiras em direção aos limites externos das Comarcas, endossando também a tese de que a ocupação de Minas Gerais ocorreu de forma centrífuga. A distribuição de Sesmarias nessas regiões periféricas ocorria também para pessoas provenientes de outras Capitânicas. Em 1812, Izidoro Manoel Francisco Ferrugento, proveniente da Capitania do Rio de Janeiro faz o seguinte pedido:

Diz Izidoro Manoel Francisco Ferrugento morador da cidade do Rio de Janeiro que achando se terras devolutas na nova Estrada que se abriu pelas margens do Rio do Pomba em direção ao Campos dos Goitacazes deseja o suplicante possuir nela uma Sesmarias de meia légua em quadra na forma das Reais Ordens e por tanto requer a Vossa Excelência se digne conceder-lha no Ribeirão do Santo Antônio.<sup>279</sup>

Izidoro Manoel Francisco Ferrugento era um comerciante português que vivia no Rio de Janeiro. Em sua obra, Manolo Florentino e João Fragoso demonstram que no comércio colonial se sobressaíam o comércio externo e as trocas para o interior, possuindo uma grande diversificação de investimentos.<sup>280</sup> Assim como Izidoro Manoel Ferrugento, o Alferes João Pereira Manoel, comerciante, dono de lojas de fazendas secas, dono de 17 escravos, morador da vila de São João del-Rei, em 1818 recebe uma Sesmarias no Sertão da Paraíba, aquém da serra Bonita, no caminho para Canta Galo, pertencente ao termo de Barbacena.<sup>281</sup> Dialogando com João Fragoso, em Minas e no Brasil durante esse período,

a estrutura econômica diferenciada, presente na sociedade colonial, combinada ao caráter não-capitalista de suas relações de produção, se traduzia em um mercado restrito, com as suas práticas monopolistas, especulativas e usuárias. Mais do que isso, vimos que esse mercado

---

<sup>278</sup> VEIGA, J. P. Xavier da. Minas Gerais e Rio de Janeiro (Questão dos Limites): relatório apresentado ao governo mineiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. 1889 p.3363

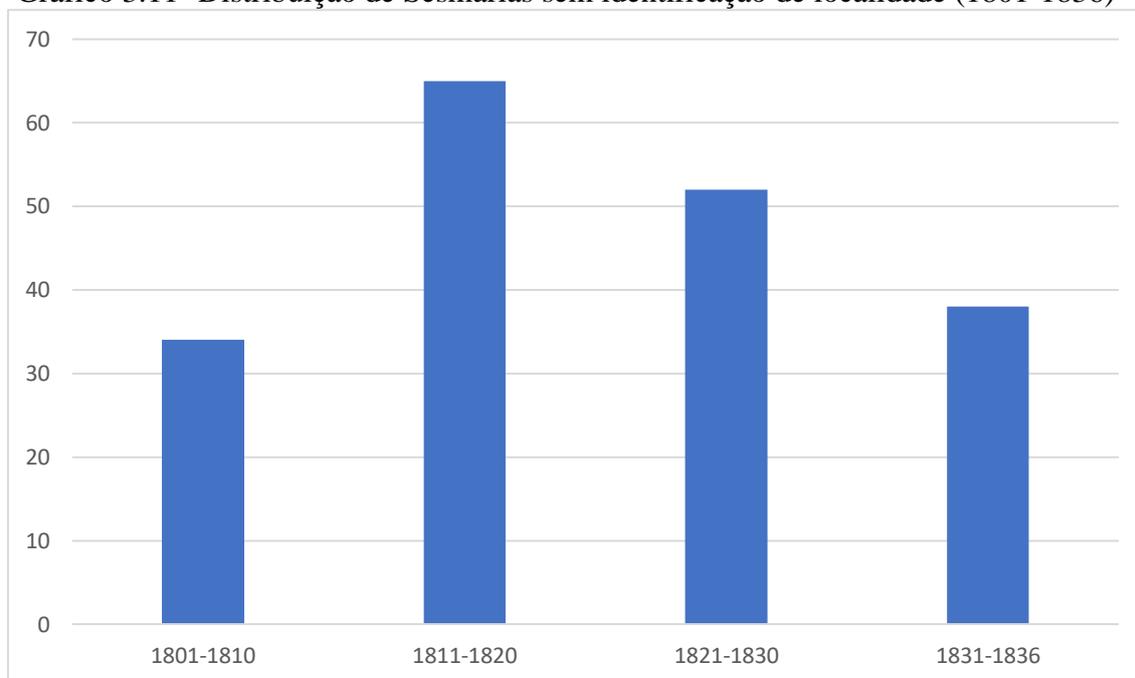
<sup>279</sup> APM, CC, Caixa 43, Rolo 513, Planilha 30213, Item 3.

<sup>280</sup> FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001. p.193

<sup>281</sup> APM, SC, Códice 377, pág. 42

comportava uma pirâmide mercantil. Em sua base, localizamos uma multidão de “pequenos e médios” mercadores, majoritários numericamente, mas com limitado raio de alcance mercantil, sendo a sua atuação marcada pela ocasião conjuntural. [...] No topo dessa pirâmide mercantil encontramos uma elite de negociantes, reduzida numericamente, mas que controla setores-chave do mercado colonial<sup>282</sup>.

Gráfico 3.11- Distribuição de Sesmarias sem identificação de localidade (1801-1836)



Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial).

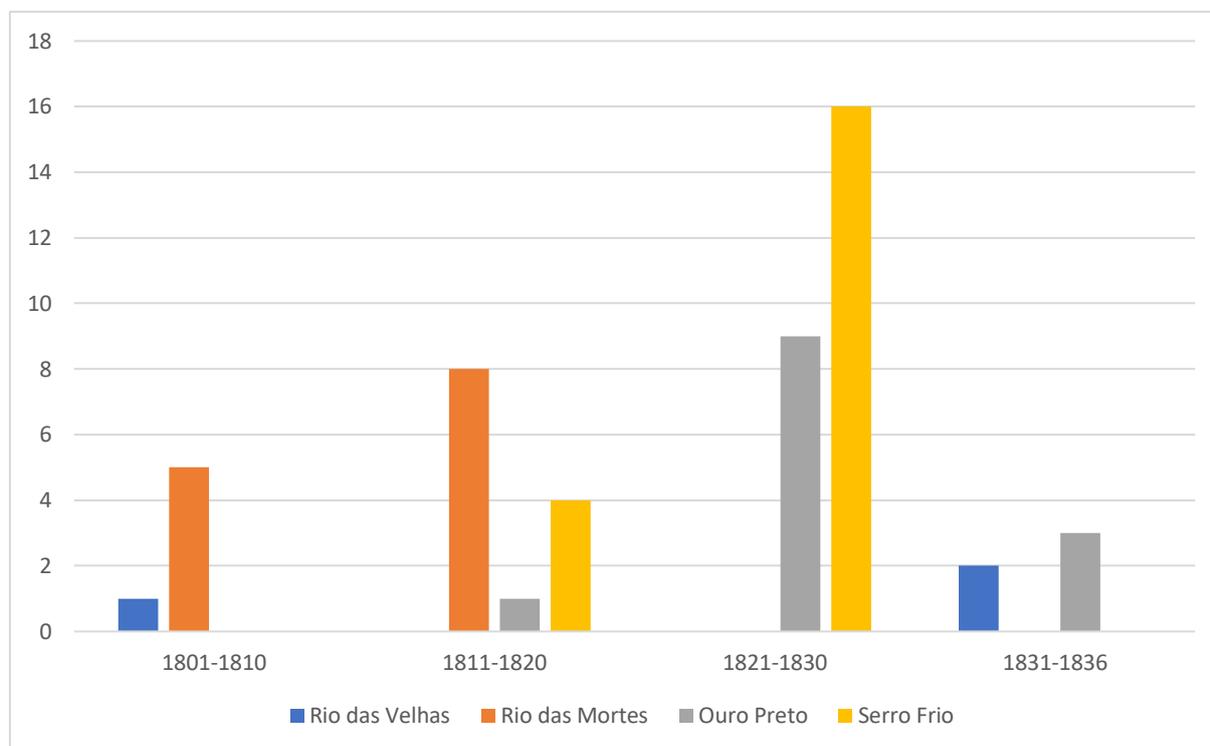
A reordenação espacial e a mobilidade das fronteiras, evidenciando inequivocamente um espaço em constante movimento, a partir da análise do gráfico 3.11, demonstra que houve grande redução da quantidade de Sesmarias doadas sem identificação de localidade (189). O maior período em que isso aconteceu foi na década de 1811-1820, concomitantemente à maior distribuição de Sesmarias do período, conforme observado no gráfico 3.7. Isso pode levar a crer que a região do desconhecido, do “desocupado”, no sertão da região da Zona da Mata, está cada vez territorializado, com o intuito de abastecer não só as demais regiões da Capitania, como também da Corte, após a chegada da família real em 1808. Para Márcia Motta,

O processo de territorialização da Coroa significou encontrar mecanismos para reordenar o território, contrariar interesses para salvaguardar o seu poder, como instância que podia referendar as normas jurídicas determinantes da propriedade. Isso abria brechas para novas tensões e expectativas de direito então sublimados. [...] Se, por

<sup>282</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. rev.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 2ª ed. p. 241

um lado, havia todo um conjunto de procedimentos da Corte portuguesa para reinaugurar o controle sobre a concessão de terras, por outro, isso não significava afirmar que todos os sesmeiros estivessem dispostos a seguir tais procedimentos.<sup>283</sup>

Gráfico 3.12 - Distribuição de Sesmarias sem identificação do termo ou freguesia (1801-1836)



Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial).

Contrapondo esse movimento em direção à fronteira da Capitania do Rio de Janeiro, a análise do gráfico 3.12 evidencia que as Comarcas do Serro Frio e do Rio das Mortes tiveram destaque na concessão de Sesmarias sem identificação do termo ou freguesia. É importante frisar que, durante o século XIX, a Capitania de Minas Gerais era a mais populosa do Brasil, contendo algumas das principais vilas da região Sul (considerando a divisão regional da época) e que graças à sua localização geográfica, situada entre São Paulo e Bahia, sendo recortada por várias estradas e caminhos, o território mineiro já se encontrava bastante ocupado durante esse período. Isso explica a diminuição da quantidade de Sesmarias sem localização de termo/freguesia. No entanto, entre 1801-1820, a região do Rio das Mortes ganha destaque devido ao avanço da fronteira em direção à região sudoeste de Minas, na região próxima à divisa com São

<sup>283</sup> MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Direito à terra no Brasil...*p. 242

Paulo (onde hoje se localiza Ouro Fino, Caldas, Jacuí). Entre 1821-1830, a Comarca de Ouro Preto ganha destaque, exatamente pelo que foi discutido anteriormente, no caso, a expansão da fronteira em direção à Zona da Mata, próximo ao Rio de Janeiro, para o plantio do café e de culturas de abastecimento para a Corte. Em relação à Comarca do Serro Frio, por sua vez, acredita-se que tal processo tenha acontecido em virtude da expansão da pecuária próximo ao rio São Francisco. Segundo Ângelo Carrara,

As primeiras luzes do século XIX encontraram em Minas Gerais uma pecuária já secular e para a qual o rio São Francisco havia se consolidado como rota de comércio entre os diferentes sertões brasileiros. [...] Essa a razão pela qual a história da pecuária no norte de Minas a margem esquerda do São Francisco, faz parte da de uma área muito maior, que ao longo do século XIX tinha Juazeiro como empório do sertão do São Francisco e cuja zona de influência comercial estendia-se de Januária (MG) a Cabopó (PE)<sup>284</sup>.

Conforme observado na coleção de mapas 1 (mapa 4), nos gráficos e na discussão apresentada, o início do século XIX, a questão Sesmarial, apresentou uma particularidade em relação aos demais períodos, que foi a existência de uma concentração na dispersão espacial em direção à Capitania do Rio de Janeiro. Como uma onda que se desloca em direção ao litoral, percebe-se claramente o movimento dessa fronteira para as regiões de fronteira das Comarcas de Ouro Preto e do Rio das Mortes, havendo uma intensificação na produção de gêneros agrícolas para o abastecimento da Corte e também a implantação da cultura cafeeira na Zona da Mata Mineira. Outro fator que explica o deslocamento em direção às regiões fronteiriças é a questão da gradativa ocupação territorial de Minas Gerais ao longo de todo o século XVIII, como foi discutido ao longo dos três períodos anteriores. Dessa forma, em 1836, temos as últimas Sesmarias doadas em Minas Gerais para Desiderio Manoel e Manoel Lourenço Dias, na Cachoeira Alta nas cabeceiras da Má Vida nas vertentes do rio Doce, pertencentes à freguesia de Barra Longa no termo de Mariana.<sup>285</sup>

#### *A caracterização por localização das Sesmarias*

No ato da concessão da benfeitoria, o governo metropolitano especificava, além da sua localização (Comarca, termo, freguesia), a caracterização por localização da Sesmarias que seria recebida. Em 1797, Domingos de Oliveira Alvares, morador do arraial de Calambau, pertencente a freguesia de Guarapiranga, solicitou uma Sesmaria à

---

<sup>284</sup> CARRARA, Ângelo Alves. A pecuária: rebanhos e distribuição geográfica. In: VILLALTA, Luiz Carlos & LAGE, Maria Efigênia de Resende. (orgs.) *História de Minas Gerais: A Província de Minas*. Belo Horizonte: Autêntica. 2013. p.317-318

<sup>285</sup> APM, SP, Códice 87, página 259v.

Coroa Portuguesa. Em seguida, recebe a resposta: “procedi à informação tendente à Sesmarias que pretende título Domingos de Oliveira Alvares, achamos serem terras pedidas *na paragem* do mato dentro na Aplicação da Capela de Santo Antônio do Calambau”.<sup>286</sup>

A compreensão da identificação das sesmarias com o local ou com a phisis de sua espacialização é fundamental para o entendimento da forma como o espaço mineiro foi ocupado. Usando a caracterização descrita dessa localização podemos entender, por exemplo, a importância da hidrografia para a ocupação da Capitania, de que forma o sertão foi sendo “criado”, ocupado e ressignificado; além da importância das paragens para a evolução espacial de Minas Gerais.

Ao fazer a transcrição do *Inventário das Cartas de Sesmarias*, foi criada uma coluna só para a caracterização por localização das Sesmarias, com o intuito de compreender de que forma o território mineiro foi sendo constituído. As Sesmarias que não eram referenciadas espacialmente, em relação à freguesia/termo ou Comarca, também não foram representadas, pois não se sabe a sua localização geográfica. No momento da representação cartográfica, as Sesmarias foram georreferenciadas conforme a freguesia a qual pertenciam, e não na localização exata de onde elas estavam. No entanto, isso não prejudica a análise dos dados, uma vez que o objetivo da tese é compreender de que forma o espaço mineiro foi se moldando e reformulando a partir das necessidades socioeconômicas do local. A referência das freguesias, portanto, serve como um guia para essa compreensão.

Conforme observado, as Sesmarias caracterizadas pela identificação dos cursos hídricos são as predominantes. Tal caracterização será analisada dentro de um contexto geral (hidrografia). Sertão e paragem receberão uma atenção especial, pois se localizavam em zonas de fronteira e “vazios” demográficos, respectivamente, e a sua expansão e retração são de grande interesse para o desenvolvimento dessa pesquisa.

---

<sup>286</sup> APM, CC, Caixa 62, Rolo 520, Planilha 30596, Item 1. Grifo meu.



## Hidrografia<sup>287</sup>

Minas Gerais é um estado que possui uma extensa rede hidrográfica, contando com a presença de grandes e importantes rios para o país (Rio São Francisco, Rio Grande, Rio Doce, Rio das Velhas, dentre outros). A água é essencial para a vida na Terra e, desde as sociedades mais antigas, o homem procura se fixar próximo aos rios, como forma não só de obter abastecimento próprio, como também para a obtenção de fonte para a irrigação de suas plantações e para consumo de seus animais. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, desde os primeiros tempos da colonização europeia, a presença de boas águas determinou a escolha de sítios para a instalação dos povoados.<sup>288</sup>

Aliado a esses fatores, os rios servem para facilitar o deslocamento humano, permitindo que percorram longas distâncias em um tempo menor que de percursos em terra, reduzindo também, assim, os esforços para deslocamento. Os cursos d'água foram fundamentais para a penetração no território mineiro, tanto na região Norte, a partir da expansão da fronteira agrícola baiana pelo rio São Francisco, como as bandeiras e monções vindas de São Paulo, penetrando pela bacia do rio Grande.

As monções representaram uma importante fonte de penetração dos paulistas pelo território mineiro. Vindos em canoas de casca de árvore ou em jangadas, os sertanistas iam, pouco a pouco, penetrando no território recoberto por matas. Sérgio Buarque de Holanda relata que o transporte fluvial em São Paulo ganhou força durante o século XVIII, e foi um sistema de comunicação regular com o centro do continente americano.<sup>289</sup>

A partir da análise da coleção de mapas 2, percebe-se que as Sesmarias de caracterizadas pela identificação dos cursos hídricos se concentraram, principalmente nas Comarcas de Ouro Preto e Rio das Mortes, próximo aos grandes núcleos mineradores. Isso ocorre em virtude, principalmente, da presença do ouro de aluvião naquela região. Dessa forma, procurava-se, além de ocupar o território, procurar fontes

---

<sup>287</sup> Ao se discutir a hidrografia, não envolve a posse de um curso d'água específico, mas as terras em torno dele. Diferentemente das datas minerais, em que o indivíduo recebia uma faixa do rio para explorar, as sesmarias, aqui denominadas hídricas são aquelas em que no pedido feito à Coroa é especificado o tipo como rio, ribeirão, córrego. Por exemplo, em 1741, José Marinho de Andrada recebeu uma sesmaria com a seguinte descrição “Um braço do ribeirão de Santo Antônio nas margens do Rio Chopoto”, na freguesia de Guarapiranga, pertencente ao termo de Mariana na Comarca de Ouro Preto (APM, SC, Códice 80, pág. 22v.) No momento da elaboração do banco de dados, essa sesmaria recebeu a tipologia “ribeirão”.

<sup>288</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras...* p. 45

<sup>289</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras...* p. 161-163

de riqueza, fixando os cruzeiros, as capelas ou as vendas nos fundos dos vales, onde se encontrava água.<sup>290</sup>

Para regularizar a posse das datas minerais descobertas, antes mesmo da distribuição das Sesmarias, em 1702, é criado o *Regimento original do superintendente, guarda-mores e mais oficiais deputados para as minas de ouro que há nos sertões do Estado do Brasil*. Esse documento é composto por trinta e dois artigos que determinam a forma de fiscalização, cobrança do quinto e da distribuição de datas minerais. Dentre esses artigos há um que especifica a questão da ocupação e posse das vias fluviais

Tem sucedido haver algumas dúvidas entre os descobridores que descobrem o rio principal e outros que descobrem alguns riachos que vêm dar no primeiro que se descobriu. Em tal caso, sendo os riachos pequenos pertencerão estes descobrimentos ao primeiro descobridor que descobriu o rio principal; porém, se os tais riachos forem grandes, posto que venham dar no rio principal já descoberto estes, então, pertencerá à pessoa que os descobrir a data que se costuma dar aos descobridores dos ditos rios.<sup>291</sup>

A partir desse excerto, percebe-se que a ocupação dos rios e riachos em Minas Gerais é algo que antecede a concessão de Sesmarias. Como já fora discutido anteriormente, a ocupação das terras em Minas ocorre de maneira independente à concessão desse benefício. No entanto, diferentemente dos posseiros e arrendatários, as datas minerais eram concedidas de forma oficial àqueles que ali encontravam o ouro.

Porém, na provisão de 24 de fevereiro de 1720, o rei de Portugal ordena “que sejam sumárias as causas das terras e águas minerais, pelo grande prejuízo que resulta de serem ordinárias e estarem, com as apelações e mais demoras, empatados os serviços de extração do ouro”.<sup>292</sup> A falta de legislação até então demonstra que as pessoas mais ricas e poderosas de Minas Gerais se apossavam dessas águas e as exploravam da forma como bem entendiam, forçando a Coroa a criar uma legislação para controlar essa exploração. Até 1731, a questão das águas em Minas foi discutida pela Coroa portuguesa. De acordo com Ângelo Carrara, em 15 de março do dito ano, o Conselho Ultramarino, determinou que

as Sesmarias a serem concedidas em terras onde houvesse minas, e nos caminhos para elas, fossem de meia légua em quadra. No sertão seriam de três léguas, ouvidas as Câmaras dos sítios que a

---

<sup>290</sup> LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A Capitania de Minas Gerais...*p.141

<sup>291</sup> *Regimento original do superintendente, guarda-mores e mais oficiais deputados para as minas de ouro que há nos sertões do Estado do Brasil*. In: *CÓDICE COSTA MATOSO; FIGUEIREDO...*p. 321

<sup>292</sup> *Coleção abreviada da legislação e das autoridades de Minas Gerais*. In: *CÓDICE COSTA MATOSO...* p.360

pertencessem. As que se dessem nas margens dos rios caudalosos que se descobrissem pelos sertões e necessitassem de barcas para se atravessarem, não seriam dadas de Sesmarias mais que de uma só margem do porto, reservada a outra ao menos meia légua para uso público.<sup>293</sup>

A partir de então, se observa um maior controle sobre a distribuição das datas minerais e das Sesmarias caracterizadas pelos cursos hídricos. A preocupação pela concessão das datas e das Sesmarias era grande, pois ali a quantidade de ouro extraído era muito grande e quanto mais rápida se legalizasse a posse da terra, mais rápida seria a cobrança do quinto e menores as chances de extravio e de sonegação de impostos.

Antônio Silva e Fernando Alves percebem a influência dos rios para a formação das principais vilas em Minas Gerais. Segundo os autores, o relevo e a hidrografia condicionaram os assentamentos urbanos, uma vez que o ouro era obtido inicialmente nos cursos d'água. Assim, a paisagem que se forma é determinada por vales cortados por vários cursos d'água, sendo que alguns córregos induziram as primeiras ocupações urbanas, sendo estas, seguindo uma linearidade desses cursos, em função da distribuição de datas e Sesmarias mineradoras.<sup>294</sup>

Considerando a outra via de penetração do território mineiro, Fernanda Borges de Moraes analisa a importância das vias fluviais do rio São Francisco para a expansão da fronteira agrícola baiana e para a ocupação do Norte de Minas. Segundo ela, as facilidades de comunicação por vias fluviais facilitavam a penetração no território mineiro, sendo fundamentais para a busca de alternativas econômicas em virtude da decadência açucareira e da concorrência antilhana no final do século XVII.<sup>295</sup>

Ângelo Carrara também analisa a importância da hidrografia na região Norte do que viria a ser a Capitania de Minas Gerais, afirmando que ao longo da estrada da Bahia, que margeava o rio São Francisco, na passagem dos séculos XVII para o XVIII, assim como os vales dos rios Verde e das Velhas foram pouco a pouco se enchendo de currais, servindo como centros de abastecimento para as vilas.<sup>296</sup>

---

<sup>293</sup> CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais...* p. 153/154.

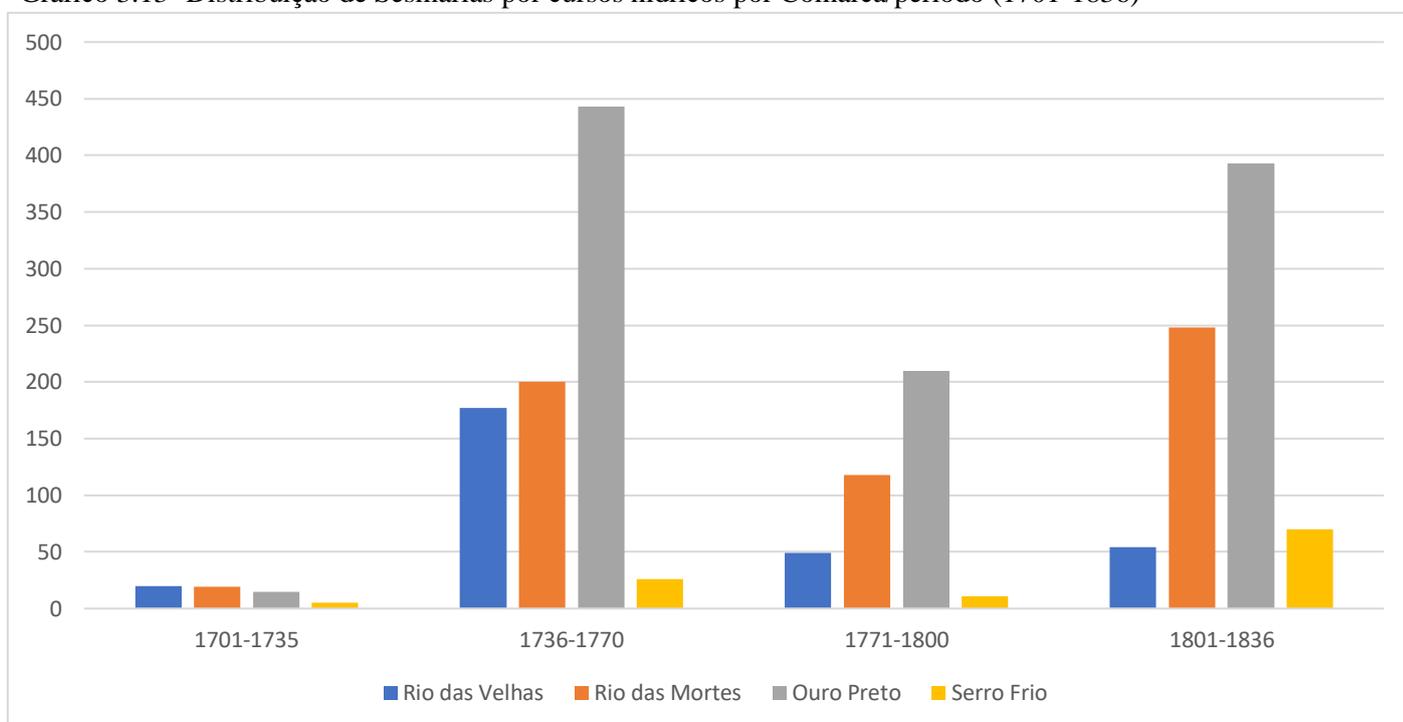
<sup>294</sup> ALVES, Fernando; SILVA, Antônio. A influência das atividades econômicas no traçado e na forma urbana de Ouro Preto. In: 4ª Conferência do PNUM. *Morfologia Urbana e os Desafios da Urbanidade* (anais). Brasília: UNB. 2015. p. 6

<sup>295</sup> MORAES, Fernanda Borges de. *De arraiais, vilas e caminhos.*

<sup>296</sup> CARRARA, Ângelo Alves. "Para além de Minas e Currais (e de Minas Gerais): ensaio de caracterização da divisão regional mineira". In: CALAES, Gilberto Dias; FERREIRA, Gilson Ezequiel. (Org.). *A estrada real e a transferência da corte portuguesa: programa RUMYS, projeto Estrada Real*. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia Mineral (CETEM/MCT)-CNPq-CYTED, 2009, p. 55

Cruzando os dados da coleção de mapas 2 com o gráfico 3.13, é possível observar como essa distribuição das Sesmarias caracterizadas pelos cursos hídricos ocorreram. A análise dos mapas evidencia que esse tipo de concessão predominou na Comarca de Ouro Preto. No entanto, ela não nos permite observar como essa distribuição ocorreu ao longo do período estudado. Para a elaboração do gráfico 3.13, foram agrupadas todas as Sesmarias caracterizadas pelos cursos hídricos por Comarca. A distinção entre rio, ribeirão e córrego se dá apenas pelo tamanho e volume do curso d'água, mas para a análise que se pretende fazer aqui, as particularidades de cada uma dessas tipologias não são relevantes. No entanto, elas foram diferenciadas nos mapas devido à frequência em que apareceram no banco de dados.

Gráfico 3.13- Distribuição de Sesmarias por cursos hídricos por Comarca/período (1701-1836)



Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial).

Para esse tipo de caracterização, a comarca de Ouro Preto se destacou em todos os períodos. Isso, pode ser explicado pelos fatores já discutidos anteriormente, como a predominância dos núcleos mineradores nessa região, onde era feita a extração do ouro nos leitos dos rios (no período entre 1736-1770), e da presença de grandes rios. Segundo Francisco Andrade, a exploração do ouro exigia que o trabalho fosse realizado nos remansos de ribeiros e cabeceiras de rios,

incluindo-se trabalhos constantes de escavação e esgotamento das águas. De todo o modo, se as disposições naturais fossem favoráveis

como nas Minas Gerais, com pequenos cursos de água seguindo os declives dos morros, os serviços minerais no cascalho dos ribeiros e dos vales não obrigavam a lavagens custosas, relativamente ao ouro extraído.<sup>297</sup>

A expansão da fronteira ocorre em direção à zona da mata mineira nas bacias do rio Piranga e rio Doce em direção à Capitania/Província do Rio de Janeiro (entre 1771-1836). Segundo Mateus Andrade, essas bacias hidrográficas cumpriram a vocação do Termo de Mariana em voltar-se para o leste,<sup>298</sup> fazendo com que as fronteiras se tornassem cada vez mais dilatadas. Endossando Ângelo Carrara que argumenta que,

Os marianenses ao longo do século XVIII seguiram a direção de seus rios: para além do ribeirão do Carmo, o Piranga e o Pomba, rio pelo qual, nos princípios do século XIX, Mariana comunicava-se regularmente com a vila de Campos, na Capitania do Rio de Janeiro. Por isto, diferentemente do que ocorreria com a Vila Rica do Ouro Preto, enclausurada entre as serras da Moeda e os contrafortes ocidentais do Espinhaço, desde o princípio as personalidades geográficas e históricas do que viria a ser o termo de Mariana constituíram-se heterogêneas e complexas. Da identidade do vasto termo participavam traços de duas personalidades históricas distintas, mas não antagônicas: uma, mineradora, matriz e zelosa de suas tradições; outra, lavradia de fronteira, e por isso mesmo, sempre jovem.<sup>299</sup>

Percebe-se assim, que as Sesmarias caracterizadas por cursos hídricos foram um fator primordial para a formação e a remodelação do espaço mineiro. Inicialmente utilizadas para a extração do ouro, elas foram gradativamente se expandindo em direção à Capitania do Rio de Janeiro, fazendo com que esse espaço até então “desocupado” e “desconhecido” fosse, gradualmente, sendo ressignificado.

Assim como observado nos períodos até aqui analisados, as Sesmarias caracterizadas por cursos hídricos seguiram a tendência da distribuição centrífuga, sendo predominantes na primeira metade do século XVIII na região central de Minas Gerais e, a partir da segunda metade deste século, se deslocando para fora desse centro, mais uma vez corroborando com a hipótese de que o espaço se remodela de acordo com as necessidades socioeconômicas da região.

### Sertão

As fronteiras são divisões simbólicas que separam dois elementos distintos. Elas atuam como uma barreira natural, podendo ter características físicas (um rio, uma

---

<sup>297</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo. *A invenção das Minas Gerais...* p. 294

<sup>298</sup> ANDRADE, Mateus Rezende de. *Compadrio e posse da terra...* p. 78

<sup>299</sup> CARRARA, Ângelo Alves. “Para além de Minas e Currais (e de Minas Gerais...)p. 52/53.

montanha, um muro, por exemplo), ou ainda tem algum tipo de barreira psicológica, ou seja, uma linha invisível dentro desse espaço analisado. Estas, no entanto, são extremamente móveis e maleáveis. E pensando na mobilidade e maleabilidade das fronteiras que se inicia a discussão sobre o sertão. De acordo com Diogo de Vasconcelos,

Penetrando nos sertões ignotos, os aventureiros iam denominando os principais sítios do caminho, e com isto os roteiros ficavam traçados de maneira a guiarem os subsequentes invasores. A primeira [zona] corria da Mantiqueira à Serra da Borda do Campo, conhecido país dos cataguás, bacia do Rio Grande, coberta de campos e matos alternados: a segunda era a região dos campos, e corria das serras da Borda à Itatiaia, vasto côncavo de um lago mediterrâneo extinto, vendo-se ainda o vestígio das ilhas e golfos. Coberta de campos, com pequenas falhas de mato enfezado, era a zona mais bela, a que chamavam das Congonhas, nome que passou à erva, de que faziam os antigos a potagem (*luxemburgia poliandria*). A terceira zona finalmente era a do sertão do Caeté, matos sem mistura alguma de campo. Era o país das serranias impenetráveis, dos rios enormes, das riquezas minerais, das feras e dos monstros.<sup>300</sup>

Até o “descobrimento” das Minas Gerais, a região era tida pelo elemento colonizador como o desconhecido, um vazio. Nas primeiras Cartas de Sesmarias, há detalhamentos sobre o local onde fora doada, mas sem a especificação da freguesia, do termo e da Comarca. Em 1710, por exemplo, Feliz Sanches Barreto recebeu uma Sesmarias no ribeirão Iquiriri,<sup>301</sup> não apresentando mais informações sobre a localização desse ribeirão. Essas lacunas nos levam a crer que esse espaço ainda não está, naquele momento, sendo controlado pela Coroa e nem possui relevâncias para o seu contexto político e econômico, sinalizando a fronteira aberta, o que foi predominante durante a história colonial das Gerais.

A partir de 1711, começam a ser distribuídas Sesmarias com as caracterizações “sertão”. A partir de então, há uma ressignificação desse espaço que, mesmo “desocupado”, há uma tentativa crescente de controle por parte do processo de colonização, demonstrando uma mudança de interesses sobre a região.

Conforme observado na coleção de mapas 2, a caracterização por localização no sertão, diferentemente das Sesmarias características dos cursos hídricos, não se concentra em uma região específica. Está dispersa ao longo do território mineiro. No total, foram distribuídas 525 Sesmarias nos sertões, sendo 55 sem referências de

---

<sup>300</sup> VASCONCELOS, Diogo Luiz de Almeida Pereira de. *História Antiga das Minas Gerais...*p. 17/18

<sup>301</sup> APM, SC. Códice 07; pág. 27v.

localização. Antes de se iniciar as discussões sobre as Sesmarias nos sertões, é preciso entender esse conceito.

De acordo com o *Dicionário Histórico do Português do Brasil*, sertão é o “lugar distante de povoações ou de terrenos cultivados, no interior do continente ou da costa”,<sup>302</sup> sendo o termo documentado pela primeira vez em 1530 no diário de navegações de Pêro Lopes de Souza. Esse dicionário classifica o sertanista como aquele “que se embrenha pelo sertão para conhecer, descobrir espaços, animais, plantas e locais; chefe de bandeira”.<sup>303</sup> Pode-se dizer, então, que os primeiros desbravadores que vieram a Minas para explorar o território eram sertanistas, assim como os pecuaristas que, gradativamente, adentravam o território do norte de Minas para a criação de gado, expandindo os limites da Capitania da Bahia. Esses sertões começaram a ser desbravados desde o final do século XVII com as bandeiras provenientes de São Paulo.

Antônio Rodrigues Arzão, natural de Taubaté em São Paulo atesta de 50 homens penetrou nos sertões de Minas em busca de ouro, e foi dar à Casa da Casca aldeia sobre a margem do alto rio Doce e pertencente àquela província, único povoado nestes lugares; e atravessando as matas da Serra Geral e as da Capitania do Espírito Santo.<sup>304</sup>

Analisando os dicionários históricos e os mais recentes temos uma convergência em relação ao termo. De acordo com o dicionário de Raphael de Bluteau (1728), sertão é “a região apartada do mar, e por todas as partes, metida entre terras; lugar em que faz maior calma”.<sup>305</sup> Assim como Bluteau, o Dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto (1832) define o sertão como “o interior das terras. Mato distante da costa marítima; o lugar onde [a calma] é mais intensa”.<sup>306</sup> No *Diccionario da lingua portugueza* de Antônio Moraes e Silva (1789) tem-se que é “o interior, o coração das terras, opõem-se ao marítimo e a costa”.<sup>307</sup> O dicionário *Aurélio* define sertão como “lugar agreste afastado dos pontos cultivados; floresta longe da costa; interior do país; zona do interior

---

<sup>302</sup> BIDERMAN, Maria Tereza Camargo; MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo (org). *Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII*. vol 17. p.78.

<sup>303</sup> BIDERMAN, Maria Tereza Camargo; MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo (org). *Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII*. p. 75.

<sup>304</sup> RUBIM, Braz da Costa. Memória sobre os limites da Província do Espírito Santo: 1800. In: LIMA JÚNIOR, Augusto de Lima. Memória Histórica e documentada sobre a questão de limites entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. 1904. p.10.

<sup>305</sup> BLUTEAU, Rafael; SILVA, Antônio de Morais. *Diccionario da lingua portuguesa*. Vol. 7. p.613

<sup>306</sup> PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira*.... Acesso 21 mar.2020.

<sup>307</sup> SILVA, Antônio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em < <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2/>>. Acesso 21 mar. 2020. p.693.

mais seca que a caatinga”.<sup>308</sup> E por fim, o dicionário Michaelis apresenta sertão definindo “região do interior, com povoação escassa e longe dos núcleos urbanos, onde a pecuária se sobrepõe às atividades agrícolas; interior do país; terreno coberto de mato, afastado da costa; região de vegetação esparsa e solo arenoso”.<sup>309</sup> As definições possuem como denominador comum o fato do sertão ser uma região afastada da costa, no interior do país. No entanto, é preciso observar que o sertão também pode ser considerado o espaço em que há um vazio demográfico, local a ser explorado.

Durante o período analisado (1701-1836), observa-se que o sertão mineiro era vasto. De acordo com Cláudia Damasceno Fonseca, esse termo que “designa o interior desconhecido, selvagem e mítico da colônia, pode ser considerado um dado preexistente à colonização, ou ainda como o negativo do processo de povoamento e urbanização”.<sup>310</sup> No entanto, devido a este espaço estar em constante transformação e as fronteiras em constante movimento, esse sertão está, ao longo do referido período, se transformando. Como quer Fonseca,

Em Minas Gerais, foi a descoberta do ouro, no final do século XVII, que desencadeou a marcha da civilização e da territorialização dos sertões: em poucos anos, este espaço imenso, até então percorrido quase exclusivamente por índios de diversas “nações”, foi profundamente transformado pela chegada de uma população numerosa e bastante heterogênea, e pela organização político-territorial que o poder metropolitano impôs à sua nova conquista.<sup>311</sup>

Sérgio Buarque de Holanda argumenta sobre a importância do conhecimento do local para o seu desbravamento, sendo possível graças à ajuda dos indígenas. Para o autor, a penetração só nos sertões se tornaria possível, mediante o conhecimento sobre os locais onde se encontrar água potável pois, sem ela, essas expedições seriam impraticáveis.<sup>312</sup>

Com o descobrimento do ouro e das pedras preciosas, houve migração em massa para a região. Inicialmente fascinados pela ideia do rápido enriquecimento, essas pessoas foram se fixando próximas aos núcleos mineradores. A economia mineira era diversificada, tendo a agricultura de abastecimento interno como uma atividade concomitante. Segundo José Newton Meneses, na segunda metade do século XVIII

---

<sup>308</sup> HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/aurelio/>>. Acesso 21 mar.2020

<sup>309</sup> *Dicionário Michaelis On-Line*. Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=sert%C3%A3o>>. Acesso 21 mar.2020

<sup>310</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas del' Rei...* p. 51

<sup>311</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas del' Rei...* p. 57

<sup>312</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras...*

houve uma expansão acentuada da fronteira interna. Assim, o mundo rural, até certo ponto estabilizado, que buscava sua base na estrutura familiar, se enraizava no solo das Minas Gerais.<sup>313</sup> Esse enraizamento e expansão da fronteira interna ocorreu ao longo dos sertões mineiros.

Aproximadamente 7% das Sesmarias doadas receberam essa caracterização. Pode ser uma quantidade baixa considerando as caracterizadas pelos cursos hídricos e as localizadas nas paragens. No entanto, é importante perceber como essa denominação vai sendo alterada com o tempo e como as fronteiras do sertão vão se expandindo a partir da ocupação das Gerais. Analisando a coleção de mapas 3, percebe-se como a fronteira do sertão vai se expandindo e se remodelando de acordo com os períodos analisados. Para Patrício Carneiro,

O sertão era definido por duas oposições: aquilo que ele não era e o que ele deveria vir a ser. Imaginado como lugar de possibilidades, de novas conquistas, do avanço da fronteira e da ação colonizadora, estava potencialmente sujeito à incorporação na ótica das autoridades coloniais. Desenhado na cartografia da época, integrava o espaço metropolitano, contudo, estava dominado pela natureza, ou seja, não efetivamente territorializado pelos agentes coloniais por meio do povoamento e da exploração da economia mercantil, mas submetido a uma mera jurisdição formal.<sup>314</sup>

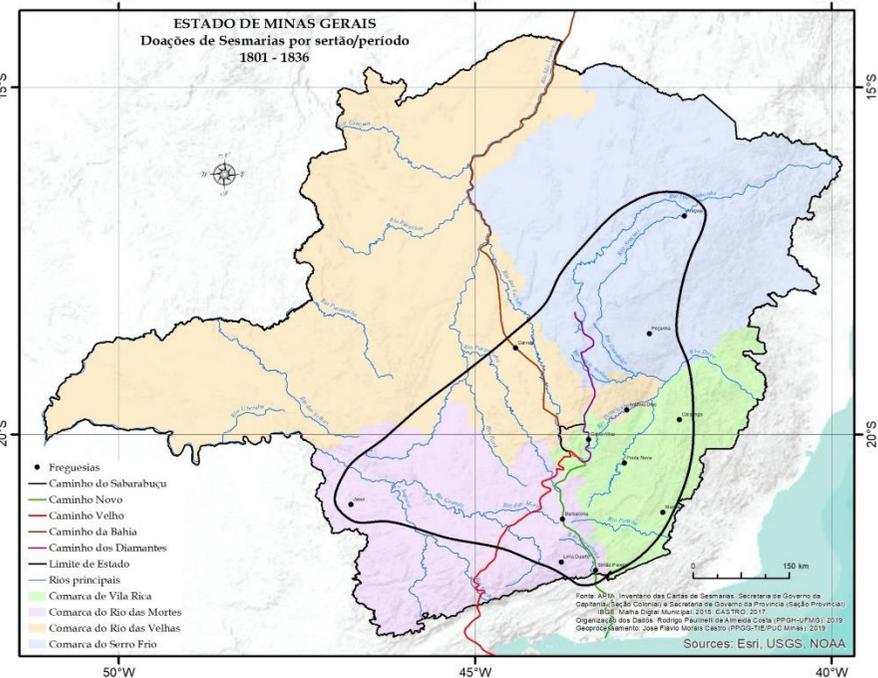
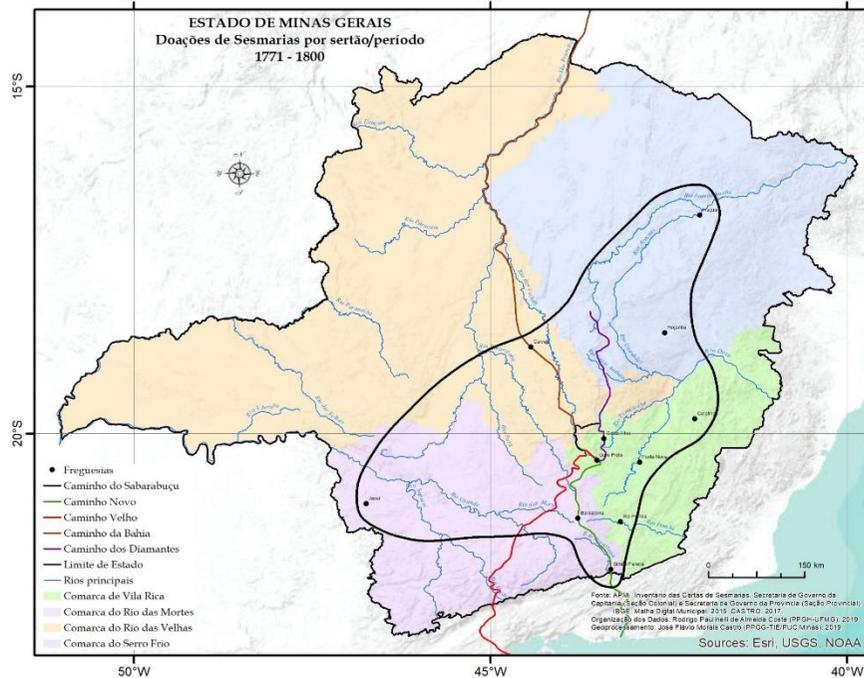
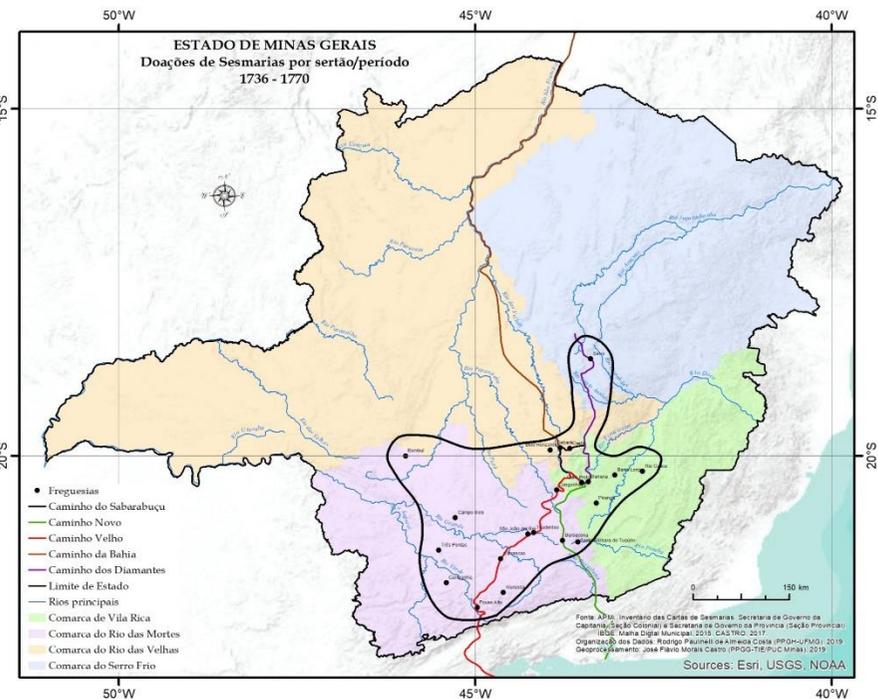
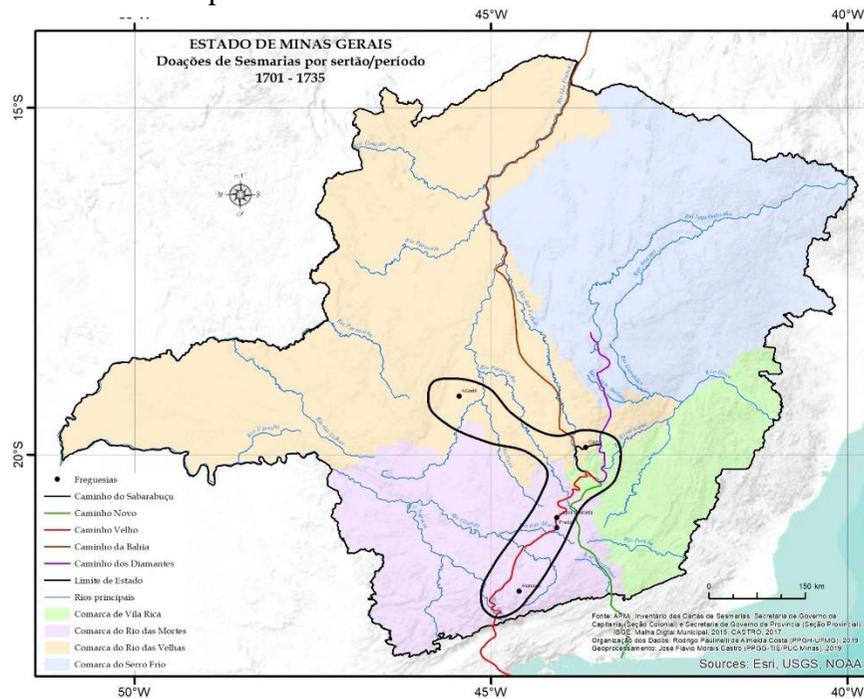
A ocupação do sertão demonstrava a preocupação da Coroa em conquistar e controlar o território. Quanto menor as áreas de sertão, maior o controle metropolitano sobre o local. Essa ocupação vai ocorrendo de forma lenta e gradual, de acordo com as necessidades econômicas e os interesses geopolíticos de Portugal. Enquanto a atividade mineradora era extremamente lucrativa, a ocupação dos sertões não era o foco da política portuguesa para a região. Mas à medida em que essa atividade vai decaindo, estes passam a ter relativa prioridade e, conseqüentemente, mais Sesmarias ali são doadas.

---

<sup>313</sup> MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico...*p.91.

<sup>314</sup> CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Do sertão ao território das Minas Gerais...* p.318.

Coleção de mapas 3 – Fronteiras sertão/periódos



Apesar das Sesmarias legitimarem a posse da terra, e de nomear a região como sertão, isso não quer dizer que ali não houvesse posseiros e famílias já enraizadas naquele local. Isso pode ser observado no Norte da Capitania de Minas Gerais. Conforme já foi dito, a região do rio São Francisco já estava previamente ocupada por potentados e grandes pecuaristas. Foi uma região em que praticamente não houve Sesmarias doadas, uma vez que

No vale do São Francisco, baianos e paulistas foram os que se transformaram nos grandes pecuaristas, após se embrenharem na zona com o objetivo de desbaratar tribos, capturar índios e pesquisar recursos minerais. Vários potentados simbolizavam um tipo de sertanejo, o homem poderoso dos currais, que contribuiu para a formação de territórios marcados por extensas incorporações fundiárias. Propriedade ou posse territorial era sinônimo de poder e respeito. [...] Em razão do respeito ou do medo que impunham sobre a população, a Coroa procurou delegar poder a esses homens em troca da concessão de honrarias, títulos, cargos e Sesmarias, esperando deles a manutenção da ordem ou certa estabilidade social nas áreas do sertão.<sup>315</sup>

Essa fronteira é delimitada pela Coroa, na medida em que são concedidas as Sesmarias. Na coleção de mapas 3, essa fronteira foi desenhada “manualmente” com o intuito de observar a sua expansão. Analisando a coleção de mapas 1, percebe-se que há freguesias que não aparecem na coleção de mapas 3, evidenciando-se que a tipologia sertão não coincide com a ocupação territorial. Um exemplo disso é a freguesia de Paracatu que, de todas as Sesmarias doadas, em nenhuma recebe a caracterização localizadora no sertão. Diogo de Vasconcelos argumenta que

Outras freguesias continuaram a existir, independentemente da provisão régia, para os efeitos civis; mas não passavam todas de 30, até 1800, na diocese, embora houvesse algumas na zona de Minas Novas e do lado esquerdo do Rio São Francisco, bem como outras no sul de Sapucaí, que, embora os territórios fossem de Minas, ficaram pertencendo às dioceses vizinhas.<sup>316</sup>

A citação de Diogo de Vasconcelos demonstra a mobilidade das fronteiras. No momento em que o interior da colônia não era efetivamente ocupado e integrado, as Capitânicas confundiam-se, deixando a questão da demarcação de fronteira territorial em segundo plano. Esses sertões, por não serem efetivamente povoados e economicamente ativos, não possuíam uma legislação territorial rígida, confundindo, então, a divisão administrativa em relação a quem pertencia tais localidades.

---

<sup>315</sup> CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Do sertão ao território das Minas Gerais...* p.334/335

<sup>316</sup> VASCONCELOS, Diogo de. *História da Civilização Mineira: Bispado de Mariana*; ANDRADE, Francisco Eduardo de & ANDRADE, Mariza Guerra de (Coordenação). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014 (Coleção Historiografia de Minas Gerais, série Alfarrábios, 3). p.59

Cruzando os dados da coleção de mapas 2, coleção de mapas 3 e o *Inventário das Cartas de Sesmarias*, observa-se que os períodos em que houve maior distribuição de Sesmarias no sertão foram entre 1736-1770, com 152 Sesmarias doadas, e entre 1800-1836, com 304 Sesmarias doadas. Um fator que chama a atenção é que dessas 304 Sesmarias, 185 se encontram em regiões de fronteira, seja de Comarca (Barbacena e Catas Altas), seja da Capitania/Província (Simão Pereira, Lima Duarte e Muriaé). Isso evidencia que na medida que a região central da Capitania/Província se torna ocupada, o deslocamento das concessões sesmarias também se desloca em direção às regiões de fronteira, nos sertões.

Conclui-se aqui que as fronteiras dos sertões acompanham o movimento das doações de Sesmarias, seguindo a mesma lógica já discutida anteriormente. No primeiro período do recorte analisado (1701-1735), essa fronteira se concentra ao redor do núcleo minerador; no segundo período (1736-1770), além dessa região, ela se expande em direção à Comarca do Rio das Mortes; já no terceiro período (1771-1800), com a decadência da mineração, além da expansão na Comarca do Rio das Mortes, têm-se a dilatação dessas fronteiras em direção para o Rio das Velhas e Serro Frio, chegando também à fronteira com a Capitania do Rio de Janeiro, onde hoje se localiza a cidade de Simão Pereira; no último período (1801-1836), essa fronteira se expande em direção à zona da mata mineira, num momento em que a família real chega ao Brasil e que há maior mercado de produtos pela necessidade do abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, tendo essas freguesias fronteiriças grande importância neste processo.

### Paragem

Diferentemente do sertão que representa a fronteira entre o “civilizado” e o desocupado, pensando na discussão estabelecida no capítulo 1, voltada para fora, as paragens atuam como limites entre eles, no sentido de se voltarem para dentro. Elas representam o limite da “civilização” e o sertão, atuando, muitas vezes, como ponto de apoio e/ou pouso para viajantes, bandeirantes e tropeiros. Em 1750, Bento Fernandes Furtado, relatando a expedição de Antônio Rodrigues Arzão afirma

Na época de 1693, veio Antônio Rodrigues Arzão homem sertanejo, conquistador do gentio dos sertões da Casa da Casca, com outros muitos naturais das outras vilas de Serra Acima, em cuja paragem

esteve aquartelado alguns anos, de onde faziam entradas e assaltos ao gentio mais para o centro do sertão.<sup>317</sup>

Ainda no mesmo documento, Furtado continua descrevendo o processo de ocupação pelos primeiros sertanistas a explorarem o território mineiro.

A este tempo, saíam o coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, o capitão Manuel Garcia Velho e outros sertanistas conquistadores dos mesmos gentios e povoadores das vilas seguintes da de São Paulo para o leste desta parte, pela mesma paragem da Itaverava, onde os descobridores estavam com bastantes gentios que traziam conquistados de outras partes do mesmo sertão do Cuieté e rio Doce.<sup>318</sup>

Como se localizavam em regiões de fronteira entre o conhecido e o desconhecido, as primeiras Sesmarias concedidas em paragens não apresentam informações sobre a localização precisa. Em 1710, foram doadas 11 Sesmarias, sendo que em nenhuma delas há informações sobre a localização, contendo apenas o nome da paragem, como Paragem Ibicatu, Sapocagi, Guareite, entre outros. Há um fato que chama a atenção e demonstra a falta de precisão em relação à demarcação das fronteiras territoriais. Em 1710, Tomé Rodrigues da Silva é agraciado com uma Sesmarias na paragem Tatuage e Piquiri, pertencente ao termo da Vila de Mogi,<sup>319</sup> na Capitania de São Paulo.

De acordo com o *Dicionário Histórico do Português do Brasil*, paragem é “qualquer sítio ou lugar onde se para; parte do mar que é vizinha à terra e acessível à navegação”.<sup>320</sup> O dicionário de Rafael de Bluteau define como “termo náutico. É essa ou aquela parte do mar, em tal sítio, em tal altura, ou lugar, donde o batel que parou e lançou ferro possa aparelhar e por se à vela, quando quiser”.<sup>321</sup> O dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto define como “o lugar onde o navio anda cruzando. Lugar, donde o navio ancorado pode fazer-se à vela, quando quiser. Sítio, estância”.<sup>322</sup> No dicionário de Antônio de Moraes Silva, “altura limitada, onde o navio anda cruzando, esperando outros, ou o inimigo; lugar, altura, donde o navio lançou ferro, pode aparelhar, e fazer-

---

<sup>317</sup> FURTADO, Bento Fernandes. *Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios* (1750). In: CÓDICE COSTA MATOSO; FIGUEIREDO...p.169

<sup>318</sup> FURTADO, Bento Fernandes. *Notícias dos primeiros descobridores...* p. 171

<sup>319</sup> APM, SC Códice 07; pág.134

<sup>320</sup> BIDERMAN, Maria Tereza Camargo; MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo (org). *Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII (CNPq)*. Vol 13. pág. 474/475.

<sup>321</sup> BLUTEAU, Rafael; SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza...* Vol. 6 p. 253

<sup>322</sup> PINTO, Luiz Maria da Silva, 1775-1869. *Diccionario da lingua portuguesa...*

se à vela, quando quiser; Sítio ou lugar”.<sup>323</sup> Aurélio Buarque de Holanda define o termo como “ato de parar; parte do mar propícia à navegação; região nas cercanias do lugar onde está”.<sup>324</sup> A partir da análise dos significados, pode-se definir paragem como um “porto”, um pouso seguro. Cláudia Damasceno, por sua vez define paragem como regiões que já possuíam um povoamento estável.<sup>325</sup>

Ao longo de todo o período analisado, foram distribuídas 1938 Sesmarias caracterizadas com as paragens onde estavam próximas (24% do total), sendo destas 465 (24%) sem informações sobre a localização de freguesia, termo ou Comarca. O que chama atenção é que dessas 465, 202 foram concedidas entre 1735-1770 e 200 entre 1771-1800, exatamente durante os períodos em que há a expansão das fronteiras internas da Capitania de Minas Gerais. A coleção de mapas 4 representa a expansão das fronteiras das paragens.

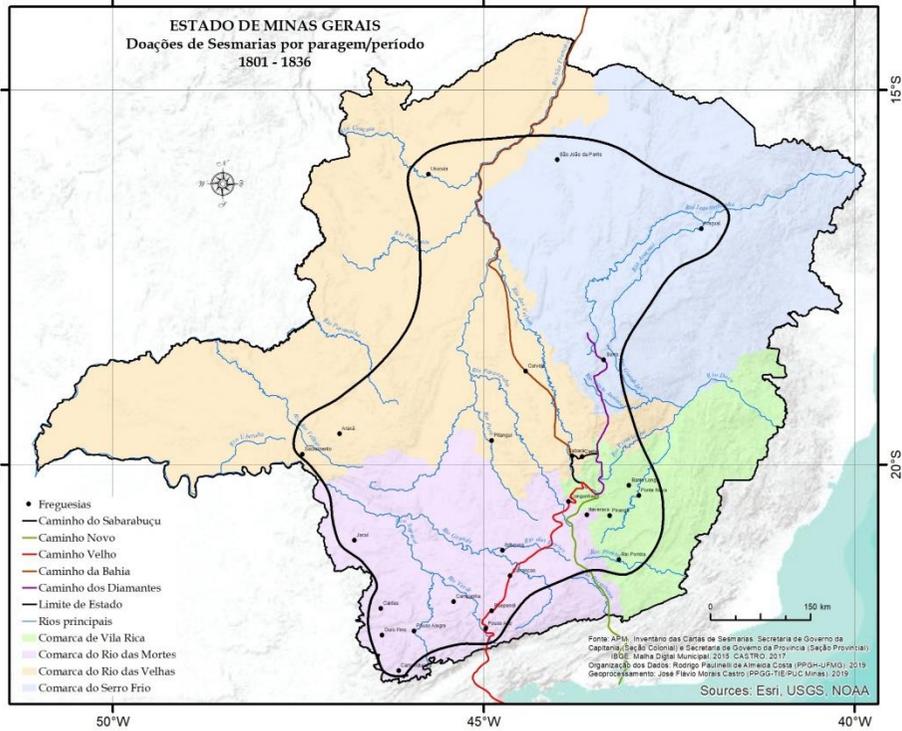
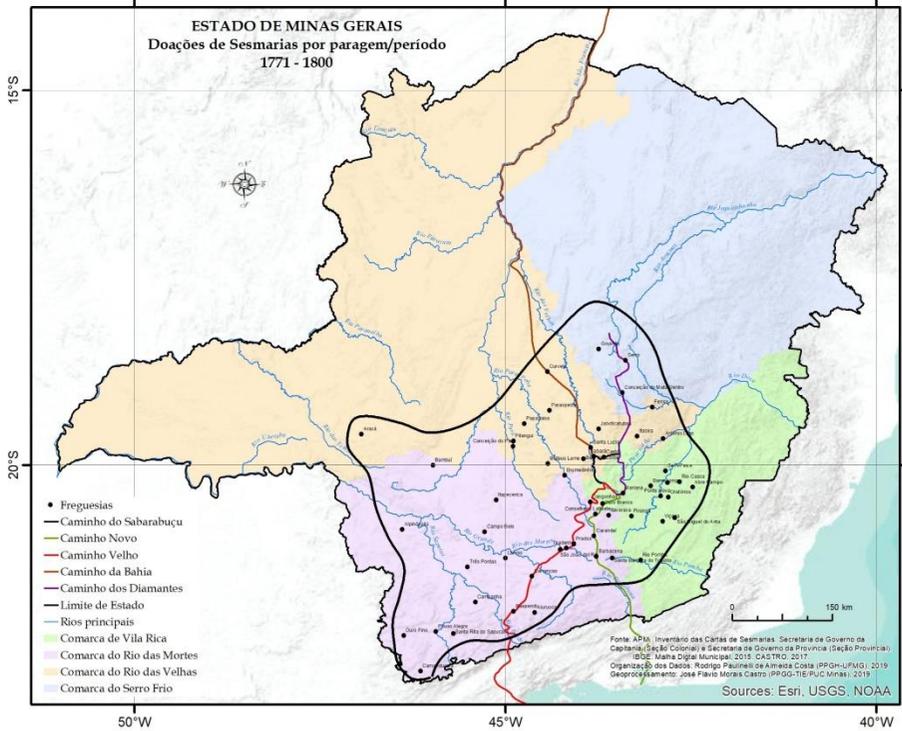
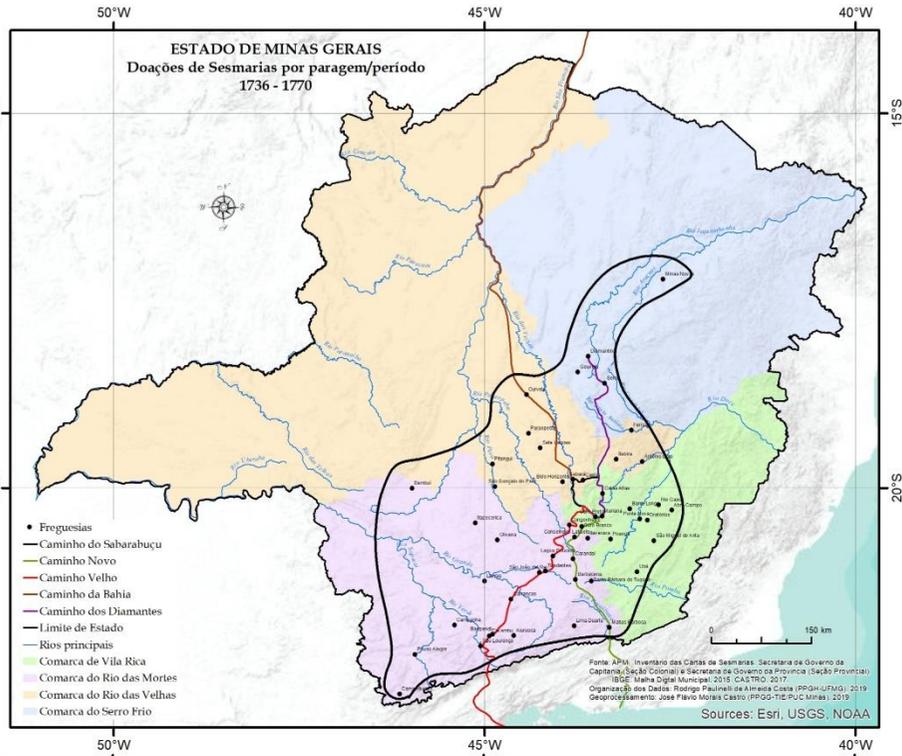
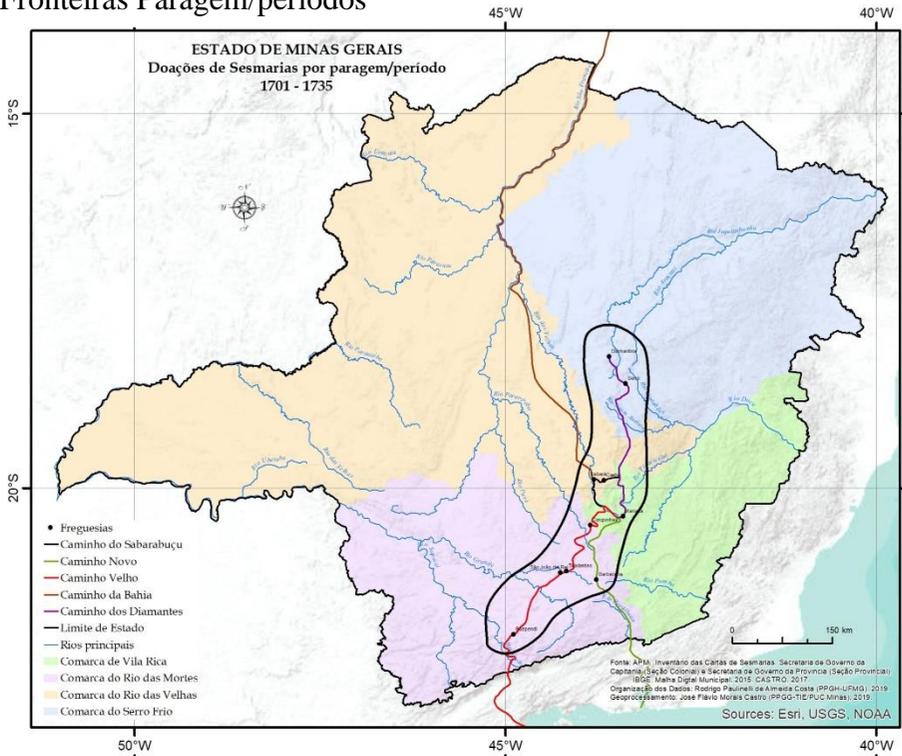
---

<sup>323</sup> SILVA, Antônio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza....* Vol. 2. p.395

<sup>324</sup> HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/paragem/>>. Acesso 22 mar.2020.

<sup>325</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei*. p.79

Coleção de mapas 4 – Fronteiras Paragem/periódos



No primeiro mapa da coleção de mapas 4, percebe-se que as primeiras paragens referenciadas se localizavam ao longo dos caminhos Velho e Novo. Com base no que foi discutido anteriormente, essa fronteira vai se expandindo pouco a pouco até chegar nos núcleos mineradores. No relato de Bento Fernandes Furtado, percebe-se essa ideia da paragem como um ponto de apoio para os transeuntes.

E tendo descoberto bom princípio delas, se resolveu o dito governador recolher-se a São Paulo, deixando seu genro Manuel de Borba Gato no rio das Velhas fazendo plantas de mantimentos, para os achar prontos quando voltasse a continuar com as suas diligências com maior vigor, com as ordens que de el-rei tivesse, pois ia com [in]tenção de mandar a seu filho Garcia Rodrigues Pais, com seu irmão, o padre João Leite deixando na mesma paragem do rio das Velhas, em poder do dito genro, muita pólvora, chumbo e ferramentas de minerar, com recomendação grande a seu genro na guarda destes petrechos, para os ter seguros na volta.<sup>326</sup>

Concomitantemente a esse movimento vindo do sul, havia também o movimento da abertura de caminhos e o estabelecimento de paragens no norte da Capitania. Francisco Andrade nos informa que

com o aumento da reputação das Minas do ribeiro do Fanado, na divisa da Comarca do Serro Frio com a Bahia, as Câmaras de Vila Rica e Mariana mandaram logo abrir caminhos para o descoberto. Ao mesmo tempo, negociantes de gado e de mantimentos começaram a buscar os seus lucros no descoberto, e os roceiros procuraram apossar-se de terras férteis bem localizadas ao longo do caminho e em pontos de passagem dos viandantes.<sup>327</sup>

À medida em que a mineração vai se fortalecendo e com ela a ocupação territorial de Minas, as fronteiras começam a se expandir. Já foi visto a forma como o sertão foi sendo moldado e transformado, sendo possível perceber que as paragens possuem uma dinâmica semelhante à do sertão. No segundo período de análise (1736-1770), houve uma concentração das paragens ao redor dos núcleos mineradores e próximas às fronteiras do sertão (coleção de mapas 2 e 3, 2<sup>os</sup> mapas). Esse movimento pode ser explicado pelo aumento dos currais e do desenvolvimento de outras atividades econômicas dentro da Capitania.

As paragens tinham papel fundamental para o movimento das tropas e dos tropeiros dentro da região mineradora. Segundo José Alípio Goulart, estas atuavam como pouso para descanso das tropas de muares. Segundo ele, o movimento das tropas acompanhou o “desenvolvimento da mineração, do ponto de vista geográfico, e

---

<sup>326</sup> FURTADO, Bento Fernandes, “Notícias dos primeiros descobridores.... p. 186

<sup>327</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A invenção das Minas Gerais...* p. 225

consequentemente o aparecimento de nódulos populacionais que pouco a pouco iam surgindo, na direção Oeste, as tropas, também foram estendendo sua área de ação”.<sup>328</sup> Elas “caminhavam” lado a lado com a expansão territorial de Minas Gerais, sendo o tropeiro, um elemento marcante na cultura mineira até meados do século XX. Dialogando com José Alípio Goulart, Rafael Straforini argumenta que

Nas proximidades dos pousos, alguém construía uma palhoça, tornando-se um morador fixo, atendo-se ao trabalho agrícola de subsistência e para o abastecimento das tropas, produzindo gêneros da terra como feijão, mandioca, além do milho que era fornecido como ração para os animais. Essa foi uma das poucas alternativas dadas aos homens do campo, já que sua presença torna-se indispensável para a permanência e continuação do tropeirismo.<sup>329</sup>

Ao se analisar o 2º mapa da coleção de mapas 3, ao longo de todo o caminho velho, do caminho novo e do caminho de diamantes, são distribuídas Sesmarias com a caracterização marcada pelas suas proximidades das paragens. Juntamente a isso, percebe-se um deslocamento em direção à região da zona da mata mineira (próximo às bacias do rio Doce, Piranga e Pomba). Segundo Fernanda Borges de Moraes,

No interior da Capitania, as peculiaridades dessa urbanização revelavam-se nas formas como a população ocupou o território de vasta extensão, distribuindo-se em aglomerações de características diversas, articuladas segundo uma estrutura hierárquica dinâmica e complexa. Mas o que distinguiu e conferiu caráter especial a esse processo de urbanização foi, entre outros aspectos, o seu impacto na estrutura econômica e territorial da Colônia, com o deslocamento de articulações com regiões distantes, integrando mercados, ampliando fronteiras e fortalecendo a unidade territorial interna.<sup>330</sup>

Nesse período têm-se a abertura dessa fronteira em direção aos “sertões do leste”, assim como uma expansão para sudoeste da Comarca do Rio das Mortes. Isso pode ser explicado como uma fluidez, caracterizada por homens aventureiros, desenraizados, gananciosos e com ofícios pouco marcados. Ao se analisar a sociedade rural mineira desse período, José Newton Meneses endossa que o sedentarismo agrário mineiro só se consolidaria durante o século XIX.<sup>331</sup>

Em dezembro de 1747, o desembargador Frei Sebastião Pereira de Castro escreve um documento ao Conselho Ultramarino denominado “Papel acerca dos danos da capitação e de proposta de arrecadação do real quinto do ouro por contrato”. Nesse

---

<sup>328</sup> GOULART, José Alípio. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista. 1961. p.88

<sup>329</sup> STRAFORINI, Rafael. *No caminho das tropas*. Sorocaba: TCM Comunicação. 2001. p.32

<sup>330</sup> MORAES, Fernanda Borges de. *De arraiais, vilas e caminhos...* p.65

<sup>331</sup> MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico...* p. 91

documento, além dos questionamentos a respeito da cobrança do quinto, ele argumenta sobre a importância das paragens. Segundo o frei, “[...] das repetidas mudanças dos moradores, que hoje se achavam naquela vila, amanhã no Sabará; hoje eram mineiros e lavravam nesta paragem, amanhã em outra, e no outro dia iam para a roça e no outro para o povoado”.<sup>332</sup> Ainda no mesmo relato, o frei Sebastião elenca os tipos de pessoas que por ali transitavam, que eram escravos, homens livres, homens de negócios, entre outros, havendo nessa paragem um movimento muito grande de pessoas, demonstrando o seu caráter de local de trânsito, de passagem.

No 3º mapa da coleção de mapas 3, observa-se que a concentração das paragens muda para a Comarca do Rio das Mortes, isso em virtude da decadência da exploração aurífera e da intensificação da atividade agropecuária na região. Estas serviam também como ponto de apoio para as expedições que partiam em direção ao sertão da Farinha Podre e Goiás. Sendo assim, denotam dupla finalidade naquele contexto, que eram a de apoio ao mercado interno, além de um estímulo à exploração do território desconhecido a Oeste. Fernanda Borges Moraes argumenta que,

Já em fins do XVIII, evidencia-se o deslocamento do eixo econômico da Capitania para a região da Comarca do Rio das Mortes, que, em razão da fertilidade de suas terras e figurando como centro do comércio em expansão, acabava por incorporar a mão de obra escrava excedente oriunda das áreas mineradoras em processo de exaustão. O desenvolvimento expressivo das atividades agropecuárias nessa Comarca contribuiu notavelmente na redefinição de algumas das linhas da política administrativa e econômica da Capitania, bem como na reestruturação de rotas e hierarquias de sua rede urbana<sup>333</sup>.

Diferentemente da concessão de Sesmarias no sertão, as paragens demonstram uma ampliação das fronteiras em um sentido inverso. Enquanto a expansão do sertão é em direção à Zona da Mata mineira, seguindo em direção ao Rio de Janeiro, as paragens se expandem em direção às Capitanias de Goiás, de São Paulo e da Bahia. No último período, percebe-se a concessão de Sesmarias em regiões próximas às fronteiras, tendo as freguesias de Camanducaia, Sacramento e Araçuaí um papel de destaque nessa expansão. Segundo Waldemar Barbosa, essas freguesias tinham como foco a agricultura, “era o centro de onde partiam expedições várias a explorar o sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro” e como região de passagem entre a Bahia e a

---

<sup>332</sup> CASTRO, Sebastião Pereira de, Frei. *Papel acerca dos danos da capitação e de proposta de arrecadação do real quinto do ouro por contrato*. In: CÓDICE COSTA MATOSO; FIGUEIREDO...p.437

<sup>333</sup> MORAES, Fernanda Borges de. *De arraiais, vilas e caminhos...* p.80

zona mineradora, respectivamente.<sup>334</sup> Assim como nos sertões, a mobilidade das fronteiras das paragens, dilataram-se em alguns pontos e contraíram-se em outros.

### Patentes<sup>335</sup> e títulos eclesiásticos

A sociedade que se forma na Colônia apresentava elementos fundamentais da sociedade portuguesa que, de acordo com José Newton Coelho Meneses, era “Portuguesa, mas não era Portugal!”.<sup>336</sup> O Brasil e, especificamente, Minas Gerais, sociedade, a que se refere o autor, apresentava especificidades, que não residiram na assimilação pura e simples do mundo do Antigo Regime. Dentro dessa realidade, a atuação política foi marcante, tendo as Câmaras presença marcante nas vilas e arraiais.

As Câmaras constituíam instituições fundamentais da vida colonial, sendo consideradas o centro do governo das gentes e da própria governabilidade do Império português,<sup>337</sup> atuando como um mediador das relações interclasses, intermediando requisições aos centros de poder superiores e responsabilizando-se por uma ordem pública de complexidade crescente.<sup>338</sup> De acordo com Silvia Lara,

as vilas e cidades nas áreas coloniais constituíam um lugar em que vários tipos de dominação se articulavam. De um lado estava o poder régio, que se expunha e encontrava seus interlocutores mais diretos, das instituições da administração e do governo às autoridade e membros do corpo político. Associando-se aos funcionários régios, a nobreza da terra e as famílias de fortuna também se mostravam, concorrendo entre si pelos privilégios reais, mas se esforçando igualmente por afirmar, cada qual, seus privilégios e direitos locais.<sup>339</sup>

A construção da sociedade mineira se efetivava a partir da inserção de categorias sociais, e se apresentava a partir da mescla de experiências metropolitanas e

---

<sup>334</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico e geográfico de Minas Gerais...* p.421

<sup>335</sup> Não é intenção dessa tese discutir as patentes dentro da dinâmica colonial e sim entender de que forma se dá a relação entre a proeminência social e a sesmaria recebida. “sobre as dinâmicas sociais da distribuição de títulos e patentes na colônia. Para mais informações sobre o tema ver: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

<sup>336</sup> MENESES, José Newton Coelho. *Artes Fabris e Ofícios Banais: o controle dos ofícios mecânicos pelas Câmaras de Lisboa e das Vilas de Minas Gerais (1750-1808)*. Belo Horizonte: Fino Traço. 2013. p.21

<sup>337</sup> LARA, Silvia Hunold. *Fragments Setecentistas – Escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Cia. das Letras. 2007. p. 35

<sup>338</sup> MENESES, José Newton Coelho. *Artes Fabris e Ofícios Banais...* p. 196. Para mais informações sobre a administração e justiça portuguesa na América, ver: ANTUNES, Álvaro de Araújo. “As paralelas e o infinito: uma sondagem historiográfica acerca da História da Justiça na América Portuguesa”. In: *Revista de História*. São Paulo. nº169. Julho/Dezembro 2013. p.21-52. SILVEIRA, Marco Antônio da. *O universo do Indistinto: Estado e sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec. 1997. SILVEIRA, Marco Antônio da., ANTUNES, Álvaro de Araújo (org). *Dimensões do poder em Minas (séculos XVIII e XIX)*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço. 2012; SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

<sup>339</sup> LARA, Silvia Hunold. *Fragments Setecentistas*. p. 76

coloniais,<sup>340</sup> baseando-se, também, na economia do dom (distribuição de títulos, patentes e benesses tendo o monarca como centro, em função do mérito e dos serviços prestados). Apesar dos títulos de nobreza não serem predominantes na sociedade mineira, as patentes militares e os títulos eclesiásticos estiveram presentes dentro desse sistema Sesmarial, representando aproximadamente 13% das terras concedidas a pessoas com alguma patente ou título religioso.

Sobre a configuração social da América portuguesa, segundo o ordenamento do Antigo Regime, Alberto Passos Guimarães argumenta que, como a terra era o principal meio de produção, a classe social que detivesse o domínio sobre ela sobreporia às demais, no quesito político, econômico e social.<sup>341</sup> Por sua vez, Manoel Hespanha e Ângela Xavier argumentam que as relações entre a Coroa e as famílias mais proeminentes da colônia eram estabelecidas através de benesses, fossem através de patentes, ou de terras, relação essa conhecida como “economia do dom”, amparada num paradigma distributivo, centralizado na figura do monarca. Eles dizem:

Esta multiplicação dos estados privilegiados (isto é, com um estatuto jurídico – político particular) prossegue incessantemente, cada grupo tentando obter o reconhecimento de um estatuto diferenciador, cujo conteúdo tanto podia ter reflexos de natureza político – institucional ou mesmo econômica, como aspectos jurídicos, ou meramente simbólicos. [...] Resta salientar como a classificação social continua a ser entendida como decorrente da natureza das coisas - da transmissão familiar, de uma constituição que se plasma na tradição. E como, embora o direito feudal medieval incluísse nos direitos do rei (regalia) o poder de conceder armas e brasões (para-almém-dos-senhórios das terras e dos títulos correspondentes), a nobreza é entendida como uma virtude essencialmente natural. Quer essa natureza seja uma disposição familiar, transmissível pelo sangue, para servir nobremente, quer seja a reputação ou fama que objetivamente decorre do exercício de certas funções sociais.<sup>342</sup>

Essa distribuição segundo a “qualidade” (nobre, fidalgo etc.) de benesses, terras, entre outros, tendo o monarca como centro organizava esse tipo de hierarquização social no Antigo Regime.

Maria Isaura Queiroz, define o controle dessas classes como mandonismo, definido como uma força social que perpassa toda a história brasileira e foi formada

---

<sup>340</sup> MENESES, José Newton Coelho. *Artes Fabris e Ofícios Banais...*

<sup>341</sup> GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra LTDA. 1968. p.30

<sup>342</sup> HESPANHA, Antônio Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. A representação da sociedade e do Poder. In: HESPANHA, Antônio Manuel. *História de Portugal. Direcção de José Mattoso*. Quarto Volume: O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa. 1993 p. 132

graças à predominância dos latifúndios com a existência de famílias dominantes no local, mas seguindo lógicas próprias de sua reprodução. Segundo a autora,

A unidade do governo colonial não foi uma realidade porque não correspondia a uma unidade econômica e social; a vida econômica e social da colônia estava dividida entre várias zonas, cujo desenvolvimento nem sequer se processou ao mesmo tempo: Pernambuco, em 50 anos de colonização já contava com 70 engenhos de açúcar, uma população branca de 2.000 homens e 4 a 5 mil escravos; Minas só se desenvolverá com o ouro, isto é, no alvorecer do século XVIII.<sup>343</sup>

A autora afirma que, diferentemente das demais Capitânicas que se desenvolveram graças ao sistema latifundiário, em Minas formou-se uma sociedade de classes, hierarquizada, em que os títulos e as patentes representavam poder, uma vez que, até a segunda metade do século XVIII, o que predominava na região era a extração aurífera, e é nesse momento que se percebe a concentração de Sesmarias doadas para pessoas com patentes militares.

Nestor Duarte analisa a formação dessa elite agrária brasileira, e conclui que essa sociedade estamental formada no Brasil é proveniente da aliança de alguns fatores: o sistema de Capitânicas hereditárias, que além de conceder um vasto território ao capitão donatário, ainda lhe concedia o poder de distribuir Sesmarias; o investimento do capital particular de cada proprietário de terras e a falta de fiscalização por parte da Coroa portuguesa, que permitiu a expansão dos latifúndios de maneira desordenada.<sup>344</sup> Dessa forma, o mandonismo social criado no Brasil, a partir das ideias de Nestor Duarte e Maria Isaura Queirós, são provenientes das relações sociais entre os indivíduos, sem sofrer interferência direta da Coroa portuguesa.

No entanto, leituras como essa da realidade do Antigo Regime colonial devem ser vistas à luz de outros trabalhos, cujas conclusões acrescentam elementos que vão de encontro a alguns aspectos desse quadro apresentados por Nestor Duarte e Maria Isaura Queirós. De acordo com o que explicam no artigo “A sociedade de Representação e Poder”, Ângela Barreto Xavier e Antônio Manoel Hespanha mostram que essa relação entendida como uma não interferência da Coroa pode ser, em vários aspectos, problemática. Isso porque a distribuição social do poder em Portugal e colônias no Antigo Regime era produto de uma lógica muito própria do direito português, e

---

<sup>343</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega. 1976. p.50

<sup>344</sup> DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional (Contribuição à sociologia política brasileira)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

amplamente reproduzida nas colônias atlânticas, em que havia constante conflito entre o geral (ligado à Coroa) e o local (ligado aos poderes locais). Por mais que essas relações desenvolvessem no âmbito local, dinâmicas próprias tinham sempre de remeter à autoridade do monarca e da Coroa, que reproduzia relações e hierarquias dessa sociedade estamental segundo o paradigma distributivo, de acordo com o qual deveria dar a cada um aquilo que merecia, segundo mérito e "qualidade".<sup>345</sup>

Adriana Romeiro, em “Corrupção e poder no Brasil”, já atribuiria isso a uma articulação que permitia à Coroa reproduzir sua autoridade e presença no “além-mar” sob o preço de uma relativa tolerância a ações que não estavam em conformidade com a legislação régia, por parte de seus agentes, nos domínios coloniais. Noutras palavras, havia certas “vistas grossas” com alguns desmandos locais, de maneira a manter aquele local como domínio colonial. Um paradigma importante quanto a isso se via na experiência e escritos sobre a governança colonial de domínios lusos na Índia.<sup>346</sup> Endossando as ideias de Ângela Xavier, Antônio Hespanha e Adriana Romeiro, Igor Rocha afirma que

Os laços de fidelidade eram caros à estrutura social própria de uma sociedade monárquica, estamental e altamente hierarquizada. É importante lembrar que um dos fundamentos do ordenamento social e jurídico da sociedade portuguesa se sustentava em cima da categoria ordem, que constituiu uma moldura explicativa do modo de ser das estruturas institucionais da Idade Moderna. Ordem consistia no entendimento de que a sociedade seria um todo composto por partes desiguais e autônomas, sendo que essa desigualdade se refletia tanto no ordenamento jurídico como nos ideais e paradigmas de formação da sociedade. A manutenção desse modelo de estruturação social e política, que visava harmonizar em suas estruturas as várias partes desiguais e hierarquizadas centrada na figura do monarca, segundo a qualidade de cada um, em uma cadeia de negociações de redes pessoais, clientelares e institucionais.<sup>347</sup>

Fernando Novais, analisando o sistema econômico brasileiro, percebe que no Brasil até a vinda da família real em 1808 houve a existência do Antigo Regime,<sup>348</sup> em

---

<sup>345</sup> HESPANHA, Antônio Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. A representação da sociedade e do Poder...

<sup>346</sup> ROMEIRO, Adriana. *Corrupção e Poder no Brasil – Uma História, séculos XVI a XVIII*.

<sup>347</sup> ROCHA, Igor Tadeu Camilo. *Entre o “ímpeto secularizador” e a “sã tolerância”: tolerância religiosa, secularização e ilustração católica no mundo luso (séculos XVIII e XIX)*. Tese [Doutorado em História]. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG. 2019. p.257

<sup>348</sup> De acordo com o autor, Antigo Regime pode ser definido como “Absolutismo, sociedade estamental, capitalismo comercial, política mercantilista, expansão ultramarina e colonial são, portanto, parte de um todo, interação reversivamente neste complexo sistema”. NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec. 2001. p.66. Dentro dessa dinâmica do Antigo Regime, percebe-se a existência de uma economia-mundo, segundo a qual, Portugal era o centro que ditava as regras e as relações políticas, econômicas e sociais da periferia, que no caso era

que, além dos latifúndios açucareiros do nordeste voltados para a exportação, formaram-se núcleos de produção endógena, para a subsistência e fortalecimento do mercado interno na região mineradora, formando uma classe dominante tanto de agricultores, quanto de comerciantes. Júnia Ferreira Furtado, em consonância com os autores citados acima, relata que essas classes se valeram da sua condição social para conseguir cargos e títulos, o que conferiam a elas uma forma de participar da elite colonial. Diz ela:

O acesso a cargos administrativos era forma segura de rendimento financeiro, mas muito mais que isto, era maneira de participar do poder, de partilhar de honra inerente a tais funções, de fazer parte de uma pequena elite colonial. A única forma possível de alcançar esses ofícios era por meio de grande influência na Corte; ter acesso a um deles era uma maneira indireta do indivíduo comunicar à sociedade a sua importância, que fazia parte de uma dessas cadeias de influência de poder, que não estava sozinho e portanto deveria ser respeitado.<sup>349</sup>

---

o Brasil. Para o entendimento do conceito de economia-mundo ver: WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e Civilização capitalista*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

<sup>349</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócios: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas*. São Paulo: Editora Hucitec. 1999. p. 54



A partir da análise da coleção de mapas 5, percebe-se que quanto maior a patente militar do sesmeiro, mais próximo aos núcleos mineradores essa concessão era feita. Isso demonstra a questão do prestígio social e da relevância desses indivíduos frente à Coroa portuguesa. Os coronéis e sargentos-mores se concentram nas principais vilas mineiras, enquanto os tenentes, capitães e alferes se encontram mais dispersos pelo território. Isso pode representar duas hipóteses: houve um gradual aumento do controle da Coroa portuguesa sobre as regiões periféricas à medida que as fronteiras vão se expandindo, ou ainda de que aquela patente possa ter sido concedida após a fixação desse indivíduo à terra, sendo que ali ele já exercia um controle local. Dessa maneira, receberia posteriormente a benfeitoria da Sesmarias, confirmando-se em termos da legislação régia uma autoridade já exercida de fato.

Um exemplo disso é a família do Coronel José Justiniano Carneiro, filho de Antônio Januário Carneiro, descendente de uma família abastada do norte de Portugal, que adquiriu riquezas a partir da mescla entre a extração aurífera e a exploração da cana de açúcar. O Coronel José Justiniano Carneiro era um dos maiores proprietários de terras do distrito de Tapera, pertencente à freguesia de Guarapiranga, além de ser um importante comerciante da região. Graças a essa proeminência social familiar, seu irmão, João Nepomuceno Carneiro, que era padre, em 1818 recebeu uma Sesmarias às “Margens do Rio Paraíba no caminho do Cantagalo, além da Serra Bonita, pelos lados do caminho no ribeirão do Limoeiro”,<sup>350</sup> pertencente ao termo de Barbacena.

A família Carneiro era detentora de grande proeminência social dentro da região da Zona da Mata mineira no início do século XIX. Além do irmão sesmeiro, outro irmão do Coronel José Justiniano Carneiro, Antônio Januário Carneiro, se casa com Francisca Januária de Paula Carneiro, que falece 1865, sendo uma das mulheres mais ricas da região com uma fortuna estimada em 143:854\$ 211.<sup>351</sup>

Esse exemplo demonstra vários elementos citados ao longo dessa tese. Filho de um comerciante português, se casa com a filha de um importante produtor de cana de açúcar na região, recebe o título de coronel e falece como um dos homens mais ricos dessa freguesia. A importância das relações familiares permite que seu irmão receba

---

<sup>350</sup> APM, SC. Códice 377, pág.93.

<sup>351</sup> Inventário *post-mortem* de Francisca Januário de Paula Carneiro. AFP Caixa A037, Auto 496, 1865.

uma Sesmarias em uma zona de fronteira agrícola em expansão, conforme analisado na coleção de mapas 3, mapa 4.

### Sacerdotes

Minas Gerais, de acordo com o Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, configura-se entre os dez estados mais católicos do Brasil e a imensa presença das igrejas barrocas nas cidades ditas “históricas” demonstram a importância da Igreja na formação da sociedade e do espaço mineiro. Segundo Adriano Toledo Paiva, a atuação dos religiosos teve múltiplas funções, já que “o sacerdote dedicava seus esforços no emprego do trabalho indígena, na catequese e nas investigações das preciosidades dos sertões”,<sup>352</sup> além de ocupar o território.

A Igreja teve um papel fundamental na formação desse espaço. Uma das formas de atuação da igreja na construção espacial era através da doação de terras por parte dos sesmeiros, uma vez que “em muitos casos, os proprietários de Sesmarias doavam o patrimônio para a capela, já prevendo a organização futura de uma povoação”.<sup>353</sup> Na hierarquia urbana mineira setecentista, a capela é o embrião de uma vila, pois ao redor dela iniciavam-se as aglomerações formando o arraial. Mateus Andrade, analisando a formação da região das bacias do Rio Doce e Piranga, relata que a presença das capelas era uma forma de conciliar os interesses econômicos e religiosos do local.

A capela com invocação a Nossa Senhora da Conceição, à beira do rio Piranga, devido à abundância das extrações auríferas que ali se efetivaram, foi uma das primeiras a se constituir, ainda no século XVII. No seu entorno surgiu um pequeno arraial, seguido pelas capelas de Nossa Senhora do Pilar, Nossa Senhora do Carmo e Santo Antônio do Pirapetinga, todas três erigidas no ano de 1703. Estas capelas, nesta conjuntura expansionista e colonizadora, constituíram-se como o núcleo primário da ocupação eclesiástica da região, tornando-se os seus arraiais as bases para a abertura das fronteiras que se sucederam.<sup>354</sup>

Segundo Caio Boschi, assim como a Coroa Portuguesa, a Igreja Católica, do ponto de vista institucional, não esteve presente no espaço mineiro desde os primórdios da sua construção. A chegada a Minas ocorreu de forma “individualizada e, fundamentalmente, por *motu próprio* dos eclesiásticos, os quais afluíram em grande

---

<sup>352</sup> PAIVA, Adriano Toledo. *Uma tradição paulista nas Minas: descobridores e conquistadores nos sertões dourados*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. p.181

<sup>353</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Vilas e Currais d'el rei...* p. 435

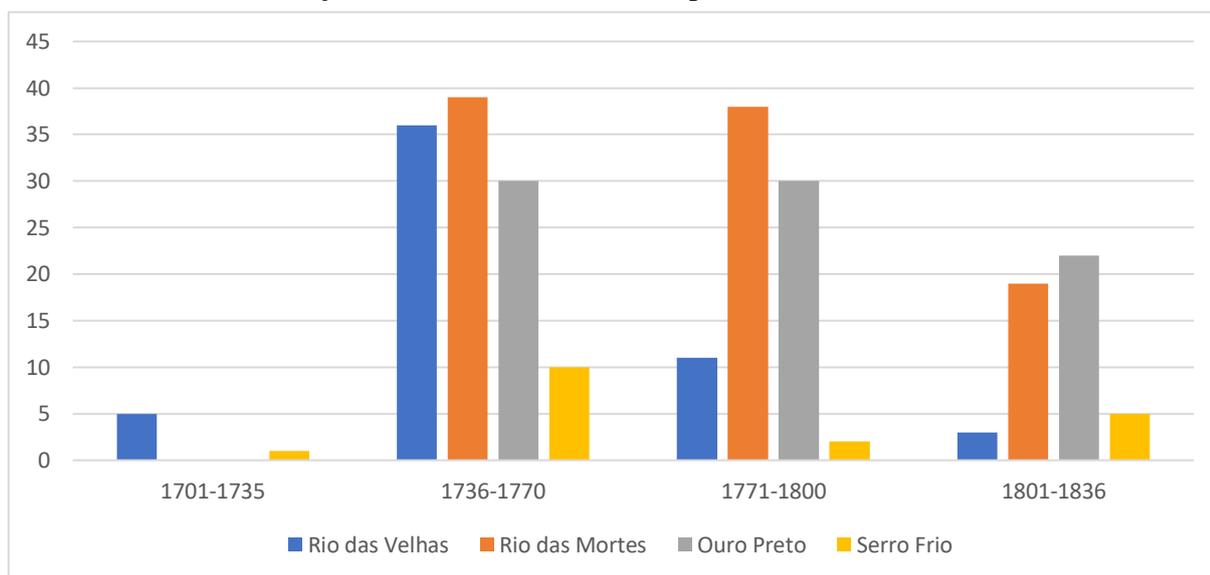
<sup>354</sup> ANDRADE, Mateus Rezende de. *Compadrio e posse da terra...*p. 70

número para aquelas paragens”.<sup>355</sup> No início da ocupação de Minas, coube aos leigos cuidar da implantação da vida religiosa. Os sacerdotes eram contratados pelas irmandades para a celebração de ofícios e práticas religiosas. Mas à medida que esses espaços foram se consolidando, a presença da Coroa se tornando cada vez mais visível enquanto as vilas iam sendo criadas, a Igreja começou a atuar de forma efetiva nesses locais. Sobre as irmandades leigas Caio Boschi nos fala que,

Mantenedoras das capelas, cerne dos arraiais e igualmente dos altares que se construíram no interior delas, as irmandades assumiram, pois, a função e papel nuclear na promoção das sociabilidades coloniais mineiras. [...] Gradativamente, os frágeis templos dos primeiros tempos cederam lugar e espaço à edificação das matrizes, sob o hegemônico patrocínio dos comerciantes, dos mineradores, da gente graúda das localidades.<sup>356</sup>

A partir do fortalecimento da Igreja dentro da Capitania de Minas Gerais, iniciam-se a distribuição de Sesmarias para os religiosos. Em 1711, o sacerdote Manoel de Almeida recebe uma Sesmarias no “ribeirão do Padre Almeida, continuando Rio das Velhas acima”<sup>357</sup> na Comarca do Rio das Velhas. E a partir de então essas doações continuam até 1830, sendo doadas 285 Sesmarias para sacerdotes, 47 delas sem mencionar localização.

Gráfico 3.14- Doação de Sesmarias sacerdotes período/Comarca



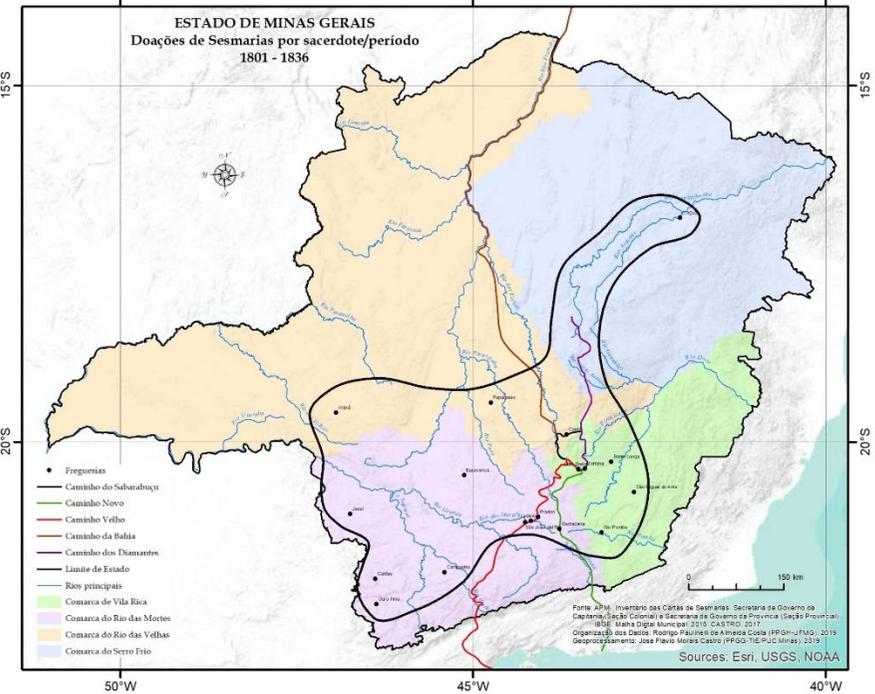
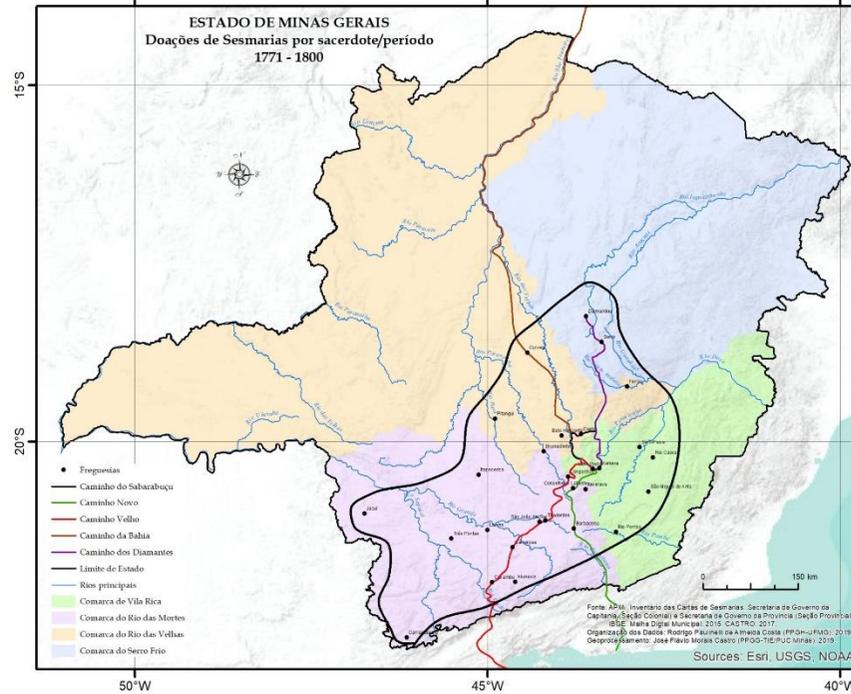
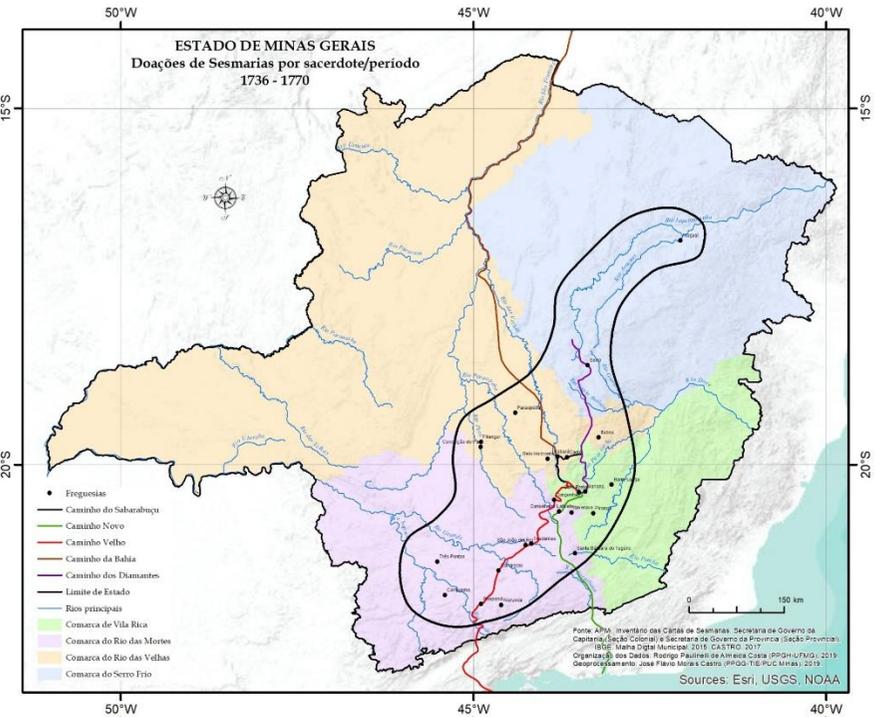
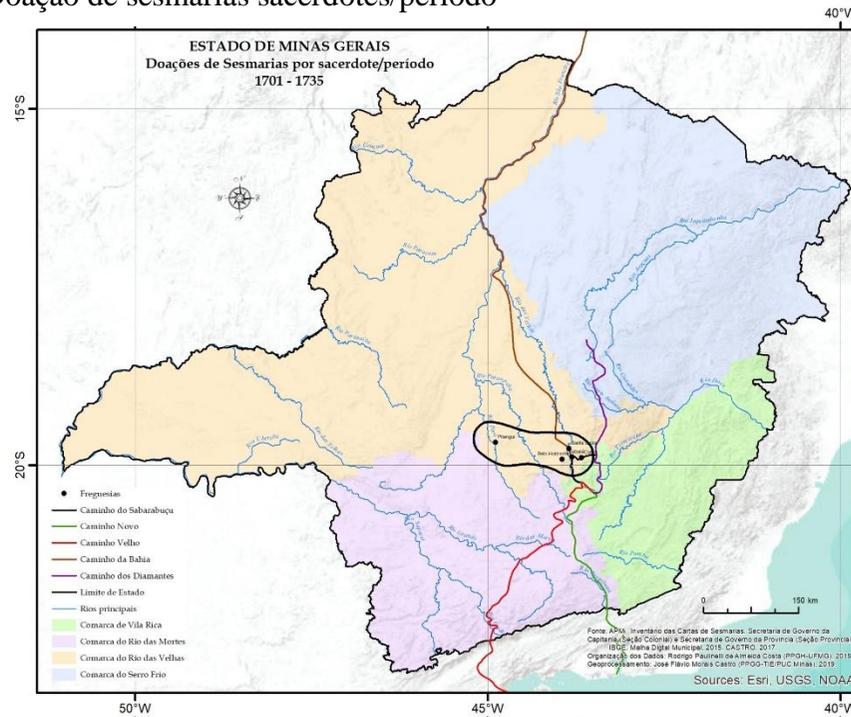
Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção-Provincial)

<sup>355</sup> BOSCHI, Caio César. Irmandades religiosidade e sociabilidade. In: VILLALTA, Luiz Carlos & LAGE, Maria Efigênia de Resende. (orgs.) *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas 2*. Belo Horizonte: Autêntica. 2007. p.60

<sup>356</sup> BOSCHI, Caio César. Irmandades religiosidade e sociabilidade. ... p.61

<sup>357</sup> APM, SC, Códice 07, pág. 128

Coleção de mapas 6 – Doação de sesmarias sacerdotes/período



A partir da análise da coleção de mapas 6, é possível perceber que as “fronteiras” dos sacerdotes é similar às fronteiras do sertão. Cruzando os dados das caracterizações por localização das Sesmarias, percebe-se que as Sesmarias caracterizadas pelos cursos hídricos (89), paragem (61) e sertão (23) são as predominantes entre as concessões. Isso pode ser explicado pela necessidade da expansão territorial mineira, da conversão e catequização dos gentios que se encontravam nessas regiões periféricas e pelo aumento da presença da Igreja Católica dentro do território mineiro. As Comarcas do Rio das Velhas, Ouro Preto e Rio das Mortes, entre 1736-1800, possuem um destaque significativo, uma vez que são as Comarcas mais povoadas do território mineiro.

Outro fator que explica a presença marcante da Igreja nesses locais é a influência familiar desses indivíduos. Além dos Carneiro citados anteriormente, pode-se citar a família Curvelo de Avila. O padre José Meneses de Curvelo Avila recebeu três sítios na Comarca do Rio das Velhas, e seu irmão, o padre Antônio Curvelo de Avila, recebeu quatro Sesmarias no ano de 1743, sendo três fazendas e um sítio, onde hoje é a cidade de Curvelo. Em 1718 José Meneses era o vigário do arraial de Matias Barbosa, recebendo terras de doação durante a década de 1720, onde em 1730 seria erguida a capela fundadora do arraial de Curvelo. Segundo Waldemar de Almeida Barbosa,

Curvelo, deve o nome ao fundador, Padre Antônio de Ávila Curvelo, e a cidade foi o núcleo do povoado de Santo Antônio da Estrada, antigo pouso na estrada da Bahia. Construída em 1730 a capela dedicada a Santo Antônio, iniciou-se em torno dela, o povoado, depois conhecido por Santo Antônio de Curvelo, futuro distrito do município de Sabará, e, hoje, sede do município de Curvelo.<sup>358</sup>

Sérgio da Mata argumenta que as capelas são o elemento da proto-urbanização de Minas Gerais. O autor explica que com a decadência da mineração e a dispersão espacial, novas capelas, vilas e arraiais começam a surgir, seja a partir de doações de Sesmarias (Padre João Nepomuceno Carneiro), seja a partir de doações de terrenos para a construção das capelas, como a doação do terreno para a construção da capela em homenagem a São Januário, onde hoje é a cidade de Ubá pela Dona Francisca Januário de Paula Carneiro e seu marido Antônio Januário Carneiro. O autor ainda argumenta que, mesmo com o crescimento do arraial, novas capelas continuam a surgir. “A expansão da rede de templos mantém íntima relação com a formação de novos bairros e

---

<sup>358</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais...* p. 155

o nível crescente de complexidade morfológica do arraial”.<sup>359</sup> À medida que essa complexidade vai aumentando, aumenta-se também a presença institucional da Igreja.

Ao longo do período analisado, percebe-se, então, que os sacerdotes receberam Sesmarias em zonas limítrofes da Capitania com o objetivo de expandir essas fronteiras. Desconsiderando que a questão da doação de terras por particulares tenha funcionado como forma de endossar o seu poder político, econômico e social na região, conforme discutido no capítulo 1, ou que tal tipo de doação tenha sido motivada por devoção, a questão Sesmarial dos sacerdotes implica na expansão da influência da Igreja sobre o território. A partir disso, percebe-se também, a evolução espacial, segundo afirma Patrício Aureliano Carneiro

O reconhecimento do templo religioso ocorria com sua elevação ao título de capela curada. Isso significava a ascensão daquele sertão à condição de espaço reconhecido pela Igreja, simbolizando a inclusão da área ao governo colonial, garantindo a visita periódica de um pároco. A subsequente promoção, à condição de Freguesia, permitia o acesso dos habitantes aos sacramentos do batismo e casamento, o amparo dos enfermos, os registros de nascimento, matrimônio. A elite local, com o intuito de convencer os bispos acerca da ereção da capela, procurou justificar sempre o isolamento geográfico à qual os moradores estavam submetidos, assim como as dificuldades e perigos enfrentados nas viagens até as paróquias mais próximas<sup>360</sup>.

Os sacerdotes sesmeiros foram gradualmente modificando esse espaço, expandindo a sua fronteira de atuação, juntamente com as demais fronteiras. À medida que o território mineiro ia se constituindo, os sertões e as paragens se dilatando, paralelamente a eles as capelas e Sesmarias eram doadas aos sacerdotes, representando a importância da Igreja católica na transformação espacial de Minas Gerais.

Os limites e as fronteiras mineiras se modificaram ao longo de todo o período analisado. Em nenhum dos momentos que se deu enfoque elas permaneceram estáticas, sejam dilatando, sejam se reduzindo. Segundo Rogério Haesbaert, “no espaço estão os signos da permanência e da mudança, e são vividos os ritos da ordem e do caos, da disciplinarização e dos desregramentos. Seus múltiplos sentidos são vivenciados, a cada instante”<sup>361</sup>. Em Minas Gerais, essa questão foi observada a partir das análises realizadas ao longo do capítulo. A todo momento as dinâmicas espaciais eram modificadas. De uma centralização espacial, econômica, social e religiosa nos trinta primeiros anos, passa-se a dispersão centrífuga de todos esses elementos do segundo

---

<sup>359</sup> MATA, Sergio da. *Chão de Deus...* p. 200

<sup>360</sup> CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Do Sertão ao território das Minas e das Gerais...*p.311

<sup>361</sup> HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos...* p. 81

período em diante, endossando a hipótese de que o espaço se transforma e se modifica de acordo com as necessidades socioeconômicas do local.

## **Considerações Finais**

As produções acadêmicas mais recentes entendem que as ciências não são elementos isolados entre si. Por isso, é sempre importante destacar que há vários diálogos a serem estabelecidos entre elas. Na História, iniciado com a *Escola dos Annales*, mas ao longo do século XX, foi deixado de lado, mas, desde meados da década de 1990, as produções envolvendo diálogos com a Antropologia, as Ciências Políticas, a Sociologia, a Economia, a Demografia e a Geografia, entre outras, aumenta constantemente, enriquecendo muito a produção historiográfica. A partir desse diálogo é que essa tese foi estruturada. Sem a compreensão de conceitos básicos para os geógrafos que, para nós historiadores, muitas vezes se confundem, esse debate não seria possível.

Para a compreensão da história da construção do espaço mineiro, o diálogo entre a História e a Geografia se torna imprescindível. Sem esse diálogo, não seria possível a construção dos mapas, nem a utilização do georreferenciamento para responder as questões colocadas sobre a história de Minas Gerais e que foram discutidas ao longo da tese.

No primeiro capítulo, foi feita uma discussão teórica, analisando de que forma a História e a Geografia compreendem o conceito de espaço, que foi a chave para o desenvolvimento da tese. Enquanto, para os geógrafos o espaço é tudo aquilo que compreende o mundo, sem ter havido a interferência humana, os historiadores o compreendem como o palco da história. O território, por sua vez é um espaço que já fora ocupado e relações sociais, econômicas e políticas ali se desenvolvem; enquanto o lugar é uma parte do território que possui significado para determinados grupos. Já o lugar é o território que possui significação para alguém ou para um grupo social, seguindo, dessa forma uma hierarquia. O espaço ocupa a escala macro, enquanto o lugar a escala micro. Foi evidenciado segundo o Diagrama de Venn que o território e o lugar estão compreendidos dentro do espaço e que estes dois podem ou não ser similares. Se um território possui significado para determinado grupo social, este se transforma em um lugar. Se não possui, mas já fora transformado pelo homem, se constitui apenas como território.

Em muitos trabalhos historiográficos recentes, percebe-se que o trabalho documental é deixado de lado, dando-se mais enfoque para a discussão teórico-conceitual. Partem da teoria para o problema, colocando as fontes e análise delas no contexto como ponto secundário. Ao longo da tese, foi procurado demonstrar a impossibilidade de se fazer um trabalho historiográfico sem a devida atenção ao espaço

na multiplicidade de suas concepções, produto de entrecruzamentos entre fatos naturais, representações e ações humanas, lançando mão de discussões econômicas, do campo da geografia física e análise histórica da documentação escrita, apontando para esse caminho. Dessa forma, essa tese se apresenta como uma tentativa de contribuir com um debate crítico acerca da construção espacial em determinada temporalidade histórica.

Para o desenvolvimento dessa tese, o espaço escolhido foi a Capitania de Minas Gerais entre os anos de 1701 a 1836, período em que foram concedidas as Sesmarias, cuja documentação referente a elas foi o corpo principal de fontes analisadas. Nesse primeiro momento, procurou-se demonstrar como a Capitania de Minas Gerais foi formada. O ponto de partida foi o diálogo entre os clássicos da historiografia mineira com os teóricos da geografia, demonstrando que os conceitos de uma ciência podem ser adequadamente aplicáveis em outra, atendendo a problemas específicos e fornecendo instrumental válido para a sua compreensão.

Minas Gerais foi formada por duas frentes de migração. Ao Norte, pela expansão da fronteira agrícola da Bahia, onde pecuaristas, utilizando a bacia do rio São Francisco, penetravam nos sertões “desocupados”, se fixando no local e tornando-se, ao longo do tempo, as elites dominantes do território. Como era uma região de fronteira aberta e de falta de fiscalização por parte da Coroa portuguesa, o tamanho das propriedades era delimitado pelos próprios proprietários. Aqui já se percebe a fluidez das fronteiras.

A outra frente de expansão veio pelo Sul, proveniente das incursões paulistas, iniciadas no final do século XVII à procura de indígenas e de metais e pedras preciosos. Inúmeras incursões foram feitas, paragens foram ali estabelecidas e esses sertões começaram a ser explorados. Em 1692, o bandeirante Antônio Rodrigues Arzão, acompanhado de cinquenta homens, partiu de Itaverava, descendo o rio Piranga, enfrentando os índios da nação puri, e atravessando o sertão da Casa da Casca onde encontrou ouro.

A partir desse descobrimento, toda sorte de pessoas foi para a região à procura do enriquecimento rápido e fácil. A Coroa portuguesa teve de interferir, criando um regimento em 1702, legislando sobre a exploração do ouro. E a partir de 1701, começou a distribuir datas minerais e Sesmarias, com o intuito de tornar a ocupação desse espaço efetiva, produtiva, legal e controlada de acordo com a legislação e política colonial.

Com base nessas discussões, conclui-se que o espaço foi sendo modificado gradativamente com uma enorme complexidade de movimentos, ritmos e velocidades. Antes mesmo da distribuição das Sesmarias, as fronteiras norte e sul do território que viria a ser Minas Gerais já estavam ocupadas, havendo ali a formação de uma elite agrária. No entanto, a concessão Sesmarial é o que legitimará a posse e a propriedade dessas terras, representando uma honraria concedida de acordo com a legislação régia portuguesa. Não é raro de se observar que alguns potentados, mesmo já tendo suas propriedades estabelecidas, solicitavam essa benfeitoria à Coroa, com o intuito ou de legalizar a posse de suas terras, ou de expandir ainda mais as suas possessões. Essa prática endossa a legitimação desses sujeitos dentro da lógica de hierarquização social do Antigo Regime.

Dialogando com o quadro historiográfico sobre a ocupação do território mineiro e a concessão de Sesmarias, esta tese teve como principal designo compreender de que forma esse sistema de doações era influenciado pelas necessidades econômicas da Capitania. Daí a necessidade do diálogo entre a História e a Geografia. A partir das técnicas do geoprocessamento, mapas históricos foram elaborados baseando-se no *Inventário das Cartas de Sesmarias*, disponível no Arquivo Público Mineiro. A análise da documentação das Sesmarias, tocante a diversas tipologias de espaços e espacialidades, observou-se a tendência, ao longo do seu recorte, uma expansão centrífuga que acompanhou os eixos econômicos do Brasil colonial (e parte do Império), que foram inicialmente a região mineradora e, posteriormente, zonas de expansão agrícola, em alguns momentos em direção a fronteiras, e depois de 1808 em direção ao Rio de Janeiro.

No segundo capítulo foi feita uma discussão teórica sobre o sistema Sesmarial, analisando-o em Portugal, no Brasil e em Minas Gerais. Foi possível perceber que, enquanto no Nordeste do Brasil, onde as Sesmarias podiam ter de cinquenta a cem léguas de extensão, ou até mesmo mais, dependendo da capacidade do sesmeiro de cultivar, povoar e tornar a terra produtiva, em Minas Gerais, essas Sesmarias eram limitadas a uma légua em quadra. Dessa forma, seria possível oportunizar todos aqueles dispostos a procurar riquezas e tornar a terra produtiva, desde que estes comprovassem condições para isso. Apesar dessa legitimação, havia um intenso comércio de terras, tanto por parte dos sesmeiros que arrendavam suas benfeitorias a terceiros, quanto de posseiros que vendiam (ilegalmente) suas propriedades.

A partir de uma análise pormenorizada do sistema Sesmariasl, foi constatado que a Comarca do Rio das Mortes fora aquela onde houve a maior concessão de Sesmarias. Isso pode ser explicado devido ao fato dessa comarca estar próxima à fronteira com a Capitania de São Paulo, além de ser uma região onde havia núcleos mineradores, como São João del Rei, Lavras, Congonhas, entre outras. Mas também se tratava de uma região de fronteira aberta, com solo propício ao desenvolvimento agrícola e a criação de gado. Convém ressaltar que a agricultura e atividades de pecuária foram importantes (e mesmo centrais) ao longo recorte temporal para se entender a formação dos territórios e movimentos das suas fronteiras. Dessa forma, a comarca do Rio das Mortes se destacou ao longo de todo o período pela conciliação entre a atividade agropecuária e a mineração. No último período de análise (1801-1836) há um aumento considerável na distribuição de Sesmarias no termo de Barbacena. Isso ocorre devido à expansão da fronteira rumo ao Rio de Janeiro, com a necessidade do abastecimento da Corte com a chegada da família real ao Brasil em 1808.

A comarca do Rio das Velhas teve destaque nos primeiros cinquenta anos de exploração, devido a presença de importantes vilas mineradoras, como Sabará, Vila Nova da Rainha (atual Caeté) e Pitangui, além de ter sido nesta comarca a primeira Sesmarias doada no território mineiro. Entre 1760-1780 houve uma queda significativa na quantidade de concessões nessa comarca. A partir de 1790, no entanto, há outro pico de crescimento devido à expansão da fronteira para os sertões do Oeste Mineiro, na região onde hoje é Araxá e o Triângulo Mineiro.

A comarca de Ouro Preto era a mais povoada de Minas Gerais e possuía os principais centros políticos, administrativos e religiosos da Capitania, que eram Vila Rica e Vila do Carmo. A concessão Sesmariasl dentro dessa comarca sofreu períodos de altos e baixos, e entre 1730-1770 houve um *boom* de concessões em decorrência do auge minerador. A década de 1770-1780 foi um período conturbado na história de Minas em decorrência da Inconfidência Mineira, do aumento da fiscalização em relação à mineração e a cobrança do quinto, além do governo de Luís Cunha de Meneses, causando agitações sociais não só na comarca, como na Capitania inteira. Assim como no termo de Barbacena, as comarcas fronteiriças pertencentes ao termo de Mariana, no período de 1801-1836, tiveram um aumento significativo em relação à concessão de Sesmarias, com o intuito de abastecimento do Rio de Janeiro, mas também com o início do cultivo de café nas freguesias mais periféricas.

A comarca do Serro Frio, por fim, foi a que teve o menor destaque dentro do sistema Sesmariasl. Isso ocorreu em virtude dos grandes potentados que ocupavam a região, havendo então “pouca” terra a ser distribuída. No entanto, nessa comarca havia centros mineradores importantes, como a Vila do Príncipe (atual Serro) e distrito Diamantino. Assim como as demais comarcas, no período de 1801-1836 houve um aumento considerável na distribuição de Sesmarias na comarca de Bambuí e no Julgado do Desemboque, regiões de fronteira em direção ao Sertão da Farinha Podre (atual Triângulo Mineiro) e à Capitania de Goiás.

Analisando esses movimentos de concessões, concluiu-se que eles ocorreram de forma centrífuga, ou seja, a ocupação da Capitania de Minas Gerais iniciou-se no centro, e à medida que o território foi sendo ocupado, que a mineração foi entrando em decadência, começou-se a concessão nas regiões periféricas. É importante salientar que a agricultura e a mineração eram atividades concomitantes, dessa forma, contrariando a historiografia das décadas de 1970–1980, as Gerais não entrou em decadência econômica com o declínio da mineração.

No terceiro capítulo, foram analisadas as particularidades do sistema Sesmariasl mineiro. No momento da transcrição do inventário das Cartas de Sesmarias, foi percebido a repetição de algumas variáveis e, a partir destas, foram elaborados mapas temáticos para representa-las geograficamente e, assim, perceber de que forma ocorreu o movimento de doação Sesmariasl.

A primeira variável analisada foi o período. Os cento e trinta e cinco anos em que houve concessões de Sesmarias foram divididos em períodos de aproximadamente trinta e cinco anos.

As análises levaram à conclusão de que no primeiro período houve poucas doações de Sesmarias e estas se concentraram ao longo do caminho velho, ao redor nos núcleos mineradores e ao longo da comarca do Rio das Velhas, margeando os rios das Velhas e o Paraopeba. No segundo momento, o número de concessões aumentou de forma considerável, se concentrando ao redor das zonas mineradoras, coincidindo com o *boom* da extração aurífera. O terceiro período, com a decadência da mineração e a ocupação da região central da Capitania, houve relativa dispersão espacial, sendo o foco a comarca do Rio das Velhas, principalmente a região sudoeste da Capitania, nas freguesias de Três Pontas, Campanha, Pouso Alegre e Itapeçerica. Também houve um

deslocamento em direção aos chamados sertões do leste mineiro, com destaque para as freguesias de Rio Pomba, Piranga, Abre Campo e Rio Casca. No último momento, percebe-se a maior concentração de Sesmarias doadas em uma localidade ao longo de todos os períodos, a freguesia de Barbacena e, além disso, as freguesias próximas à divisa com o Rio de Janeiro têm grande destaque. A partir dessa periodização, foi possível constatar de que forma as fronteiras e o espaço vão se modificando, passando de uma ocupação central para um foco periférico.

Ao mapear os a caracterização por localização das Sesmarias doadas, as caracterizadas pelos cursos hídricos foram predominantes, e isso se explica pela quantidade de grandes rios que cruzam a Capitania, além da extração do ouro de aluvião e da utilização da água como meio de transporte, para consumo humano e animal, além da irrigação dos solos.

As Sesmarias localizadas nas paragens também foram muito presentes, devido à malha de expansão da fronteira. Percebe-se que estas se localizavam, predominantemente, próximas aos caminhos e às freguesias fronteiriças. Como as paragens eram um local de civilização estabelecido e se encontravam no limite entre a urbe e o sertão, a expansão das fronteiras das paragens acompanhou a dinâmica da expansão das fronteiras mineiras. Comparando as coleções de 1 e 4, pode-se perceber que as fronteiras estabelecidas por eles são bastante semelhantes.

Os sertões por sua vez, seguiram uma dinâmica diferente. As fronteiras sertanejas entre 1771-1836 permaneceram praticamente inalteradas. Foi possível observar uma expansão em direção à zona da mata mineira, mas nas demais regiões ela se manteve praticamente estável. É importante frisar que em muitas das Cartas de Sesmarias não havia dados sobre a localização desse lote de terras, e por isso não foi possível precisar onde ela se localizava. Outro ponto importante é que, como a região norte de Minas já estava previamente ocupada pelos potentados e pecuaristas baianos, o sertão nessa região é praticamente inexistente nas Cartas de Sesmarias. As conclusões tiradas nessa tese foram baseadas no cruzamento entre os dados das Cartas de Sesmarias com as fontes e a historiografia sobre as Minas setecentistas e oitocentistas.

As patentes militares também tiveram importância dentro da lógica Sesmariasl. Como o Brasil colonial era uma sociedade de Antigo Regime, vivendo sob sua lógica estamental da corte portuguesa, os títulos de nobreza, assim como as patentes militares

representavam uma forma de distinção social. Quanto maior a patente militar do sesmeiro, mais próximo dos núcleos urbanos centrais era a sua benfeitoria. Em compensação, os alferes (patente mais baixa) receberam Sesmarias ao longo de todo o território.

Conforme a historiografia defende, a Igreja teve um papel fundamental na formação da sociedade mineira. Desde o princípio da ocupação territorial, capelas eram erguidas e ao seu redor começavam a surgir os arraiais, que eram a unidade básica da formação urbana mineira. Assim sendo, os sacerdotes também foram agraciados com essas benfeitorias. Semelhantemente aos alferes, estes se encontravam espalhados por todo o território mineiro, atuando na conversão dos indígenas e na abertura das fronteiras do sertão. A mancha de expansão das “fronteiras sacerdotais” (coleção de mapas 6) apresenta semelhanças com as manchas de expansão das fronteiras das paragens e da distribuição das Sesmarias.

Após essas discussões, foi possível concluir que o espaço Sesmariasl mineiro acompanhou os movimentos das atividades econômicas de cada região ao longo do tempo. Analisando cada período e entendendo as lógicas de expansão das paragens, do envolvimento dos sacerdotes na vida social e da retração das fronteiras do sertão, foi possível certificar que essa ocupação ocorreu de forma centrífuga, conforme vários estudos defendem. Foi possível também perceber a marcha pioneira no início do século XVIII, partindo de São Paulo e se dirigindo para o centro da Capitania. À medida que esta região se tornava ocupada e a extração aurífera diminuía, a mancha Sesmariasl se irradiava para as fronteiras, fazendo com que estas se tornassem cada vez mais fluídas e móveis. Esse movimento das fronteiras endossa o que a historiografia sobre a História de Minas chama de “fronteira aberta”, e evidencia que as fronteiras, assim como afirma Cássio Hissa, não são estáticas, mas extremamente maleáveis, podendo se expandir ou se retrair<sup>362</sup>.

---

<sup>362</sup> HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras...*

# Referências Bibliográficas

Fontes Primárias

## Arquivo Público Mineiro (APM)

### *Seção Colonial (SC)*

- Códice 007, pág. 143
- Códice 07; pág. 27v.
- Códice 07, pág. 128
- Códice 07; pág.134
- Códice 12, pág. 15v.
- Códice 80, pág. 22v.
- Códice 93 rolo 20, pág. 215-216
- Códice 106, pág. 59
- Códice 125, pág. 19
- Códice 146, pág. 122
- Códice 265, pág. 167
- Códice 305, pág. 42
- Códice 377, pág. 42
- Códice 377, pág. 66
- Códice 377, pág.93.
- Códice 377, pág. 243
- Códice 384, pág. 05

### *Seção Provincial*

- Códice 36, páginas 47v., 50, 52, 53 e 54v.
- Códice 87, página 259v.
- Códice 377, pág. 302

### *Casa dos Contos*

- Caixa 43- Rolo 513- Planilha 30213- Item 1
- Caixa 43, Rolo 513, Planilha 30213, Item 3
- Caixa 43- Rolo 513- Planilha 20214- Item 4
- Caixa 62, Rolo 520, Planilha 30596, Item 1

## **Arquivo do Fórum de Piranga (AMFP)**

Inventário post-mortem de Francisca Januário de Paula Carneiro. AFP Caixa A037, Auto 496, 1865.

## **Documentação Impressa**

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo; MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo (org). *Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII (CNPq)*. Laboratório de Lexicografia. Faculdade de Ciências e Letras UNESP. Araraquara. 2012. *Coleção de leis. Império do Brasil de 1832. Parte Primeira*. Rio de Janeiro: Thipographia Nacional 1874.

CÓDICE COSTA MATOSO; FIGUEIREDO, Luciano; CAMPOS, Maria Verônica. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos, 1999.

FURTADO, Bento Fernandes, “Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios” (1750). In: CÓDICE COSTA MATOSO; FIGUEIREDO, Luciano; CAMPOS, Maria Verônica. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos, 1999.

*Ordenações Filipinas*, Livro 4, título 43 “Das Sesmarias”. Edição de Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro. 1870

PINTO JUNIOR, Joaquim Modesto; FARIAS Valdez (ORG), *Coletânea de Legislação e Jurisprudência Agrária e Correlata*, Brasília: MDA, 2007 Vol. IIIº, p. 45-46.

VEIGA, J. P. Xavier da. Minas Gerais e Rio de Janeiro (Questão dos Limites): relatório apresentado ao governo mineiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. 1889.

## Documentação em mídias digitais

Alvará de 5 de outubro de 1795. Disponível em < <https://arisp.files.wordpress.com/2010/02/alvara-de-5-de-outubro-de-1795-dig.pdf>>.

Acesso 14 mar. 2020. p. 1-12.

APM. Registro de alvarás, Cartas, ordens régias e Cartas do governador ao Rei. Disponível em < [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/1691.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1691.pdf)>.

Acesso em 23 jul. 2018.

BLUTEAU, Rafael; SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira. 1789. Disponível em < <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5413>>. Acesso 20 jan. 2019

*Inventário das Cartas de Sesmarias*. Disponível em < em < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=756&op=1>>. e

< <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=754&op=1>>. Acesso 31 jul. 2018.

HOLANDA, Aurélio Buarque de *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Disponível em < <https://www.dicio.com.br/aurelio/>>. Acesso 21 mar.2020

*Dicionário Michaelis On-Line*. Disponível em<<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=sert%C3%A3o>>. Acesso 21 mar.2020.

PINTO, Luiz Maria da Silva, 1775-1869. *Diccionario da língua portuguesa*. Ouro Preto: Typographia de Silva. 1832. Disponível em < <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5414>>. Acesso 20 jan. 2020.

PORTO, Augusto. (org.) *Documentos Históricos (1663-1677)*. Correspondência dos governadores geraes – Conde de Obidos; Alexandre de Souza Freire e Affonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. 1928.

SILVA, Antônio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza* - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em < <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>>. Acesso 21 mar. 2020.

SAINT- ADOLPHE, J. C. R. Millet. *Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil. Tomo Segundo*. Paris: Quai Voltaire. 1845. Disponível em <[https://play.google.com/store/books/details?id=on\\_sg\\_U5gPsC&rdid=book-on\\_sg\\_U5gPsC&rdot=1](https://play.google.com/store/books/details?id=on_sg_U5gPsC&rdid=book-on_sg_U5gPsC&rdot=1)>. Acesso 02. jan. 2020.

### Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006. 3ª ed.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras: Mariana – 1750-1780*. Niterói: ICHF/UFF, 1994 (Dissertação de Mestrado)

\_\_\_\_\_. *Ricos e Pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial. 1750-1822*. Belo Horizonte: Argvmentvm. 2010.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. A Construção do Império Atlântico Oriental: o processo de ocupação e as Sesmarias em Cabo Verde, São Tomé e Angola. In: Tânia Lima; Izabel Nascimento; Andrey Oliveira. (Org.). *Griots culturas africanas: linguagem, memória, imaginário*. Natal: Lucgraf, 2009, v. 1, p. 36-43. 1ed.

\_\_\_\_\_. Transformações na legislação Sesmarial, processos de demarcação e manutenção de privilégios nas terras das Capitânicas do Norte do Estado do Brasil. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 28, p. 247-263, 2015.

\_\_\_\_\_. As vexações e opressões dos senhores coloniais e a constituição da Carta Régia de 1753 no Brasil colonial: a tradição da posse e o justo título. *Outros Tempos* v. 14, p.158-174, 2017.

\_\_\_\_\_. Senhores de pequenos mundos: disputas por terras e os limites do poder local na América Portuguesa. *Saeculum* (UFPB), v. 26, p. 63-77, 2012.

ALVES, Fernando; SILVA, Antônio. A influência das atividades econômicas no traçado e na forma urbana de Ouro Preto. In: *4ª Conferência do PNUM. Morfologia Urbana e os Desafios da Urbanidade* (anais). Brasília: UNB. 2015. p. 1-20.

ANDRADE, Francisco Eduardo. *A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entrada nos sertões do ouro da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Editora PUC-Minas. 2008.

\_\_\_\_\_. A conversão do sertão: capelas e governamentalidade nas Minas Gerais. *Vária História* (Belo Horizonte). Vol. 23, nº 37 p. 151-166. Jan/Jul. 2007.

\_\_\_\_\_, Fronteiras e instituição de capelas nas Minas, América Portuguesa. *América Latina em la Historia Economica*. num. 35, p. 273- 296. Jan/jun. 2011

ANDRADE, Mateus Rezende de. *Compadrio e posse da terra: da produção do espaço às hierarquias sociais (Vale do Rio Piranga, Minas Gerais, 1804 – 1856)*. Tese [Doutorado em História]. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG, 2018.

\_\_\_\_\_, Espaço e sociedade na ocupação dos sertões das minas – vale do rio Piranga, Minas Gerais, séculos XVIII e XIX. *Geográficas*. Vol. 14, nº 1. Belo Horizonte, Jan/jun. 2018. p.8-24.

\_\_\_\_\_, *Compadrio e Família em zona de fronteira agrícola: as redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga (c1760-c1850)*. Dissertação [Mestrado em História]. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG. 2014

ANTUNES, Álvaro de Araújo. “As paralelas e o infinito: uma sondagem historiográfica acerca da História da Justiça na América Portuguesa”. In: *Revista de História*. São Paulo. nº169. Julho/Dezembro 2013. p.21-52.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico e geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte/ Rio de Janeiro: Itatiaia. 1995.

BARLETA, Leonardo. Sertão repartido: Sesmarias e formação do espaço colonial. (Curitiba, séculos XVII e XVIII). In: VILLA, Carlos Valencia & GIL, Tiago. *O retorno dos mapas: sistema de informação Geográfica em História*. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016. p. 69 – 112.

BARROS, José D’Assunção. História, espaço e tempo: interações necessárias. *Vária História* (Belo Horizonte). Vol. 22, nº 36. p.460-476. Jul/Dez 2006

BAPTISTA DA SILVA, Sérgio. O território negro do Rincão dos Martimianos. In: ANJOS, José Carlos; BAPTISTA DA SILVA, Sérgio. (Org.). *São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004, p. 203-214.

BLOCH, Marc. *A apologia da História ou o ofício do historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

BONIN, Iara Tatiana. Territórios e espaços de viver. *Encartes Pedagógicos*. III. Edição

BONILHA, Patrícia. Publicação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Abril 2015

BOSCHI, Caio César. Irmandades religiosidade e sociabilidade. In: VILLALTA, Luiz Carlos & LAGE, Maria Efigênia de Resende. (orgs.) *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas 2*. Belo Horizonte: Autêntica. 2007

BRAUDEL Fernand. *A identidade da França: Espaço e História*. Trad. Lygia Araújo Watanabe. – Rio de Janeiro: Globo, 1989.

\_\_\_\_\_. *O Mediterrâneo e o Mundo mediterrânico na época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda. 1983. Vol. 1.

CAMPOS, Katia Maria Nunes. Vila Rica: formas espontâneas num traçado urbano setecentista. *IX Jornada Setecentista: os domínios ibéricos e suas fronteiras (anais)*. Universidade Federal do Paraná. Curitiba 2012. p.1-15

CAMPOS, Luciana. Os (des)mandos do Fanfarrão: uma análise histórico-literária da administração em Minas Gerais durante o Setecentos. In: *VI Jornada Setecentista*, 2005, Curitiba. 2005. p. 348-355.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Do Sertão ao território das Minas e das Gerais: entradas e bandeiras, política territorial e formação espacial no período colonial*. Tese [Doutorado em História]. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG, 2013.

CARRARA, Ângelo Alves. A pecuária: rebanhos e distribuição geográfica. In: VILLALTA, Luiz Carlos & LAGE, Maria Efigênia de Resende. (orgs.) *História de Minas Gerais: A Província de Minas*. Belo Horizonte: Autêntica. 2013. p.317-328.

\_\_\_\_\_. *Minas e Currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais (1674-1807)*. Juiz de Fora: Editora UFJF. 2007

\_\_\_\_\_. *Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais*. Ouro Preto: Edufop. 1999.

\_\_\_\_\_. Paisagens Rurais do Termo de Mariana. In: GONÇALVES, Andrea Lisly; OLIVEIRA, Ronaldo Polito. (orgs.). *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 2004.

\_\_\_\_\_. Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos sertões mineiros. *Varia História* (Belo Horizonte), vol. 23, nº 38, p. 574-596, Jul/Dez 2007.

\_\_\_\_\_. Para além de Minas e Currais (e de Minas Gerais): ensaio de caracterização da divisão regional mineira. In: CALAES, Gilberto Dias; FERREIRA, Gilson Ezequiel. (Org.). *A estrada real e a transferência da corte portuguesa: programa RUMYS, projeto Estrada Real*. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia Mineral (CETEM/MCT) – CNPq-CYTED, 2009, p. 51-63.

- \_\_\_\_\_; Z Aidan, Ricardo Tavares; Paula, Lucas Pinheiro de. Geoprocessamento aplicado à História Agrária: o vínculo do Jaguará. *Revista História*. vol. 144, p. 1-28, 2018.
- CASTRO, Antônio Barros de. A Herança Regional no Desenvolvimento Brasileiro. In: \_\_\_\_\_. *7 Ensaios sobre a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Florense, 1971. Vol. II.
- CASTRO, José Flávio Moraes. *Geoprocessamento de mapas de Minas Gerais nos séculos XVIII-XIX*. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2017.
- \_\_\_\_\_. Atlas digital da cartografia histórica de Minas Gerais. Curitiba: Ed. Appris, 2019. 1ª ed.
- CEZAR, Temístocles. Entre antigos e modernos: a escrita da História em Chateaubriand: Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem. *Almanaque Braziliense*. São Paulo, n. 11, 2010.
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes: Mercadores das Minas Gerais Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999
- COSTA, Rodrigo Paulinelli de Almeida. “Devo e não nego; pago quando puder”: demografia, economia e sistema creditício na freguesia de Guarapiranga- MG (1831-1865). Dissertação [Mestrado em História]. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG, 2015.
- CUNHA, Alexandre Mendes. O urbano e o rural em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX. *Caderno da Escola do Legislativo* (Belo Horizonte). Vol. 11 nº. 16. Jan/jun., p. 57-70, 2009.
- DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional (Contribuição à sociologia política brasileira)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.
- ESPINDOLA, Haruf Salmen. Caminhos para o mar: a expansão dos mineiros para o Leste. In: VILLALTA, Luiz Carlos & LAGE, Maria Efigênia de Resende. (orgs.) *História de Minas Gerais: A Província de Minas*. Belo Horizonte: Autêntica. 2013.
- FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas d’el Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 2ª ed. rev.

\_\_\_\_\_ ; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro, c. 1790-c.1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

FRANK, Zephyr. *Entre ricos e pobres: o mundo de Antônio José Dutra no rio de janeiro oitocentista*. Belo Horizonte: Annablume. 2012.

FREIRE, Felisbello. *História territorial do Brasil*. (Bahia, Sergipe e Espírito Santo). Rio de Janeiro: Typ do “Jornal do Comércio” de Rodrigues & C. 1906. 1º volume.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional. 1982. 18ªed.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócios: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setentistas 1*. São Paulo: Editora Hucitec. 1999.

GODOY, Marcelo Magalhães. *Intrépidos Viajantes e Construção do Espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais no Século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG. 1996.

GOULART, José Alípio. *Meios e instrumentos de transporte no interior do Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. 1959.

\_\_\_\_\_. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista. 1961.

GOUVEIA, Maria de Fátima Silva; FRAZÃO, Gabriel Almeida; SANTOS, Marília Nogueira dos. Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português. *Topoi* Vol.5 no.8 Rio de Janeiro Jan. Jun. p. 98- 137. 2004.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume. 2002.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra LTDA. 1968.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana. Agricultura e Escravidão em Minas Gerais (1700/1750). *Revista do Departamento de História*, Fafich/UFMG, nº 2, vol2, junho. 1986.

\_\_\_\_\_ ; REIS, Liana. Inconfidência, Estrutura Agrária e Escravidão. In: *Revista do Departamento de História*, nº6. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1988.

\_\_\_\_\_ ; REIS, Flávia Maria da Mata. Agricultura e mineração no século XVIII. In: VILLALTA, Luiz Carlos & LAGE, Maria Efigênia de Resende. (orgs.) *História de Minas Gerais: As Minas setentistas 1*. Belo Horizonte: Autêntica. 2007. p.321-335.

HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. Niterói: EDUFF; São Paulo, Contexto. 2002.

- HESPANHA, António, Manuel. *Imbecillitas: As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. Belo Horizonte: UFMG. 2008.
- HESPANHA, Antônio Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. A representação da sociedade e do Poder. In: HESPANHA, Antônio Manuel. *História de Portugal*. Direcção de José Mattoso. Quarto Volume: O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa. p.121-154. 1994
- HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio; Departamento de Cultura da Guanabara 2ª Edição. 1975.
- IBGE. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/panorama>>. Acesso em 27 jan. 2020.
- LAGE, Maria Efigênia de Resende. Itinerários e interditos na territorialização das Gerais. In: VILLALTA, Luiz Carlos & LAGE, Maria Efigênia de Resende. (orgs.) *História de Minas Gerais: As Minas setentistas I*. Belo Horizonte: Autêntica. 2007. p.25-53.
- LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas – Escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Cia. das Letras. 2007.
- LEMONS, Gusthavo. *Minas da Terra: família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola. Minas Gerais, 1800-1856*. São Paulo: Annablume, 2014
- LEPETIT, Bernard. Sobre a Escala na História. IN: REVEL, Jacques (org.) *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 77-102.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1988.
- LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A Capitania de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Editora Zelio Valverde. 1943.
- \_\_\_\_\_. *História da Inconfidência de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada. 1968.
- LIMA, Ruy Cirne. *Pequena História Territorial do Brasil: Sesmarias e Terras Devolutas*. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura. 1990.
- LUZ, Estevão de Melo Marcondes. Paisagens de uma região em transformação: o Sertão da Farinha Podre. In: n: Bruno Costa de Faria; Mildred Regina Gonçalves;

Angela Maria Pimenta. (Org.). *Museus e paisagens culturais*. Franca: Associação Paulo Duarte, 2016. 1ed, p. 10-21.

MARTINS, Roberto Borges; MARTINS, Maria do Carmo Salazar. As exportações de Minas Gerais no século XIX. In: *Seminário sobre a economia mineira*. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG. 1982.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio A. (org). *O espaço da diferença*. Campinas: Papius, 2000. p. 176 -185

MATA, Sergio da. *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil, séculos XVIII e XIX*. Berlim: Wiss. 2002.

MAXWELL, Kenneth R. *A Devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais Setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça. 2000.

\_\_\_\_\_. Escalas espaço-temporais e história cultural: uma reflexão sobre o espaço como categoria de análise. In: PAIVA, Eduardo França Márcia; AMANTINO, Isnara Pereira Ivo. (Org.). *Escravidão, Mestiçagens, Ambientes, Paisagens e espaços*. São Paulo: Annablume, 2011, 1ed., v. 3, p. 55-79.

\_\_\_\_\_. *Artes Fabris e Ofícios Banais: o controle dos ofícios mecânicos pelas Câmaras de Lisboa e das Vilas de Minas Gerais (1750-1808)*. Belo Horizonte: Fino Traço. 2013.

MINUZZI, João Davi Oliveira & TOMAZI, Taís Giacomini. Limites e possibilidades no uso de fontes históricas: batismos, inventários e relatos de viagem. *História UNICAP*. v.3; nº6. p. 337-350, Jul/Dez 2016.

MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: VILLALTA, Luiz Carlos & LAGE, Maria Efigênia de Resende. (orgs.) *História de Minas Gerais: As Minas setecentistas I*. Belo Horizonte: Autêntica. 2007. p.56-85.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito (1795-1824)*. São Paulo: Ed. Alameda. 2012.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec. 2001.

NOZOE, Nelson. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil Colônia. *Revista Economia*. Brasília: Distrito Federal, v. 7; nº 3. p. 1 – 20. Set./Dez. 2006.

- \_\_\_\_\_. A aplicação da legislação Sesmarial em território brasileiro. *Estudios Historicos*. CDHRPyB Año VI – Julio 2014 nº 12. Uruguai p. 13-26.
- ORTIZ, Renato. *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Editora Olho d'água. 1999.
- PAIVA, Adriano Toledo. *Uma tradição paulista nas Minas: descobridores e conquistadores nos sertões dourados*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.
- PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese [Doutorado em História]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.
- \_\_\_\_\_; ARNAUT, Luiz D. H. Fontes para o estudo de Minas Oitocentista: Listas Nominativas. In: *V Seminário sobre economia mineira. Anais*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1990.
- PAULA, João Antônio de. A mineração do ouro em Minas Gerais do século XVIII. In: VILLALTA, Luiz Carlos & LAGE, Maria Efigênia de Resende. (orgs.) *História de Minas Gerais: As Minas setentistas I*. Belo Horizonte: Autêntica. 2007. p. 279-302
- PEREIRA, Elenize Trindade. Geoprocessamento das Sesmarias das Capitâneas do Norte do Estado do Brasil, Plataforma Sesmarias do Império Luso Brasileiro (1650-1750). In: VILLA, Carlos Valencia & GIL, Tiago. *O retorno dos mapas: sistema de informação Geográfica em História*. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016. p.11-47.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. Terras devolutas, posses e Sesmarias no Vale do Paraíba paulista em 1854. *Revista de História*. Ano XXVI, nº 103; vol LII. Jul./Set. p. 375-399.1975.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega. 1976.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. "Itinerários e interditos na territorialização das Geraes". In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *As Minas setentistas I*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo 2007. p. 25-53
- REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.15-38.
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira. 'Torpor invencível': história ambiental e urbanização nas povoações do São Francisco. In: VILLALTA, Luiz Carlos & LAGE, Maria Efigênia de Resende. (orgs.) *História de Minas Gerais: A Província de Minas*. Belo Horizonte: Autêntica. 2013. p. 97-112.

ROCHA, Igor Tadeu Camilo. *Entre o “ímpeto secularizador” e a “sã tolerância”*: tolerância religiosa, secularização e ilustração católica no mundo luso (séculos XVIII e XIX). Tese [Doutorado em História]. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG. 2019.

RODARTE, Mário Marcos Sampaio. *O caso das Minas que não se esgotaram: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais Oitocentista*. Dissertação [Mestrado em especifique o programa]. Belo Horizonte: Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, 1999.

RUBIM, Braz da Costa. “Memória sobre os limites da Província do Espírito Santo”, 1800. In: LIMA JÚNIOR, Augusto de Lima. “Memória Histórica e documentada sobre a questão de limites entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santos”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. 1904.

SAMPAIO, Antônio Borges. Sertão da Farinha Podre Actual Triangulo Mineiro: Esboço Histórico. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. p. 261-287. vol. 14. 1909.

SANTOS, Douglas. *A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria*. São Paulo: Editora UNESP. 2002.

SANTOS, Milton *Espaço e Sociedade: ensaios*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Trad. de Myrna T. Rego Viana. – Rio de Janeiro: F. Alves 1979. (Coleção Ciências Sociais).

\_\_\_\_\_. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: AGB. nº 54. Junho p.81-99. 1977.

SILVEIRA, Marco Antônio da. *O universo do Indistinto: Estado e sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec. 1997.

\_\_\_\_\_, ANTUNES, Álvaro de Araújo (org). *Dimensões do poder em Minas (séculos XVIII e XIX)*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço. 2012

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*. vol. 18 nº 3. São Paulo. Set/Dez, p.449-495, 1988.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

- SOUZA FILHO, Durval de. Geoprocessamento de Sesmarias na Amazônia colonial. In: VILLA, Carlos Valencia & GIL, Tiago. *O retorno dos mapas: sistema de informação Geográfica em História*. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016. p. 48-68.
- SOUZA, Laura de Mello e. O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record. 1963.
- TUAN, Yi Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Trad. Livia de Oliveira. Londrina: Eduel. 2013.
- VASCONCELOS, Diogo Luiz de Almeida Pereira de. *História Antiga das Minas Gerais*. Prefácio de Francisco Iglésias. Belo Horizonte: Itatiaia. 1999.
- \_\_\_\_\_. *História da Civilização Mineira: Bispado de Mariana*. ANDRADE, Francisco Eduardo de & ANDRADE, Mariza Guerra de (Coordenação). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014 (Coleção Historiografia de Minas Gerais, série Alfarrábios, 3).
- VASCONCELOS, Fábio Azevedo. Presença da Igreja na formação do Brasil colônia: do descobrimento às Minas do Ouro. *4º Seminário Ibero-Americano: Arquitetura e documentação* (Anais). Belo Horizonte 25 a 27 de novembro de 2015. p.1-13.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A cidade, o urbano e o lugar. *Revista GEOUSP*. nº 6. São Paulo, p. 11-15, 1999.
- VIANA, Hélio. As Sesmarias no Brasil. In: *II simpósio dos professores universitários de História*. (Anais). ANPUH. Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná. Curitiba, outubro de 1962. p.247-274.
- ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1990.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e Civilização capitalista*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.